

ex æquo

Número 32

Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

Edições Afrontamento

2015

ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
Revista semestral • Nº 32, 2015

Editora: Virgínia Ferreira (FEUC)

Editoras Associadas: Cristina C. Vieira (FPCEUC); Rosa Monteiro (ISMT); Ana Cristina Santos (CES); Luísa Saavedra (UM); Madalena Duarte (CES)

Editoras de Secções: Cristina C. Vieira – Recensões; Rosa Monteiro – Estudos e Ensaios

Antigas Diretoras: Virgínia Ferreira (1999-2003); Helena Costa Araújo (2003-2007); Teresa Pinto (2007-2014)

Coordenação do Dossier: Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro

Revisão: Virgínia Ferreira, Rosa Monteiro e Catarina Leça

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM
NIPC: 502914513. Nº Registo no ex-ICS, atual ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 123506; ISSN: 0874-5560-30; Depósito Legal: 136336/99

Endereço: Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa

Telefone: 962730527 **E-mail:** apem1991@gmail.com

URL: <http://www.apem-estudos.org/pt/page/apresentacao-da-revista>

Edição: Edições Afrontamento, Lda.

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira / Portugal

Capa: Departamento Gráfico / Edições Afrontamento

Nº de edição: 1685

ISSN: 0874-5560-32

Depósito Legal: 136336/99

Tiragem: 500 exemplares

Encomendas: Edições Afrontamento, Rua de Costa Cabral, 859, 4200-225 Porto
comercial@edicoesafrontamento.pt

Publicação apoiada por:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Ex æquo é uma revista com dupla arbitragem científica, sob anonimato.

Indexação: SciELO/Portugal – Scientific Electronic Library Online; SciELO Citation Index da Thomson Reuters; Catálogo Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal.

Nota: Ver composição do Conselho Científico no final da revista.

ÍNDICE

Editorial	5
<i>Virgínia Ferreira</i>	
Dossier: <i>Austeridade e Regimes de Bem-estar e de Sexo/Género</i>	
Introdução – Austeridade e Regimes de Bem-estar e de Sexo/Género	11
<i>Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro</i>	
Women and austerity in Italy	15
<i>Maria Luigia Segnana and Paola Villa</i>	
Las políticas de género en España: Retrocesos y resistencias en tiempos de austeri- dad	33
<i>Alba Alonso</i>	
Austeridade, emprego e regime de bem-estar em Portugal: Em processo de refamili- zação?	49
<i>Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro</i>	
Unemployment and gender equality within the family in Portugal	69
<i>Raquel Ribeiro, Lina Coelho and Alexandra Ferreira-Valente</i>	
Portugal’s Masculinities Crisis: Gender equality in the era of flagging economies	87
<i>Tatiana Moura, Esther Spindler and Alice Taylor</i>	
Experiências de Conciliação: Analisando as relações de género durante a atual crise económica	101
<i>Cláudia Múrias</i>	
Las mujeres jóvenes en España. (Nuevas) precariedades y (viejas) desigualdades	117
<i>Mercedes Alcañiz, Vicent Querol y Ana Marti</i>	

Estudos e Ensaios

Preservando a relação com os/as descendentes menores: padrões de comunicação na maternidade e paternidade em reclusão	141
<i>Catarina Vieira, Luísa Saavedra e Alexandra M. Araújo</i>	
The pathologisation of sexual diversity – a critical scrutiny of the DSM	155
<i>Rita Alcaire</i>	

The Inclusion of Lesbian and Gay Populations in Health Research: A systematic literature review	169
<i>Mónica José Abreu Sousa and Carla Moleiro</i>	
Home-Based Sex Education. The Case of Family Intergenerational Relations in Poland	183
<i>Joanna Ostrouch-Kamińska and Iwona Chmura-Rutkowska</i>	

Recensões

Simas, Rosa M. Neves (coord.), (2014), <i>A Vez e a Voz da Mulher. Relações e Migrações</i> , Lisboa, Colibri, 340 pp.	201
<i>Maria Beatriz Rocha Trindade</i>	
Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa (2013), <i>Trabalho, igualdade e diálogo social: Estratégias e desafios de um percurso</i> , Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	206
<i>Hermes Costa</i>	
Ferreira, Eduarda; Ventura, Isabel; Rego, Luísa; Tavares, Manuela; Almeida, Maria Antónia Pires de (orgs.) (2014), <i>Percursos Feministas: Desafiar os tempos</i> , Lisboa, UMAR/Universidade Feminista, e-book	211
<i>Orlando César</i>	
Karamessini, Maria; Rubery, Jill (org.) (2014), <i>Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality</i> , New York, Routledge	215
<i>Carina Jordão</i>	

A ex æquo é uma publicação semestral, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspetivas destes estudos, ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Assim, dirige-se a investigadores/as e a estudantes nestas áreas, procurando dirigir-se também ao público em geral no sentido da sensibilização para estes campos do saber.

O trigésimo segundo número da *ex æquo* traz-nos onze artigos de grande interesse pelas temáticas e pela sofisticação teórica e metodológica que nos apresentam. O dossier temático sobre *Austeridade e Regimes de Bem-Estar e de Sexo/Género* agrupa um conjunto de estudos que mostra já ser possível analisar alguns dos impactos da crise económica, financeira, social e política com início assinalado em 2008.

Antes, porém, de pôr em destaque o contributo dos textos incluídos no dossier, não posso deixar de voltar a uma questão já abordada em editorial anterior. Trata-se da encruzilhada em que revistas como a *ex æquo* se encontram na fase atual do *knowing capitalism* (na expressão de Nigel Thrift). Nesta época em que negócios e academia se tendem a amalgamar, em que pauta a imposição da inovação e da velocidade à academia, importa perceber o papel dos sistemas de métrica de produtividade no desenvolvimento quer do sistema capitalista quer da produção de conhecimento e a sua matriz androcêntrica. Uma revista nasce da preocupação e desejo de um grupo de cientistas de dar visibilidade a determinados conhecimentos sem acolhimento ou menor visibilidade nas existentes. Neste pressuposto, que sentido faz submetermo-nos aos sistemas de métrica que nos impõem a regra de não publicar contributos (nem artigos nem resenhas sobre obras suas) provenientes do grupo de pessoas que suporta o trabalho editorial da revista? Afinal que papel e validade se atribui à arbitragem científica feita por pares sobre contributos anonimizados? Quem há-de querer continuar a fazer este trabalho de edição em tais condições? Não será que estamos mesmo a caminho de abdicar de o fazer e deixá-lo por completo às (garras das?) estruturas do capitalismo do saber que se encarregará de excluir tudo o que não possa ser objeto de negócio? Estamos certas de que essa não será a via escolhida pela *ex æquo* para sobreviver à encruzilhada atual... conseguiremos resistir? Tenhamos, pelo menos, esperança... entretanto, vamos fazendo o nosso melhor...

Os sistemas de emprego que articulam em grande parte os regimes de bem-estar e de sexo/género não podiam ficar de fora das análises sobre as políticas de austeridade incluídas no dossier temático deste número da *ex æquo*. Eles estão, com efeito, no centro das análises contidas nos textos de Maria Luigia Segnana e Paola Villa («Women and austerity in Italy»), de Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro («Austeridade, emprego e regime de bem-estar em Portugal: Em processo de refamiliarização?»). As autoras identificam as principais mudanças ocorridas no emprego, respetivamente em Itália e em Portugal, e procuram perceber as impli-

cações dessas alterações no modo como as relações entre o Estado, o mercado e as famílias se rearticulam no propósito de providenciar o bem-estar das pessoas, o papel que é reservado às mulheres e aos homens e as alterações às relações entre estes que a nova configuração produz.

Outros artigos analisam as alterações produzidas pelo desemprego ao nível da divisão sexual do trabalho, adotando uma perspetiva mais micro, com base quer em metodologias quantitativas («Unemployment and gender equality within the family in Portugal»), quer qualitativas («Experiências de Conciliação»), respetivamente da autoria de Raquel Ribeiro, Lina Coelho e Alexandra Ferreira-Valente e de Cláudia Múrias. Em ambos os casos, se conclui que nem o desemprego traz alterações substanciais à divisão sexual do trabalho na família, demonstrando a sua natureza estrutural. Tatiana Moura, Esther Spindler e Alice Taylor, em «Portugal's Masculinities Crisis» alertam precisamente para a necessidade crescente de programas de intervenção que ajudem mulheres e homens a questionar as normas sociais e expectativas em torno de papéis de género. Segundo as autoras, as políticas de encorajamento e de obrigatoriedade de partilha das tarefas do cuidado por parte dos homens são essenciais. Alba Alonso, centrando-se sobre a situação em Espanha, mostra como a crise foi dada como fundamento por um governo conservador para operar uma profunda retração das políticas de igualdade vigentes. No seu texto «Las Políticas de Género en España», a autora aborda ainda as formas feministas de resistência adotadas (ausentes no caso português) e a importância da orientação conservadora do governo (um fator presente nos restantes países sob a austeridade).

Por fim, centrando-se sobre o que se passa, em tempos de crise, com a faixa etária mais jovem, Mercedes Alcañiz, Vicent Querol e Ana Marti, no seu texto sobre «Las mujeres jóvenes en España», constata a persistência de velhas desigualdades em contraste com a perceção das jovens de que mulheres e homens têm as mesmas oportunidades.

A secção de **Estudos e Ensaios** oferece quatro estudos que trazem uma diversidade temática deveras estimulante. O quarto texto, sobre «Home-Based Sex Education... in Poland» de Joanna Ostrouch-Kamińska e Iwona Chmura-Rutkowska será o único que ficaria fora desta hipótese. As autoras mostram que a educação em casa se revela muito preconceituosa especialmente no que diz respeito à educação sexual. «Preservando a relação com os/as descendentes menores: padrões de comunicação na maternidade e paternidade em reclusão», de Catarina Vieira, Luísa Saavedra e Alexandra M. Araújo, vem abordar uma temática na continuidade do dossier sobre «Perspetivas feministas em comportamentos desviantes», publicado no número 28 da *ex æquo*, mostrando que as oportunidades oferecidas pelo sistema prisional a pais e mães em reclusão para cumprirem os respetivos papéis diferem em muitos aspetos. Ressalto, por fim, dois artigos que se completam nas abordagens que fazem aos discursos das ciências da saúde sobre a diversidade sexual – o de Mónica José Abreu Sousa e Carla Moleiro sobre «The Inclusion of Lesbian and Gay Populations in Health

Research» e o de Rita Alcaire sobre «The pathologisation of sexual diversity». O primeiro dá conta da impreparação das/os profissionais de saúde para atender estas populações resultante da falta de atenção dada a vários aspetos de saúde e até à integração da orientação sexual na história sexual das/os pacientes. O segundo escrutina o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM) para interpelar os princípios subjacentes à classificação de orientações e identidades sexuais diversas. No texto, Rita Alcaire defende que é com base num projeto reflexivo por parte das pessoas atingidas pela classificação que patologiza que é possível reconceptualizar e transformar a imagem pública destas orientações e identidades sexuais.

Quatro **recensões** chamam a nossa atenção para obras que abordam temáticas extremamente atuais: vozes de mulheres captadas por diversas metodologias qualitativas em contextos artesanais e migratórios; efetividade do mecanismo estatal para a igualdade no combate às desigualdades no mercado de trabalho – a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; percursos de estudos feministas e de género fora dos muros das universidades, acolhidos num *e-book* que agrega os contributos apresentados na Universidade Feminista, uma iniciativa da UMAR; e, ainda, o tema do dossier temático – mulheres e austeridade – desta feita em edição da Routledge.

Bons motivos para não deixar de ler tudo o que esta *ex æquo* lhe oferece.

Dossier

Austeridade e Regimes de Bem-Estar
e de Sexo/Género

INTRODUÇÃO. AUSTRIDADE E REGIMES DE BEM-ESTAR E DE SEXO/GÉNERO

Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro

Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal
Instituto Superior Miguel Torga e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Desde 2008 que a crise económico-financeira, social e política e as medidas políticas implementadas para a enfrentar têm provocado alterações significativas no que respeita aos níveis de bem-estar e proteção social de setores significativos da população. Espoletada com a bolha imobiliária nos Estados Unidos da América, esta crise tornou-se global, atingindo diretamente vários países da Europa e, reflexamente, em países de outros continentes mais dependentes da exportação de bens de consumo, em virtude da retração da procura e o congelamento do crédito quer para o consumo quer para o investimento (Seguino, 2010). Marcadas pela austeridade e pela retração da despesa pública em proteção social e apoio ao crescimento económico, as políticas públicas têm exacerbado as desigualdades sociais, na medida em que tendem a privatizar os riscos sociais e a desregular os mercados de trabalho. A literatura sobre a atual crise e a austeridade é já abundante (p.e., Rubery, 1988; Walby, 2009; Seguino, 2010; Rubery, 2011; Karamessini e Rubery, 2014; Griffin, 2015). São, porém, raras as análises sobre os impactos ao nível dos regimes de sexo/género, entendidos como configurações das relações sociais entre mulheres e homens, determinadas, em cada contexto, pelo enquadramento institucional, pela economia e pelos estilos de vida. Nessas configurações são dimensões-chave a divisão da esfera pública e privada e da produção e reprodução entre mulheres e homens (Walby, 2004). Em cada momento histórico, cada regime de sexo/género oferece oportunidades de vida e impõe exigências a mulheres e homens. No contexto da crise atual, interessa, por isso, perceber qual o papel que nos regimes de bem-estar se reserva ao Estado, ao mercado e à família e qual o modelo de família que é promovido (Daly, 2011; León e Migliavacca, 2013). Importa, portanto, conhecer as oportunidades abertas e exigências impostas a mulheres e homens pelas configurações contextualizadas dos regimes de sexo/género e bem-estar e pelos modos de gestão da crise.

Embora as primeiras manifestações da crise tenham atingido primordialmente os setores mais masculinizados do emprego, vários estudos têm vindo a mostrar que o emprego feminino não deixou de ser afetado principalmente como consequência das medidas de austeridade adotadas pelos governos para «combater» a crise, entre as quais se destacam os cortes nos apoios sociais, o aumento dos impostos e a redução dos efetivos da administração pública (vejam-se o conjunto de análises incluídos no volume editado por Karamessini e Rubery, 2014). O princípio do universalismo tem vindo a ser abandonado em favor da familiarização (Daly, 2011). A generalização da condição de prova de meios dos agregados

familiares reforça o papel subsidiário da família e reduz a autonomia das mulheres em áreas chave da cidadania, a nível individual, social e político. As mulheres são uma vez mais relegadas para a «caixa negra» da família, de onde lutaram para sair ao longo das últimas décadas. A retração do estado de bem-estar formal leva a um reforço da «sociedade-providência» informal, cujo principal pilar é a família, que por sua vez tem no trabalho não remunerado das mulheres a sua principal fonte de sustentação. Resta, portanto, saber como o reforço do carácter contratualista do regime de cidadania e bem-estar, como via de acesso ao gozo de direitos sociais, tem implicado a transformação das relações sociais de sexo/género e as respetivas implicações em todas as esferas da vida pessoal, familiar, social, económica e política.

Estas mudanças colocam enormes desafios aos estudos feministas, sobre as mulheres e de género. Daí o interesse da *ex æquo* em coligir e visibilizar análises que incluam esta perspetiva, independentemente da área científica de proveniência (estudos sobre as mulheres/de género/feministas, sobre políticas sociais, ou de áreas disciplinares como a sociologia, economia, direito, psicologia, etc.).

Com a organização deste dossier temático procuraram-se contributos centrados nas mudanças em curso nos regimes de bem-estar e de sexo/género em consequência das políticas de austeridade adotadas para fazer face à atual crise económico-financeira. É vasta e diversificada, parece-nos, a agenda de investigação aberta pela problemática das transformações nas relações sociais de sexo/género estimuladas pela atual crise. Em breves apontamentos enunciamos algumas das questões que nos merecem destaque:

1. Políticas de austeridade e modelos económico-sociais, de cidadania e de sexo/género;
2. Análises feministas sobre os impactos diferenciais das políticas de austeridade nos padrões de segregação dos mercados de trabalho em regiões/países, setores de emprego, trabalho remunerado/não remunerado e grupos sociais (em função do sexo, etnia, orientação sexual, classe social, idade, etc.);
3. Efeitos da crise e das políticas de austeridade sobre os modelos de proteção social e as suas implicações nas relações sociais de sexo/género;
4. Investimento social – mudanças e efeitos sobre a articulação da vida profissional e familiar;
5. Discursos sobre a crise e as políticas austeritárias e respetivas implicações para as representações sobre as identidades e as relações de sexo/género;
6. O regime de sexo/género e os limites do contratualismo;
7. Endividamento e gestão dos orçamentos familiares;
8. Desemprego jovem, precarização, limitações de acesso ao crédito para habitação – impactos sobre projetos de autonomização pessoal;
9. O subfinanciamento de centros de investigação e impacto nos estudos feministas, sobre as mulheres e de género;

10. Modalidades de mobilização coletiva e discursos de resistência às políticas austeritárias e respetivas implicações no *gender gap*;
11. Exploração de futuros alternativos mais igualitários;
12. Reemergência e resistência ao familismo.

Este dossier não fecha certamente esta agenda, pelo que é expectável que ao longo dos próximos anos, as transformações induzidas pela crise e pelas políticas destinadas ao seu combate voltem a merecer a atenção da *ex æquo*.

Referências bibliográficas

- Daly, Mary (2011), «What Adult Worker Model? A Critical Look at Recent Social Policy Reform in Europe from a Gender and Family Perspective», *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society* 18(1), 1-23.
- Griffin, Penny (2015), «Crisis, austerity and gendered governance: a feminist perspective», *Feminist Review* 109, 49-72.
- Karamessini, Maria; Rubery, Jill (eds.) (2014), *Women and Austerity – The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*, Londres, Routledge.
- León, Margarita; Migliavacca, Mauro (2013), «Italy and Spain: Still the Case of Familistic Welfare Models», *Population Review* 52(1), 25-42.
- Rubery, Jill (ed.) (1988), *Women and Recession*, Londres e Nova Iorque, Routledge/Kegan Paul.
- Seguino, Stephanie (2010), «The Global Economic Crisis, its Gender and Ethnic Implications and Policy Responses», *Gender and Development* 18(2), 179-199.
- Walby, Sylvia (2004), «The European Union and Gender Equality: Emergent Varieties of Gender Regimes.» *Social Politics* 11(1), 4-29.
- Walby, Sylvia (2009), «Gender and the Financial Crisis», Paper for UNESCO Project on 'Gender and the Financial Crisis' (disponível em: http://www.lancaster.ac.uk/fass/doc_library/sociology/Gender_and_financial_crisis_Sylvia_Walby.pdf, consultado em setembro de 2015).

WOMEN AND AUSTERITY IN ITALY

Maria Luigia Segnana and Paola Villa

Department of Economics and Management, University of Trento, Italy

Abstract

The paper considers how the severe and long downturn in the first phase of the crisis, followed by fiscal consolidation (austerity policies) in its second phase, have heavily impacted on women and men in Italy. It argues that the effects are considerably different – in terms of job loss, income loss, impact on jobs quality and unpaid work – because of the gendered nature of the family-employment system and the characteristics of the Italian social model.

Keywords: recession, gender, employment, labour market, family-employment system, Italy.

Resumo

Mulheres e austeridade em Itália

O documento analisa como a crise grave e longa na sua primeira fase, seguida de consolidação fiscal (políticas de austeridade) na segunda fase, teve forte impacto em mulheres e homens na Itália. Argumenta-se que os efeitos são muito diferentes – em termos de perda de emprego, perda de rendimento, qualidade do emprego e trabalho não remunerado – por causa das normas de género na formação do sistema família-trabalho e as características do modelo social na Itália.

Palavras-chave: recessão, género, emprego, mercado de trabalho, sistema de família-emprego, Itália.

Resumen

Mujeres y austeridad en Italia

El documento considera cómo la recesión severa y larga en la primera fase de la crisis, seguida de la consolidación fiscal (políticas de austeridad) en la segunda fase de la crisis, en gran medida han impactado en las mujeres y los hombres en Italia. Se argumenta que los efectos son muy diferentes – en términos de pérdida de empleo, pérdida de ingresos, el impacto en la calidad del empleo y el trabajo no remunerado – a causa de la naturaleza de género del sistema de la familia-empleo y las características del modelo social italiano.

Palabras-clave: recesión, género, empleo, mercado de trabajo, sistema de familia-emprego, Itália.

Introduction

This paper considers the impact of austerity policies on women and men in Italy in terms of job loss, income loss, jobs quality and unpaid work. It does so along two dimensions: first, the family employment system, which captures the specific weaknesses of a welfare model rooted in long-standing imbalances; second, the decisive shifts to austerity policies that have prioritised fiscal consolidation over employment and social inclusion.

The results show the gendered nature of the family-employment system (sect. 2), the main features of austerity policies (sect. 3), and the different impacts of these policies on women and men (sect. 4). They highlight, on the one hand, that the Italian family-employment system has now locked young women in a new intergenerational solidarity trap unable to absorb the disruptive effects of the crisis; on the other hand, that the crisis's main effect is on the quality of female jobs, exacerbating the structural weaknesses of the Italian labour market. Both are examples of exclusive rather than inclusive growth, for which Italy is losing ground in a comparative perspective.

1. The Italian case

The global financial crisis has focused attention on the role that national governments should and do play in an internationally integrated economic system. The issue is rooted in the debate on globalization. It is sometimes called 'the paradox of globalization' (Rodrik, 2011) because it may undermine long-standing social bargains reflected in domestic regulations; but it is also rooted in the European debate on the unfulfilled promises of EU reactions to the global crisis (i.e. austerity).

Globalization can be disruptive by its very nature: it rearranges where and how work is done and where and how profits are made. Processes that are disruptive destabilise and create pools of winners and losers. And this requires government policies to shelter citizens from risks and new vulnerabilities more important in countries where international market access enhances opportunities to trade but also exposes workers to more frequent and intense shocks.

This global perspective requires deeper evaluation at macro (Seguino, 2012) and micro level, as well as at European and national level: austerity policies in Europe have deeply affected the size and scope of different European social welfare models, leading to a long term shift in the trajectory of gender relations in Europe (Rubery, 2015; Perrons, 2015; Karamessini and Rubery, eds. 2014).

In the case of Italy, the external pressures have been reinforced by the internal austerity packages¹ that have prioritised fiscal consolidation over employment

¹ On the effects of fiscal consolidation and the unsuccess of Italian policies to achieve growth see Simonazzi (2015b).

and social inclusion. As a result of the continuous downturn, Italy's GDP has reverted to the level of 2000, 9% below the level of 2008, and total employment has contracted substantially. Compared with the peak in 2008, the decrease amounts to 1.1 million jobs (Banca d'Italia, 2014: 79). The severe and prolonged downturn has heavily impacted on women and men, though the effects are very different – in terms of job loss, income loss, and impact on jobs quality – because of the gendered nature of the family-employment system and the familistic welfare model. Italy is certainly an example not only of the sluggish economic recovery and high structural unemployment but also of the decreasing size and scope of the welfare state, with detrimental effects on the difficult path towards gender equality.

2. Family-employment system

The Italian labour market is characterized by long-standing imbalances which include low female participation rates, high youth unemployment rates and a marked Centre-North vs. South divide. These imbalances are framed within an employment regime characterised by high rates of self-employment, large shares of people employed in small firms, a high degree of employment protection for standard employees, combined with a marked degree of flexibility to a large extent achieved through atypical contracts and an extensive underground economy. All these factors give rise to labour market segmentation related to the extreme fragmentation of the social security system and evident differences in employment protection.

As already mentioned, one of the structural weaknesses of the employment regime in Italy is the low integration of women into paid work. Over the past few decades, Italian women have greatly improved their educational attainment, and their labour market ambitions have increased accordingly. Together with the increase in education, the employment rate of women, especially mothers, increased to a significant extent in the decade before the crisis. However, gender gaps in employment rates remain amongst the highest in the EU27². Thus, women are not fully integrated into the labour market or remain in its margins, especially in Southern Italy³. In general, women suffer significant disadvantages

² In 2014, Italy continued to rank among the worst performers in the *Global Gender Gap Index* (ranking 69th out of 142 overall), being penalized above all by the economic participation and opportunity category (114th) (World Economic Forum 2014). Italy lags behind in women's access to the labour market, remuneration, career advancement, promotion to positions of leadership and new business initiatives.

³ This is mirrored in the uneven spread of the male breadwinner model across Italian regions: in the centre-north an increasing number of couples with children have both partners in employment (but with a high share of mothers in part-time employment), while in the *Mezzogiorno* the male breadwinner model continues to prevail.

in gaining access to jobs with adequate rights and social security provisions. Notwithstanding the advances achieved before the crisis, the economic participation rate of women is still considerably lower than that of men in Italy. This is explained by the familistic welfare model.

As in other Mediterranean countries, in Italy the family plays a central role in the provision of care and assistance to its members. Families are expected to support their members when they are in need of some kind of assistance, without intervention by the state. Accordingly, family policies are underdeveloped in comparison with those of other EU countries. In particular, a lack of affordable childcare services (for children aged under 3) restrains the female labour supply, especially in southern regions. Moreover, regional differences in the provision of nurseries by municipalities are very marked: the percentage of small children attending nurseries ranges from 3.6% (in Calabria, in the South) to 27.3% (in Emilia-Romagna, in the North) (Istat, 2014c). Moreover, income maintenance systems are inadequate, especially for people employed in atypical jobs, and they are fragmented⁴. These features are mirrored in a very low share of social expenditure relative to family and children, housing and social exclusion, and a high risk of poverty after social transfers. Recent research has confirmed the resilience of the familistic welfare model, despite the efforts made in the years before the crisis to overcome some of its major weaknesses (Ascoli and Pavolini, eds. 2015; Leon and Migliavacca, 2013).

The family-employment system is based on rather traditional gender roles: men are employed full time in secure jobs throughout their working lives, and are mainly responsible for earning enough for the economic wellbeing of the whole family; women have responsibility for family caring and domestic work. Although the reality is more diversified than this stylised model, this was the model around which labour market policies and personnel management practices were constructed and implemented. In short, the male breadwinner model of the family remains dominant. This explains, on the one hand, the high share of inactive mothers (especially in Southern Italy) and, on the other hand, the pervasive discrimination against maternity (Valentini, 2012) reflected in gender inequalities in the labour market, and also mirrored in a much higher female unemployment rate and a higher share of women in precarious jobs.

⁴ Tito Boeri (2012) has provided an estimate of the total number of people currently employed that are not covered by any form of benefit in the event of job loss. Out of a total 23 million people in employment, almost 10 million workers are excluded (56.8%). Employees on open-ended contracts are the group with the highest coverage (89.5%), followed by employees with fixed-term contracts (61.9%), apprentices (21.1%) and employer-coordinated freelancers (12.5%). Self-employed workers (accounting for almost one third of total employment) are excluded. In the most recent years, some changes have been introduced (with enactment of the Monti-Fornero reform in June 2012 and the *Jobs Act* in 2014-2015) in order to move towards a more universal unemployment benefit system.

Although the non-symmetrical nature of work within families is gradually diminishing, the difficulties of balancing work and life can be seen with greater intensity when there are small children involved, as shown by the gap between the employment rates of men and women without children and with children (see tab. 1). While the employment rate increases for men when there are children, it decreases for women. As a result, the gap by sex in the employment rate is much higher when there are small children; and this implies that a significant number of women leave the labour market when they become mothers. However, there are large differences between the Centre-North (recording rates close to the EU27 average) and the *Mezzogiorno* (recording very low employment rates for mothers).

Table 1

Employment rate (25-49) by sex and presence of children in Italy and EU27, 2008 and 2014

	2008 EU27			2014 EU		
	M	F	gap	M	F	gap
Total	87.4	72.6	-14.8	83.4	71.9	-11.5
No children	83.8	79.8	-4.0	78.5	77.0	-1.5
1 child	89.9	72.8	-17.1	86.7	72.2	-14.5
2 children	92.5	68.6	-23.9	90.0	70.6	-19.4
3 children or +	87.3	54.5	-32.8	85.5	55.4	-30.1

	2008 Italy			2014 Italy		
	M	F	gap	M	F	gap
Total	86.7	61.2	-25.5	77.5	57.7	-19.8
No children	82.3	68.8	-13.5	71.5	61.9	-9.6
1 child	89.8	61.1	-28.7	81.4	58.6	-22.8
2 children	92.5	54.1	-38.4	86.2	54.2	-32.0
3 children or +	87.9	41.7	-46.2	81.6	40.7	-40.9

Source: Eurostat, online codes: [lfsa_eppga], [lfsa_eppgai].

Table 2

Part-time employment and involuntary part-time for women aged 25-49, 2004, 2008 and 2014 (%)

	<i>PT as % of total employment</i>			<i>Involuntary PT as % of total PT</i>		
	2004	2008	2014	2004	2008	2014
EU27	28.3	28.8	30.4	17.4	23.2	27.3
Italy	25.9	29.3	34.4	31.1	37.2	59.9

Source: Eurostat, online codes: [lfsa_eppga], [lfsa_eppgai].

An ad hoc national survey on female inactivity has shown that 46% of women who are inactive left work because of reconciliation problems (Isfol, 2010: 53). Administrative data (INPS) show that 25% of women who gave birth in 2009 were not back to work three years later (Mundo, 2012, in EP, 2014: 26). Finally, the Istat sample survey on births and mothers has shown that new mothers are facing increasing difficulties in returning to their jobs after motherhood during the crisis (Istat, 2012c, 2014a). Inactivity due to reconciliation problems is certainly very high in Italy, though with differences across the country. Whilst in the *Mezzogiorno* a large number of women in their prime age abandon active life when they become mothers (and some when they get married), in the Centre-North an increasing number move to part-time.

In Italy, the percentage of women (aged 25-49) with a part-time job used to be far below the EU average (26% in 2004), but it has increased rapidly over the last decade, up to 34.4% in 2014, higher than EU27 average (see tab. 2). But at present almost 60% of this part-time work is «involuntary»; moreover, the share of involuntary part-time almost doubled between 2004 and 2013. And the most important reason was the lack of full-time jobs, followed by the lack of flexible working arrangements and the difficulties met by women in reconciling work and family commitments (Istat, 2011b; Villa, 2012).

To sum up, the weaknesses of the family-employment system and the inadequacy of family policies now catch young women in the intergenerational solidarity trap: because of the lack of adequate family policies and the context unfavourable to working mothers (and in general, to women with family responsibilities) they have to choose between the family (taking care of the children, the elderly, frail family members) and employment. The outcome is the combination of very low female employment rates with very low fertility rates (Villa, 2012). It is within this scenario that one must assess the gendered impact of austerity policies.

3. The financial and economic crisis and subsequent austerity policy

We can take for granted that in Europe since 2010 there has been a decisive shift from fiscal stimulus to fiscal consolidation policies or austerity, after the remarkable deployment of various fiscal supports to countervail the global financial and economic crisis that exploded in 2008-09. Italy as a country of the Eurozone participates in the economic debate on the causes of and remedies for the slowdown. But it also takes a significant part in the unkept promises of austerity.

In the first phase of the global economic crisis (2008-2009), most governments introduced fiscal stimulus programmes; contrary to other countries, Italy implemented no expansionary fiscal measures to counteract the effects of the recession. The weakness of the public budget made it difficult to counteract those effects with an

expansionary fiscal policy⁵. Nonetheless, the collapse of GDP inflated the debt/GDP ratio, which increased by 13 percentage points (from 103 in 2007 to 116 in 2009).

The sovereign debt crisis, which culminated in July 2011 with a sharp increase in the interest rates on Italian government bonds, forced the pursuit of fiscal consolidation. Three austerity packages were approved over a short period of time (Simonazzi, 2015a)⁶. Budgetary measures (tax increases and spending cuts), sale of public assets, and structural reforms (labour, pensions, liberalization of strategic sectors) were announced, implemented, and amended by the four governments alternating in office during the crisis.

Since 2010, the governments in office have considered and enacted all the various austerity strategies identified by Ortiz and Cummins (2013: 13-17) in their review of adjustment measures in the age of austerity⁷. In short, it was decided to prioritise fiscal balances over employment, on the hypothesis that further labour market reforms, by reducing the residual rigidities (on individual and collective dismissals, and collective bargaining on wages), would help to foster employment growth. The principal austerity measures implemented so far can be grouped under six main headings.

- i) *Cuts in national government transfers to local governments.* Drastic reductions were made to financial transfers to regions and local authorities. Because local governments are responsible for social services, they are most likely to produce a lower amount of services. And women are likely to substitute for the public provision of these services by providing unpaid work within the household. A recent report on the provision of childcare services has revealed that between 2004 and 2011 there was an overall increase in current expenditure on nurseries and in the number of children enrolled at public nurseries or private nurseries financed by the municipalities. But in 2011 and 2012 there was a decrease in both enrolments and the contributions paid by municipalities for private nurseries (Istat, 2014c).
- ii) *Cuts in social policy expenditure.* The national fund for social policy was decimated, the fund for non self-sufficiency cancelled (to name only two actions). In short, the embryonic and underdeveloped national social policy was almost completely dismantled, once again delegating to the family (and consequently to women) the care of its frail members (Simonazzi, 2015a, 2015b).

⁵ Italy's fiscal stimulus over 2008–2010 amounted only to 0.3% of GDP, compared with an average of 3.4% for the main advanced economies, and it was achieved mostly by changing the composition of the budget, leaving the balance unchanged (Simonazzi, 2015a).

⁶ The first two were presented by the Berlusconi centre-right government in August and November 2011. The last and tightest one was approved in December 2011 by the coalition government led by Mario Monti. In 2013 austerity policy was continued, though it was less restrictive than in the previous years.

⁷ Their review is based on information from IMF country reports for 181 countries.

iii) *Wage freeze and cuts in jobs in the public sector.* Spending cuts consisted also in reductions in the compensation of employees in general government (in particular, in health and education). The compensation of public employees (in terms of per cent of GDP) had been falling since 2009. Two main strategies have been envisaged: first, very tight limits on hiring (no more than 20% of people exiting the public sector) that have already resulted in a significant fall in employment (see tab. 3); second, the freeze on wage increases and collective wage bargaining (Banca d'Italia, 2014: 108). And both strategies are still in force, so that further delayed effects are expected. This entails a decrease in opportunities for the young cohorts with high educations in general, and for women in particular. To be pointed out is that, in Italy, the growth of female employment recorded after the mid-1990s was driven by the services sector, which includes the activities of the public administration. This sector played a major role in raising female employment, so that by the mid-1990s women constituted the majority of civil servants (Tibaldi, 2009).

Table 3
Employees in the public sector in Italy by sex, 2001, 2007 and 2013 (no. and % change)

	2001	2006	2013	% change 2001-2006	% change 2006-2013
M	1,727,921	1,616,366	1,428,619	-6.5	-11.6
F	1,776,243	1,854,267	1,804,335	+4.4	-2.7
MF	3,504,164	3,470,633	3,232,954	-1.0	-6.8

Source: Ragioneria Generale dello Stato, Conto annuale. <http://www.contoannuale.tesoro.it/>

It should be stressed that the public sector not only represents a high proportion of women's employment in Italy but is also considered to be the best employer for working mothers in terms of flexible work arrangements, as in other advanced countries where the emancipation process has historically seen increasing female educational attainment levels, an expansion of female employment in the public sector, and a progressive move towards the dual-earner model (Rubery, 2013).

iv) *Increasing consumption taxes on basic products.* VAT was increased to 21% in 2011 and to 22% in 2013. Basic products are disproportionately consumed by low-income and poor households; therefore, the increase in indirect taxation has contributed to further reducing households' disposable income and to increasing income inequality. As pointed out in the literature on gender budgeting (Stotsky, 2006: 23; Grown and Valodia, 2010), indirect taxes may contain implicit gender biases in several forms. Given

that indirect taxes affect the price of private goods and services, they not only reduce households' purchasing power but also interact with demand for goods and services, with inherent gender biases. These indirect effects on gender inequalities have not been taken into consideration by policy makers in Italy. In years of severe recession, the protracted decline in disposable income has affected consumers' plans, with a shift from purchasing certain services in the market to home production, mainly through unpaid female work.

- v) *Pension reform.* A new reform was precipitously enacted at the end of 2011 to respond to the urgent need to reduce public expenditure and appease financial markets (and the EU). The minimum retirement age was increased to 66 for all, men and women, by January 2018 (and a gradual rise up to 70 years is planned after 2018), with pension benefits strictly linked to contributions paid. Advocated in the name of gender equality and financial sustainability, the law cancelled the more favourable conditions for women which had been some sort of compensation for their unpaid care-work. However, no provision has been envisaged to re-balance the huge income disparities between retired men and women. The average pension of a woman is now around 69% of a man's (Bettio *et al.*, 2013). The pension gap may soon become dramatic when the amount of the pension is calculated exclusively on the basis of the contributions paid, given the over-representation of women in part-time and precarious jobs, and the many interruptions in their work lives. Moreover, the increase in retirement age makes reconciliation still more difficult, especially considering the simultaneous cuts in social expenditure and transfers to local governments. It should be recalled that in Italy grandparental childcare tends to be a substitute for formal childcare, especially for low educated mothers and those living in the Centre-North (Arpino, Pronzato and Tavares, 2014). Thus, the increase in women's retirement age not compensated by a concomitant increase in public childcare services may reduce the labour supply of mothers of small children.
- vi) *Labour market reforms.* The labour market has been one of the preferential areas of «structural reforms» in Italy since the late 1990s. The idea inspiring policy makers – following the recommendations put forward by the European Commission – has been that the labour market must be made 'more flexible', i.e. 'more market friendly', in order to enhance labour market adjustments to shocks (Zenezini, 2014). The four governments in office through the crisis have continued the tradition: they have all made announcements, enactments and amendments for a new labour market reform. An important and complex law was approved by the Parliament on June 2012 (the so called Monti-Fornero reform), after months of discussions and shilly-shallying. The ambitious aim of this reform was to shake

up the labour market, and it was driven by three main objectives: (i) clamping down on certain widespread abuses of what are generally referred to as «precarious» work contracts (i.e. increasing the costs for firms); (ii) liberalizing individual lay-offs for economic reasons, partly compensated by (iii) introducing a more universal system of unemployment benefits. After only a year and a half, a new reform (the so called Jobs Act) was initiated by the new Renzi government. The enabling bill for the reform of the labour market was passed at the end of 2014. The first two enacting decrees, which took effect in March 2015, reinforce some of the principles underlying the measures introduced in 2012. They further extend the pool of potential recipients of unemployment benefits and amend the legislation on individual dismissals, not only making the consequences of any firing decisions more predictable but also introducing a new contractual arrangement (to be applied only to new hirings) associated with a lower cost of dismissal. Despite differences in assumptions and goals, all the changes implemented have been inspired by the idea that increasing labour market flexibility and weakening collective bargaining is good for growth. Gender equality, an issue which has never been high on the political agenda in Italy, has been set aside despite increasing attention by the media and international organisations (EC, OECD, IMF)⁸ to the very low integration of women in the labour market. The only effort made in this regard has relied on a series of employment subsidies (tax deductions and/or reductions in social contributions for employers), despite doubts on their efficacy in creating additional jobs for women.

Fiscal consolidation has resulted in a contraction of economic activity, lower aggregate demand, job destruction and higher unemployment. Italy under stronger austerity has achieved neither fiscal consolidation (paradoxically, despite continuous fiscal austerity, the loss in output has swollen the debt/GDP ratio to 132.6% in 2013, from 116% in 2009) nor faster recovery, but rather lower shock absorption, worse recovery performance and higher unemployment.

After seven years of stagnation, Italy is now undertaking broad-based and ambitious reforms to boost growth by taking advantage of synergies among policies. According to OECD's economic survey (February 2015) «labour market reform is essential to give companies the flexibility to innovate, restructure, and boost productivity». The «Jobs Act, adopted in December 2014, aims to rationalise employment protection, expand active labour market policies, make social

⁸ To mention just one recent example, Christine Lagarde (head of the IMF) in an interview (*Corriere della Sera*, 4.4.14) has said that Italy has done very little to promote the role of women in the workplace. She added «a change of strategy is needed»: not only would it help Italy to advance socially but the additional income generated would help the country emerge from economic stagnation.

protection more effective and boost women's participation in the workforce». The focus is again on the new labour market reform (so called *Jobs Act*) despite the evidence that the range of impacts of product market reforms are notably larger than those of labour market reforms (IMF, 2013; Zenezini, 2014).

4. Labour market impact of the crisis on women and men

The austerity policy implemented in Italy has deteriorated the macroeconomic conditions, leading the country into a very long period of recession, with strong negative impacts on the labour market. Employment conditions have dramatically worsened for all: women and men, nationals and foreigners, young and prime-age workers, people living in the Centre-North and in the South, but with very different impacts in terms of job loss (due to labour market segmentation and segregation) and outcomes in terms of income loss (because of the lack of universal relief measures).

Table 4 shows the evolution of the main labour market variables by gender between 2008 and 2014. The number of persons employed fell in all parts of the country (but especially in the South) and all sectors, but most of all in construction and general government. In 2014 employment declined also in the private service sector, where it had continued to grow during the previous three years. The number of people in employment declined by 7.9% for men, but only slightly for women. Employment rates declined for all population subgroups, but was more pronounced among men (from 70.3% to 64.7%) and especially younger men (in the 15-34 age group). For the population aged 55-64, by contrast, the employment rate rose, especially for older women, owing in part to the pension reform enacted in 2011.

In the crisis years (2008-2014), the number of persons active in the labour market diminished among men and increased among women. Among men, the decline was sharpest among those aged 15-34. There was a decline in participation among women in that age group as well, but this was more than offset by an increase in the older age groups (women over 50). Data on female labour supply show the coexistence of two opposing trends. On one hand, women in their prime age increased their participation rate throughout the crisis, entering the labour market to sustain family income. On the other hand, there was an increase in discouragement (among younger women, especially in the South)⁹.

⁹ Gálvez-Muñoz *et al.* (2013) have estimated labour supply models for individuals aged 25 to 54 living in couples with or without children, using the EU-SILC 2011 micro data for Spain and Italy. The analysis carried out shows a strong countercyclical added-worker effect for women in response to transitory shocks in partner's earnings, in contrast with a pro-cyclical discouraged-worker effect for men. However, for women the added-worker effect prevails in Spain while the discouraged worker effect dominates in Italy.

Table 4
Main labour market indicators by sex, 2008 and 2014 ('000 and %)

	2008	2014	Absolute change	% change
Employed (15-64) ('000)				
M	14,063	12,945	-1,118	-7.9
F	9,341	9,334	-7	-0.1
Employment rate (15-64) (%)				
M	70.3	64.7	-5.6	
F	47.2	46.8	-0.4	
<i>gender gap</i>	23.1	17.9		
Unemployed ('000)				
M	821	1,742	938	116.8
F	872	1,494	633	73.6
Unemployment rate (%)				
M	5.5	11.9	6.4	
F	8.5	13.8	5.3	
<i>gender gap</i>	-3.0	-1.9		
Potential additional labour force ('000)				
M	983	1,390	421	43.4
F	1,805	2,067	279	15.6
Non-participation rate (%)				
M	11.0	19.3	8.3	
F	21.6	27.3	5.7	
<i>gender gap</i>	-10.6	-8.0		

Source: Istat, Labour Force Survey, in: Istat (2015, Chapter 4: 153).

The contraction of the labour force can be ascribed largely to the increase in the number of persons who, while wanting and available to work, said they had stopped actively seeking employment because there were no job openings. This increase (particularly large in 2013), brought the number of these discouraged workers to 1.4 million, 400,000 more than in 2008 (Banca d'Italia 2014: 84). Somehow surprisingly, this discouragement effect was much larger among men than among women. Despite the contraction of the labour force due to discouragement, the sharp decline in employment resulted in an increase in the number of unemployed persons, which rose to 1.7 million for men and 1.5 million for women in 2014. The unemployment rate rose to 11.9% for men and 13.8% for women. The increase was very pronounced among the young, men and women.

The unemployment rate in the case of Italy does not fully express the distress caused by the lack of jobs. Two supplementary indicators can be used. The first, called the 'potential additional labour force' (PAF), is given by the sum of two groups: «persons seeking work but not immediately available» and «persons

available for work but not seeking it». Persons in the PAF are not part of the standard labour force, which encompasses only employed and unemployed people; however, they have a stronger attachment to the labour market than other economically inactive persons. As expected, there are more women than men in this cluster, and an increase was recorded during the crisis; but this rise was relatively small among women (+15.6%) and very large among men (+43.4%) (see tab. 4). The second indicator, «non-participation rate», adds to the unemployed persons also part of the potential labour force (those who are inactive because they have not looked for a job in the past 4 weeks but are willing to work). Also this indicator records an increase during the crisis greater for men than for women (+8.3 and +5.7 percentage points). However, the overall disadvantage for women remains substantial with respect to men (27.3% and 19.3%, respectively).

Gender gaps in labour market indicators are still large in Italy; they have been narrowing in recent years, but due more to the worsening of men's working conditions than to any progress in those of women. The present economic and fiscal crisis has so far affected less the quantity of female jobs than their quality.

In terms of quantity, the crisis has put a halt to the positive (but not exceptional) trend recorded for female employment in the decade preceding the Great Recession. At the national level, the female employment rate reached its maximum of 47.2% in 2008 (well below the 60% target for 2010), and went back to 46.5% in 2013. As a result of the gender segregation in the labour market (i.e. concentration of female employment in care and health, education, retail and other services), job destruction has to date not been so dramatic for women as for men. In some occupations, in particular homecare for the elderly, there has been an increase (but for female migrants)¹⁰. Though employment has decreased globally more for men due to labour market segregation, in the near future young women will be the most adversely affected by austerity measures because public employment is declining very fast and public services are disappearing or deteriorating.

As regards the quality of female employment, the crisis has aggravated a situation that was already quite critical by accentuating several structural weaknesses. First, despite the dramatic increase in male unemployment, unemployment rates are systematically higher for women, signalling their greater difficulties in entering or re-entering active life. Second, reconciling work and family remains overwhelmingly a women's responsibility: the supply of public child-care services (for children aged under 3) remains inadequate¹¹ and it is not expected to increase in the near future due to budget cuts for local municipalities; there is a chronic lack of services for the elderly, which is overcome within the

¹⁰ Trends in female employment by nationality suggest that female migrants continue to be recruited by Italian families in order to allow a certain number of Italian women to stay in employment, thus overcoming the lack of gender equality policies.

¹¹ The average coverage rate is 13.5%, well below the 33% Barcelona target, with wide variability across local municipalities (EP, 2014: 27)

family both/either with unpaid work by female relatives and/or the help of female migrants; flexible working arrangements are rarely made available because of a lack of incentives for employers and a lack of funds to implement plans supported by the law (EP 2014: 28); finally, there has been little change in men's role within the family over time (Verashchagina and Capparucci, 2013: 251). Third, women remain under-represented in standard employment, despite its larger decrease among men, and they are over-represented in precarious employment¹², despite its larger decrease among women (Istat, 2014: 89). Last, but not least, the gender pay gap (GPG, measured in unadjusted form) shows a steady increase over the crisis, contrary to the general tendency observed in the EU27. This has been explained with the expansion of low-pay female jobs (in care services) and the increasing precariousness of young women with high educations (Bettio, 2013).

5. Changing family roles in times of austerity

The family-employment system based on traditional gender roles (i.e. the male breadwinner household) that in the past limited the emancipation of women through paid work has proved unable to absorb the disruptive effects of a major crisis. The fall in total employment, the contraction in family incomes, and the lack of a universal safety net have increased poverty among lower income families (characterised by inactive women) and impoverished middle class families (with large numbers of women employed in part-time jobs). The share of households in absolute poverty doubled between 2007 and 2012 (from 4.1 to 8.0%, and accelerated since 2011); families with children, single parents and jobless households have recorded the sharpest increases (Istat, 2014: 174)¹³. With widespread male unemployment, previously inactive women have been pushed into the labour market to supplement or make up for the loss of the male's income. Thus, during the crisis the 'discouraged worker effect' has prevailed among men (especially among the younger age groups), while the 'added worker effect' has prevailed among women in Italy (especially among prime age women in *Mezzogiorno* to compensate for their partner's unemployment), as in other Southern countries (COM 2014). The willingness of women to increase their labour supply during the crisis (and the constraints they face due to traditional gender roles) is confirmed by the increasing share of involuntary part-time (Villa, 2013). In 2014, female part-time employment was 32.1% (recording an

¹² The over-representation of young women on contractual arrangements with limited or no protection implies that they cannot rely on the provisions granted to standard employees in the case of maternity (Villa, 2012).

¹³ Increases in the incidence of absolute poverty and material deprivation have been registered throughout Italy, though disproportionately in the South.

increase of 4.4 percentage points in five years); at the same time, the share of involuntary part-time among women rocketed to 60.4% (from 38% in 2008)¹⁴.

6. Competitiveness, social inclusion and gender equality

On the one hand, the Italian family-employment system has been unable to absorb or to dampen the effects of the crisis. On the other hand, Italy is losing ground in any comparative evaluation of economic policies to enhance labour market participation, employment and social inclusion. The two are closely intertwined: the best way to secure social inclusion is to ensure gainful employment to a larger share of the population, firstly women. And social inclusion partakes of European competitiveness indicators¹⁵.

A recent comparative assessment of 28 European countries (World Economic Forum, 2014) shows that Italy is dramatically weak in terms of inclusive growth¹⁶, one of the three sub-indexes of the *Europe 2020 Competitiveness Index*. This 'inclusive growth' sub-index captures the extent to which every member of society can contribute to and benefit from Europe's growth and development. This is captured through two pillars, one measuring the labour market and employment conditions, the other measuring social inclusion at large. To a large extent the inclusive growth sub-index reflects the capacity of an economy to provide security of employment rather than security of jobs.

The results for 2014 show that, despite the stability of Italy's global competitiveness index (21 out of 28 in 2012 and 2014), the country ranks 28 out of 28 for labour market and 21 out of 28 for social inclusion, dropping positions since 2010. In other words, whilst Italy has some strengths in its enterprise environment, its competitiveness is hindered by labour market conditions (28th) and social inclusion conditions (21st). The former case deprives wide segments of the population of gainful employment (women and youths); the latter case shows that the best performance concerns the accessibility of healthcare services (19th) rather than social mobility (24th) or governmental effectiveness in reducing poverty and inequality (25th).

If inclusive growth is an important part of future European competitiveness, Italy drops positions, going in the direction of exclusive rather than inclusive growth. It especially lags behind in women's access to the labour market,

¹⁴ The decline in labour input involved a significant shift from full-time to part-time positions. During the period 2008-2014, full-time work declined substantially for both men and women, while part-time work increased, especially for women (Istat 2015: 161-164).

¹⁵ This micro level must consider also the macro perspective; for instance, the two way relationship between gender inequality and macroeconomic outcomes is examined in Seguino (2012).

¹⁶ Crisis and austerity measures have emphasized the predominance of public finance concerns over inclusive growth especially for member states performing below the average in terms of poverty and social inclusion.

remuneration, career advancement, promotion to positions of leadership and new business initiatives. In 2014 the country was among the worst performers in the *Global Gender Gap Index* (ranking 69th out of 142 overall), being penalized above all by the economic participation and opportunity category (114th) (World Economic Forum 2014).

7. Conclusions

Italy is an interesting case with which to verify the impact of fiscal consolidation policies because of the gendered nature of the country's family-employment system. The severe economic crisis of 2008-2009 followed by austerity policies has affected women and men differently. Although gender gaps in labour market indicators are still large, they have been narrowing recently; but this has been due to the worsening of men's working conditions, not to any progress in those of women.

Today it is the intertwined effects of long-standing imbalances and the shifts to austerity policies that have created new differential impacts on women and men. On the one hand, the inadequacy of the Italian family-employment system in absorbing disruptive effects of the crisis has locked young women in a new intergenerational solidarity trap, family versus employment. On the other hand, one of the main effects of the crisis has been on the quality of female jobs, enhancing structural weaknesses of the Italian labour market. Both are examples of the exclusive rather than inclusive growth for which Italy, in comparison with other countries, keeps losing ground.

References

- Arpino, Bruno; Pronzato, Chiara D.; Tavares, Lara P. (2014), «The effect of grandparental support on mothers' labour market participation: an instrumental variable approach», *European Journal of Population* 30(4), 369-390.
- Ascoli, Ugo; Pavolini, Emmanuele (eds.) (2015), *The Italian Welfare State in a European Perspective*, Bristol, Polity Press.
- Banca d'Italia (2014), *Annual Report*, Rome, 30 May, [online] available in <https://www.bancaitalia.it/pubblicazioni/relazione-annuale/2013/index.html> [retrived on 23/01/2015].
- Bettio, Francesca (2013), «Perché in Italia si riapre il gender pay gap», 30 May, www.ingegnere.it. [retrived on 23/01/2015].
- Bettio, Francesca; Tinios, Platon; Betti, Gianni (2013), *The gender gap in pensions in the EU*, Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- Boeri, Tito (2012), «Le tasse, il lavoro e la crescita», *Senato della Repubblica*, 29 February 2012.
- EP (2014), *The Policy on Gender Equality in Italy*, Brussels, European Parliament, Policy Department C: Citizens' Rights and Constitutional Affairs, FEMM Committee.

- Gálvez-Muñoz, Lina; Rodríguez-Modroño, Paula; Addabbo, Tindara (2013), «The impact of European Union austerity policy on women's work in Southern Europe», Department of Economics Marco Biagi, *DEMB Working Paper Series*, October, 18.
- Grown, Caren; Imraan, Valodia (eds.) (2010), *Taxation and Gender Equity. A Comparative Analysis of Direct and Indirect Taxes in Developing and Developed Countries*, Oxon and New York, Routledge.
- IMF (2013), «Fiscal Consolidation in the Euro Area: How Much Can Structural Reforms Ease the Pain?», Working Paper, October, [online] available in <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2013/wp13211.pdf> [retrived on 14/02/2015].
- Isofin (2010), *Perché non lavori? I risultati di un'indagine Isofin sulla partecipazione femminile al mercato del lavoro* (a cura di Roberta Pistagni), I libri FSE, Roma, Isofin.
- Istat (2011b), «Il part-time involontario», in *Rapporto annuale 2010*, Roma, Istat, 152.
- Istat (2012c), «Maternità e partecipazione femminile al mercato del lavoro», in *Rapporto annuale 2012*, Roma, Istat, 120-121.
- Istat (2014a), *Avere figli in Italia negli anni 2000*, Roma, Istat.
- Istat (2014b), *Rapporto Annuale 2014*, Roma, Istat.
- Istat (2014c), «L'offerta comunale di asili nido e altri servizi socio-educativi per la prima infanzia», *Statistiche Report* 29 luglio.
- Istat (2015), *Rapporto Annuale 2015*, Roma, Istat.
- Leon, Margarita; Leon, Migliavacca, (2013), «Italy and Spain: still the case of familistic Welfare Models?», *Population Review* 52(1), 25-42.
- Ortiz, Isabel; Cummins, Matthew (2013), «The Age of Austerity: A Review of Public Expenditures and Adjustment Measures in 181 Countries», *Initiative for Policy Dialogue and the South Centre*, Working Paper, March, [online] available in <http://policy-dialogue.org/files/publications/Age of Austerity Ortiz and Cummins.pdf> [retrived on 14/03/2015].
- Perrons, Diane (2015), «Gender equality in times of inequality, crisis and austerity: towards gender-sensitive macroeconomic policies», in Francesca Bettio; Silvia Sansonetti (eds.), *Visions for Gender Equality*, Luxembourg, Publication Office of the European Union.
- Rodrik, Dani (1998), «Why do more open economies have bigger governments», *Journal of Political Economy* 106(5), 997-1032.
- Rodrik, Dani (2011), *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*, London, W.W. Norton.
- Rubery, Jill (2015), «Austerity and the future for gender equality in Europe», *ILR Review* August, 715-741.
- Rubery, Jill (2013), «Public sector adjustment and the threat to gender equality», in Daniel Vaughan-Whitehead (ed.), *The Public Sector Shock. The Impact of Policy Retrenchment in Europe*, Geneva, Switzerland, ILO, 23-43.
- Seguino, Stephanie (2012), «From micro-level gender relations to macro economy and back again. Theory and policy», in Deborah Figart; Tonia Warnecke (eds.), *Handbook of Research on Gender and Economic Life*, Northampton, MA, Cheltenham, 325-344.
- Simonazzi, Annamaria (2015a), «Italy: Continuity and Change in Welfare State Retrenchment», in Daniel Vaughan-Whitehead (ed.), *The European Social Model in Crisis. Is Europe losing its soul?*, E. Elgar, Cheltenham, 339-385.
- Simonazzi, Annamaria (2015b), «Italy's long stagnation», in Steffen Lehndorff (ed.) *Divisive Integration-The Triumph of Failed Ideas in Europe*, Brussels, European Trade Union Institute-ETUI.
- Stotsky, Janet (2006), «Gender Budgeting», *IMF Working Paper*, No. 06/232.

- Tibaldi, Mauro (2009), «L'occupazione femminile nella Pubblica amministrazione: un'analisi dei dati della Ragioneria Generale dello Stato», *Contributi Istat* 3.
- Valentini, Chiara (2012), *O I figli o il lavoro*, Milano, Feltrinelli.
- Verashchagina, Alina; Capparucci, Marina (2013), «Living through the crisis in Italy», in Maria Karamessini; Jill Rubery (eds.), *Women and Austerity*, London, Routledge.
- Villa, Paola (2010), «La crescita dell'occupazione femminile: la polarizzazione tra stabilità e precarietà», *Lavoro e Diritto* 3, 343-358.
- Villa, Paola (2012), «Club Med», *European Women's Voice*, Spring, 16-18.
- Villa, Paola (2013), «Il lavoro part-time in Italia ai tempi della crisi», 1st October, www.ingenero.it. [retrived on 14/03/2015]
- World Economic Forum (2014a), *The Global Gender Gap Index*. «Italy», [online] available in <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/economies/#economy=ITA>. [retrived on 14/06/2015]
- World Economic Forum (2014b), *The Europe 2020 Competitiveness Report: Building a More Competitive Europe*, Geneva.
- Zenezini, Maurizio (2014), «Riforme economiche e crescita: una nota critica», *Economia & Lavoro* 3, 99-128.

Maria Luigia Segnana. Full professor of economics, Department of Economics and Management, University of Trento.

E-mail address: marialuigia.segnana@unitn.it

Paola Villa. Full professor of applied economics, Department of Economics and Management (DEM), University of Trento.

Postal address: DEM, University of Trento, Via Inama 5, 38100 Trento (Italy).

E-mail address: paola.villa@unitn.it

Artigo recebido em 9 de fevereiro de 2015 e aceite para publicação em 29 de julho de 2015.

LAS POLÍTICAS DE GÉNERO EN ESPAÑA: RETROCESOS Y RESISTENCIAS EN TIEMPOS DE AUSTERIDAD¹

Alba Alonso

Universidad de Santiago de Compostela, España

Resumen

Este trabajo realiza un análisis de los principales retrocesos en materia de políticas de igualdad en España. En primer lugar, expone los cambios acontecidos en aspectos centrales de esta área competencial, como los organismos, los presupuestos o la agenda política en materia de igualdad. En segundo lugar, repasa las transformaciones en políticas clave, como las relativas al Estado de Bienestar y su impacto sobre la situación de las mujeres. Finalmente, expone las resistencias del movimiento feminista y de mujeres ante estos evidentes retrocesos. Como conclusión, plantea que la crisis económica y la presencia de gobiernos conservadores en el poder constituyen factores explicativos para entender esta involución.

Palabras-clave: políticas de género, España, retrocesos, crisis económica.

Abstract

Gender Policies in Spain: setbacks and resistance in times of austerity

This article analyses the setbacks experienced by gender equality policies in Spain. First, changes in regard to key elements of this policy field, like the institutional mechanisms, the budgets or the equality policy agenda, are mapped. Second, transformations concerning key policies such as the ones related to the welfare state, and their impact on the situation of women, are reviewed. Finally, the article addresses the resistances of the feminist and the women's movements against these remarkable setbacks. To conclude, it is argued that both the economic crisis and the presence of conservative governments in power represent explanatory factors to understand this involution.

Keywords: gender quality policies, Spain, setbacks, economic crisis.

Resumo

As políticas de género em Espanha: retrocessos e resistências em tempos de austeridade

Este artigo analisa os principais retrocessos nas políticas para a igualdade em Espanha. Em primeiro lugar, expõe as mudanças que ocorreram em aspetos centrais desta área de competência, tais como os organismos, os orçamentos ou a agenda política em matéria de igualdade. Em segundo lugar, revê as mudanças nas políticas-chave, tais como o Estado Providência e seu impacto sobre a situação das mulheres. Por fim, discute os pontos fortes do movimento feminista e de mulheres, de resistência a esses retrocessos óbvios. Em conclusão, alega que a crise económica e a presença de governos conservadores no poder são fatores explicativos para a compreensão desta involução.

Palavras-chave: políticas de género, Espanha, retrocessos, crise económica.

¹ Este texto ha sido realizado gracias a una Beca Postdoctoral financiada por la Xunta de Galicia.

1. Introducción

Las políticas de género se habían caracterizado por su elevado nivel de consolidación en las últimas décadas, de manera que se habían desarrollado notablemente aspectos clave como la arquitectura institucional, el marco normativo o las estrategias para promover la igualdad (Squires, 2007). Sin embargo, el impacto de la crisis económico-financiera ha invitado a los estudios más recientes a replantearse la solidez de estos avances. Así, este fenómeno ha sido concebido como una coyuntura crítica que ha permitido poner en cuestión conquistas que parecían irreversibles, y desafiar los proyectos feministas a través de la vuelta a ideologías de género que se creían superadas (Dahlerup y Leyenaar, 2013; Rubery, 2014). En este sentido, existe un consenso general respecto al carácter *generizado* de la crisis económica tanto en lo relativo a sus causas como a sus consecuencias (Walby, 2009). Numerosos análisis han optado por centrar su atención en las segundas, recogiendo la literatura respecto a crisis precedentes, que ya habían mostrado su concepción como ventana de oportunidad para cuestionar los avances en materia de igualdad (Karamessini, 2014). En el contexto actual, se han podido corroborar sus perniciosos efectos a través del estudio de aspectos esenciales como los retrocesos en materia de políticas sectoriales de igualdad, la falta de perspectiva de género en las medidas anti-crisis o el cuestionamiento del Estado de Bienestar (Bettio *et al.*, 2012; European's Women's Lobby, 2012; 2009; Karamessini y Rubery, 2014). Sin embargo, resulta todavía difícil capturar la incidencia de la crisis en toda su amplitud y complejidad. Por ello, trabajos recientes han optado por afinar la conceptualización de dichos retrocesos y proponer tipologías concretas que contribuyan a poner en evidencia aquellos que resultan menos obvios y más difíciles de identificar. El trabajo de Rubery ha sido especialmente útil a este respecto y ha propuesto diferenciar entre los cambios que implican resignificar las políticas existentes (*conversion*), los que se basan en un relajamiento en el cumplimiento de las mismas (*drift*), y finalmente, aquellas modificaciones que procuran directamente un desplazamiento relativo a la ideología de género dominante en favor de un marco más conservador (*displacement*) (Rubery, 2014).

El caso español resulta especialmente pertinente para explorar los retrocesos en materia de igualdad en sus diferentes manifestaciones. En primer lugar, se trata de un país que había sido testigo de una notable expansión y consolidación de las políticas de género tanto en el nivel estatal como en el autonómico (Alonso, 2015a). De este modo, dichas actuaciones habían dado lugar a un área competencial diferenciada que presentaba organismos, estrategias e instrumentos propios, así como una agenda política específica (Bustelo, 2014). Este nivel de desarrollo había permitido al estado español ocupar un lugar no desdeñable en los estudios comparados existentes, situando algunas de sus actuaciones como un referente internacional (EIGE, 2012), y ser considerado un país que evolucionaba hacia un régimen de género más avanzado (Walby, 2009, citada en Lom-

bardo, 2013). En segundo lugar, España constituye uno de los países europeos que ha sido azotado en mayor medida por la crisis económica y que ha destacado por la aplicación de severas medidas de austeridad, especialmente tras la llegada de gobiernos conservadores. Por todo ello, constituye un valioso caso de estudio a través del cual resulta posible explorar hasta qué punto la crisis económica representa una ventana de oportunidad para cuestionar unas políticas de igualdad que se creían consolidadas; y también indagar en los diferentes tipos de retrocesos propuestos por Rubery, que arrojan luz sobre aquellas involuciones que resultan más difíciles de detectar.

Este artículo aborda ambos ejes de estudio a través del análisis de la literatura más reciente relativa al caso español. En concreto, realiza un repaso de los retrocesos identificados durante el periodo de crisis (2008-2015) respecto a tres ejes que resultan fundamentales para la promoción de la igualdad: 1) los elementos clave que definen las políticas de género como área sectorial – organismos, presupuestos e instrumentos en materia de igualdad –; 2) la agenda política relativa a la igualdad; 3) y el retraimiento del Estado de Bienestar en áreas cruciales para la situación de las mujeres. Además, propone explorar la reacción del movimiento feminista y de mujeres ante estos cambios y su potencial como agente que genere resistencias y salvaguarde los avances registrados en las últimas décadas.

2. Las políticas para la igualdad en España: Tres décadas de avances

La promoción de la igualdad en España comienza su andadura durante la transición política con los primeros gobiernos democráticos. El primer punto de inflexión se produce con la creación del Instituto de la Mujer en 1983, que se convirtió rápidamente en un actor clave para situar la igualdad en la agenda de gobierno y para reformar un marco legal claramente discriminatorio (Valiente, 2006). No obstante, el desarrollo del Estado autonómico determinó que las políticas de igualdad adoptaran desde el inicio un carácter multinivel y que las Comunidades Autónomas adquirieran un claro protagonismo en este ámbito (Alonso, 2015a; Bustelo, 2014). Los Estatutos de Autonomía aprobados a inicios de los años 80 ya las incluyeron entre las competencias del nivel sub-estatal. Ello derivó en la progresiva creación de instituciones específicas, en muchos casos replicando fielmente la estructura del Instituto de la Mujer estatal (Bustelo, 2004). De modo similar, los planes plurianuales de igualdad emergieron de manera inmediata como el instrumento privilegiado para desarrollar actuaciones en este ámbito, siguiendo de nuevo el ejemplo del ejecutivo central.

Sin embargo, a medida que el proceso de descentralización avanzaba y las Comunidades Autónomas adquirían nuevas competencias y mayores recursos, su papel en la promoción de la igualdad adquirió más relevancia (Bustelo y Orbals, 2007). Mientras que el nivel estatal fue el claro inspirador e innovador en las actuaciones hasta la década de los 90, en la actualidad el liderazgo corresponde

al nivel sub-estatal (Alonso, 2015a). Las Comunidades Autónomas han sido pioneras en la introducción de medidas clave que posteriormente se han visto generalizadas. Por ejemplo, la principal norma a nivel estatal, la *Ley Orgánica 4/2007 para la Igualdad Efectiva entre Mujeres y Hombres*, fue aprobada por el Congreso de los Diputados cuando seis leyes de igualdad autonómicas ya estaban en vigor. Este tipo de normas, existentes hoy en gran parte de las autonomías, han representado un salto cualitativo respecto a los planes de igualdad, asegurando un marco normativo amplio que garantizaba actuaciones en aspectos tan diversos como la paridad en la representación política, las medidas antidiscriminación, o la implementación del *mainstreaming* de género. Esta última estrategia ha contado en los últimos años con un destacado desarrollo, por el cual no sólo ha sido adoptada de manera generalizada en planes y normas, si no que se ha introducido una amplia variedad de instrumentos para ponerla en práctica que han dado lugar a cambios en los procesos y resultados de las políticas públicas (Alfama y Alonso, 2015; Alonso, 2015a). De nuevo, las autonomías han jugado un papel destacado de manera que territorios como Andalucía, el País Vasco o Cataluña han sido pioneros en el lanzamiento respectivamente de mecanismos como los presupuestos con perspectiva de género, la evaluación sistemática de las políticas de igualdad o los informes de impacto.

De manera similar, el concepto de igualdad incorporado por las políticas en la última década ha tendido a ser más transformador. Así, por ejemplo las actuaciones en materia de lucha contra la violencia de género han evolucionado hacia una concepción estructural de las desigualdades por la cual este fenómeno ha pasado a ser abordado desde una perspectiva integral e indisoluble de la transformación de las relaciones de género (Bustelo y Lombardo, 2007). Ello indica la transición hacia una ideología de género más proclive a la promoción de la igualdad (Rubery, 2014).

Esta progresiva consolidación y evolución de las políticas, que no se vio excesivamente interrumpida en periodos de gobiernos conservadores como el de José María Aznar (Bustelo, 2014), ha determinado que España ocupe un lugar destacado, por ejemplo, en aquellos análisis comparados realizados a nivel europeo. Así, en aspectos como nivel de desarrollo del *mainstreaming* de género se ha situado entre los cuatro primeros países de la UE², mientras que sus experiencias en materia de lucha contra la mutilación genital femenina han sido consideradas prácticas con potencial de ser transferidas a otros países (EIGE, 2012). Igualmente, se ha identificado su evolución general desde un régimen de género más conservador hacia otro donde la situación de las mujeres en la esfera pública y privada había mejorado notablemente (Walby, 2009, citada en Lombardo, 2013).

² Véase el ranking en <http://eige.europa.eu/about/gender-mainstreaming/spain> (última visita 18-03-2015).

3. Retrocesos en tiempos de austeridad

3.1. El cuestionamiento de la política sectorial de igualdad: presupuestos, organismos e instrumentos

La tendencia hacia una ampliación y mejora de las actuaciones en materia de igualdad se ha visto sin duda interrumpida con el inicio del periodo de crisis. Por lo que se refiere a los elementos claves que permiten delimitar a las políticas de género como un área sectorial diferenciada, se han producido retrocesos significativos. Por una parte, los organismos de igualdad, que han sido el dinamizador clave de estas políticas en las últimas décadas (Valiente, 2006), han sufrido tres tipos diferentes de retrocesos. En primer lugar, se ha producido la eliminación de instituciones de larga trayectoria como el Servizo Galego de Igualdade o el Instituto de la Mujer de la Región de Murcia, y de otras de corta vida pero con especial peso simbólico, como fue el caso del Ministerio de Igualdad del gobierno central que existió entre los años 2008 y 2010. Igualmente, estructuras del ámbito local que resultan centrales para la atención de grupos como las mujeres que sufren violencia – centros de información, casas de acogida etc. – han sufrido recortes muy significativos (Beteta, 2013)³. La crisis económica y la necesidad de racionalizar el tamaño del sector público aparecen como razones para eliminar estas estructuras (Alonso, 2015a), aunque su peso en los presupuestos totales sea ínfimo (San José, 2014). Igualmente, la adopción de una estrategia transversal como el *mainstreaming* de género se ha utilizado para justificar la escasa utilidad de los organismos específicos, fenómeno que ya había sido detectado con anterioridad en ámbitos como las instituciones europeas (Stratigaki, 2005).

En otros ejemplos, los organismos han visto degradada su posición jerárquica en el organigrama de gobierno, perdiendo su adscripción a áreas con una mayor capacidad de influencia. Ese ha sido el caso del Instituto de la Mujer a nivel central que en 2011 deja de estar situado a nivel de Secretaría de Estado y pasa a depender de la Dirección General por la Igualdad de Oportunidades, una entidad de menor rango (Lombardo y León, 2014). Finalmente, se produce una fusión de algunos de los organismos de igualdad con otras áreas de gobierno que apuntan hacia una apuesta por políticas de perfil poco transformador. Ese ha sido el caso de autonomías como Navarra donde las competencias de familia han sido añadidas a la nomenclatura de la principal institución en la materia, derivando en el Instituto para la Familia e Igualdad.

Los retrocesos en materia de feminismo institucional se han visto agravados por los recortes referidos a los presupuestos. Así, las partidas presupuestarias dirigidas específicamente a la promoción de la igualdad, que son fundamentales

³ Como ejemplo, de acuerdo con el Informe Sombra publicado en 2014, en diciembre de 2011 se cerraron 9 de las 10 Oficinas de Atención a las Víctimas de delitos en las Islas Baleares, servicio que existía desde 1989, y que es esencial para las víctimas de violencia de género.

para garantizar la efectividad de los organismos, se han visto significativamente disminuidas desde el inicio de la crisis económica en 2008. Con la excepción de Andalucía, todas las autonomías, así como el nivel central, han reducido los recursos dirigidos a esta área competencial (Paleo y Alonso, 2014). En gran parte de los casos lo han hecho además de manera notable. Así, por ejemplo para el periodo 2009-2014 el gobierno central ha disminuido el presupuesto en un 34,4%. Resulta interesante destacar además que el análisis del periodo correspondiente también a la etapa de bonanza económica arroja interesantes conclusiones respecto a las variables que explican dichos retrocesos. De hecho, si bien la presencia de crisis económica muestra sin duda una relación estadísticamente significativa con los recortes presupuestarios realizados, la variable color del partido político en el gobierno resulta igualmente significativa. Se observa que cuando el ejecutivo está formado por un partido o una coalición de centro-derecha hay 4,15 veces más posibilidades de que se reduzcan los recursos dedicados a las políticas de género (Paleo y Alonso, 2014).

En términos de instrumentos clave como planes y leyes de igualdad, el balance tampoco es positivo. Con respecto a los primeros, se han producido retrasos notables en su aprobación en casos como el del gobierno central. Así, a pesar de que la ley estatal de igualdad prevé la aprobación periódica de un plan estratégico de igualdad, el gobierno central prescindió de este instrumento durante la mitad de la última legislatura – periodo 2011-2013 – (San José, 2014). Las leyes de igualdad presentan retrocesos similares. Por una parte, diversas normas en este ámbito vieron interrumpido su proceso de aprobación por la llegada de gobiernos conservadores (Alonso, 2015a). Ese es el caso de las leyes de igualdad propuestas en Cataluña, Islas Baleares o Cantabria en los años más recientes. También el de la ley contra la discriminación que fue paralizada por el ejecutivo del Partido Popular en su llegada al poder en 2011, incumpliendo el mandato europeo de aumentar la protección para otros ejes de desigualdad como la orientación sexual o el origen étnico (Alonso et al., 2012). Por otra parte, mecanismos esenciales como el informe periódico que evalúa la efectividad del principio de igualdad, han sido simplemente ignorados, a pesar de que la ley estatal de igualdad obliga a realizarlos de manera bianual para permitir el aprendizaje y mejora en su implementación (Alfama y Alonso, 2015).

3.2. El giro conservador en la agenda política: A vueltas con la maternidad

Otro de los aspectos distintivos de las políticas de género es la agenda política en materia de igualdad, esto es, los ámbitos temáticos que se pretende priorizar, especialmente a través de la iniciativa y el poder disuasorio de los organismos de igualdad. En el caso español, esta había sufrido una clara ampliación a lo largo del tiempo de modo que a temas tradicionales como el empleo y la educación, se habían añadido otros como la paridad en los cargos de representación o

la diversidad de las mujeres. Igualmente, el concepto de igualdad inherente a las políticas llevadas a cabo se evidenciaba más transformador y estructural, en especial desde la llegada del ejecutivo de Rodríguez Zapatero en 2004 (Bustelo y Lombardo, 2007).

Sin embargo, en los años más recientes ha tenido lugar una evidente involución a este respecto. En lo respectivo al gobierno central, se ha producido un claro énfasis en áreas de trabajo consolidadas, de modo que la igualdad de oportunidades en el empleo, la conciliación de la vida personal y familiar y la violencia de género pasan a ser prácticamente los únicos ámbitos de intervención. Paralelamente, se produce un giro copernicano en lo referido a las políticas relativas a la salud sexual y reproductiva de las mujeres, un área que había adquirido gran protagonismo en los últimos años. El gobierno socialista había aprobado en 2010 una norma que daba respuesta a algunas de las tradicionales demandas del movimiento feminista para garantizar el aborto libre y gratuito en las primeras semanas de embarazo⁴. Desde un inicio, el Partido Popular, en consonancia con la opinión de la jerarquía eclesíástica, mostró una absoluta oposición al cambio normativo propuesto, aduciendo la necesidad de proteger el derecho a la vida del concebido no nacido – o *nasciturus*. Tras su llegada al poder en 2011, el ejecutivo popular situó entre sus prioridades la aprobación de un nuevo marco legal que revertiera los avances conseguidos y lanzó en 2013 un *Anteproyecto de Ley Orgánica para la Protección de la Vida del Concebido y de los Derechos de la Mujer Embarazada*. Este determinaba que se había de establecer un sistema legal para la defensa del *nasciturus* como bien jurídicamente protegido. Para ello proponía autorizar la interrupción del embarazo solamente en unos supuestos muy determinados – violación o grave peligro para la salud física o psíquica de la madre – y otorgar un papel central al personal médico en el proceso de autorización. A su vez, sugería reforzar los sistemas de información orientados a ofrecer alternativas a la práctica del aborto y a advertir de sus riesgos para la salud de la mujer.

Como veremos, la oposición a esta norma por parte del movimiento feminista, así como su bajo nivel de aceptación social, derivaron en su retirada en el año 2014. Sin embargo, los principios y valores que han inspirado dicha propuesta sí han entrado a formar parte del marco normativo a través de la acción de diversas Comunidades Autónomas (Paleo y Alonso, 2014). Así, desde el año 2008 se han aprobado en España hasta 7 normas relativas a la protección de la mujer embarazada (Castilla y León, Murcia, Galicia, Castilla La Mancha, Comunidad de Madrid, La Rioja, Islas Baleares), mientras que un nuevo texto se encuentra en proceso de aprobación en Extremadura. Con la excepción de la ley castellano-manchega, impulsada por un gobierno del PSOE, todas ellas van en coherencia con la propuesta realizada a nivel estatal y muestran explícitamente su voluntad de proteger el derecho a la vida desde la concepción. En este sentido,

⁴ Ley Orgánica 2/2010, de 3 de marzo, de salud sexual y reproductiva y de la interrupción voluntaria del embarazo.

recogen un conjunto de medidas centradas en proveer a las mujeres gestantes de información y asesoramiento acerca de los recursos existentes para el apoyo a la maternidad, o en su caso acerca de aquellos previstos para los procesos de adopción y acogimiento. No contemplan por lo tanto la autonomía de las mujeres para decidir sobre la continuación del embarazo y dirigen todos los esfuerzos a la culminación de la gestación. Este marco normativo implica además una reorientación del gasto, de modo que programas que antes se dirigían a subvencionar las actividades de las organizaciones de mujeres, benefician ahora a entidades dedicadas a la defensa del derecho a la vida, tales como la Red Madre⁵.

Este enfoque no resulta sorprendente si se tiene en cuenta que estas normas han sido aprobadas por parlamentos autonómicos con mayorías del Partido Popular y que, por lo tanto, responden a su claro objetivo de limitar los derechos reproductivos de las mujeres, enfatizar de nuevo su rol como madres y cuidadoras, y fomentar el modelo tradicional de familia. De hecho, este mismo partido ha liderado otros retrocesos en aspectos tan variados como el uso de anticonceptivos y el acceso a la reproducción asistida para lesbianas y mujeres sin pareja (Platero, 2014) o la aprobación de planes de promoción de la familia que sitúan a las mujeres como responsables de las tareas reproductivas. Todo ello nos retrotrae a unas políticas que incorporan un concepto de igualdad que más que ser transformador y desafiante de los roles y estereotipos de género, perpetúa las desigualdades, representando una clara involución respecto a las actuaciones de años precedentes (Paleo y Alonso, 2014). De hecho, colisionan con el marco político y jurídico anterior que había apostado por introducir conceptos como la corresponsabilidad de hombres y mujeres en las tareas de cuidado o por ampliar los derechos reproductivos de éstas últimas promoviendo su plena autonomía.

3.3. *El Estado social y las políticas que ‘importan’ a las mujeres*

Los cambios experimentados en las políticas de género como área sectorial tienen también su reflejo en su concepción como área de naturaleza transversal. Tal como hemos apuntado con anterioridad, el *mainstreaming* de género constituye una estrategia de actuación central para las políticas de género en España desde hace casi dos décadas. Sin embargo, la crisis económica ha derivado en la puesta en marcha de profundas reformas y de amplios planes de actuación que no han incorporado en ningún caso la perspectiva de género. Así, líneas de acción clave que han marcado las políticas sociales y económicas españolas tales como los Programas Nacionales de Reforma marcados por la Unión Europea,

⁵ A modo de ejemplo, en el año 2012 el 26% de los fondos destinados a la promoción de la igualdad dirigidos a organizaciones de la sociedad civil en Galicia fueron destinados a entidades centradas en el apoyo a las mujeres embarazadas, muchas de ellas de cariz religioso.

han ignorado de manera sistemática su posible efecto diferencial sobre mujeres y hombres (Lombardo, 2013).

Estos programas de ajuste se centran esencialmente en la reducción del gasto público y la apuesta por un marco de actuación basado en la austeridad y en el desmantelamiento del Estado de Bienestar. Ello ha implicado disminuir drásticamente los recursos dirigidos a sectores centrales como los servicios sociales, la educación o la sanidad⁶, e incorporar medidas liberalizadoras en ámbitos clave como el mercado laboral (Beteta, 2013). Los estudios más recientes se han ocupado de destacar que este tipo de políticas están lejos de ser neutras desde la perspectiva de género, sino que más bien han representado un claro retroceso en la situación de las mujeres y en la lucha por la igualdad (González y Segales, 2014; Lombardo y León, 2014). Entre las medidas que han tenido un impacto negativo más notable podemos mencionar a modo de ejemplo aquellas que han sido destacadas por el último Informe Sombra publicado en España⁷:

- **EMPLEO:** Ya en el inicio de la crisis, las medidas de estímulo aplicadas se centraron en paliar la pérdida de empleo en sectores altamente masculinizados como la industria y la construcción, siguiendo el ejemplo de otros países (Lescheke y Jepsen, 2014). Sin embargo, las políticas de disminución del gasto público se han dirigido esencialmente a aquellos sectores donde el porcentaje de mujeres es especialmente significativo – en torno a un 54% –, como son la educación o la sanidad. Las sucesivas reformas de la regulación del mercado laboral muestran esta misma falta de perspectiva de género. Así, se han introducido medidas como la pérdida de relevancia de los convenios colectivos de sector – donde se incorporaban planes y medidas de igualdad –, la flexibilización de la jornada de trabajo por necesidades de la empresa, o la eliminación de bonificaciones para las madres que se reincorporan al trabajo tras el parto o la excedencia por cuidado de hijos, medidas todas ellas que perjudican de manera evidente a las mujeres.
- **EDUCACIÓN:** Los recortes en el sector educativo han afectado a actuaciones que resultan especialmente relevantes para facilitar la conciliación de la vida laboral y personal. Así, las reducciones presupuestarias han supuesto, por ejemplo, la paralización del Plan Educa3, que buscaba garantizar la escolarización de los niños/as de 0 a 3 años⁸, o la drástica reducción de las becas de comedor o de transporte escolar, que son espe-

⁶ Los recortes presupuestarios previstos en el año 2012 eran de un 15,7% en servicios sociales y promoción social, de un 21,3% en el fomento del empleo, de un 21,9% en educación o de un 7% en sanidad (Beteta, 2013).

⁷ *Informe Sombra 2008-2013 sobre la aplicación en España de la Convención para la Eliminación de toda Forma de Discriminación contra las Mujeres*, 2014.

⁸ El presupuesto para este plan se ha reducido un 75% con respecto al año 2010 (García, 2014).

cialmente importantes para incentivar la plena incorporación de las mujeres al mercado laboral.

- **DEPENDENCIA:** La *Ley 36/2006 de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las Personas que Sufren Dependencia* nació para construir un cuarto pilar del Estado de Bienestar que diera soporte a las tareas de cuidado, las cuales eran mayoritariamente realizadas por las mujeres⁹. Dicha ley ha sufrido un claro proceso de desmantelamiento respecto de los avances conseguidos en el periodo anterior a la crisis. Así, la prestación económica para cuidados en el entorno familiar se ha visto reducida entre un 15% y un 30%, se ha eliminado la cotización a la Seguridad Social de los/las cuidadores/as no profesionales, y se ha aplazado la incorporación al sistema de los dependientes moderados/as. Ello tiene un claro efecto sobre la situación de las mujeres que vuelven a carecer del apoyo del sector público en la realización de tareas de cuidado.
- **SANIDAD:** El derecho a la atención sanitaria universal y gratuita se ha visto significativamente recortado en los años más recientes. Grupos como las personas migrantes en situación irregular han perdido su acceso al sistema público de salud. Ello tiene un especial efecto sobre las mujeres, ya que, por ejemplo, muchos de los casos de violencia de género eran detectados por los servicios sanitarios de atención primaria, los cuales podían activar los protocolos de actuación en este ámbito. De manera similar, aspectos como el co-pago de los medicamentos afectan de manera desproporcionada a las mujeres mayores, que son las que con mayor frecuencia presentan patologías crónicas.

Todos estos ejemplos identificados por el Informe Sombra ponen de manifiesto la falta de perspectiva de género de las medidas implementadas desde el inicio de la crisis y su pernicioso efecto sobre la igualdad. En este sentido, los datos indican que se han replicado fenómenos identificados en crisis anteriores tales como la provisión por parte de las mujeres de aquellos bienes y servicios como el cuidado, que debido a los recortes presupuestarios ya no son suministrados por el Estado – también denominado proceso de re-familiarización –, o el retroceso de los avances en igualdad conseguidos en épocas de bonanza económica (Gálvez y Rodríguez, 2011). Igualmente, se replican las tendencias detectadas en otros países, que también apuntan a la disminución del gasto público en materia de cuidado, y que han abierto el debate respecto a la posible presencia de involuciones respecto al régimen de género predominante (Leschke y Jepsen, 2014; Walby, 2013).

⁹ La feminización de los cuidados resulta más significativa en España que en la media de la UE, siendo uno de los países con mayor proporción de mujeres fuera del mercado laboral por cuidado familiar.

3.4. El movimiento feminista y de mujeres: ¿hay futuro para las políticas de igualdad?

La sociedad española no ha permanecido ajena a los profundos cambios acaecidos en el marco de la era de la austeridad. El surgimiento del Movimiento 15M – también conocido como los/as Indignados – en el año 2011 fue sin duda el primer signo de la presencia de un cuestionamiento de los cambios políticos y económicos experimentados en el país, y un claro desafío a las posiciones dominantes enmarcadas en la máxima thatcheriana de no hay alternativa – *there is no alternative* –. Lejos de permanecer como un fenómeno aislado que finaliza cuando se desocupan las plazas, el 15M ha mostrado ser la semilla que ha dado lugar a una multiplicidad de movimientos sectoriales que han intensificado la lucha contra el denominado austericidio. Es sin duda necesario mencionar aquí las diferentes *Mareas* que nacieron para paralizar el desmantelamiento de los ámbitos elementales del Estado de Bienestar español, como son la sanidad – marea blanca –, la educación – marea verde – o los servicios sociales – marea naranja –; la Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH), que ha liderado las reivindicaciones en materia de derechos habitacionales y paliado los devastadores efectos de los miles de desahucios de primera vivienda que se producen al año en España; o las Marchas de la Dignidad que agrupan a activistas de una variedad de organizaciones en su reivindicación de políticas que atajen la situación de emergencia social. Además, el sistema de partidos ha sufrido los efectos del mayor nivel de implicación de la sociedad civil, dando lugar a nuevas organizaciones donde la democracia directa constituye un eje central – como es el caso de Podemos – o a plataformas ciudadanas que concurren a las elecciones para competir con los partidos políticos tradicionales, identificados ahora con la *vieja política*.

El movimiento feminista no ha permanecido ajeno a este renacimiento de la sociedad civil y ha experimentado igualmente un incremento en su actividad e incidencia política en los años más recientes (García, 2014, 2015). Por una parte, los diferentes movimientos sociales han contado con un claro activismo de las mujeres, así como con la presencia de reivindicaciones específicamente vinculadas a la igualdad. Así, el 15M contó con comisiones feministas especialmente activas en diversas ciudades (Cruells y Ruiz, 2014), la marea violeta – formada por organizaciones feministas y de mujeres – ha incorporado las demandas en materia de igualdad en las protestas multicolor en defensa del Estado de Bienestar, y la PAH se distingue por el destacado liderazgo y participación de las mujeres.

Por otra parte, resulta innegable que el movimiento feminista español ha experimentado un resurgimiento al calor de uno de los mayores ataques ejercidos a los derechos de las mujeres españolas en décadas, el *Anteproyecto de Ley Orgánica para la Protección de la Vida del Concebido y de los Derechos de la Mujer Embarazada*. La respuesta fue de absoluta oposición y desencadenó uno de los picos de movilización más notables en toda su historia, así como la recuperación de las actuaciones a nivel estatal, que no habían resultado comunes en mucho tiempo dado el elevado nivel de regionalización del movimiento. En este sentido,

ya en el año 2013, cuando el borrador de ley estaba siendo elaborado, se produjeron las primeras jornadas de lucha en todo el estado, con la realización por ejemplo de escraches en las sedes del Partido Popular (García, 2014). Igualmente, se comenzaron a gestar estructuras de coordinación que facilitarían actuaciones conjuntas, tales como la Plataforma Estatal Derecho a Decidir, que ha llegado a agrupar hasta 400 organizaciones de diferente índole – organizaciones de mujeres, sindicatos, partidos etc. –, y se reactivaron otras como la Coordinadora Estatal de Organizaciones Feministas, que contribuyó a organizar jornadas de lucha que abarcaron todas las autonomías (García, 2015). La acción coordinada de mayor visibilidad fue sin duda el denominado ‘Yo Decido. Tren de la Libertad’. Una campaña que se inició en una pequeña localidad de Asturias y que llegó a congregar en Madrid a miles de mujeres de toda España el 1 de febrero de 2014, reivindicando el derecho a decidir libremente sobre su maternidad. Este acto contribuyó a dar todavía más notoriedad a las movilizaciones en el contexto internacional, actuando como complemento de campañas como ‘No more hungers’ dirigida a los miembros del Parlamento Europeo o la Red Federica Montseny, que comenzó a organizarse en 2013 en diversas ciudades europeas para ayudar a aquellas mujeres que tuvieran que desplazarse al extranjero para acceder a un aborto seguro.

Con todo ello, el movimiento feminista y de mujeres alcanzó un nivel de movilización extraordinario, que no se había producido en décadas. También consiguió incrementar notablemente el nivel de implicación de las mujeres jóvenes en la lucha por la igualdad, ya que por primera vez vieron seriamente amenazadas las conquistas realizadas por las generaciones precedentes (Alonso, 2015b). La activación del movimiento se vio además acompañada de una opinión pública especialmente contraria a la ley propuesta. Así, solamente un 10% de población afirmaba apoyar el cambio normativo, mientras que hasta un 60% era partidario de mantener la ley socialista basada en el establecimiento de plazos legales en los que interrumpir el embarazo¹⁰. Incluso entre electorado del Partido Popular el nivel de aprobación de la norma vigente alcanzaba un 35%. Todo ello determinó que el gobierno retirara el anteproyecto de ley y que el propio ministro que lo impulsó abandonara su cargo, otorgando al movimiento feminista una celebrada victoria (García, 2015). Sin embargo, la voluntad del gobierno de perseverar en su agenda en materia de protección del derecho a la vida ha determinado que mantengan su intención de restringir el acceso al aborto de las menores de 18 años, así como todo el marco normativo en materia de protección de la mujer embarazada. Con todo ello se matiza el potencial del movimiento para revertir los amplios y diversos retrocesos experimentados y la necesidad de contar con otros actores aliados.

¹⁰ *El País*, 01-07-2014.

4. Conclusiones

La crisis económica constituye sin duda un desafío de primera magnitud para la consecución de la igualdad de género. El análisis de la literatura relativa al caso español ha permitido, en primer término, explorar un ilustrativo ejemplo de cómo este fenómeno ha sido utilizado como una ventana de oportunidad para cuestionar las políticas de igualdad. Así, aunque este constituía un ámbito de actuación que se encontraba ampliamente consolidado, el periodo de recesión ha sido utilizado por los diferentes gobiernos, y particularmente por los de cariz conservador, para frenar su expansión y justificar retrocesos en aspectos elementales como los organismos de igualdad, la agenda política o los pilares que sostienen el Estado de Bienestar; todas ellas conquistas que parecían irreversibles. Con ello se refuerza la hipótesis de la literatura que identifica la crisis económica como coyuntura crítica y que señala su gran potencial para generar una notable involución en la situación de las mujeres.

En segundo lugar, el análisis de los trabajos realizados hasta la fecha permiten afinar en la identificación de diversos tipos de retrocesos, ejercicio que resulta fundamental para valorar su alcance real. Así, estos varían desde la conversión de las políticas existentes hasta un claro cambio de la ideología de género (Rubery, 2014). Resulta posible, en primer lugar, identificar procesos de resignificación que derivan en un cambio de contenido de las actuaciones en marcha (*conversion*). Ese es el caso, por ejemplo, de la implementación del *mainstreaming*, que se ha utilizado como coartada para eliminar políticas y organismos específicamente dirigidos a promover la igualdad. Ello a pesar de que se trata de una estrategia que, para tener un impacto real, necesita de la ampliación de la arquitectura institucional y en ningún caso su desaparición. En segundo término, el caso español ofrece también ejemplos de relajamiento en el cumplimiento de las políticas existentes (*drift*). La disminución de presupuestos, la falta de evaluación de los planes o la práctica paralización de actuaciones en vigor, como la ley de dependencia o el plan para la escolarización de niños/as de 0 a 3 años, ilustran este tipo de tendencias. Así, las medidas no son formalmente eliminadas pero carecen de efectividad en la práctica, volviéndose esencialmente retóricas. Finalmente, las políticas de igualdad en España ilustran de manera clara la presencia de procesos de desplazamiento o de cambio en la ideología de género dominante a favor de un marco conservador (*displacement*). Las nuevas regulaciones en materia de salud sexual y reproductiva, los planes de familia o las nuevas nomenclaturas de los organismos de igualdad muestran, de hecho, el giro copernicano en lo relativo a este ámbito. Las políticas de igualdad vinculan de nuevo a las mujeres con su rol como madres y cuidadoras, a la vez que cuestionan de modo claro su autonomía para decidir sobre su propio cuerpo, que se ve subordinada respecto al derecho a la vida del concebido no nacido.

El movimiento feminista y de mujeres no ha podido si no reaccionar para hacer frente a esta ofensiva. También la respuesta de la opinión pública y los movimientos sociales ha mostrado una clara oposición a reformas como las refe-

ridas al desmantelamiento del Estado de Bienestar. Sin embargo, la amplitud y variedad de los cambios introducidos hace presagiar tiempos difíciles para las políticas de igualdad en España. Así, su continuidad no garantiza ni que éstas sean aplicadas en la práctica ni que su contenido sea dirigido a promover de manera efectiva la transformación de las relaciones de género. Es por lo tanto necesario realizar análisis que continúen profundizando en los diferentes retrocesos experimentados, especialmente en aquellos más sutiles y difíciles de percibir. Con ello será posible comenzar a construir una fotografía general acerca de los efectos de la crisis económica sobre la igualdad entre mujeres y hombres. Igualmente, se podrán percibir en mayor medida los cambios experimentados por el régimen de género a medio plazo, así como la utilización de este periodo como oportunidad para cambiar el marco dominante hacia otro de cariz más conservador.

Referencias

- Alfama, Eva; Alonso, Alba (2015), «Las políticas de género en la Administración Pública. Una Introducción», *Revista Vasca de Gestión de Personas y Organizaciones Públicas* 8, 24-41.
- Alonso, Alba (2015a), *El mainstreaming de género en España*, Valencia, Tirant lo Blanch.
- Alonso, Alba (2015b), «Is Sisterhood under Threat? The Women's Movement and the Independence Referendum in Scotland and Catalonia», *4th European Conference on Politics and Gender* 11-13 junio, Uppsala.
- Alonso, Alba et al. (2012), «Institutionalizing intersectionality in Southern Europe: Italy, Spain and Portugal», in Andrea Krizsan; Hege Skjeie; Judith Squires (eds.), *Institutionalizing Intersectionality?: The Changing Nature of European Equality Regimes*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 148-178.
- Beteta, Yolanda (2013), «La feminización de la crisis financiera global. La regresión del Estado de Bienestar en España y su impacto en las políticas de igualdad en España y de erradicación de la violencia contra las mujeres», *Asparkía* 24, 36-52.
- Bettio, Francesca et al. (2013), *The Impact of the Economic Crisis on the Situation of Women and Men and on Gender Equality Policies*, Luxemburgo, Comissão Europeia.
- Bustelo, María (2014), «Three decades of state feminism and gender equality policies in multi-governed Spain», *Sex Roles*, vol. 70, 9/10, (DOI 10.1007/s11199-014-0381-9), [em linha] disponível em <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11199-014-0381-9> [consultado em 15/06/2014].
- Bustelo, María (2004), *La evaluación de las políticas de igualdad de género*, Madrid, Catarata.
- Bustelo, María; Orbals, Candice (2007), «The Evolution of Spanish State Feminism: a Fragmented Landscape», in Joyce Outshroorn; Johanna Kantola (eds.), *Changing State Feminism*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 201-223.
- Bustelo, Maria; Lombardo, Emanuela (eds.) (2007), *Políticas de igualdad en España y en Europa*, Madrid, Cátedra.
- Cruells, Marta; Ruiz, Sonia (2014), «Political Intersectionality within the Indignados Social Movement», *Intersectionality and Social Change* 35, 3-25.
- Dahlerup, Drude; Leyenaar, Monique (eds.) (2013), *Breaking Male Dominance in Old Democracies*, Oxford, Oxford University Press.

- EIGE (2012), *Study to map the current situation and trends of FGM in EU27 Member States and Croatia. Country Reports*, Vilnius, Instituto Europeu para a Igualdade de Género.
- European Women's Lobby (2012), *The Price of Austerity: The Impact on Women's Rights and Gender Equality in Europe*, Bruxelas, EWL.
- European Women's Lobby (2009), *Women and the Economic Crisis – An opportunity to assert another vision of the world?*, Bruxelas, EWL.
- Gálvez, Lina; Rodríguez, Paula (2011), «La desigualdad de género en las crisis económicas», *Revista de Investigaciones Feministas* 2, 113-132.
- García, Joana (2015), «Feminismos en tiempos de resistencias a la austeridad y confluencias por la ruptura con el 78», *Anuario Movimientos Sociales 2014*, Fundación Betiko.
- García, Joana (2014), «Feminismos poniendo el cuerpo frente a la doctrina del shock y la misoginia institucional», *Anuario Movimientos Sociales 2013*, Fundación Betiko.
- González, Elvira; Segales, Marcelo (2014), «Women, gender equality and the economic crisis in Spain», in Maria Karamessini; Jill Rubery (eds.), *Women and Austerity. The economic crisis and the future for gender equality*, Londres, Routledge, 228-247.
- Karamessini, Maria (2014), «Introduction – women's vulnerability to recession and austerity: a different crisis, a different context», in Maria Karamessini; Jill Rubery (eds.), *Women and Austerity. The Economic Crisis and the Future of Gender Equality*, London, Routledge, 3-16.
- Karamessini, Maria; Rubery, Jill (eds.) (2014), *Women and Austerity. The Economic Crisis and the Future of Gender Equality*, Londres, Routledge.
- Leschke, Janine; Jepsen, Maria (2014), «Is the Economic Crisis Challenging the Prevailing Gender Regime? A Comparison of Denmark, Germany, Slovakia and the United Kingdom», *Social Politics* 21(4), 485-508.
- Lombardo, Emanuela (2013), «Gender mainstreaming and policy responses to the economic crisis: the 'unintended consequences' of EU and national policymaking on Spanish gender equality policies», *Congreso de la Asociación Española de Ciencia Política*, Sevilla, 17-19 septiembre.
- Lombardo, Emanuela; León, Margarita (2014), «Políticas de igualdad de género y sociales en España: origen, desarrollo y desmantelamiento en un contexto de crisis económica», *Revista de Investigaciones Feministas* 5, 13-35.
- Paleo, Natalia; Alonso, Alba (2014), «¿Es solo una cuestión de austeridad? Crisis y políticas de género en España», *Revista de Investigaciones Feministas* 5, 36-68.
- Platero, Raquel (Lucas) (2014), «Las políticas neoliberales contra los derechos sexuales de la ciudadanía», *Anuario Movimientos Sociales 2013*, Fundación Betiko.
- Rubery, Jill (2014), «From 'women and recession' to 'women and austerity': a framework for analysis» in Maria Karamessini; Jill Rubery (eds.), *Women and Austerity. The Economic Crisis and the Future of Gender Equality*, London, Routledge, 17-36.
- San José, Begoña (2014), «Igualdad versus austeridad: Resistencia, protestas y propuestas del movimiento feminista», *Revista de Investigaciones Feministas* 5, 185-206.
- Squires, Judith (2007), *The new politics of gender equality*, New York, Palgrave Macmillan.
- Stratigaki, Maria (2005), «Gender Mainstreaming vs Positive Action: An Ongoing Conflict in EU Gender Equality Policy», *European Journal of Women's Studies* 12(2), 165-186.
- Valiente, Celia (2006), *El Feminismo de Estado en España. El Instituto de la Mujer 1983-2003*, Valencia, Universidad de Valencia.
- Walby, Sylvia (2013), «Finance versus Democracy? Theorizing Finance in Society», *Work, Employment and Society* 27(3), 489-507.
- Walby, Sylvia (2009), «Gender and the financial crisis», UNESCO Project on Gender and the Financial Crisis, [em linha] disponível em <http://www.lancaster.ac.uk/fass/>

[doc_library/sociology/Gender_and_financial_crisis_Sylvia_Walby.pdf](#) [consultado em 09/07/2015].

Alba Alonso. Investigadora postdoctoral de la Universidad de Santiago de Compostela. Ha participado en el proyecto europeo QUING, en diversos estudios impulsados por el Instituto Europeo para la Igualdad de Género y es miembro proyecto Gender Equality Policy in Practice. Es autora de *El mainstreaming de género en España* (Tirant lo Blanch, 2015) y co-editora de *Ciencia Política con Perspectiva de Género* (Akal, 2014).
E-mail: alba.alonso.alvarez@gmail.com

Departamento de Ciencia Política y de la Administración Campus Universitario Sur, s/n, 15782 – Santiago de Compostela, España.

Artigo recebido em 20 de maio de 2015 e aceite para publicação em 12 de julho de 2015.

AUSTERIDADE, EMPREGO E REGIME DE BEM-ESTAR SOCIAL EM PORTUGAL: EM PROCESSO DE REFAMILIZAÇÃO?

Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/ Centro de Estudos Sociais, Portugal
Instituto Superior Miguel Torga/ Centro de Estudos Sociais, Portugal

Resumo

Este trabalho parte do pressuposto de que a crise não é neutra, antes tendo impactos diferenciados nas condições de vida de mulheres e de homens. Analisamos os impactos da crise e das medidas tomadas em nome do seu combate pelos XVIII e XIX Governos Constitucionais, desde 2009, bem como os respetivos efeitos complexos e diferenciados sobre a situação individual, social e económica de mulheres e homens, em Portugal. Exploramos a forma como as transformações ocorridas no emprego, e nas condições de proteção social associadas determinam uma generalização da precariedade a ambos os sexos, e perdas significativas de autonomia para as mulheres, refamilização dos cuidados e um risco de retorno a um passado desigualitário e assimétrico.

Palavras-chave: austeridade, emprego, refamilização, regime de bem-estar social, Portugal.

Abstract

Austerity, employment and welfare regime in Portugal: in a process of refamilisation?

This paper assumes that the crisis is not neutral, having different impacts on the living conditions of women and men. We analyse the impacts of the crisis and of the measures taken to tackle it by the 18th and 19th Constitutional Governments since 2009. We analyse as well its complex and differentiated effects on individual, social and economic situation of women and men in Portugal. The paper explores how the changes occurred in employment and associated social protection conditions determine a generalization of job precariousness to both sexes, and significant losses of autonomy for women, refamilisation of care and a significant risk of return to an unequal and unbalanced past.

Keywords: austerity, employment, refamilisation, welfare regime, Portugal.

Resumen

Austeridad, empleo e regimen de bienestar social en Portugal: en proceso de refamilización?

En este trabajo se asume que la crisis no es neutral, pero que tienen diferentes impactos en las condiciones de vida de mujeres y hombres. Hemos analizado los impactos de la crisis y de las medidas adoptadas para combatirla por los XVIII y XIX gobiernos constitucionales, desde el año 2009. Analizamos también los respectivos efectos complejos y diferenciados sobre la situación individual, social y económica de las mujeres y de los hombres en Portugal. El artículo explora cómo los cambios en el empleo y en las condiciones de protección social asociadas están determinando una generalización de la precariedad laboral a ambos sexos, y la pérdida significativa de la autonomía de las mujeres, refamilización de los cuidados y el riesgo de regreso a un pasado desigual y desequilibrado.

Palabras-clave: austeridad, empleo, refamilización, régimen de bienestar, Portugal.

1. Introdução

A crise financeira que despontou na Europa em 2008 teve impactos particularmente dramáticos em países com grandes dívidas soberanas como é o caso de Portugal. Já antes da crise económico-financeira internacional, Portugal era um país endividado devido a décadas de reduzido crescimento económico. A dívida expôs o país a vulnerabilidades económicas acrescidas, que o impediram de se financiar nos mercados e levaram à intervenção externa através de um Programa de assistência. Com efeito, a dívida pública cresceu de 60% do PIB, em meados da década de 2000, para os 90% em 2010, o que pressionou o governo português a sucumbir aos mercados financeiros e especulativos e a pedir um empréstimo às instituições europeias. O empréstimo, de 75 biliões de euros, foi aprovado em maio de 2011, pelas instituições internacionais receosas de uma bancarrota na zona euro.

Desde então Portugal vive numa situação declarada de crise, que suscitou a intervenção de uma troica de instituições internacionais (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) e a imposição de um conjunto de severas medidas austeritárias. Como Santos (2011) a qualifica, a crise é de natureza financeira (de financiamento do Estado), económica (de competitividade) e cultural e política (de omissão e de falta de acerto das soluções apresentadas).

Os sinais mais dramáticos da crise têm-se traduzido nos cortes dos salários e pensões, no aumento do desemprego e da carga fiscal, no aumento dos preços dos bens e do crédito a particulares ou empresas, no aumento do endividamento e diminuição do rendimento disponível das famílias, na emigração, e na redução drástica da proteção social e de apoio na saúde, numa severa retração do estado-providência (Ferreira, 2014; González e Figueiredo, 2014; Zartaloudis, 2014). Face a estas políticas, a resposta das famílias foi a de cortarem no consumo, reconfigurando gastos habituais e supérfluos; quase 500 mil pessoas emigraram, desde 2011¹; outras procuraram um segundo trabalho (muitas vezes informal). Mais do que a mobilização institucional, estas formas de automobilização e a procura de solidariedade intergeracional intrafamiliar permitiram ajustamentos orçamentais e financeiros nas famílias, responsáveis pela manutenção da estabilidade social e destacaram-se como estratégias privilegiadas de reação aos impactos da crise (Frade e Coelho, 2015).

A nível macroeconómico o regime de austeridade acrescentou estagnação económica, quebra no investimento privado e público, paralisação do crescimento da economia, redução do Produto Interno Bruto, aprofundando as desigualdades sociais e o empobrecimento.

Tal como qualquer outro fenómeno, a crise não é neutra, antes tem impactos diferenciados nas mulheres e nos homens. O que nos propomos fazer é proceder a uma análise desses impactos, da crise e das medidas tomadas em nome do seu combate pelos XVIII e XIX Governos Constitucionais, desde 2009, sobre a situação individual, social e económica de mulheres e homens. Prosseguindo este objetivo,

¹ 485.128 pessoas no conjunto dos quatro anos; 134.624 só em 2014, segundo o INE (2015b).

procede-se neste trabalho a uma análise sobre a evolução interrelacionada ao longo da crise das relações e mercado laborais e do Estado de bem-estar, tendo em conta as diferentes situações e condições de vida de mulheres e homens.

Os impactos da crise e da austeridade no regime de bem-estar social refletir-se-ão necessariamente nas alterações aos padrões de participação para o bem-estar social do Estado, do mercado e da família e aos padrões de divisão sexual do trabalho pago e não pago. Procuraremos respostas, ainda que parciais, a algumas questões emergentes: – Menos desigualdade entre mulheres e homens ou o seu inverso? Regresso ao modelo fordista do homem provedor da família ou persistência das famílias de dupla carreira? Externalização do trabalho doméstico e da prestação de cuidados ou (re)familiarização? Queremos conhecer a forma como a crise e as políticas destinadas ao seu combate têm produzido alterações no mercado de trabalho e têm contribuído para uma reversão nos processos de construção dos regimes de bem-estar e de sexo/género encetados nas últimas décadas.

2. Efeitos da crise sobre o mercado de trabalho

A estrutura de emprego em Portugal é altamente feminizada, mas também altamente segregada segundo o sexo, o que determina que os efeitos da crise, especialmente na sua fase inicial mais sectorial, incidam de modo diferente em mulheres e homens.

Portugal começou a perder emprego no início de 2009. Desde então até dezembro de 2014, os homens perderam 464,9 mil postos de trabalho e as mulheres 211,9 mil, números que correspondem a cerca de -17% e -9%, do respetivo volume de emprego (tabela 1). Para além da elevada participação feminina no mercado de trabalho, em Portugal, tem-se registado uma tendência para a redução do diferencial de emprego dos homens e das mulheres. O grupo entre os 15 e os 24 anos é um dos mais afetados pela crise, com um aumento extraordinário do desemprego (mais de 35%, para ambos os sexos, a partir de meados de 2012) (INE, 2015a).

O emprego masculino foi o primeiro a ser afetado pela crise, sendo que logo desde janeiro de 2009, a redução de empregos foi acentuada especialmente no setor industrial do ramo automóvel e no da construção. Esta variação levou a que se pensasse que a recessão observada afetasse mais os homens do que as mulheres, cunhada esta ideia na noção de «manception» (McKay et al., 2013: 112) ou de «he-cession» (Rubery, 2013). Só um ano mais tarde o emprego feminino viria a ser afetado. Entre 2008 e 2011, dois em cada três empregos perdidos eram ocupados por homens (Ferreira, 2014: 213). Em termos absolutos, os homens perderam emprego essencialmente como assalariados e as mulheres como trabalhadoras independentes isoladas (duas vezes mais do que os homens). Em termos relativos, as situações no emprego mais afetadas foram as do trabalho familiar não remunerado, que viu os seus efetivos reduzirem-se praticamente a metade, tanto nos homens como nas mulheres. A hipótese que colocamos é a de que muitas

destas pessoas deixaram de poder trabalhar na atividade independente que algum familiar possuía e encerrou. Por seu turno, as mulheres trabalhadoras independentes registaram uma taxa de variação igualmente extraordinária, em resultado da eliminação de quase metade dos efetivos nesta categoria (-48,5%).

O aumento significativo dos homens e das mulheres com 15 anos ou mais em inatividade revela que parte significativa desistiu de procurar emprego. Mais uma vez a taxa de variação, neste caso positiva, da população masculina é o dobro da feminina.

Tabela 1
Perdas e ganhos líquidos de empregos por estatuto de emprego e sexo (2008/2014)

Situação no Emprego	Sexo	2008		2014		Variação 2008-2014 (Δ)*	
		Em ,000	Peso em %	Em ,000	Peso em %	Em ,000	Variação 2008-2014 (%)
Total do Emprego	M	2 797,1	100,0	2 319,5	100	-477,6	-17,1
	F	2 400,7	100,0	2 180,0	100	-220,7	-9,2
Trab. Por Conta de Outrem (TPCO)	M	2 086,9	74,6	1 754,9	75,7	-332,0	-15,9
	F	1 862,8	77,6	1 856,1	85,1	-6,7	-0,4
Trabalhad. Independentes	M	481,5	17,2	387,4	16,7	-94,1	-19,5
	F	428,9	17,9	243,1	11,2	-185,8	-43,3
Trab. Independentes Empregadores/as	M	207,6	7,4	166,4	7,2	-41,2	-19,8
	F	79,6	3,3	67,6	3,1	-12,0	-15,1
Trabalhad. Familiares não Remunerados/as	M	21,1	0,8	10,8	0,5	-10,3	-48,8
	F	29,4	1,2	13,2	0,6	-16,2	-55,1
Inativos (15 e + anos)	M	1 316,9		1 474,5		157,6	12,0
	F	2 056,3		2 183,3		127,0	6,2

Fonte: Cálculos próprios. Com base nas *Estatísticas do Emprego - 4.º Trimestre* (INE 2009; 2012; 2015a).

* O símbolo Δ indica que foi calculada a variação em percentagem entre um valor ou quantidade anterior e um valor ou quantidade posterior traduzida na fórmula $(V2-V1)/V1 \times 100$.

Entre 2008 e 2014, como vimos, a taxa de variação do emprego masculino atingiu quase o dobro da do feminino (-17,1% vs. -9,2%). A situação que mais pesa nesta diferença é a taxa de variação quase nula (-0,4%) do emprego feminino por conta de outrem (TPCO), em grande contraste com a do emprego masculino na mesma situação, que atingiu quase os -16% negativos. Uma vez que três pessoas em cada quatro que têm um emprego fazem-no por conta de outrem, o que acontece nesta categoria acaba por determinar a tendência a nível agregado. Nas outras situações de emprego (principalmente no trabalho independente, mas também no trabalho não remunerado no seio da família), foi o emprego feminino que registou uma quebra que atingiu quase o dobro da do masculino (-39,8% vs -20,5%). Em suma, os trabalhadores por conta de outrem e as trabalhadoras por conta

própria foram, com efeito, os segmentos da oferta de trabalho mais afetados pela destruição de postos de trabalho durante os seis anos de crise em análise.

Estes dados contrariam a noção comum de que as pessoas uma vez desempregadas se lançarão a criar o próprio emprego, trabalhando por conta própria. Tem havido, de facto, um enorme investimento discursivo (e, em certos casos, financeiro) na promoção do empreendedorismo, nomeadamente das mulheres. Ao contrário, estes dados demonstram bem a maior vulnerabilidade do trabalho por conta própria, que mais rapidamente se ajusta a quebras na procura. É importante não ignorar que na categoria de trabalho independente se encontram muitas situações de falso trabalho independente ou de «falsos recibos verdes». As pessoas nesta situação vivenciam condições laborais bastante precárias nas quais lhes são suprimidos muitos direitos e benefícios: as entidades empregadoras não pagam a taxa de 23,7% da contribuição e podem «dispensar» os/as trabalhadores/as «independentes» quando querem. Estes/as trabalhadores/as, por seu turno, têm de pagar as contribuições que são mais elevadas do que aquelas a que está obrigado quem trabalha por conta de outrem, e são objeto de menor proteção pela segurança social. Desde 2013, porém, que as pessoas nesta situação passaram a ter direito a proteção na doença, desemprego, parentalidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte, muito embora com respostas mínimas que ficam aquém das que obtém quem trabalha por conta de outrem².

As mudanças fiscais introduzidas em janeiro de 2011 explicam parte da redução das taxas de emprego por conta própria, uma vez que as entidades empregadoras passaram a pagar 5% por cada «trabalhador/a independente» e estes/as viram as suas contribuições aumentar para 29,6%³. A introdução desta contribuição de 5% pode ter tido como efeito que algumas pessoas a trabalhar a recibos verdes passaram a ter um contrato de trabalho⁴.

² O Decreto-Lei nº 65/2012, 15 de março, procurou alargar a proteção dos chamados «falsos recibos verdes» abrangendo «os trabalhadores independentes que, no mesmo ano civil, obtenham da mesma empresa, seja ela uma pessoa coletiva ou uma pessoa singular com atividade empresarial, independentemente da sua natureza e das finalidades que prossigam, 80% ou mais do valor total anual dos rendimentos obtidos na atividade independente. Por seu turno, o Decreto-Lei nº 12/2013, de 25 de janeiro, estabelece o regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego de trabalhadores/as independentes com atividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas. A informação completa sobre estatuto de trabalho independente, contribuições e direitos pode ser consultada em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14965/inscricao_admissao_cessacao_actividade_ti; http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13198/trabalhadores_independentes.

³ Conforme estabelecido pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro.

⁴ É essa a penalização que a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) impõe às empresas denunciadas pela Segurança Social. Através da análise dos descontos dos/as trabalhadores/as para a Segurança Social é possível perceber se 80% ou mais dos rendimentos provêm de uma única entidade. Em 2014, foram detetadas 1510 situações de «falsos recibos verdes», tendo 34% visto a sua situação regularizada através da celebração de contrato de trabalho (ACT, 2015).

Para um melhor entendimento de qual tem sido a variação líquida do emprego e quem tem sido mais afetado pela sua redução ou aumento, analisámos a variação do emprego por sexo, por setor de atividade e por situação na profissão⁵. Na análise das variações do emprego por situação na profissão, distinguimos apenas entre o trabalho por conta de outrem (TPCO) (três quartos das pessoas empregadas) e as Outras Situações, nas quais incluímos o trabalho independente e o trabalho não remunerado no seio da família (este com expressão residual). Na primeira tabela apresentamos a variação do emprego e na segunda quantificamos o impacto que essa variação teve na taxa de feminização de cada um dos tipos de emprego.

Tabela 2
Mudanças no emprego por setor, situação na profissão e sexo (2008-2014)

Atividade principal	Sexo	Variação do emprego (milhares de indivíduos)			Variação do emprego (Δ)* (em %)		
		Emprego Total 2008-2014	TPCO 2008-2014	Outras Situações 2008-2014	Emprego Total 2008-2014	TPCO 2008-2014	Outras Situações 2008-2014
Todos os setores	M	-477,6	-332,0	-145,6	-17,1	-15,9	-20,5
	F	-220,7	-6,7	-214,0	-9,2	-0,4	-39,8
Agric., caça e floresta	M	-38,4	-1,3	-37,1	-13,7	-2,5	-16,2
	F	-147,4	-0,7	-146,7	-52,0	-2,6	-57,2
Pesca e aquacultura	M	-6,4	-2,7	-3,7	-37,6	-26,2	-55,2
	F	0,1	0,4	-0,3	11,1	133,3	-50,0
Ind. extractivas	M	-5,1	-5,0	-0,1	-30,9	-31,8	-12,5
	F	-0,6	-0,4	-0,2	-40,0	-30,8	-100,0
Indústrias transformadoras	M	-85,6	-76,1	-9,5	-16,3	-16,4	-15,3
	F	-69,4	-62,8	-6,6	-18,8	-18,4	-25,2
Eletricidade, gás, vapor, água e ar frio	M	-6,6	-6,4	-0,2	-35,3	-35,4	-33,3
	F	-1,5	-1,6	0,1	-33,3	-35,6	n.d.
Captação, tratamento e distribuição de água, resíduos	M	-3,9	-4,5	0,6	-13,9	-16,5	66,7
	F	0,4	0,5	-0,1	6,0	7,8	-33,3
Construção	M	-272,2	-208,0	-64,2	-51,3	-51,1	-51,8
	F	-7,1	-3,3	-3,8	-29,5	-18,9	-57,6
Comércio grosso, retalho, Repar. veículos motores	M	-77,9	-55,4	-22,5	-18,3	-18,6	-17,6
	F	-18,5	2,1	-20,6	-5,4	0,8	-25,1

(continua na página seguinte)

⁵ No 1º trimestre de 2011 a definição de categorias e a metodologia mudou no Inquérito ao Emprego, tornando a quebra de série inviáveis comparações diretas, nomeadamente, nos dados do desemprego, donde termos optado por incidir a análise nas variações do volume de emprego nas várias situações, pois, embora também neste indicador tenham existido alterações nos métodos de cálculo, consideramos que o seu impacto é hipoteticamente menor do que no caso do desemprego.

Tabela 2 (continuação)
Mudanças no emprego por setor, situação na profissão e sexo (2008-2014)

Atividade principal	Sexo	Variação do emprego (milhares de indivíduos)			Variação do emprego (Δ)* (em %)		
		Emprego Total 2008-2014	TPCO 2008-2014	Outras Situações 2008-2014	Emprego Total 2008-2014	TPCO 2008-2014	Outras Situações 2008-2014
Transporte, armazenagem	M	-3,9	4,9	-8,8	-2,6	4,0	-37,3
	F	1,7	1,2	0,5	5,6	4,3	25,0
Alojamento, restauração, similares	M	-10,4	-0,4	-10,0	-8,1	-0,5	-20,1
	F	-32,6	-17,6	-15,0	-17,0	-12,1	-32,5
Atividades de Informação e de comunicação	M	15,7	13,9	1,8	26,9	27,8	21,7
	F	-2,7	-3,8	1,1	-7,7	-11,6	52,4
At. financeiras e seguros	M	1,9	-0,3	2,2	3,6	-0,6	55,0
	F	1,9	1,6	0,3	4,3	3,9	13,6
Atividades mobiliárias	M	-0,3	-0,3	0,0	-2,0	-3,6	0,0
	F	2,9	2,4	0,5	23,2	23,3	22,7
Atividades consultoria, científ., técn. e similares	M	6,6	7,1	-0,5	8,1	15,2	-1,4
	F	-0,5	-2,7	2,2	-0,5	-3,7	10,4
Atividades administrativas e serviços de apoio	M	17,5	17,3	0,2	27,2	30,8	2,5
	F	8,8	9,3	-0,5	12,5	14,2	-10,0
Administração pública, defesa, segurança. social	M	-34,8	-34,6	-0,2	-15,8	-15,7	-25,0
	F	9,1	9,4	-0,3	7,5	7,8	-30,0
Educação	M	-2,0	-2,0	0,0	-2,5	-2,6	0,0
	F	14,8	12,7	2,1	5,6	4,9	53,8
Saúde humana e apoio social	M	17,8	13,4	4,4	35,3	29,1	102,3
	F	59,7	59,2	0,5	23,6	24,6	4,1
Atividades artísticas, de espetá- culos, desportivas e recreativas	M	5,7	5,0	0,7	21,0	23,9	11,1
	F	5,6	6,0	-0,4	29,8	37,7	-13,8
Outros serviços	M	4,2	3,1	1,1	16,7	19,1	12,4
	F	13,5	4,6	8,9	21,0	11,9	34,6
Agregados domésticos	M	0,5	0,2	0,3	25,0	10,5	300,0
	F	-59,0	-23,3	-35,7	-34,0	-17,3	-91,5

* O símbolo Δ indica que foi calculada a variação em percentagem entre um valor ou quantidade anterior e um valor ou quantidade posterior traduzida na fórmula $(V2-V1)/V1 \times 100$.

O setor da construção sobressai por empregar, no final de 2014, praticamente metade dos homens que empregava no final de 2008 (-51,3%). O setor das indústrias transformadoras também merece destaque, pelo peso específico que ainda tem no mercado de trabalho nacional, e pelo facto de apresentar uma elevada taxa de perda de emprego para ambos os sexos (homens -16,3%; mulheres -18,8%).

No sector da administração pública, defesa e segurança social e no da educação, o emprego feminino aumentou e o masculino diminuiu, sendo que no primeiro a taxa de variação do emprego masculino é negativa e praticamente o dobro da do feminino.

As atividades que criaram emprego para ambos os sexos situam-se todas nos serviços – trata-se das atividades financeiras e de seguros, as administrativas e de apoio, as artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, as da saúde humana e apoio social e ainda os «outros serviços». Dentre estas, sobressai o setor da saúde que cresceu a uma taxa de 23%, no caso do emprego feminino, e a 35,3%, no do masculino. Dois dos setores incluídos neste grupo, as atividades administrativas e serviços de apoio e os outros serviços, que empregavam em 2014 um pouco mais de 100.000 homens e de 150.000 mulheres, em conjunto, estão entre os que praticam os salários mais baixos, recebendo respetivamente, 17,3% e 21,9%, das pessoas que neles trabalham o salário mínimo (GEE, 2015)⁶.

Tabela 3
Mudanças nas taxas de feminização por setor e situação na profissão (2008-2014)

Atividade principal	Taxa de feminização – Emprego Total			Taxa de feminização – TPCO			Taxa de feminização – Outras Situações		
	2008 (%)	2014 (%)	Diferencial (em p.p.)	2008 (%)	2014 (%)	Diferencial (em p.p.)	2008 (%)	2014 (%)	Diferencial (em p.p.)
Todos os setores	46,2	48,4	2,3	47,2	51,4	4,2	43,1	36,5	-6,6
Agricultura, caça e floresta	50,3	36,1	-14,3	34,9	34,9	0,0	52,8	36,4	-16,5
Pesca e aquacultura	5,0	8,6	3,6	2,8	8,4	5,6	8,2	9,1	0,9
Indústrias extractivas	8,3	7,3	-1,0	7,6	7,8	0,1	20,0	0,0	-20,0
Indúst. transformadoras	41,2	40,4	-0,8	42,5	41,9	-0,6	29,6	27,1	-2,5
Eletricidade, gás, vapor, ág., ar frio	19,4	19,9	0,5	19,9	19,9	0,0	0,0	20,0	20,0
Captação, tratam. e dist. de água e res.	19,3	22,7	3,4	19,0	23,3	4,3	25,0	11,8	-13,2
Construção	4,3	6,2	1,8	4,1	6,7	2,5	5,1	4,5	-0,6
Com. grosso, retalho, repar. veicul. motor.	44,4	48,0	3,6	46,3	51,7	5,3	39,2	36,9	-2,2
Transporte, armazenagem	16,9	18,1	1,2	18,5	18,5	0,0	7,8	14,5	6,6
Alojamento, rest. e símil.	59,9	57,5	-2,5	65,0	62,1	-2,9	48,1	43,9	-4,2
At. informação e comunic.	37,4	30,3	-7,1	39,6	31,2	-8,4	20,2	24,1	3,9
At. financeiras e seguros	45,4	45,6	0,2	46,1	47,2	1,1	35,5	28,7	-6,7
Atividades mobiliárias	46,0	51,7	5,7	55,1	61,1	6,0	25,9	30,0	4,1
Consultoria, cient., técn. e similares	53,5	51,4	-2,1	60,8	56,5	-4,4	37,9	40,6	2,7
At. administ. e serv. de apoio	52,3	49,2	-3,1	53,8	50,4	-3,4	38,2	35,2	-3,0
Adm. pública, defesa, seg. social	35,4	41,2	5,8	35,3	41,1	5,8	55,6	53,8	-1,7
Educação	76,6	78,0	1,4	77,2	78,4	1,3	52,0	62,5	10,5

(continua na página seguinte)

⁶ As atividades de alojamento, restauração e similares também se destacam por pagarem o salário mínimo a mais de 20% do pessoal.

Tabela 3 (continuação)
Mudanças nas taxas de feminização por setor e situação na profissão (2008-2014)

Atividade principal	Taxa de feminização – Emprego Total			Taxa de feminização – TPCO			Taxa de feminização – Outras Situações		
	2008 (%)	2014 (%)	Diferencial (em p.p.)	2008 (%)	2014 (%)	Diferencial (em p.p.)	2008 (%)	2014 (%)	Diferencial (em p.p.)
Saúde hum. e apoio social	83,4	82,1	-1,3	83,9	83,4	-0,5	74,1	59,5	-14,6
At. artísticas, espetáculos, desp. e recrea.	40,9	42,6	1,7	43,2	45,8	2,6	31,5	26,3	-5,2
Outros serviços	71,9	72,6	0,7	70,4	69,1	-1,3	74,3	77,6	3,3
Agregados domésticos	98,9	97,9	-1,0	98,6	98,1	-0,5	99,7	89,2	-10,6

Fonte: Cálculos próprios. Com base nas *Estatísticas do Emprego – 4.º Trimestre de 2008 e 2014* (INE, 2009; 2015a).

As reduções no consumo, com impactos na restauração e hotelaria e no comércio por grosso e a retalho, causaram também perdas de emprego. No comércio, os homens foram os principais afetados, pois constituíam a maior parte da força de trabalho (55,6%, em 2008). As suas perdas cifraram-se em -18,3%, mais do triplo dos -5,4% de perdas das mulheres. Como na maior parte dos países do sul, e por contraste com os do norte, em Portugal quer a taxa de feminização quer a percentagem de trabalhadores/as jovens entre os 15 e os 24 anos está abaixo da média europeia neste setor. Este facto pode estar associado à maior incidência de emprego por conta própria, de trabalho a tempo inteiro e de contratos a termo nos países do sul (Eurofound, 2012). Prova de que o comércio atravessa um período de acelerada mudança é o aumento inusitado da taxa de feminização do trabalho por conta de outrem durante o período em análise (5,3 p.p.). Isto é tão ou mais importante na medida em que o setor representa cerca de 15% do emprego feminino e masculino.

Os setores onde ocorreu a maior feminização foram os das atividades imobiliárias (mais 5,7 p.p.), e o da administração pública (mais 5,8 p.p.). Há que ver, no entanto, que este setor tem uma composição enganadora, que nos induz em perceções erróneas quando o usamos como variável *proxy* para a administração pública. Os dados do emprego público mostram, no entanto, que o aumento da taxa de feminização foi apenas de 0,1 p.p., neste caso entre 2011 e 2014 (de 58,9% para 59%) (DGAEP, 2015).

Os ganhos líquidos de emprego em certos setores, particularmente educação e saúde, muito feminizados, num contexto de contração do emprego público⁷, são

⁷ Só no grupo do pessoal docente dos níveis de ensino não superior (infantil, básico e secundário), foram eliminados 23.089 postos de trabalho no setor público, entre 2011 e 2014. No setor da saúde, houve um aumento do pessoal médico ao serviço no setor público (mais 959) que, no entanto, não chegou a compensar as perdas verificadas no pessoal de enfermagem e outro pessoal técnico (2.569) (DGAEP, 2015).

reveladores da crescente importância do investimento privado nestes setores (DGAEP, 2015)⁸. Entre os setores com mais peso no emprego (mais de 10% do emprego masculino ou do emprego feminino), o da saúde está entre aqueles em que se registou uma redução da taxa de feminização (-1,3 p.p.), conjuntamente com o alojamento, restauração e similares (-2,5 p.p.). Estas alterações contribuíram para atenuar a segregação sexual do emprego. Em sentido contrário, devemos assinalar a enorme redução das atividades agrícolas, que deixaram de ser um setor com participação equilibrada entre os dois sexos para passar a ser maioritariamente masculina, dado o recuo da taxa de feminização de 50,3% para 36,1%.

Por fim, embora com pouco peso no total do emprego, vale a pena chamar a atenção para dois setores, pelas variações muito fortes das respetivas taxas de feminização, ainda que de sinal diferente. Trata-se do setor das atividades de informação e comunicação, com uma acentuada redução na taxa de feminização (-7.1 p.p. vs. 26,9% de emprego masculino), particularmente preocupante dada a predominância masculina neste setor de ponta (apenas 37,4% de feminização em 2011), onde mais oportunidades de emprego têm surgido malgrado a recessão. No segundo setor em destaque, o imobiliário, passa-se precisamente o contrário – os homens estão a deixar os seus empregos neste setor profundamente afetado pela crise (da construção), enquanto as mulheres estão a encontrar aí mais oportunidades, certamente menos atraentes que antes. O crescimento do emprego feminino a uma taxa de 23,2% está na base do aumento da feminização em 5,7 p.p. Embora com algum exagero, poderíamos dizer que estes dois setores são claros tradutores dos princípios da segregação sexual do emprego – melhores oportunidades para os homens em setores de ponta que oferecem melhores remunerações e carreiras e o inverso para as mulheres.

A tabela 4 mostra a taxa de mudança nos últimos anos, sublinhando os segmentos da força de trabalho que ganharam e os que perderam empregos. A tendência de aumento do trabalho a tempo parcial no caso dos homens, entre 2011 e 2012 (Ferreira, 2014: 218), não se prolongou. Nesta tabela, o grande destaque vai para os ganhos das mulheres na obtenção de outros tipos de contrato (a partir de 2011, essencialmente contratos de prestação de serviços), especialmente os de carácter precário.

O modelo de especialização da economia portuguesa tem assentado nos setores de emprego pouco qualificado e mal pago, com particular ênfase nos setores do comércio e do turismo (incluindo alojamento e restauração). Isto explica os ganhos ao nível do emprego feminino (e de pessoas imigrantes) e os elevados níveis de trabalho a termo certo (apenas ultrapassado por Espanha). Em anos recentes, os contratos a termo certo correspondem a um em cada cinco

⁸ A divulgação em 2015 dos dados da administração pública por profissão e por sexo permite-nos pensar que a hipótese mais provável é a da expansão do investimento privado na saúde e na educação e não, como defendido em Ferreira (2014), o facto de trabalhadores e trabalhadoras em situações contratuais precárias terem visto a sua situação legalizada.

Tabela 4
 Variação líquida de emprego (%) por regime de trabalho, contrato e sexo
 (Portugal, 2011-2014)

População Empregada Total	2011-2014	
Tempo Inteiro	Homens	-10,7%
	Mulheres	-1,9%
Tempo Parcial	Homens	-3,1%
	Mulheres	-12,5%
TRABALHADORES/AS POR CONTA DE OUTREM		
Contrato Permanente	Homens	-9%
	Mulheres	0,4%
Contrato Termo certo	Homens	-8,9
	Mulheres	-8,8%
Outro tipo de contrato	Homens	-17,7%
	Mulheres	3,9%

Fonte: Estatísticas nacionais. Inquérito ao Emprego 2011 e 2004. Cálculos próprios.

empregos. A distribuição por sexo das taxas de emprego a termo certo foi afetada pela crise, verificando-se que se, em finais de 2009, a taxa era de 16,9% para os homens e 19,2% para as mulheres, no final de 2014 a taxa era já 18,3% e 17,5%, respetivamente. Houve, portanto, uma redução do diferencial entre sexos deste tipo de contrato de trabalho, com um aumento muito mais acentuado nos homens e uma pequena redução da percentagem de mulheres.

Quanto ao desemprego, ele aumentou para todos os grupos etários ao longo da década, e níveis de qualificação, não obstante o melhor desempenho das pessoas diplomadas.

Em suma, podem destacar-se os seguintes grupos e setores económicos como os mais afetados pela crise:

- Trabalhadores e trabalhadoras mais jovens – o maior impacto – com uma taxa de desemprego que atingiu os 35% no primeiro trimestre de 2012;
- Homens trabalhadores por conta de outrem;
- Mulheres trabalhadoras por conta própria, funcionárias públicas, empregadas domésticas e trabalhadoras familiares não remuneradas, trabalhadoras com contrato a termo certo;
- Setores da construção, indústria, agricultura, comércio e serviços domésticos.

Houve nos primeiros anos da crise uma tendência para a redução das horas trabalhadas, com a masculinização do trabalho a tempo parcial e o aumento da masculinização do subemprego visível. O contrato de trabalho a termo certo teve um papel de amortecedor da perda de emprego durante a crise, aumentando mais

no caso dos homens e até diminuindo no caso das mulheres. Podemos, portanto, dizer que os homens se estão a tornar mais parecidos com as mulheres em termos de perfil de emprego, o que converge num fenómeno de «feminização da força de trabalho», que significa que o trabalho masculino se está a tornar tão flexível e precário, como o trabalho feminino tem sido. A estratégia é a de nivelar por baixo os padrões do emprego, feminizando o mercado de trabalho, não em termos numéricos, mas em termos substanciais e de regulação. Portugal suportou os custos do ajustamento onerando os segmentos mais precários do mercado de trabalho – emprego a termo e trabalho por conta própria – usados como alavanca do ajustamento e restringindo a entrada de nova força de trabalho no mercado laboral.

A crise e a resposta política

Em termos de respostas governativas à situação podem distinguir-se duas fases. Na primeira metade de 2009, o governo português lançou medidas para ajudar empresas e indivíduos a lidar com os efeitos nefastos resultantes da redução de encomendas, das dificuldades de acesso ao crédito e da perda de rendimentos. A estratégia nacional de resposta à crise de emprego incluiu medidas dirigidas às empresas, para aumentar o emprego, e aos indivíduos, para lidarem com o desemprego. No geral, as medidas tomadas a nível nacional, e que a seguir se sistematizam, estavam em consonância com as orientações da União Europeia: manter as pessoas no emprego, aumentar as competências, aumentar o acesso ao emprego. Tratou-se de medidas com duas finalidades principais: de apoio aos rendimentos (aquisição de bens e serviços; redução dos impostos das empresas e dos impostos sobre os rendimentos pessoais; redução nos impostos indiretos e nas contribuições para a segurança social); de estímulo à economia (investimento em infraestruturas; aquisição pública de bens; transferências para os agregados familiares).

Estas medidas conduziram a um aumento enorme da despesa do Estado, o que elevou o deficit público em 10,1% do PIB e acelerou a crise da dívida pública. Quando Portugal pediu assistência financeira internacional, as negociações foram concluídas com um memorando de entendimento para uma estratégia de consolidação fiscal, profundas reformas do mercado de trabalho, do sistema judicial, das redes de serviços básicos e aos setores da habitação e outros serviços, e de salvaguarda do setor financeiro (Comissão Europeia, 2011).

De 2010 em frente, as principais medidas de combate ao défice público foram as seguintes:

1. Reduções no que passou a ser designado como «privilégios dos/as trabalhadores/as da função pública» (segurança de emprego, salários, pensões) – cortes salariais, congelamento de carreiras, alterações nas políticas de aposentação;

2. Reestruturação da administração pública, fundindo ou eliminando postos de trabalho em comissões/agências, postos de gestão intermédia e outras funções;
3. Aumento de impostos diretos e indiretos e do preço dos transportes, gás e eletricidade;
4. Privatização total ou parcial de empresas públicas – eletricidade e águas, televisão, transportes aéreos e outras;
5. Desregulação das relações laborais facilitando os despedimentos e flexibilizando os horários de trabalho e a mobilidade laboral.

A estratégia do governo liderado pelo PSD em coligação com o CDS para lidar com a crise passou, a partir de meados de 2011, pelo aumento das exportações de bens transacionáveis reforçando a competitividade através da redução salarial. O modelo de especialização subjacente a esta estratégia intensificou o modelo tradicionalmente dominante da economia portuguesa – baixos salários para produção de bens para consumo final com pouco valor acrescentado. A mão-de-obra feminina é particularmente desejável nestes setores exportadores, que, no entanto, não oferecem qualidade de emprego. Ao invés, a queda sistemática da feminização das ciências, tecnologias e das engenharias afastará ainda mais as mulheres dos sectores das indústrias e serviços com perfil tecnológico mais avançado. É particularmente preocupante a fuga de mulheres das engenharias, que representou uma queda de mais de 9 pontos percentuais nas taxas de feminização dos respetivos cursos superiores. Também ilustrativa é a queda de 7,1 pontos percentuais na feminização do setor da informação e comunicação (tabela 3).

A perda de emprego tem influenciado particularmente o altamente feminizado setor da administração pública, tradicionalmente na vanguarda das políticas de conciliação trabalho-família. Entre dezembro de 2011 e dezembro de 2014, 30.551 homens e 40.814 mulheres perderam os seus empregos na função pública. Quem ficou viu as suas carreiras congeladas, os horários e cargas de trabalho intensificados e o seu poder de compra diminuído, devido aos cortes dos seus salários e ao aumento dos impostos. Segundo os cálculos de Eugénio Rosa, a variação (2010-2014) do poder de compra da remuneração base média mensal da Função Pública foi negativa (-24,4%), contados o valor nominal das remunerações, o aumento dos impostos (diretos e indiretos) e a perda de poder de compra por via da inflação (Rosa, 2014)⁹.

Diferentes análises demonstraram o efeito positivo do setor público no emprego feminino (Estévez-Abe e Hethey, 2010), e não é por acaso que, em países

⁹ O valor a que Rosa chegou é apenas uma média. Se fizermos incidir os cálculos sobre postos de trabalho com salários mais altos, chegaremos a um montante bastante superior. A título ilustrativo, se compararmos a remuneração líquida mensal de um/a docente universitário/a, com a categoria de professor/a auxiliar, em dezembro de 2008 e de 2014, mostra uma quebra de 24,5%, não contabilizando perdas decorrentes da inflação e do congelamento da carreira.

com mais elevados níveis de vida e maior igualdade entre mulheres e homens, o emprego no setor público representa um quarto a um terço do emprego total. A redução do emprego público pode significar uma descida no índice de «igualdade de género» e nos rendimentos familiares e na autonomia das mulheres. Em 2000, as mulheres empregadas no setor privado contribuíam com 33% para o rendimento do agregado, e as que trabalhavam no setor público com 43% (Coelho, 2010). Além disso, as mudanças no emprego público também têm impactos nas perspetivas das mulheres mais desfavorecidas, especialmente aquelas que eram contratadas para o trabalho doméstico por parte de mulheres dos quadros da função pública. Os cortes nos salários na função pública reduzem a procura de trabalho doméstico e as oportunidades de trabalho das mulheres menos qualificadas (Coelho, 2010). Em 2008, 7,2% de todo o emprego feminino recaía na categoria «agregados privados com pessoas empregadas», tendo sido eliminados 59.000 postos de trabalho, até 2014, e representando agora uns meros 5,2%.

A redução da procura de emprego doméstico significa, também, que as mulheres de classe média estão a fazer mais trabalho doméstico e familiar, agravando a sua sobrecarga de trabalho e responsabilidades. A maior consagração das mulheres ao trabalho doméstico, sem uma reconfiguração dos padrões de divisão sexual de trabalho que implique maior partilha com outros elementos da família, pode vir a significar um relativo desinvestimento nas carreiras profissionais, ameaçando o seu estatuto social.

Para onde caminhamos?

Estamos, portanto, a viver em Portugal tempos de aumento do desemprego e da precarização, de aumento dos tempos de trabalho e de deterioração das condições de trabalho, em geral; de forte redução do rendimento disponível das famílias, por via da degradação dos salários e de outros rendimentos (como sejam as transferências da segurança social), do aumento das contribuições e impostos e dos preços de bens essenciais, como os combustíveis e a eletricidade. Tais alterações configuram a reestruturação do mercado de trabalho e do regime de bem-estar social, com forte impacto na divisão sexual de trabalho, nomeadamente entre trabalho pago e não-pago.

Onde é que as mudanças identificadas nos levarão, ou quem está a pagar a crise, são questões pertinentes. Os segmentos mais frágeis e vulneráveis da população enfrentam dificuldades agravadas. A população jovem não consegue entrar no mercado de trabalho, a não ser em condições altamente instáveis e precárias, por isso, parte emigra. A posse de diplomas de ensino superior já não é uma salvaguarda, nem assegura mobilidade social, defraudando expectativas colocadas no sistema de ensino. O desemprego de longa duração aumenta, bem como a desproteção das pessoas nessa condição que viram suprimidos os direitos a subsídios e proteção social. Reduziram-se também os números do emprego por

conta própria, devido à crise e porque as novas obrigações fiscais tornaram os «falsos recibos verdes» menos atrativos para entidades empregadoras. A perda de oportunidades de emprego no setor público, em declínio desde 2005, refletiu-se também negativamente na posição das mulheres no mercado laboral.

Voltando à hipótese formulada no início deste texto, percebe-se que, em Portugal, devido à «crise», se vive um retrocesso nas tentativas de abandonar o tradicional regime de bem-estar social do sul da Europa iniciadas por medidas governativas das últimas décadas. As evidências empíricas deste retrocesso são múltiplas. Medidas desenhadas para combater a crise tiveram fortes impactos no sistema de bem-estar¹⁰. Entre elas contam-se os cortes nos subsídios às famílias e outros apoios sociais; os cortes nas transferências, mudanças na filosofia de proteção social reduzindo as taxas de cobertura e de reposição do rendimento, restrições nos critérios de elegibilidade para acesso a subsídios e reforço do critério de condição de recursos. Ao nível das pensões, as medidas também foram altamente penalizantes, designadamente, o aumento da idade da reforma, os cortes nas taxas de reposição do rendimento, a imposição de novas contribuições para pensionistas do setor público, e reduções nos benefícios fiscais.

Contrastando com as políticas de cortes, em 2014, o governo lançou, como medida de apoio à natalidade, a «benesse» para o funcionalismo público da possibilidade de se poder trabalhar em meio-tempo, sem perda de tempo de serviço efetivo, por 60% do salário¹¹. Dirigindo-se sobretudo «às mães, que gostam de ter mais tempo com os seus filhos»

A seletividade passou a ser o princípio da distribuição da proteção social, em vez do universalismo. A intensificação da prova de recursos para a proteção social reforça a subsidiariedade familiar e reduz a autonomia das mulheres a nível individual, social e político. A sua cidadania vê-se reduzida por uma reprivatização da proteção social que reenvia as mulheres para o isolamento da família, dependência económica e estatutária e para o desempenho de papéis sexuais convencionais. Paradoxalmente, tendo em conta os investimentos públicos das últimas décadas em equipamentos sociais de apoio aos cuidados de pessoas idosas, crianças e outras dependentes, com o recuo brusco do bem-estar formal, reforça-se a sociedade providencial informal, a solidariedade informal provida

¹⁰ As análises de González e Figueiredo (2014) e de Zartaloudis (2014) chamam a atenção para os elevados custos sociais que cortes na proteção social acarretam num contexto de sistemas de proteção social ainda incipientes, que procuram a convergência com os vigentes nos países de maior desenvolvimento.

¹¹ Mota Soares, então Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, justificou a medida deste modo: “Hoje uma mulher que pretenda ser mãe, mais do que a disponibilidade financeira, reclama por disponibilidade para uma maior dedicação. Se tempo tivesse para os acompanhar teria mais filhos», declaração produzida em 13 de abril de 2013, altura em que deu início à preparação da medida que viria a ser lançada em 2015 (cf. <http://www.noticiasaminuto.com/economia/59556/governo-quer-criar-part-times-para-que-haja-tempo-de-fazer-filhos>).

pela família, pelas redes informais que, como se sabe, são tecidas pelo trabalho não remunerado das mulheres (Portugal, 2008; Frade e Coelho, 2015). Como defendem Margarita León e Mauro Migliavacca (2013), para os casos de Espanha e Itália, também em Portugal podemos ver o reforço do familismo nestas tendências, sobretudo por via do aumento da prestação de cuidados a cargo das mulheres, especialmente à população idosa (tarefa menos partilhada do que os cuidados às crianças) e à população mais jovem que não consegue dar corpo aos seus projetos de autonomia pessoal, em face da falta de emprego ou da grande precariedade de emprego com que se vê confrontada. Segundo aquelas autoras, «a co-residência [entre gerações] na Europa do Sul é uma maneira de transferir recursos de pais para filhos e vice-versa» (León e Migliavacca, 2013: 37), e tem como resultado a diminuição da necessidade de intervenção do Estado.

A desproteção social no desemprego agravou-se, sendo que, em 2014, 68,6% das pessoas inscritas não tinha subsídio de desemprego, para além da redução nos montantes do subsídio pago. São as famílias quem tem suportado e compensado esta desproteção, especialmente no caso das pessoas jovens que enfrentam barreiras no acesso ao mercado de trabalho e situações laborais altamente precárias e inseguras. Prolongar a dependência da família a nível habitacional e financeiro tem sido a única solução para a população jovem, especialmente aquela que não saiu do país à procura de oportunidades, não contando, portanto, para o quase meio milhão de pessoas que emigrou entre 2011 e 2014. Como concluíram Catarina Frade e Lina Coelho (2015), a solidariedade intergeracional na família foi uma estratégia fundamental para a manutenção da estabilidade social em contexto de crise. Foram as famílias quem suportou os custos do desemprego, da precariedade, dos cortes bruscos da proteção formal, amortecendo os impactos mais severos da crise e das medidas de austeridade impostas. E são ainda elas, o mesmo seja dizer as mulheres, que cuidam das crianças e pessoas idosas retiradas das respetivas instituições de acolhimento por dificuldades de pagamento das mensalidades. Se quisermos qualificar este acentuar do familismo, diríamos, com Mary Daly (2011), que se regista uma refamilização de responsabilidades que haviam sido externalizadas para o mercado, com o apoio do Estado, no caso vertente.

Numa sociedade de consumidores/as, o Estado Providência é menos útil do que em uma sociedade de produtores/as (Bauman, 2010). Naquele tipo de sociedade não há necessidade de apoiar a reprodução da força de trabalho, além do que não existem empregos disponíveis para a ocupar. Por isso o investimento social deixa de ser visto como necessário elemento impulsionador do sucesso e desenvolvimento sustentado das sociedades. As pessoas pobres são assim colocadas sob vigilância e é criada uma narrativa de «merecimento» de apoio e de benefícios sociais. Trabalhadores/as e direitos transformam-se apenas em mais uma variável nos ajustamentos a fazer no mercado, desnacionalizando-se (Ferreira, 2012). Os cortes nas despesas sociais encaixam nesta ideologia. O XIX Governo Constitucional (2011-2015) afirmou perentoriamente a ideia de que o

investimento social apenas deve ser aceite num quadro de empobrecimento e de baixíssimos níveis de vida.

Relativamente às desigualdades entre mulheres e homens, durante a crise, e fruto dos impactos das medidas de austeridade, assistiu-se a um atenuar do diferencial ao nível do desemprego, que não atingiu as mulheres tão fortemente durante os dois primeiros anos da crise. Verificou-se mesmo uma «feminização» das condições laborais dos homens, numa espécie de nivelção por baixo das mesmas, que os aproximou da situação tradicionalmente mais precária e insegura do emprego feminino. Não obstante estes dois aspetos, a discriminação laboral persiste como marca de um mercado de trabalho especialmente desvantajoso e adverso para as mulheres. Os ganhos de emprego feminino acontecem em setores e categorias de baixas remunerações, tendo mesmo inicialmente aumentado os diferenciais salariais.

No contexto dos novos arranjos de *welfare mix* que estão a emergir destas políticas, importa perceber quais serão os seus impactos sobre os padrões de comparticipação dos seus três pilares fundamentais – o Estado, o mercado e a família – e que lugar neles ocuparão mulheres e homens. O desafio deverá passar por determinar em que medida podemos influenciar a criação de cidadania e de bem-estar que não representem uma perda de autonomia para as mulheres em termos individuais, sociais e políticos. Confiar, mais uma vez, nas mulheres para garantirem a proteção social e os cuidados é fazer renascer o velho modelo do sul da Europa que tinha começado a desaparecer em Portugal, acentuando um retorno a um passado desigualitário e assimétrico.

Referências bibliográficas

- ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho (2015), *Atividade de Inspeção do Trabalho – Relatório 2014*, [em linha] Disponível em: [http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/crc/PublicacoesElectronicas/InspeccaoDoTrabalho/Documents/RelatorioAI2014.pdf](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/crc/PublicacoesElectronicas/InspeccaoDoTrabalho/Documents/RelatorioAI2014.pdf) [consultado em 15 de outubro de 2015].
- Bauman, Zygmunt (2010), *Living on Borrowed Time – Conversation with Citlali Rovirosa-Madrado*, Cambridge, Polity Press.
- Campos, Maria Manuel; Pereira, Manuel C. (2009), «Salários e Incentivos na Administração Pública em Portugal», *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Verão, 61-83.
- Coelho, Lina (2010), «Mulheres, Família e Desigualdade», Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra (FEUC).
- Daly, Mary (2011), «What Adult Worker Model? A Critical Look at Recent Social Policy Reform in Europe from a Gender and Family Perspective», *Social Politics* 18(1), 1-23.
- DGAEP – Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (2.º Trim. 2015), *Síntese Estatística do Emprego Público*, Lisboa, Ministério das Finanças [em linha] disponível em: <http://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?&OBJID=da5b5dbb-6ace-4d45-9a10-315cedc919b8> [consultado em 1 de novembro de 2015].
- DGAEP – Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (outubro 2012), *Boletim Estatístico do Emprego Público* n.º 07, [em linha] disponível em: <http://www.dgaep.gov.pt>

- gov.pt/upload//DEEP/BOEP07/DGAEP-DEEP_BOEP_07.pdf [consultado em 2 de agosto de 2015].
- Estévez-Abe, Margarita; Hethey, Tanja (2010), «Women's Work, Family Income and Public Policy». Paper presented to the conference on «Inequality and the Status of the Middle Class: Lessons from the Luxembourg Income Study», University of Luxembourg, June 28-30.
- Eurofound (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions) (2012), *Working conditions in the retail sector*, [em linha] Disponível em: http://www.eurofound.europa.eu/ewco/studies/tn1109058s/tn1109058s_1.htm [consultado em 18 de agosto de 2012].
- Ferreira, António Casimiro (2012), *Sociedade de Austeridade e Direito do Trabalho de Exceção*, Porto, Vida Económica.
- Ferreira, Virgínia (1994), «Women's employment in the European semi-peripheral countries: analysis of the Portuguese case», *Women's Studies International Forum* 17(2/3), 141-55.
- Ferreira, Virgínia (2011), Engendering Portugal: social change, state politics and women's social mobilization, in António Pinto (ed.), *Contemporary Portugal*, Boulder, Columbia University Press, 153-192.
- Ferreira, Virgínia (2014), «Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal», in Maria Karamessini and Jill Rubery (Eds.), *Women and Austerity – The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 207–227.
- Frade, Catarina; Coelho, Lina (2015), «Surviving the Crisis and Austerity: The Coping Strategies of Portuguese Households», *Indiana Journal of Global Legal Studies* 22(2), 631-664.
- GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos (2015), *Boletim Estatístico – Agosto de 2015*, Lisboa, Ministério da Economia [em linha] disponível em <http://www.gee.min-economia.pt/> [consultado em 11 de setembro de 2015].
- González, Pilar; Figueiredo, António (2014), «The European Social Model in a Context of Crisis and Austerity in Portugal», in Daniel Vaughan-Whitehead (ed.), *The European Social Model in Times of Economic Crisis and Austerity Policies*, Geneva, International Labour Organization, 291-340.
- GPEARI (2011), «Diplomados do Ensino Superior [2000-2001 a 2009-2010]», [em linha] Disponível em: <http://www.gpeari.mctes.pt/es> [consultado em 5 de março de 2012].
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2009; 2012), *Estatísticas do Emprego – 4º trimestre*, [em linha] disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes [consultado em 17 de julho de 2012].
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2015a), *Estatísticas do Emprego – 4º trimestre de 2014*, [em linha] disponível em: <http://www.ine.pt/> [consultado em 23 de junho de 2015].
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2015b), *Destaques – Saldos natural e migratório negativos atenuam-se face ao ano anterior* [em linha] disponível em: <http://www.ine.pt/> [consultado em 1 de novembro de 2015].
- León, Margarita; Migliavacca, Mauro (2013), «Italy and Spain: Still the Case of Familistic Welfare Models?», *Population Review* 52(1), 25-42.
- OCDE (2011) *Education at a Glance*, [em linha] disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/61/61/48630790.pdf> [consultado em 5 de maio de 2012].
- Portugal, Sílvia (2008), «As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal», *Oficina do CES*, n.º 319.

- Rosa, Eugénio (2014), «A Remuneração Media Liquida Total dos Trabalhadores da Função Pública é Apenas de 976? em 2014, o Suplemento Medio é Inferior a 94?/Mês, e o Poder de Compra na Administração Pública já Diminuiu 24% desde 2010» [em linha] disponível em: <https://www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documents/2014/36-2014-remuneracaoofp.pdf> [consultado em 15 de agosto de 2015].
- Rubery, Jill (2013), «Public sector adjustment and the threat to gender equality», in Daniel Vaughan-Whitehead (ed.), *Public Sector Shock*, ILO/Edward Elgar, 43–83.
- Santos, Boaventura de Sousa (2011), *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação*, Coimbra, Almedina.
- Zartaloudis, Sortirios (2014), «The Impact of the Fiscal Crisis on Greek and Portuguese Welfare States: Retrenchment before the Catch-up?», *Social Policy & Administration* 48(4), 430-449.

Virgínia Ferreira. Doutorada em Sociologia; Docente na Faculdade de Economia e investigadora do CES-UC. Membro fundador da APEM, e membro do *Expert Group on Gender and Employment* da Comissão Europeia. Publicou recentemente com Rosa Monteiro (2013), *Trabalho, igualdade e diálogo social: Estratégias e desafios de um percurso* (Lisboa, CITE).

URL: http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/virginia_ferreira.php;
virginia@fe.uc.pt

Rosa Monteiro. Doutorada em Sociologia. Docente no Instituto Superior Miguel Torga e investigadora do CES-UC. A sua tese incidiu sobre «Feminismo de Estado em Portugal». Publicou recentemente (com Luísa Agostinho e Fernanda Daniela, 2015), «Um diagnóstico da desigualdade de género num município em Portugal: estruturas e representações», *Revista de Administração Pública* 49(2), 423-446.

URL: http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/rosa_monteiro.php;
monteiro.rosa14@gmail.com

Centro de Estudos Sociais, Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal

Artigo recebido em 23 de julho de 2015 e aceite para publicação em 19 de outubro de 2015.

UNEMPLOYMENT AND GENDER EQUALITY WITHIN THE FAMILY IN PORTUGAL¹

Raquel Ribeiro², Lina Coelho and Alexandra Ferreira-Valente

Center for Social Studies, University of Coimbra, Portugal

Abstract

This paper analyses the impact of unemployment on the gender division of household work. A sample of 643 dual full-time employed couples and 160 with an unemployed partner was considered. Variance analysis and chi-square tests were performed to analyse the differential impact of the spouses' employment status on the time devoted to domestic and parental work and on the division of household chores among partners. Results show that male unemployment increases men's participation in domestic work only on weekdays while female unemployment constrains women into domestic activities both on week and weekend days. Gender patterns of task division also showed to relate significantly to partners' employment status.

Keywords: domestic work, household chores, unemployment, gender inequality.

Resumo

Desemprego e Igualdade de Género na Família em Portugal

O artigo analisa o impacto do desemprego na divisão sexual do trabalho familiar. Foi utilizada uma amostra de 643 casais com duplo emprego a tempo completo e 160 com um parceiro desempregado. Recorreu-se a análises de variância e testes de qui-quadrado para analisar o impacto diferencial da situação dos cônjuges face ao emprego sobre o tempo dedicado ao trabalho doméstico e parental e a divisão das tarefas familiares. Os resultados mostram que o desemprego dos homens aumenta a sua participação somente nos dias de semana, enquanto o desemprego feminino restringe as mulheres às atividades domésticas, todo o tempo. Os padrões de género na repartição de tarefas também revelaram depender de forma significativa da situação profissional dos cônjuges.

Palavras-chave: trabalho doméstico, tarefas domésticas, desemprego, desigualdade de género.

Résumé

Chômage et Égalité de Genre au sein de la Famille aux Portugal

Cet article analyse l'impact du chômage sur la division sexuelle du travail familial. Un échantillon de 643 couples employés à plein temps et 160 avec un partenaire chômeur a été considéré. Analyses de la variance et tests du chi carré ont été appliqués pour déterminer l'impact différentiel de la situation professionnelle sur le temps de travail domes-

¹ This article was written within the scope of the project «FINFAM – Finances, Gender and Power: how are Portuguese families managing their finances in the context of the crisis?» (PTDC/IVC-SOC/4823/2012 – FCOMP-01-0124-FEDER-029372), financed by ERDF funds through the Operational Programme Factors of Competitiveness (COMPETE) and by national funds through the Foundation for Science and Technology (FCT).

² Corresponding author: rmp.ribeiro@gmail.com

tique et parental et sur la division des tâches ménagères. Les résultats montrent que le chômage des hommes fait accroître leur participation au travail domestique seulement en semaine tandis que le chômage des femmes les contraint aux activités domestiques tout le temps. Les profils de genre des tâches se relient aussi, de manière significative, à la situation professionnelle des partenaires.

Mots-clés: travail domestique, tâches ménagères, chômage, inégalité des sexes.

Consequences of the crisis for gender equality

As men were the major actors in financial markets and in political decision making and the sectors mostly affected by the crisis were male dominated (manufacturing, construction and finance), the Great Recession has been termed a «he-cession» (Annesley and Scheele, 2011; Maier, 2011), suggesting the end of men's dominance in the economic and political world.

In fact, in the beginning of the crisis, unemployment in construction and manufacturing mostly affected men (Bettio *et al.*, 2012; Leschke and Jepsen, 2012; Maier, 2011; Mills *et al.*, 2014). In Europe, male employment dropped to 1997 levels while female employment registered only a slight decrease. Sex segregation of jobs therefore led to the convergence of male and female unemployment rates (10.8% and 10.9%, respectively, at the end of 2012). Yet, the decrease in gender gaps was not due to an improvement in women's situation but to a faster deterioration of men's situation (European Commission, 2013; Ferreira, 2013).

Although female employment was protected in the first phase of the crisis, female dominated sectors (public administration, health and education) have been mostly affected by subsequent fiscal consolidation measures, thus reducing the prospects of a recovery for female employment (Bettio *et al.*, 2012; Leschke and Jepsen, 2012; Maier, 2011). The International Labour Organization [ILO] predicts female unemployment rates in the developed economies will only gradually decline to 8.2% in 2018, whereas male rates are expected to reduce to 7.6% (ILO, 2014). Since the public sector has been crucial for women's economic integration (by providing well-paid quality jobs and social services and transfers), austerity measures represent a major challenge for gender equality. They not only undermine equality in paid work and economic independence but may cause an ideological backlash (Karamessini and Rubery, 2013). In fact, results of the European Social Survey show that as jobs became scarce in Denmark and the United Kingdom, more people came to believe men had more right to jobs than women (Leschke and Jepsen, 2012).

As such, the crisis threatens to undermine years of progress towards Millennium Development Goals and to jeopardize the targets of Europe 2020 Strategy in what relates to gender equality and employment (European Commission, 2013; European Women's Lobby [EWL], 2012; United Nations [UN], 2013).

Notwithstanding, the current crisis may impact the situation of women quite diversely from past recessions. Women currently account for a much

greater proportion of employment, pay gaps generally become smaller and households living on two incomes have increased significantly. Consequently, a man's job loss tends to create a female breadwinner, while a woman's job loss soundly impacts household income (European Institute for Gender Equality [EIGE], 2013a; Maier, 2011; Smith, 2009).

Since paid work is gendered and impacts on unpaid work (Antonopoulos, 2009; Coltrane, 2000; Otobe, 2011), we may expect that, besides its economic consequences, the crisis will also have major effects on the relations between men and women within the family. Those effects are likely to depend on the pre-existing level of gender equality.

Several studies have addressed the gendered consequences of the crisis on the labour market (Annesley and Scheele, 2011; Maier, 2011; Otobe, 2011; Smith, 2009). Contrariwise, little is known on how unemployment is affecting household work division (Antonopoulos, 2009).

Extending prior research (Ribeiro, Coelho and Ferreira-Valente, 2015), this study aims to analyse the differential impact of female and male unemployment on the division of housework by couples, thus contributing to the gendered interdisciplinary analysis of the crisis (e.g. Annesley and Scheele, 2011; Antonopoulos, 2009; European Commission, 2014; Karamessini and Rubery, 2013; Maier, 2011; Otobe, 2011; Smith, 2009). To achieve this goal it builds on data from a national survey on the crisis' effects on Portuguese families with children (Coelho *et al.*, 2014; Ferreira-Valente and Coelho, 2015).

Situation of women and men in Portugal

The Portuguese economy only emerged from recession in 2014, with an unemployment rate of 14.1%, which compares to 9.2% in 2007. Male and female unemployment reached 13.7% and 14.5%, respectively, figures that rose from 8.7% and 9.7% in 2007 (Eurostat, 2015).

The crisis impacted on both men's and women's employment but in different moments, sectors and occupational categories. The year 2009 was the worst for men, while 2011 was the worst for women. Between 2008 and 2011 men lost ten times more jobs than women, especially as salaried employees in manufacturing and construction. Women lost more jobs as self-employed, unpaid family workers and employers (twice as much as men), in agriculture, manufacturing and private households (Ferreira, 2013).

As a result, male and female employment rates dropped: from 73.6% and 61.8% in 2007, respectively, to 63.5% and 57.9% in 2013 (Eurostat, 2015). Still, Portugal continues to show above average figures on female full-time equivalent employment in the European Union (EIGE, 2013a), with one of the highest percentages of mothers of small children working full time (Ferreira, 2013; Mills *et al.*, 2014).

From a very low rate of 13.1% of women's participation in the labor market

in the 1960s (Wall, Aboim, and Cunha, 2010), Portugal then moved into a process of rapid economic and social transformation within which the mass entry of women into the labour market was crucial (Coelho and Ferreira-Valente, 2014; Ferreira, 2013; Ribeiro, 2005; Wall, Aboim, and Cunha, 2010). This change was strengthened by a major policy shift after the democratic revolution of 1974, when equality between men and women was incorporated as a fundamental principle in the Portuguese Constitution (Amâncio, 2007; Rêgo, 2012). The feminization of the labour force reached 40% in 1991, and increased to 47% in 2008 (Eurostat, 1994, 2009, cit. in Ferreira, 2013).

However, the high female activity rate hides an uneven distribution of men and women, to the disadvantage of women, in occupational activities, hierarchical levels, status in employment, working times and wages (Coelho, 2010; EIGE, 2013a; Ferreira, 2013; Múrias and Ribeiro, 2012).

Portuguese society accompanied the evolution verified in other western countries concerning the decline of birth and marriage rates and the increase in the rates of divorce, cohabitation and births outside marriage (Amâncio, 2007; Ribeiro, 2005). A slight movement of men into domestic and parental work also took place, along with wide adherence to gender equality ideals (Perista, 2002; Wall, Aboim, and Cunha, 2010). Yet, differentiated gender roles within the family and asymmetric housework division still prevail in most families (Amâncio, 2007; EIGE, 2013a; Perista, 2010; Poeschl, 2000; Múrias and Ribeiro, 2012). Women's role still relates to household and care work, in spite of their massive participation in employment. Therefore, women mostly endure a «double workload», as time devoted to family work adds to paid work time (Afonso and Poeschl, 2006; Amâncio, 2007; Wall, Aboim, and Cunha, 2010).

The ongoing austerity policies, adopted to reduce public budgetary deficits, tend to produce detrimental effects to advancements in gender equality. Cuts in public provision lead to a reprivatisation of care and to a shift towards a more familialist welfare system (EWL, 2012), thus reinforcing the traditional informal welfare society, whose main pillar is the unpaid work of women (Ferreira, 2013). Besides, the suppression of public jobs, especially in the social sectors, mostly affects women and may lead to a return to traditional gender roles (Leschke and Jepsen, 2012; Karamessini and Rubery, 2013).

Furthermore, wage cuts in public sectors tend to induce reduced demand for domestic help, thus also decreasing job opportunities for uneducated women (Coelho, 2010; Ferreira, 2013). In fact, between 2008 and 2014 female jobs in «private households with employed persons» dropped by 34%, from 173.4 to 114.4 thousand (Statistics Portugal, 2015). As a result, middle-class women are compelled to do more of their own domestic work and, as «there is an uneven distribution of power and resources between women and men in the household, it is probably correct to surmise that this means an added workload for women» (Ferreira, 2013: 224). The expansion of women's unpaid domestic work may also imply a relative disinvestment in professional careers, threatening their occupational status.

The crisis may thus have a disproportionately negative impact on women (EWL, 2012), both by decreasing female employment and by widening gender pay gaps, as has been the case in Portugal in recent years³. In spite of their higher average levels of education, Portuguese young women seem to be in a particularly vulnerable situation, which creates gloomy perspectives for the future⁴.

Present study

Extant literature has showed that economic dependence relates to power relations within couples, by putting at a disadvantaged bargaining position the partner with smaller resources (e.g. Coelho, 2014, Coelho *et al.* 2014; Vogler and Pahl, 1994). In so far as unemployment creates or aggravates existing asymmetries of monetary and material resources within couples, it is likely to also aggravate gender inequalities.

In spite of advancements in gender equality, the division of household labour continues to be imbalanced in all countries, to the disadvantage of women, despite differences in magnitude (Bianchi, Sayer, Milkie, and Robinson, 2012; EIGE, 2013a). Several authors have attempted to explain this imbalance (Bianchi, Milkie, Sayer and Robinson, 2000; Coltrane, 2000; Mikula, 1998; Poeschl, 2000; Shelton and John, 1996). According to the time availability hypothesis, men usually spend more time in outside employment than women, thus having less time available for housework. This would justify women's greater participation in domestic tasks. In a different but complementary perspective, the relative resources hypothesis postulates that the partner with more resources uses the bargaining power conveyed by resources to perform less housework. As men usually have more resources (e.g. higher earnings, education and occupational prestige), they would do less household work than women. Finally, the gender role ideology hypothesis justifies imbalances in housework by adherence to traditional gender roles, according to which men are the main breadwinners, while women are the housekeepers and primary caregivers.

Time being «the ultimate scarce resource» (Bryson, 2007: 59), we may expect unemployment to prompt a reorganization of the couple's use of time in order to increase time devoted to household tasks by the unemployed partner. Unemployment might therefore be a key factor in determining the gendered division of work within the family.

This study aims to assess the differential impact of female and male unemployment on unpaid work within Portuguese couples. For that purpose we analy-

³ Eurostat (2015) figures show the overall unadjusted gender pay gap went up from 8.5% in 2007 to 13% in 2013.

⁴ For under 25 year old persons, unemployment rates were 35.4% for women and 32.3% for men by the end of 2014 (Eurostat, 2015).

sed how the gender division of both time and household chores relate to three diverse occupational combinations by partners: both full-time employed, man full-time employed/woman unemployed, woman full-time employed/man unemployed.

Following previous studies showing there has been no major changes in family life organization in Portugal (Perista, 2002, 2010; Poeschl, 2000; Wall, Aboim, and Cunha, 2010), we anticipate the division of household work to still conform to traditional gender roles, with women devoting more time to it than their male partners.

Moreover, in accordance with both the time availability and the relative resources hypotheses, and following results of previous studies (Afonso and Poeschl, 2006; Ribeiro, Coelho and Ferreira-Valente, 2015), we also expect unemployment to be associated both with further involvement in domestic and parental work and less participation in financial chores. Notwithstanding, this may be disproportionately so in case of female unemployment since, in such a case, unemployment disadvantages cumulate with those coming out of traditional gender roles.

Method

The study builds on data gathered by a quantitative survey on the effects of the crisis on Portuguese heterosexual couples with children (Coelho *et al.*, 2014; Ribeiro, Coelho and Ferreira-Valente, 2015). The questionnaire was applied to a quasi-representative sample of the population in terms of residence area and education levels⁵.

To fulfil the study's purposes we selected from the sample the couples in which: a) both partners were full-time employed; b) one of the partners was unemployed while the other was full-time employed. We therefore excluded couples with two unemployed partners or any other occupational situation (part time employed, retired, housekeeper).

Participants

From the total sample of 1001 households, 803 (80.2%) fulfilled the inclusion criteria. From those, 643 (80.1%) were dual full-time employed couples, 74 (9.2%) included male unemployment and 86 (10.7%) had female unemployment. Most respondents were women (58.2%). Nevertheless, respondents of both sexes were equally distributed among the three groups considered ($\chi^2(2) = 2.20, p = .333$).

⁵ For a full description of the sampling procedure and sample characteristics see Alexandra Ferreira-Valente and Lina Coelho (2015).

The partners' age ranged from 17 to 60 years old (Men: $M = 42.01$, $SD = 6.41$; Women: $M = 40.27$, $SD = 6.09$). Most couples were married (80.8%), 9.3% cohabited with legal recognition and 9.3% with no legal recognition. Time of cohabitation varied between 1 and 34 years ($M = 13.93$, $SD = 7.57$). Most couples cohabited with one (50.1%) or two children (43.1%). A minority (9.1%) belonged to non-nuclear families.

Instrument and procedure

The full survey questionnaire comprised 54 closed or semi-closed questions (for a complete description of the instrument see Coelho *et al.*, 2014; and Ferreira-Valente and Coelho, 2015). In order to achieve a broad range of participants across the country, data was collected by both an online survey tool (*LimeSurvey*) and traditional paper-and-pencil techniques, from March to August 2014.

For the purposes of the study we considered questions on the couple's occupational situation and on the gender division of family work referring to:

- a) Average daily time devoted to domestic work (cleaning the house, washing the car, cooking, doing minor repairs, etc.) on weekdays and on weekends, separately;
- b) Average daily time devoted to child care (playing, giving bath, helping with homework, talking, etc.) on weekdays and on weekends, separately;
- c) Patterns of time allocation (mostly the woman; equal; mostly the man; mostly another family member; mostly other persons) to several household chores (laundry, housecleaning, cooking, minor repairs, taking children to school, caring for the sick, washing the car, shopping, paying the bills, dealing with taxes, managing accounts, dealing with loans and/or savings).

Data analysis

To assess gender differences regarding average time devoted to domestic and parental work we computed four variables on the differential of hours devoted by partners (woman's less man's hours) to: domestic work on weekdays, domestic work on weekends, child care on weekdays and child care on weekends. Answers mentioning more than 18 hours per day were not considered.

In order to analyse the differential impact of the couple's employment status on the time devoted to domestic and parental work, several variance analysis (one way ANOVA) on the abovementioned variables were performed. In the case of violation of the assumption of homogeneity of variances, we planned to use the Welch correction and the Games-Howell test to assess differences between groups (Marôco, 2014).

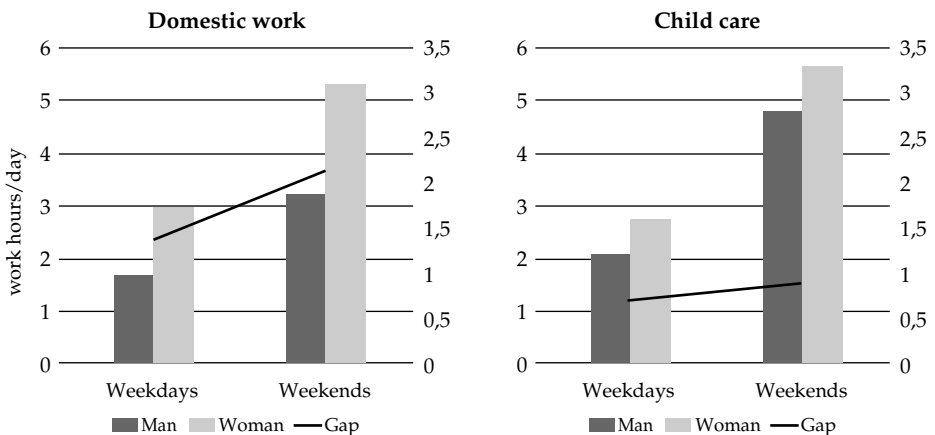
Chi-square tests were performed to examine whether partners' participation in household chores depended on their employment status. For this purpose household tasks performed mostly by a third person were treated as «equal sharing». We planned to run the Monte Carlo simulation (Marôco, 2014) in the cases where less than 80% of cells had expected counts lower than 5.

Results

Time devoted to domestic and child care work

Figure 1 shows the average number of hours devoted by men and women to domestic work and child care and the average gender gap, separately for week and weekend days.

Figure 1: Domestic and child care hours of work (left scale) and gender gap (right scale)



As expected, results show Portuguese women still spend more time in domestic and child care work than their male partners. This is in accordance with the findings of several studies showing that patterns of time allocation to unpaid work (domestic and care work) are marked by a profound asymmetry penalizing women (Bianchi, Sayer, Milkie and Robinson, 2012; EIGE, 2013a, 2013b; European Commission, 2014; Perista, 2002, 2010).

Results of the variance analysis on the differential impact of the employment status on the time devoted to domestic work and child care are displayed in Table 1.

Results show that time spent in domestic and parenting work depends on the couple's employment status. As regards weekdays, women devote more than an additional half hour to child care ($M = 0.60$, $SD = 1.55$) and more than an addi-

Table 1
Average gender gaps in domestic work and child care (hours)

	Both employed	Man employed	Woman employed	F
Domestic work (weekdays)	1.31a	-.64b	3.67c	42.37***
Domestic work (weekend)	2.01a	2.01ab	3.23b	4.96**
Child care (weekdays)	.60a	-.63b	2.42c	23.50***
Child care (weekend)	.84	.53	1.44	1.66

Source: Ragioneria Generale dello Stato, Conto annuale. <http://www.contoannuale.tesoro.it/>

tional hour to domestic chores ($M = 1.31$, $SD = 1.70$) than men when both are full-time employed. In the case of unemployed women, the corresponding time gaps increase to more than 2 hours for child care ($M = 2.42$, $SD = 2.91$), and more than 3 and a half hours for domestic work ($M = 3.67$, $SD = 2.51$). Contrariwise, in the case of male unemployment, the gender gap reverses on weekdays, as male time work becomes higher than female time by a little more than a half hour, both for child care ($M = -0.63$, $SD = 2.60$) and domestic work ($M = -0.64$, $SD = 3.84$). These results thus suggest that male unemployment favours higher involvement of men in both domestic and parental work.

However, results also show that women devote more time than men to unpaid work on weekends even when they are full-time employed. The time gap for domestic work exceeds two hours when either both spouses or the woman work full time ($M = 2.01$, $SD = 3.06$; $M = 2.01$, $SD = 4.06$), and more than three hours when the woman is unemployed ($M = 3.23$, $SD = 3.67$). In what concerns child care, the time gap on weekends is not statistically significant, a result which is consistent with studies showing the emergence of new models of masculinity in Portuguese society, including active paternity (Wall, Aboim, and Cunha, 2010).

Gendered patterns of unpaid work

Results of the chi-square tests (see Table 2) show that partners' participation in such tasks as doing the laundry, making small repairs and washing the car is independent from their employment status. However, these chores are clearly gendered: doing the laundry is almost exclusively done by women, while small repairs and washing the car are mostly performed by men.

In contrast, all the other tasks (housecleaning, cooking, grocery shopping, paying the bills, managing accounts and dealing with loans and/or savings) relate significantly to the partners' employment status.

In dual full-time employed couples, cooking and housecleaning were performed by women in more than 65% of the cases. Grocery shopping, taking care of the sick and taking children to school were either predominantly performed

by women or equally divided. Men assumed these tasks more often in only a small percentage of the couples. In what relates to these tasks, results do suggest that male unemployment tends to reduce women's burden, the exception being care of sick relatives. This is consistent with findings by Karin Wall, Sofia Aboim and Vanessa Cunha (2010), who identified unemployment as an event inducing greater male participation in household and parenting work. Still, our data also shows that unemployed men regularly did cooking, house cleaning and grocery shopping in less than a quarter of the households, and in just over 37% they took children to school. Notwithstanding, their full-time employed female partners continued to carry out most tasks: in 77% of the cases they did the laundry, and in over 40% all other housework. Contrariwise, female unemployment appears to significantly increase female work in the abovementioned domestic tasks, while male prevalence becomes drastically reduced, to negligible figures.

Table 2

Gender patterns in household chores (percentages and chi-square values)

	Both employed (%)			Male employed (%)			Female employed (%)			χ^2
	More often the woman	Equal number	More often the man	More often the woman	Equal number	More often the man	More often the woman	Equal number	More often the man	
Doing the laundry	80.4	13.6	5.9	77.0	9.5	13.5	87.2	8.1	4.7	9.37
Making small repairs	6.6	11.8	81.6	11.1	15.3	73.6	8.2	16.5	75.3	4.52
Washing the car	10.4	21.4	68.2	12.1	15.5	72.4	13.0	18.2	68.8	1.76
Cooking	66.9	21.2	11.9	52.7	23.0	24.3	73.8	20.2	6.0	14.42**
Housecleaning	65.5	30.3	4.2	48.6	35.1	16.2	82.5	15.3	1.2	35.92***
Grocery shopping	41.7	44.7	13.6	43.2	33.8	23.0	47.6	46.4	6.0	10.91*
Caring for the sick	52.2	43.0	4.9	55.0	40.0	5.0	78.9	19.3	1.8	14.41**
Taking children to school	38.6	43.2	18.3	33.9	28.8	37.3	64.6	24.6	10.8	30.15***
Dealing with taxes	26.0	28.0	46.0	47.2	22.2	30.6	28.4	28.4	43.2	14.70**
Paying the bills	28.6	29.5	41.9	52.8	23.6	23.6	37.5	22.5	40.0	20.09***
Managing accounts	19.7	54.5	25.8	50.7	35.2	14.1	25.6	41.5	32.9	38.47***
Dealing with loans and/or savings	20.5	40.0	39.5	54.3	24.3	21.4	19.7	38.2	42.1	40.55***

Note: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

As regards financial tasks, results show that in dual full-time employed couples dealing with taxes and paying utilities bills were performed mostly by men, while managing bank accounts and dealing with loans and savings tended to be equally divided. Unemployment seems to produce noteworthy changes in this sphere only in the case of male unemployment, since the pattern of partners' participation in case of female unemployment is similar to that of dual employed couples. Still, for that matter, male unemployment induces increased participa-

tion of women, seemingly suggesting that male unemployment, by creating female breadwinners, may contribute to enhancing gender equality within the family.

Discussion

Overall, our findings on time patterns of domestic work within couples are consistent with those of previous studies, showing there have been no major changes in family life organization, in spite of the massive entrance of women into the labour market and the wide dissemination of ideals of equality between men and women (EIGE, 2013b; European Commission, 2014; Perista, 2002, 2010; Poeschl, 2000). We may in fact infer there have been no major developments in the last 15 years in this matter, since the time we found to be devoted by men and women to family work does not substantially differ from results obtained in 1999 by the only survey on time uses ever held in Portugal to date (Perista, 2002). Even when having a full-time job women still bear most of the burden of domestic and care work.

Those findings also corroborate figures of the Gender Equality Index (GEI) as regards Portugal. In fact, although Portugal ranks above the European average in what concerns female full-time equivalent employment (a value of 46.3 compared to 41.0 for the EU-27 average), in the so-called «time domain» of the GEI the position is reversed, becoming 22.4 for Portugal and 38.8 for the EU average, respectively⁶ (EIGE, 2013a).

The intensity of the global workload borne by Portuguese women, especially the full-time employed mothers of young children, may thus constitute one of the main explanations for the differences found between men's and women's physical and mental self-assessed perception of their own health. In fact, results by Ferreira-Valente and Coelho (2015) show a negative association between mental and physical health and time devoted to housework. As referred by Mattingly and Bianchi (2003), not only does the second shift hamper women's possibility to enjoy free time to reinvigorate themselves, but their (scarce) free time is often contaminated by outside non-leisure activities or the presence of children. Women, therefore, feel more time pressure than men, and this may also negatively affect the assessment they make of their well-being and health.

Our results also show that the various household activities are strongly gendered, thus perpetuating traditional gender roles (Coltrane, 2000; Mikula, 1998; Perista, 2002; Poeschl, 2000). Women continue to perform mostly the more routine and time demanding tasks and those confined to the interior of the house (laundry, cooking, house cleaning, and caring for the sick) while men prevail in tasks related to repairing, cars and household finances.

⁶ Where 1 stands for absolute gender inequality and 100 for full gender equality.

In what concerns the relation between unemployment and gender division of family work, results are partly in line with expectations and previous studies. Even though male participation in domestic chores is higher when the man is unemployed (Afonso and Poeschl, 2006; Wall, Aboim, and Cunha, 2010), his participation still does not exceed the female partner participation.

Results partly support the explanations given by both the time availability and the relative resources theories for the unbalanced division of household labor. For unemployed women, increased time availability and less monetary resources lead to higher participation in housework and child care. Diversely, for unemployed men that relation is only verified on weekdays while imbalance continues to prevail on weekends. These findings may be interpreted in line with the explanations proposed by Rosa-Marina Afonso and Gabrielle Poeschl (2006): during weekdays increased unemployed men's participation may be due to their need to remain active and maintain self-esteem. In fact, some recent studies show that «one response of fathers to job loss is a shift in anchoring identity from being a breadwinner to being an involved, active father» (Bianchi *et al.*, 2012: 61). However, on weekends unemployed men continue to feel entitled to use free time for leisure activities. Contrariwise, unemployed women are not allowed to enjoy free time as they are expected to assume all the family tasks, all the time. On one hand, women may perceive household work as less arduous and themselves as less deserving of free time, on the other hand, they are responsible for providing the settings for family leisure activities, a role that may prevent them from enjoying any free-time (Mattingly and Bianchi, 2003). Results thus appear to confirm that gender ideology plays an important role in participation imbalance, as has been shown in studies on feelings of justice by partners in what regards housework division (cf. Mikula, 1998; Poeschl, 2000; Shelton and John, 1996).

Results regarding household financial chores are also partly in line with the proposal of Afonso and Poeschl (2006), since unemployment seems to reduce men's role in money issues. However, as male unemployment generally produces more severe drawbacks for family income than female unemployment, due to the prevailing gender pay gap (Coelho, 2010; EIGE, 2013a), that result may not mean an increase in women's financial autonomy but, on the contrary, an increased burden of responsibility. In fact, the income shortage may imply that financial tasks become, in such cases, much more time consuming, stressful and arduous tasks. Instead of an enhancement of gender equality, household financial chores may therefore mean a particularly painful extra burden for women, who become the ones in charge of «making ends meet» with an insufficient family income (e.g. Thorne, 2010).

The most surprising result relates to women's participation in financial chores, insofar as participation showed to be approximately similar for unemployed and full-time employed women. As a matter of fact, we would expect men to be predominantly in charge of such tasks, especially when they are the main breadwinners, in accordance with traditional gender roles. Still, this finding

may mean that the increased participation of Portuguese women in the labour market has fuelled their own economic autonomy thus justifying greater decisional independence in financial matters. This confirms the results obtained by Ferreira-Valente and Coelho (2015) showing a greater prevalence of total or partial individuation in modes of couples' money management in Portugal than in other countries where this issue has been studied. Although this fact may suggest an actual progress in gender equality within the family, the overall findings regarding male participation in domestic work, regardless of the couple's employment status, allow us to conclude that progress in gender equity in domestic work have been limited. Male participation appears to continue to be seen as mere «help», while responsibility for household tasks continues to fall on women, in accordance with traditional gender roles (Afonso and Poeschl, 2006; Coltrane, 2000; Poeschl, 2000).

Study Limitations

Some limitations can be pointed to this study. First, information on the share of housework between spouses was provided by only one of them. Furthermore, the self-reported nature of the data allows for possible biases resulting from 'social desirability' in the answers given by respondents regarding household division of work. For this reason, results must be interpreted with caution. Moreover, the cross-correlational nature of the study does not allow establishing causal relationships between household labour participation and unemployment.

A comprehensive understanding of the differential impact of female and male unemployment on gender housework patterns would require control for socio-demographic characteristics of the partners. In fact, extant studies have shown that the socioeconomic status of couples may significantly determine the adherence to traditional gender roles (e.g. Poeschl, 2000) and that partners' homogamy in income, education and occupational status may also relate to housework division (e.g. Shelton and John, 1996) and to couples' money management arrangements (Ferreira-Valente and Coelho, 2015).

Conclusions

The study's results support extant literature alerting to the perverse effects the crisis might have on equality between women and men (Antonopoulos, 2009; Bettio *et al.*, 2012; European Commission, 2014; EWL, 2012; Ferreira, 2013; Maier, 2011).

In a first moment, the current crisis appeared to be leading to a re-balancing of power between men and women, as reduction of jobs in male dominated sectors could induce the rise of female breadwinners. Yet, our results suggest that those changes may not be effective in what concerns intra-family gender relations.

In Portugal, the working times of women continue to be longer than those of men due to the double workload associated with traditional gender roles. Additionally, female unemployment seems to lead to a reinforcement of the housekeeping role of women, while male unemployment only moderately contributes to alleviate the daily burden of working women on weekdays and give them no extra free time on weekends.

Since one of the greatest obstacles to gender equality are the barriers women face in the labour market (Rêgo, 2012), it is important to question the gendered effects of the increased 'deregulation' and policies that encourage women to leave the labour market. In fact, those measures had a negative impact on women in the past, illustrating how public policies addressed to tackle the consequences of the crisis on employment are not gender-neutral (Annesley and Scheele, 2011; EWL, 2012; Maier, 2011, Smith, 2009).

To prevent the crisis from undermining decades of advancements in labour market and gender equality (Antonopoulos, 2009; Bettio *et al.*, 2012; European Commission, 2014; EWL, 2012; Maier, 2011) it is fundamental to evaluate the gender impacts of current austerity and structural reforming policies and reinforce the legitimacy of the quest for «more gender equality» (Maier, 2011; Smith, 2009).

References

- Afonso, Rosa-Marina; Poeschl, Gabrielle (2006), «Representaciones del impacto de la situación de desempleo en las prácticas familiares», *Revista de Psicología Social* 21(3), 241-258.
- Amâncio, Lúcia (2007), «Género e divisão do trabalho doméstico – O caso Português em perspectiva», in Karin Wall, Lúcia Amâncio (org.), *Família e género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 181-209.
- Annesley, Claire; Scheele, Alexandra (2011), «Gender, capitalism and economic crisis: Impact and responses», *Journal of Contemporary European Studies* 19(3), 335-347.
- Antonopoulos, Rania (2009), *The current economic and financial crisis: A gender perspective*, [online] available in http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_562.pdf [seen on 10/03/2015].
- Bettio, Francesca; Corsi, Marcella D'Ippoliti, Carlo Lyberaki, Antigone Lodovici, Manuela S. Verashchagina, Alina (2012), *The impact of the economic crisis on the situation of women and men and on gender equality policies*, [online] available in http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/documents/130410_crisis_report_en.pdf [seen on 10/03/2015].
- Bianchi, Suzanne M.; Milkie, Melissa A.; Sayer, Liana C.; Robinson, John P. (2000), «Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor», *Social Forces* 79(1), 191-228.
- Bianchi, Suzanne M.; Sayer, Liana C.; Milkie, Melissa A.; Robinson, John P. (2012), «Housework: Who did, does or will do it, and how much does it matter?», *Social Forces* 91(1), 55-63.
- Bryson, Valerie (2007), *Gender and the politics of time. Feminist theory and contemporary debates*, Bristol, The Policy Press.

- Coelho, Lina (2010), *Mulheres, família e desigualdade em Portugal* (PhD Thesis), University of Coimbra, Portugal, [online] available in https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13833/1/DissertaçãoDout_Lina%20Coelho.pdf [seen on 03/04/2014].
- Coelho, Lina (2014), «My money, your money, our money: Contributions to the study of couples' financial management in Portugal», *RCCS Annual Review* 6(6), 83-101.
- Coelho, Lina; Ferreira-Valente, Alexandra (2014), «The economic empowerment of Portuguese women at the crossroads: An accomplishment facing the tourniquet of the crisis», *XVIII ISA World Congress of Sociology Conference Paper*, 1-7.
- Coelho, Lina et al. (2014), *Finances, gender and power: How are Portuguese households managing their finances in the context of economic crises?—Preliminary Results*, 91, CES, Coimbra, [online] available in http://www.ces.uc.pt/fct/Relatorio_1_FINFAM_Ver_sao_1_Abril2014.pdf [seen on 01/04/2014].
- Coltrane, Scott (2000), «Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work», *Journal of Marriage and the Family* 62, 1208-1233.
- European Commission (2013), *Report on progress on equality between women and men in 2012*, [online] available in http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/swd_2013_171_en.pdf [seen on 06/07/2014].
- European Commission (2014), *Report on progress on equality between women and men in 2013*, [online] available in http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/swd_2014_142_en.pdf [seen on 06/07/2014].
- EIGE (2013a), *Gender equality index – Country profiles*, [online] available in <http://eige.europa.eu/content/document/gender-equality-index-report> [seen on 06/07/2014].
- EIGE (2013b), *Gender equality index report*, [online] available in <http://eige.europa.eu/content/document/gender-equality-index-report> [seen on 06/07/2014].
- EWL (2012), *The price of austerity – The impact on women's rights and gender equality in Europe*, Brussels, EWL.
- EUROSTAT, [online] available in <http://ec.europa.eu/eurostat> [seen on 12/03/2015].
- Ferreira, Virgínia (2013), «Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal», in Maria Karamessini; Jill Rubery (org.), *Women and austerity – The economic crisis and the future for gender equality*, New York, Routledge, 207-227.
- Ferreira-Valente, Alexandra; Coelho, Lina (2015), «Gestão das finanças conjugais em tempo de crise económica», in Isabel C. Silva; Marina Pignatelli; Susana M. Viegas (coord.), *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa 2015*, AICSHLP, 4749-4765.
- Ferreira-Valente, Alexandra; Coelho, Lina (2015), «La salute delle donne e la crisi economica nello studio pilota di in un paese del Mediterraneo europeo», in Ignazia Bartholini (ed.), *Radicali discriminazioni e narrazioni di genere nel Mediterraneo*, Milano, Guerrini Associati.
- ILO (2014), *Global employment trends 2014: Risk of a jobless recovery?*, Geneva, International Labour Office.
- Maier, Friederike (2011), «Will the crisis change gender relations in labour markets and society?», *Journal of Contemporary European Studies* 19(1), 83-95.
- Mattingly, Marybeth; Bianchi, Suzanne M. (2003), «Gender differences in the quantity and quality of free time: The U.S. experience», *Social Forces* 81(3), 999-1030.
- Marôco, João (2014), *Análise estatística com o SPSS statistics*, Pêro Pinheiro, Report Number.
- Mikula, Gerold (1998), «Division of household labor and perceived justice: A growing field of research», *Social Justice Research* 11(3), 215-241.

- Mills, Melinda; Tsang, Flavia; Präg, Patrick; Ruggeri, Kai; Miani, Celine; Hoorens, Stijn (2014), *Gender equality in the workforce: Reconciling work, private and family life in Europe*, [online] available in http://www.rand.org/pubs/research_reports/RR462.html [seen on 10/03/2014].
- Múrias, Cláudia; Ribeiro, Raquel (2012), «Ideias a desconstruir ou a reinventar: Questionando percursos tradicionais de liderança de mulheres e de homens», in Cláudia Múrias; Marijke de Koning (coords.), *Lideranças partilhadas: Percursos de literacia para a igualdade de género e qualidade de vida*, Lisboa, Fundação Cuidar O Futuro e Livpsic, 201-222.
- Otobe, Naoko (2011), «Global economic crisis, gender and employment: The impact and policy response», *International Labor Organization Working Paper 74*, Geneva, ILO.
- Perista, Heloísa (2002), «Género e trabalho não pago: Os tempos das mulheres e os tempos dos homens», *Análise Social* (37)163, 447-474.
- Perista, Heloísa (2010), «Mulheres, homens e usos do tempo – quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?», *Revista de Estudos Demográficos* 47, 47-63.
- Poeschl, Gabrielle (2000), «Trabalho doméstico e poder familiar: Práticas, normas e ideais», *Análise Social* 35(156), 695-719.
- Rêgo, Maria do Céu C. (2012), «Políticas de igualdade de género na União Europeia e em Portugal: Influências e incoerências», *ex aequo* 25, 29-44.
- Ribeiro, Raquel (2005), *As representações sociais da realização pessoal: Efeito do sexo e do estado civil*. Master Dissertation. Porto, University of Porto.
- Ribeiro, Raquel; Coelho, Lina; Ferreira-Valente, Alexandra (2015), «Economic crisis and unemployment: Consequences for gender equality within the family», in R. Cavallotti; C. León (ed.), *Proceedings of the II International Conference Family and Society*, Barcelona, IESF – UIC, 93-106.
- Shelton, Beth A.; John, Daphne (1996), «The division of household labor», *Annual Review of Sociology* 22, 299-322.
- Smith, Mark (2009), *Analysis note: Gender equality and recession*, Grenoble, Grenoble École de Management.
- Statistics Portugal, [online] available in www.ine.pt [seen on 14/03/2015].
- Thorne, Deborah (2010), «Extreme financial strain: Emergent chores, gender inequality and emotional distress», *Journal of Family and Economic Issues* 31, 185-197.
- UN (2013), *The millennium development goals report*, New York, United Nations.
- Vogler, Carolyn; Pahl, Jan (1994), «Money, power and inequality within marriage», *Sociological Review* 42(2), 263-288.
- Wall, Karin; Aboim, Sofia; Cunha, Vanessa (Org.) (2010), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, CITE.

Acknowledgments

The authors are grateful for contributions from research colleagues, namely Cristina C. Vieira for the construction of the instrument. We also thank all the people and institutions that contributed to the data collection process.

Raquel Ribeiro. Doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. É atualmente docente no Mestrado em Temas de Psicologia na mesma Faculdade. rmp.ribeiro@gmail.com

Lina Coelho. Doutorada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). É docente na FEUC e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. lcoelho@fe.uc.pt

Alexandra Ferreira-Valente. Doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. É atualmente docente na Universidade Lusíada e investigadora no ICVS – Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Universidade do Minho. mafvalente@gmail.com

Centro de Estudos Sociais, Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal

Artigo recebido em 23 de maio de 2015 e aceite para publicação em 29 de setembro de 2015.

PORTUGAL'S MASCULINITIES CRISIS: GENDER EQUALITY IN THE ERA OF FLAGGING ECONOMIES

Tatiana Moura, Esther Spindler and Alice Taylor

Instituto Promundo, Brazil

Abstract

Europe's financial crisis has precipitated the implementation of adjustment programs, led by a «Troika» of global institutions (European Union, International Monetary Fund, the European Central Bank). A disruption of the economic environment is taking place, with serious effects on social and family cohesion. The fast impoverishment of already vulnerable populations has led to an increase in social inequalities, while shifting relations between men and women in public and private spaces. The ramifications of the European crisis are not entirely detectable yet. Using existing literature and data from Portugal, this article attempts to bridge this gap by understanding the impact of the economic crisis on masculinities and gender relations.

Keywords: masculinities, gender, financial crisis, austerity, domestic violence.

Resumo

A Crise de Masculinidades em Portugal

A crise financeira na Europa tem precipitado a implementação dos programas de ajustamento estrutural, liderados por uma «Troika» de instituições (União Europeia, Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu). A destruição da vida económica está em curso, com repercussões na coesão social e familiar. O empobrecimento de populações vulneráveis tem como resultado tanto o aumento de desigualdades sociais como uma mudança nas relações entre homens e mulheres.. As ramificações da crise europeia não são ainda inteiramente detectáveis. Usando literatura existente e dados de Portugal, o presente artigo tenta colmatar esta lacuna através da análise do impacto da crise económica sobre masculinidades e relações de género.

Palavras-chave: masculinidades, género, crise financeira, austeridade, violência doméstica.

Résumé

La crise des Masculinités du Portugal

La «Troika» composée par l'Union Européenne, le Fond Monétaire International et la Banque Centrale Européenne, est à l'origine des programmes d'ajustements structurels amenés par la crise financière Européenne. Ces programmes ont créé une instabilité économique et ont des répercussions sur le tissu social et familial. L'appauvrissement de ces populations vulnérables, creuse des inégalités sociales croissantes, tout en modifiant les relations hommes femmes dans les espaces publics et privés. Les conséquences de la crise Européenne ne sont pas complètement dévoilées. Utilisant la littérature existante et des données du Portugal, cet article afin de comprendre l'impact de la crise économique sur les masculinités et les relations de genre.

Mots-clés: masculinités, sexe, crise financière, l'austérité, violence domestique.

Gender and masculinities in the context of the European economic crisis

In Portugal, as in Southern Europe, the impact of the financial and economic crisis has resulted in rising unemployment, reduced household incomes and dwindling social protection nets. Despite the fact that some governmental voices have started to state that the financial and economic crisis is 'over', it continues to affect many households and families in Southern Europe. One glance at recent media headlines and emerging research shows that the crisis continues to have an impact on all aspects of daily life in Portugal. These include plummeting family incomes either due to unemployment, salary or benefit cuts; increases in depression and other mental health illnesses as a result of economic stresses; increases in domestic violence cases; accumulation of household debt; and the plight of unemployed youth back to already indebted family households (UN, 2013). In the context of so many changes, it is not surprising that the economic crisis and responding austerity measures have severely disrupted household and family relations across Southern Europe.

The market and economic crisis has impacted not only family life, but has redefined social and economic relationships between men and women. Research shows that financial crises have a differential impact on women and men, given their differential positions and power relations within economic and social spheres (EC, 2012b). In addition, these gendered impacts may differ depending on the social status and class of men and women (e.g. immigrant men and women, working class men and women, men and women in rural versus urban areas). Some policy measures have been implemented at the Portuguese and EU levels to tackle the causes of the crisis on the financial level and address its economic and social impacts (e.g. the European Economic Recovery Plan in 2008). However, in the urgency of the crisis it appears that, to date, little attention has been given to ensuring that gender is fully mainstreamed or taken into account in policy responses (EC, 2012b). Under this scenario, perspectives regarding men and masculinities have often been dismissed as less important – ignoring the premise that gender is relational, or that is, gender is constructed from relations between men and women, and their interactions with other social structures and realities.

This article examines men and masculinities within the context of the current economic crisis for three main reasons: (1) to understand how the European crisis has impacted gender relations and challenged social norms related to masculinities and being a man; (2) then using the Portuguese example, identify what consequences such challenges have on masculinities and gender in/equality, and; (3) provide guidance, including the need for preventive and gender mainstreaming policy responses, in reducing potential long term impacts of the economic crisis on social and family life. To assess the impact of Europe's financial crisis on masculinities and gender relations, a desk review methodology was employed, reviewing extensive literature from Portugal, Europe and the global south. The

search resulted in the review of 46 primary and secondary documents, including primary data on employment and socio-economic indicators, in addition to published studies on gender norms and the effects of the economic crisis on masculinities and gender relations in Europe.

How economic crises challenge ideas of masculinities and gender relations

As has been seen in the economies of developing countries that have grappled with recession, the most vulnerable populations are the first to fall victims to social and economic crisis. Existing literature affirms that social vulnerability – defined as the increased probability and risk of being exposed or experiencing an episode of poverty over time – clearly increases in times of crisis (UN, 2013). For instance, unemployment, salary cuts and loss of income can all increase the likelihood of household poverty. Research shows that economic crises appear to affect different social groups, but in particular already vulnerable groups ranging from poorer, immigrant, youth, single parents, to elderly populations (Whelan and Maître, 2005).

There is extensive literature that women are one of the most at risk groups in a period of rising state-sector cutbacks and unemployment. They are a group with a tendency to be employed in fragile, non-permanent contracts, and as a result, are more vulnerable during recessions (EC, 2012b). In particular, the reduction of arrangements to reconcile work and family life exacerbates the «double burden» of paid and unpaid work (Aboim and Vasconcelos, 2012). Accordingly, women are also more vulnerable to discrimination in access to jobs, education, health and political representation. This has an immediate effect on household income, but a much longer-term effect on the role of women in the labour force. Additional adverse effects include lower average incomes and primary responsibility for care work in the household. In this scenario, austerity measures such as wage and pension cuts increase women's already vulnerable position in the labour market, increasing the gender pay gap and their burden of caregiving at home.

Much less is known about the impact of such financial crisis on gender relations and in particular, how such crises challenge ideas and norms of masculinity and femininity. Existing research and theoretical framing affirm that masculinities: (1) are complex and heterogeneous, rather than singular, and that factors such as age, education, employment, marital and socioeconomic status, nationality, ethnicity and religion must be taken into account; (2) are part of a relational notion of gender in which they are not isolated from, but rather interact with, femininities and the gender order; and (3) are fluid, dynamic and changing over time and context (Connell, 2005).

Constructions and identities of masculinities are therefore complex. Masculinities are constructed from a number of socio-demographic factors; they are

relational to gender and femininities; and are dynamic and fluid as per the social context at hand. In light of this complexity, Europe's economic crisis has posed challenges to social constructions and ideas of masculinities. The most evident and visible impact has been the large loss of men's jobs in the construction and manufacturing sectors, which have been most affected by the crisis (EC, 2013a). A number of studies show that male workers in Europe have been far worse affected by job cuts and layoffs, namely in the Baltic countries, Ireland and Spain (Vaughn-Whitehead, 2012).

The loss of employment or income, coupled with household economic stress and uncertainty, challenge traditional norms of masculinities. In particular, such economic stresses can challenge norms around positioning the man as the «breadwinner,» and as having a central role in the household economy. Having difficulties in providing material resources and income for the household can therefore represent a degradation of power and loss of identity. Unsurprisingly, this can impact men's self-confidence, mental health, and stress coping mechanisms. For instance, studies show that men cope more detrimentally than women with job loss and displacement (Aboim and Vasconcelos, 2012). Suicide and alcohol abuse are also examples of men's negative coping (EC, 2012a). Studies have also found clear linkages between men's economic stress and their use of violence against female partners and children's exposure to this violence (ICRW and Promundo, 2011) – which, in turn, point to the need for further research on connections between domestic and inter-family violence, and violence in public/urban spaces.

As a result, 'violent masculinities' are prone to emerge and take root, especially when men and families have limited access and control of financial resources. When in vulnerable or underemployed jobs, men, who are socially expected to perform this role, may suffer from not being able to live up to this expectation, feeling unable to fulfill what they perceive to be their mission within their households and society (Barker *et al.*, 2011). As such, men and boys feel increasingly lost and powerless when facing increasing economic stress, as they are both unable to provide the basic needs for their families and are unsure about the future. Within this context, violence can erupt as a way to regain the power perceived as lost. As discussed earlier, men who experience economic or work-related stress are more likely to report depression, thoughts of suicide, and use of violence (Moller-Leimkuhler, 2003), precisely due to dominant conceptions of masculinity and definitions associated with being a man. Pleck (1995) has referred to this as «gender role strain», in the sense that men face emotional and mental stress when they are not able to live up to this provider role.

Dominant masculinities share a particular conception of the male figure – and hence, of manhood – as always independent, leading, authority-driven, risk-taking, aggressive, heterosexual, rational, absent regarding emotions and providing for the household, to which images of femininity and other masculinities are marginalised and subordinated (Wall, Aboim and Cunha, 2010). A number of

surveys suggest (ICRW and Promundo, 2011) that many men, informed by this traditional concept of dominant masculinities, believe that they have the right to be violent toward women or men in order to prove their power and masculinity. Often, guns and other weapons are a symbol of this dominant and violent masculine code that is shared across class boundaries, and that legitimises and normalises violence as an instrument for obtaining and defending power (Connell, 2005).

A major gap in the gender literature is how boys are socialised into men – young men's construction of masculinities – and especially how these constructions are challenged during times of crisis. These constructions are met with expectations to provide for the family (with enhanced pressures in times of economic strain); and often, the option to use violence as a tool to achieve status, exert power or control that is threatened or lost, and to achieve social belonging. Yet crises shape, but do not predetermine, young men's responses; some men follow trajectories or use violence in various forms, others respond in alternative and positive ways.

The promotion of non-violent and caregiving forms of masculinities are essential in avoiding negative effects of economic crisis among households and the overall economy. As resources become scarcer during economic downturn, relations among household members become strained, and the social fabric is often torn as heads of households abandon the family and rates of domestic and community violence increase. At home and globally, women and girls are performing the bulk of care work for children and other dependents (Budlender, 2008). According to MenCare's State of the World's Fathers, time spent on domestic chores and care activities is still gender-divided, and it varies worldwide and even among the different European countries (2015). For instance, data shows that in Italy, women typically spend 162 more minutes per day than men on routine housework; while in Spain and Sweden, women on average spend 51 and 16 more minutes per day than men on house chores, respectively (Levtov *et al.*, 2015). Within this context, inter-generationally passed down norms influence men's practice on a wide range of issues, including leaving the bulk of divisions of labour and caregiving at home to women (Kimmel, 2000).

Norms around parental caregiving are particularly affected in times of crisis. As mentioned earlier, women's loss of employment can increase their burden of care work at home and have long-term effects on the labour force participation of women. Unfortunately, most European policies often neglect unpaid work, where the imbalance in gender roles is even greater than in childcare, despite clear, though insufficient, steps towards that end. At the same time, there is clear evidence that having children lower women's earnings and increase the gender pay gap. For instance, a recent study showed that mothers tend to earn less than women without any children in 60% of 22 developed countries studied (Levtov *et al.*, 2015). In Portugal, women with no children earn 3 times more than mothers with at least one child (Levtov *et al.*, 2015). In fact, care as a concept has been

very simplistically perceived and comprehended both analytically and politically, mainly as far as masculinities are concerned. This bias is even more present during economic crisis and austerity measures, where social and gender-mainstreamed policies, such as increased parental leave for both mothers and fathers, are often not prioritised. Across a number of studies conducted in the European Union, fathers commonly cited insufficient compensation as a reason for not taking leave (Levtov *et al.*, 2015). Since men typically earn more than women, taking an uncompensated paternity leave is interpreted as a risk for fathers and a higher loss in total family income (Levtov *et al.*, 2015). Yet, feminist literature (Apparala, Reifiman and Munsch, 2003) asserts that promoting men's caregiving brings both men and women better satisfaction with life, relationship fulfilment, and general well being. There is increasing acceptance of these feminist standpoints, with a number of policies in Europe now focusing on supporting male involvement in active fatherhood. In this regard, research (EC, 2013) has also shown that structural variation (e.g. duration of paternity leave) is of key importance concerning men's decisions around engaging in care.

The impact of the Portuguese financial crisis on masculinities and gender equality

In Portugal, like the rest of Europe, the economic crisis is having a strong impact on unemployment, social safety nets and gender inequality. The initial government responses (2007-2009) were characterised by unprecedented counter-cyclical fiscal and monetary policies aimed at guaranteeing social protection while stimulating economic demand to prevent a full-blown global depression. However, since 2010, many governments have focused on austerity policies as emergency measures, often sidestepping regular channels of participation and accepted democratic checks and balances. European and international institutions of economic governance have also assumed a central role in enforcing austerity. Many of these austerity measures – characterised by public expenditure cuts, regressive tax hikes, reduced labour protection and pension reforms – have exacerbated the already severe social consequences of the economic crisis marked by record levels of unemployment. As will be discussed below, such austerity measures have only served to increase the gender pay gap and reinforce women's traditional roles as caregivers at home.

The socio-economic repercussions and numbers of the financial crisis in Portugal are jarring. In the last four years, 298,000 people have lost their jobs (INE, 2015), in addition to thousands of others who have lost their savings and homes. During the second trimester of 2015, the national employment rate stood at 11.9% with a total of 620,400 unemployed individuals (INE, 2015). At the same time, social protection safety nets were reduced as a result of the austerity measures, reducing the amount and length that those unemployed could receive unemployment benefits. Despite some signs of economic recovery, Portugal has

done little to address issues of poverty and social exclusion. Since 2010, more than 210,000 individuals in Portugal have been at the margins of poverty and social exclusion (INE, 2015). As a result, such high levels of unemployment, inadequate housing, along with skyrocketing prices, and failure in providing financial security and basic needs to one's own household, have placed many families under severe stress.

One key repercussion of the financial crises has been the shift in masculinised and feminised forms of Portuguese employment and unemployment. Portugal traditionally has a dual earner family model, with high rates of working Portuguese women, as a result of social policies in the 2000s promoting equal access to employment and social rights and benefits (Ferreira, 2013). Data from the 2010 European Social Survey shows that in Portugal, 62.4% of Portuguese couples between the ages of 18 to 65 years old, had both women and men working actively outside the home. In the latter half of the 2000s, a number of policies were also introduced aimed at promoting men to become more engaged in child-care, including increased parental leave and other types of support for family life (Ferreira, 2013).

Portuguese women have traditionally been more affected by unemployment than men, but since 2009 data shows that men in fact have been most affected (INE, 2012). This is largely due to the fact that most jobs have been lost in the manufacturing and construction industries where men make up the majority of the work force. From 2009 to 2011 for instance, men had lost 222,600 jobs compared to 138,200 jobs that had been lost by women (Ferreira, 2013: 213). Between 2008 and 2011, two out of three salaried jobs were also lost by men (Ferreira, 2013: 213). For men in particular, more flexible types of employment such as part-time and temporary jobs soared. From 2009 to 2012, net job gains in part-time jobs increased by 36.6% among men, while women experienced net losses in the same sector by -3.0% (Ferreira, 2013: 218).

This trend points to an interesting phenomenon – the masculinisation of flexible and part-time work and visible under-employment of men (Ferreira, 2013) – and a consequent gender shift in occupational roles. These economic shifts have had psychological consequences on families. A 2014 study conducted by the World Health Organization (WHO) and the European Observatory on Health Systems and Policies showed that the financial crisis and austerity measures in Portugal led to increases in depression and other mental health cases among the general population (Sakellarides, Castelo-Branco, Barbosa and Azevedo, 2014). There have also been notable increases in youth violence and domestic violence. For instance, juvenile delinquency among youth between 12 and 16 years old increased by 453 cases or 23.4%, from 2013 to 2014 (Sistema de Segurança Interna, 2014: 118). In addition, 31 more cases of domestic violence were recorded from 2013 to 2014 (Sistema de Segurança Interna, 2014: 18), leading the Secretary General of Internal Security, Helena Fazenda, to call the need for larger attention in addressing the issue.

As a result, one consequence of the economic crisis has been an increase in domestic violence cases. Men's difficulties in fulfilling gender and social expectations of being «breadwinners» at home have been associated to a growth of cases of domestic violence in the country. Overall, Portugal has the largest number of femicides (gender-related murders) in the European Union. However, recent data shows that gender violence increased in recent years (mainly in the domestic context). In 2013, 27,318 complaints were registered in police and judicial offices (Report of the Ministry of Home Affairs). That same year, a reported 37 women had been killed as a result of domestic violence; at the end of 2014, 43 such cases were reported (UMAR, 2014: 4). Of these 43 women, 35 died at the hands of their husbands or partners, and the remaining 8 at the hand of another family member (father, uncle or father-in-law; UMAR, 2014:4). Although there exists a gap in formalised research between the relationship of the economic crisis and escalations in domestic violence, there are a growing number of linkages being evidenced. The commissioner for Human Rights of the Council of Europe expressed concern over the stress that economic situations are having on families and the risk of domestic violence, for both women and children, which may have even more severe impacts in the long term.

Another key impact of the economic crisis has been the reinforcement of traditional roles of men and women at home. A number of employment sectors traditionally held by women also suffered heavy losses, affecting women's financial autonomy and caregiving roles at home. Women primarily lost jobs in more independent and informal categories such as self-employment jobs (Ferreira, 2013). From 2008 to 2010 for instance, the self-employed sector had net job losses of 13.1% among women, compared to just a 5.4% drop among men (Ferreira, 2013: 213). In particular, the fiscal austerity policies led to large employment cuts and hiring freezes in the public administration sector, an area of large employment for women. At the same time, a recent study stressed the importance of the public sector for women's financial empowerment. The study findings showed that women's income autonomy in dual earner households not only typically increased with higher levels of education, but also among those who are employed in the public sector (Ferreira, 2013: 223). This would indicate that women's job losses in the public sector could be potentially placing women back to their traditional roles at home, decreasing their financial autonomy and increasing their share and burden of domestic work. As well, according to INE (2012), women were the main actors in caregiving to elders and dependents, which show that despite being emancipated in the public sphere, women remain subordinated in the private domain. Unfortunately, such austerity cuts in the public administration sector may not only reduce overall household income, but increase women's burden of care at home, hereby affecting women's economic autonomy and gender inequality outcomes in Portugal (Ferreira, 2013).

The impact of the financial crisis is two-fold, both *challenging and reinforcing* traditional norms of masculinities and femininities among Portuguese society.

First, social norms around dominant masculinities are being challenged due to rising male unemployment, especially as men are being forced to question and rethink their roles as «breadwinners.» On the other hand, austerity cuts, and in particular within the public sector, are undermining and reinforcing women's traditional roles as caregivers at home, having a much longer-term effect on the role of women in the labour force.

The Portuguese case demonstrates that the context of economic crisis may have produced changes in the traditional roles performed by men and women. Intimate relations are thus marked by an apparent relocation of men within the standards of hegemonic masculinity, a situation that can potentially lead to conflicts and violence in the private sphere (Wall, Aboim and Cunha, 2010). However, the full extent of these gendered aspects of the crisis are still unknown and more research is needed to explore the relationship between masculinities during times of financial crisis and impacts such as domestic violence. What we do know, however, is that issues such as domestic violence have long-term, inter-generational consequences that can be prevented. For instance, an analysis of Promundo's International Men and Gender Equality Survey (IMAGES) findings from six countries showed that adults who engaged in violent behaviour as adults had also experienced or witnessed violence as children (ICRW and Instituto Promundo, 2011). These shifts point to the increasing need for both research and preventive programs that can help men and women in Portuguese society question social norms and expectations around gender roles, hereby preparing women, men and families in coping with economic crises and stressors.

Discussion for Future Research and Policies

The first step in bridging gender inequalities and addressing family crises is understanding how men and women react to and cope with economic stress and changes in family's structures and values. This also includes understanding which everyday tactics and strategies allow for the construction of more equitable and caring versions of masculinity. To question dominant masculinities, as well as to draw an analytical distinction between hegemonic masculinities and subordinate, hyper-masculinities and non-violent masculinities, can help us capture the power inequalities which exist among men, as well as between men and women. Furthermore, strategies that can promote gender-equality and positive masculinities must be based on men's and women's diverse experiences and perceptions.

Our approach views gender equality as a greater public good with benefits and implications for all, which becomes even more crucial to understand and promote during a moment of social and economic crisis. The prevailing view of gender being synonymous with women can be seen as a way of perpetuating current power imbalances. In this prevailing view, «gender» is translated as compensatory policies that «help» women rather than policies that transform the

power structures that perpetuate gender inequality. While women's rights and equality have been on the agenda in Europe for a long time, the integration of men's experiences and perspectives have been marginal. This is surprising, given the new evidence that men's participation in caregiving and household tasks has a strong impact on gender equality and crisis prevention. For instance, the results from Promundo's IMAGES and a number of studies highlighted in the State of the World's Father report show that men who are more involved as fathers feel more satisfied with their lives, take better care of their health, and carry out a more equitable share of the care work (Barker *et al.*, 2011). In fact, during the last decade, there has been an increasing acknowledgement of the crucial role of men in building gender equality as equal partners with women. Consequentially, men have increasingly become subjects of studies and part of gender equality policies in the EU, as the 2013 European Commission (EC) study on The Role of Men in Gender Equality – European Strategies and Insights demonstrates.

At the same time, social and economic policies during crisis recovery make little mention of «gender», «equality», «women» and even less about «men» and «masculinities» (see for example the European Economic Recovery Plan 2008). This absence is indicative of the limited inclusion of a gender lens, let alone gender mainstreaming, in responses to the crisis (EC, 2012b) and pushes us to seek new gender equality policy responses. In addition, while Europe has advanced protection and justice-sector approaches to violence against women, primary prevention is generally lacking. For instance, limited research has looked at the factors associated with men's use of intimate partner violence in Europe from a cross-cultural perspective and in times of economic crisis.

Promoting policies around parental leave can be one key vehicle in transforming gender roles and norms around caring masculinities and fatherhood. As of 2013 however, paternity leave provisions could only be found in the national legislations of only 78 out of 167 countries (47%) with many offering between just 1 and 6 days (Levtov *et al.*, 2015). The notion around men's share of care and caring masculinities encompass wider psychological, social and cultural changes that are vital to understand for post-crisis European development. In this context, the promotion of caregiving can actually be tapped as a way to promote greater resilience:

- As more fathers become involved in care and housework, the higher the economic emancipation of women;
- As more fathers become involved in caregiving for their children, the better the maternal and child health outcomes;
- The earlier and more active fathers become in children's lives, the better the child development outcomes;
- The higher men's involvement in children care, the lower rates of violence against women and children, and;
- As more men participate in caregiving, the higher improvements to men's physical and mental health.

Many of these lessons and «how-to's» can be learned from the Latin American context, where countries have grappled resiliently since the 1980s with financial crises, structural adjustment programs, austerity measures, in addition to income and gender inequalities. One noteworthy campaign is Instituto Promundo «Você é meu Pai» advocacy campaign, the Brazilian arm of the global MenCare campaign. The campaign aims to mobilise attention around men's participation in domestic work, maternal health and caregiving, all of which have been traditionally ignored in Latin American gender equity discussions. The campaign is active in increasing visibility on paternal policies including fathers' paternity leave after birth, in addition to disseminating key messages aiming at transforming men's participation in non-violent caregiving. This year, Promundo, the MenCare and «Você é meu Pai» campaigns released the State of Brazil's Fathers report (*A Situação da Paternidade e Cuidado no Brasil*), following the State of the World's Fathers report, increasing visibility around evidence on fatherhood and caregiving, existing and needed legislation around parental leave and men's health in Brazil. Finally, another key initiative includes Program P (P for *paternidade/paternidad*, 'fatherhood' in Portuguese and Spanish, respectively) – developed in response to Promundo's IMAGES – which revealed that active fatherhood could serve as an effective conduit to promote gender equity and prevent gender based violence. In 2013, the Program P manual was piloted in Brazil, Guatemala, Indonesia, Nicaragua, Rwanda and South Africa in partnership with health care systems to train health care workers in engaging fathers and couples during prenatal visits in preparation for their roles as future parents.

In Europe, a better understanding of men in caregiving roles requires looking into some of the «best practices» in terms of European and international policies that promote equal sharing. This is clearly illustrated by looking at how countries can benefit from the best models of paternity leave policies, and how these can positively influence social inclusion and employment options for both men and women. Norway, along with other Scandinavian countries and the UK, has started the first wave of policies toward equal parental leave, with strong incentives to break the traditional gender divide. However, these policies have not – outside of those few countries – been taken up across the rest of Europe (EC, 2013). And, while such policies increased men's participation in care work, the gap in pay between women and men remains, and men's share of care work continues to lag behind women's share, especially in those countries without any parental leave measures.

All of these examples highlight the importance of understanding men's caregiving roles and practices, and highlight why understanding masculinities in times of crisis is key to revising and implementing policies to promote gender equality in care work, particularly in times of widening economic inequality. Future research should seek to explore the extent to which men have been actively involved in providing and/or receiving care for children, elders and friends in times of financial and social crises as to; a) assess the needs, expecta-

tions and resources related to such care provision; b) examine policies regarding caregiving, suggesting ways to improve such policies; c) contribute to theoretical debates on care, and masculinity studies, and; d) evaluate the impact of such policies on improved family wellbeing and overall economy, including reduction of domestic violence and increases in women's financial autonomy.

Final Remarks

Economic stress, changes in the labour market and social change in Europe have affected women and men in different ways. There are two key assumptions. First, crises present different challenges to 'everyday politics' as traditionally understood. They are fertile ground for the rupture and/or transformation of social contracts and societal structures, norms and dynamics, including relationships among women, men, peers and family members. The current crisis in Europe present the continent and its countries with challenges, or better yet, a number of opportunities for catalysing political and social mind-set change. Second, gender equality is central to social solidarity, and therefore it should be a fundamental dimension of Europe's social and political foundation. That said, little research has looked at how definitions of manhood – whether violent, conservative and inequitable or non-violent, caring and equitable, – are understood, constructed and affected in the context of the current crisis.

Although we cannot expect to find a clear connection between economic growth and all of the aspects of gender equality, we cannot deny that there is a connection between gender equality, policy action, economic and welfare growth and employment – achieved through employment factors, such as activity rates, unemployment rates and gender segregation indicators. The financial crisis and its effects have never been gender-neutral, even if the repercussions may sometimes balance themselves out (e.g. women and men losing different types of jobs). In other words, there are specific masculinised reactions to the crisis and masculinised forms of financial risk-taking that minimise or downplay the importance of social wellbeing.

Understanding men's fluid attitudes and practices related to care and domestic violence, when responding to intensified economic, social and political crisis, is thus essential in informing more effective social responses in times of crisis. Increasingly, policymakers are beginning to understand how men's lives are shaped by gendered norms and realities, and how men's attitudes and practices related to women are also key for achieving gender equality. One promising area of research includes the promotion of men's share of work in caregiving and parental leave, particularly in times of financial crises. As discussed, studies (Barker and Pawlak, 2011) affirm that women's income and equality generally increase with greater participation by men in unpaid care work. Furthermore, research also reaffirms that relatively small reforms such as parental leave can

have long-term effects, leading to a more gender-balanced household work division and advancements in women's professional autonomy (Brandth and Kvande, 2004). However, more research is needed to help understand the array of factors, including economic stressors and crisis that often drive the use of violence and lead to absent caregiving. What seems clear from the last decade of European and global research is that understanding men's roles and realities is vital for achieving economic and social development, and even more so in times of crisis recovery.

References

- Aboim, Sofia; Vasconcelos, Pedro (2012), *Study on the Role of Men and Gender Equality in Portugal*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS), Brussels, European Union Programme for Employment and Social Solidarity – PROGRESS (2007-2013).
- Apparala, Malathi; Reifiman, Alan; Munsch, Joyce (2003) Cross-national Comparison of Attitudes toward Fathers and Mothers' participation in Household Tasks and Child-care, *Sex Roles* 15, 189-204.
- Barker, Gary; Pawlak, Peter (2011), Men, Families, Gender Equality and Care Work, in United Nations (org.) *Men in Families and Family Policy in a Changing World*, Department of Economic and Social Affairs, Division for Social Policy and Development, New York, United Nations, 9-45.
- Barker, Gary et al. (2011), *Evolving Men: Initial Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES)* Washington DC, International Center for Research on Women (ICRW) and Rio de Janeiro, Instituto Promundo.
- Budlender, Debbie (2008), *The Statistical Evidence on Care and Non-Care Work across Six Countries*, Geneva, United Nations Research Institute for Social Development.
- Brandth, Berit; Kvande, Elin (2004), *Paternity Leave and Work-family Reconciliation in a Flexible Working Life*, Working Paper, Trondheim, NTNU.
- Connell, Raewyn (2005), *Masculinities*, 2nd edition, Sydney, Allen & Unwin.
- European Commission (EC) (2012a), *Eurobarometer 78 – Public opinion in the European Union*, [online] available at http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb78/eb78_first_en.pdf [retrieved on 12/03/2015].
- European Commission (EC) (2012b), *The Impact of the Economic Crisis on the Situation of Women and Men and on Gender Equality Policies: Synthesis Report*, Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- European Commission (EC) (2013), *The Role of Men in Gender Equality – European Strategies and Insight*, [online] available at http://ec.europa.eu/justice/genderequality/files/gender_pay_gap/130424_final_report_role_of_men_en.pdf [retrieved on 12/04/2015].
- Ferreira, Virgínia (2013), Employment and Austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal, in Maria Karamessini; Jill Rubery (org.), *Women and Austerity: The economic crisis and the future for gender equality*, London and New York, Routledge, 207-227.
- ICRW and Promundo (2011), *Evolving Men: Initial Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES)*, *Men+ Gender Equality Policy Project* 28(7), 1269-83.

- Instituto Nacional de Estatística (2015), *Estatísticas do Emprego, 2º semestre de 2015*, 5 de agosto de 2015, Lisboa, INE, 1-13.
- Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas no Feminino: Ser Mulher em Portugal, 2001-2011*, Lisboa, INE, 1-31.
- Kimmel, Michael (2000), *The Gendered Society*, New York, Oxford University Press.
- Levtov, Rut et al. (2015), *State of the World's Fathers: A MenCare Advocacy Publication*, Washington, DC, Promundo, Rutgers, Save the Children, Sonke Gender Justice, and the MenEngage Alliance.
- Moller-Leimkuhler, Anne Maria (2003), The Gender Gap in Suicide and Premature Death or: Why are Men so Vulnerable?, *Eur Arch Psychiatry Clin Neurosci* 253(1), 1-8.
- Pleck, Joseph (1995), The Gender Role Strain Paradigm: An Update, in Ronald F. Levant and William S. Pollack (eds.) *New Psychology of Men*, New York, Basic, 11-32.
- Sistema de Segurança Interna (2014), *Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2014*, Lisboa, Gabinete do Secretário-Geral, 1-482.
- Sakellarides, Constantino; Castelo-Branco, Luís; Barbosa, Patrícia; Azevedo, Helda (2014) *The Impact of the Financial Crisis on the Health System and Health in Portugal*, Denmark, World Health Organization, 1-56.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR] (2014), *OMA – Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR: Dados 2014*, Lisboa, UMAR, 1-53.
- UN (2013), *World Economic Situation and Prospects*, [online] available at http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_archive/2013wesp.pdf [retrieved on 15/01/2015].
- Vaughn-Whitehead, Daniel (ed.), (2012) *Work Inequalities in the Crisis: Evidence from Europe*, Geneva, Edward Elgar Publishing, 600+.
- Wall, Karin; Aboim, Sofia; Cunha, Vanessa (2010), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidade*, *Estudos* 6, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE).
- Whelan, Christopher; Maître, Bertrand (2005), Vulnerability and Multiple Deprivation Perspectives on Economic Exclusion in Europe; A latent class analysis», *European Societies*, 7(3), 423-450.

Tatiana Moura. Executive Director of Instituto Promundo (Rio de Janeiro, Brazil), an international NGO that works to engage men and boys for gender equality. She is also a researcher at CES since 2000 and holds a PhD in Peace, Conflicts and Democracy, by the University Jaume I (Spain). t.moura@promundo.org.br

Esther Spindler. Consultant with Instituto Promundo. She holds a M.S. in Development Management, by the School of International Service at American University. spinejl7@gmail.com

Alice Taylor. Consultant with Instituto Promundo. She holds a master's in International Affairs from the Fletcher School at Tufts University. a.taylor@promundo.org.br

Instituto Promundo, Rua da Lapa 161, Centro, Rio de Janeiro, RJ, 20021-180, Brazil

Artigo recebido em 17 de julho de 2015 e aceite para publicação em 23 de outubro de 2015.

EXPERIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO: ANALISANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO DURANTE A ATUAL CRISE ECONÓMICA

Cláudia Múrias

Associação Espaços, Projetos Alternativos de Mulheres e Homens, Portugal

Resumo

Neste artigo, pretendemos analisar os papéis de género nas relações familiares entre mulheres e homens durante a atual crise económica, partindo dos discursos sobre práticas de conciliação de 22 pessoas, recolhidos através de 4 grupos de discussão focalizada, realizados em freguesias rurais de Viana do Castelo. Verificámos que as mulheres elaboram inúmeras estratégias para organizar o seu dia-a-dia, procurando conciliar a profissão com a vida familiar, sem contar com o apoio dos maridos, mesmo quando estes se encontram em situação de desemprego. Concluimos que a partilha das expectativas que atribuem às mulheres a responsabilidade pelo cuidado da família impossibilita a consciência da desigualdade de género e a sua reivindicação social.

Palavras-chave: papéis de género, relações de género, práticas de conciliação, organização familiar.

Abstract

Reconciliation experiences: analysing gender relations in the current economic crisis

In this paper, we analyse gender roles in family relations between women and men during the current economic crisis, using the discourses of reconciliation practices of 22 people, collected through four focus groups that were conducted in rural districts of Viana do Castelo. We found that women develop and employ several strategies to organise their daily routine, in order to reconcile professional and family life, without relying on their husbands' support, even when they are unemployed. We concluded that shared expectations that hold women alone responsible for family care preclude the awareness of gender inequality and its related social claim.

Keywords: gender roles, gender relations, reconciliation practices, family organisation.

Resumé

Les expériences de conciliation: analyse des relations entre les sexes dans le contexte actuel de crise économique

Dans cet article, nous analysons les rôles de genre dans les relations familiales entre les femmes et les hommes dans le contexte actuel de crise économique, en utilisant les témoignages de 22 personnes sur leurs pratiques de conciliation, recueillis lors de quatre groupes de discussion réalisés dans les districts ruraux de Viana do Castelo. Nous avons constaté que les femmes recourent à de nombreuses stratégies pour organiser leur quotidien, en essayant de concilier vie professionnelle et familiale, sans pouvoir compter sur le soutien de leurs maris, même quand ceux-ci sont au chômage. Nous en avons conclu que les attentes partagées social quant à la responsabilité des soins de la famille incombant aux femmes, empêche la prise de conscience de l'inégalité des sexes et leur revendication sociale.

Mots-clés: rôles de genre, relations entre les sexes, pratiques de conciliation, organisation de la famille.

Introdução

Em Portugal, os estudos realizados sobre a organização familiar mostram de forma consistente que o ingresso em massa das mulheres no mundo profissional não se traduziu em alterações significativas nas práticas familiares (cf. Amâncio, 2007; Perista, 1999; Poeschl e Serôdio, 1998; Poeschl, 2000; Wall, 2007; Wall, Aboim e Cunha, 2010).

Facto surpreendente se considerarmos, tal como refere Vírginia Ferreira (2010), que o investimento público que se seguiu ao *25 de Abril de 1974*, se traduziu em iniciativas de apoio à manutenção de postos de trabalho, que evitaram a estagnação da economia, promoveram a expansão do consumo e permitiram o aumento do emprego feminino. Efetivamente, as políticas públicas delineadas então, como a fixação do salário mínimo, do subsídio de desemprego, da licença de maternidade de 90 dias e de outros direitos na gravidez, maternidade e de assistência à família sem perda de regalias ou remuneração (p.e. dispensa de trabalho para idas às consultas médicas de controle de gravidez, dispensa de 2 horas para amamentação; faltas até 30 dias para assistência em caso de doença; dispensa ou opção de trabalho a trabalho parcial para acompanhamento de crianças menores de 12 anos), possibilitaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho, tornando-a economicamente atrativa (Ferreira, 2010; Rodrigues, 1995).

Também a renovação legislativa levada a cabo pelo Estado, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980, com a elaboração de políticas públicas de combate à discriminação social, económica, cultural e política das mulheres, permitiu operar uma verdadeira reforma progressista, nomeadamente, permitiu a instalação e a institucionalização dos mecanismos nacionais para a igualdade (Monteiro, 2010). No entanto, socialmente «estas políticas foram recebidas como uma inevitabilidade decorrente do próprio processo de modernização e de democratização do país» (Ferreira, 2010: 25), sem grande questionamento, compromisso ou apoio social aos direitos das mulheres. Mesmo a intervenção estatal acabou por aproveitar o ímpeto revolucionário e ir *a reboque* das comunidades que se organizaram em movimentos de autogestão, nomeadamente relativamente às reivindicações relacionadas com a implementação de uma educação pré-escolar e infantil, tendo o poder local sido *obrigado* a contribuir no apoio técnico e financeiro às iniciativas populares de proliferação de creches e infantários – ainda que este apoio tenha ficado muito aquém das necessidades reais da população (Bairrão e Vasconcelos, 1997).

Desta forma, é de destacar a alta taxa de atividade feminina no grupo etário dos 25 aos 49 anos que Portugal apresentava em 1993, 75,1%, a terceira taxa de atividade feminina mais alta da Europa, a seguir à Holanda, que atingiu os 90% e à França que registou 77%. Este dado é significativo devido à reduzida expressão das mulheres casadas e empregadas que trabalhavam a tempo parcial em Portugal, apenas 8,3%, contrariamente à Holanda em que tal acontecia com 80% delas (Eurostat *cit in* Ferreira, 1998).

Ao analisar os resultados do Inquérito à Ocupação do Tempo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2001) no final da década de 1990 – mais especificamente em 1999, nomeadamente ao uso do tempo das pessoas empregadas, Heloísa Perista (2002) refere haver uma profunda assimetria na participação dos homens e das mulheres no trabalho não pago: os homens gastavam, em média, 9h11m na atividade profissional e 1h38 m no trabalho não pago, enquanto as mulheres gastavam, em média, 8h04 m no trabalho pago e 4h07 m no trabalho não pago.

Desta forma, no virar do século XX para o século XXI, em Portugal, as mulheres trabalhavam aproximadamente mais duas horas e meia por dia em tarefas domésticas e prestação de cuidados à família, sendo responsáveis por preparar as refeições, limpar regularmente a casa, fazer as compras habituais ou cuidar da roupa, tarefas *tipicamente femininas*, que consomem mais tempo e precisam de ser realizadas com uma maior regularidade do que as tarefas realizadas pelos homens ou *tipicamente masculinas*, como reparar objetos, cuidar da jardinagem, do carro, dos serviços administrativos ou das compras esporádicas (Poeschl, Múrias, Costa e Silva, 2001/2). Quando tinham crianças pequenas, as mulheres continuavam a executar mais de metade das tarefas parentais, encarregando-se quer das tarefas relacionadas com a higiene e a alimentação, quer do *trabalho emocional e relacional* necessário à manutenção das redes informais de entreajuda interfamiliar (cf. Perista, 2002; Poeschl, 2010). Sendo ainda as principais responsáveis pelo apoio intergeracional, através da ajuda doméstica e financeira, da guarda das crianças e dos cuidados gerais em caso de doença e incapacidade (Fernandes, 2001), as mulheres continuavam a corporizar a *sociedade-providência*, sobrecarregando-se.

Boaventura Sousa Santos (1995; 1994) já tinha salientado que, para além do altruísmo, da solidariedade e da reciprocidade, a *sociedade-providência*, constitutiva de uma forma específica de sociabilidade moderna, transportava em si a *ausência de direitos*, a *discriminação sexual das mulheres* (ancorada no *patriarcado*) e o *paternalismo nas relações sociais*. Esta forma de sociabilidade moderna em Portugal era explicada por um modelo de sociedade ainda com forte presença da pequena agricultura familiar e uma elevada percentagem de população plurialta a viver em meio rural, cuja mobilidade tinha combinado o salto da emigração com a fixação territorial associada a um processo de industrialização antigo e multipolar, que permitiu ao Estado português permanecer autoritário e distante, enquanto possibilitava a informalidade providencial das relações sociais (Santos, 1994; 1993).

Por sua vez, Sílvia Portugal (2008) ressaltava a *crença familialista* – que consiste na ideia de que a família tem capacidade intrínseca de resolução dos seus próprios problemas *privados* – como responsável pelo fraco investimento público no apoio à família existente em Portugal e pela pouca relevância de medidas promotoras da conciliação ou apoio social ao desemprego. Para esta autora, as *obrigações familiares*, que transcendem a família nuclear e recaem sobre a parentela,

justificam a posição não intervencionista por parte do Estado em várias situações de risco social (doença, deficiência, desemprego, etc.) que é assumido como responsabilidade da família e das redes de parentesco.

Assim, a informalidade das relações sociais em Portugal não permitiu que o contrato social de género, ou seja, as relações de poder entre mulheres e homens, fosse questionado ou negociado no sentido da igualdade plena. Se o declínio do modelo social do homem ganha-pão *versus* mulher doméstica e mãe de família é indubitável (cf. Wall, 2007; Wall, Aboim e Cunha, 2010), muitas continuidades e descontinuidades têm emergido e permanecido nestas relações de poder, contribuindo para manter a *assimetria simbólica* (Amâncio, 1994), ou seja, as valorizações desiguais de mulheres e de homens, bem como dos papéis, funções ou tarefas *femininas* e *masculinas*. Algumas prendem-se com as desigualdades estruturais do emprego oferecido e/ou ocupado pelas mulheres, mais precário, desqualificado e mal pago, relativamente ao emprego oferecido e/ou ocupado pelos homens (cf. Casaca, 2010; Wall, Aboim e Cunha, 2010). Desta forma, as desigualdades dos usos do tempo entre mulheres e homens têm-se mantido constantes ao longo dos últimos anos: segundo dados do 4º Inquérito Europeu às Condições de Trabalho, realizado em 2005 pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound *cit in* CITE, 2012), as mulheres portuguesas despendiam semanalmente mais 16 horas do que os homens na realização de trabalho não pago, o que perfaz aproximadamente duas horas e meia por dia, já anteriormente encontradas por Perista (2002).

Se a manutenção das desigualdade entre mulheres e homens na família é incontestável (cf. Perista, 2002; Wall, Aboim e Cunha, 2010), as explicações para tal também não parecem divergir. Diane Wille (1995) avaliou as interações de pais e mães com bebés até aos 6 meses, e perante as inseguranças que os homens demonstraram sobre as suas competências parentais, defendeu que a sociedade deveria encorajar os homens a assumir a parentalidade e cuidarem das crianças. De facto, a investigação desenvolvida sobre os estereótipos de género tem confirmado a existência de um vasto consenso acerca dos atributos associados a homens e mulheres, sendo atribuídos aos homens atributos instrumentais e/ou agênticos e às mulheres atributos expressivos e/ou comunais (cf. Poeschl, Múrias e Ribeiro, 2003). Também Gerold Mikula (1998) justificou as iniquidades de participação entre homens e mulheres nas tarefas domésticas pelo facto de corresponderem às normas dominantes na sociedade. Gabrielle Poeschl (2010), nos seus estudos sobre os papéis sociais de género, encontrou também um reforço das normas sociais dominantes, através de uma maior reprovação dos homens quando não são os principais provedores da família, e uma maior reprovação das mulheres quando não assumem a responsabilidade pelo cuidado da família. Assim o padrão familiar de *dupla carreira* ou de *duplo trabalho* encontrado por Chiara Saraceno (1992), em que as mulheres reorganizam mais facilmente as suas prioridades para virem ao encontro das exigências de tempo provenientes da família, enquanto os homens tendem a privilegiar as exigências de tempo prove-

nientes do trabalho, parece corresponder às expectativas socialmente partilhadas sobre os papéis de género. Os estereótipos e papéis de género lançam as sementes que favorecem a legitimação das desigualdades entre mulheres e homens em aspetos tão vitais como o acesso ao emprego e a cargos de chefia, as diferenças retributivas, a diferente assunção de responsabilidades familiares e domésticas. Se a partilha das tarefas for vista como uma ajuda, uma dádiva, um favor do homem à mulher, pode limitar seriamente a capacidade de negociação das mulheres para obterem uma partilha igualitária (Vandelac, 1983).

Por outro lado, Ursula Müller (1998) tem salientado a conflitualidade existente nas relações de género, afirmando que as mulheres *infantilizam* os homens em casa enquanto resposta ao assédio e aos comportamentos sexistas de que são alvo em público. No entanto, com estes comportamentos apenas contribuem para a manutenção das práticas familiares tradicionais. Poeschl *et al.* (2006) sugerem ainda que as mulheres podem estar motivadas para manter as práticas familiares tradicionais porque estas práticas criam a *ilusão* de que os homens dependem delas, e a eventual dependência dos homens cria a *ilusão* de que as mulheres têm poder, não só dentro da família, como também na sociedade (*cf.* Poeschl, Pinto, Múrias, Silva e Ribeiro, 2006). Portugal (2008: 27) refere que «à medida que se esbatem as diferenças sexuais no mercado de trabalho e que se dilui o modelo do provedor masculino, as justificações para as desigualdades nos cuidados dos filhos tornam-se cada vez mais essencialistas».

Contudo, a repartição desigual do trabalho familiar tem consequências nefastas para as mulheres: enfraquece a posição das mulheres nas relações conjugais, mantém os homens afastados da vida familiar, permite manter a assimetria entre homens e mulheres no mercado de trabalho e coloca sobre as mulheres pressões constantes de subcarga e mal-estar (Múrias e Ribeiro, 2012).

Se a globalização da economia tinha ampliado a discriminação das mulheres (*cf.* Santos, 1995), o atual contexto de crise económica poderá ser uma agravante na fragilização da sua posição social. Em tempo marcado pela austeridade e pela retração da despesa pública em proteção social e no apoio ao crescimento económico (Ferreira e Monteiro, 2013), torna-se pertinente perceber os impactos que a desregulamentação do mercado de trabalho, extremamente exigente e assente numa lógica de *presentismo*¹ (Monteiro, 2014), terá sobre a vida das pessoas, mulheres e homens, nomeadamente sobre a conciliação trabalho-família.

Estatísticas obtidas já em contexto de crise revelam que os homens renunciam mais ao tempo livre para responderem a situações profissionais, com 12% a fazê-lo uma ou mais vezes por semana, comparativamente com 8,1% das mulheres, enquanto as mulheres sentem mais dificuldade (24,2%) em tirar uma ou duas horas durante o horário de trabalho para tratar de assuntos pessoais ou familiares, comparativamente com 17,9% de homens (CITE, 2014). Estas dinâmicas fra-

¹ Entende-se por *presentismo* a situação em que a pessoa comparece no emprego, embora incapacitada para desempenhar com eficácia as suas funções ou trabalho

gilizam as mulheres relativamente ao emprego, nomeadamente numa altura em que a economia se encontra em regressão: em 2011, a taxa de emprego masculino era de 73,4% e a taxa de emprego feminino era de 64,8%; em 2013, a taxa de emprego masculino passou para 68,8% e a taxa de emprego feminino para 62,4%. Por sua vez, a taxa de desemprego subiu de 15,5%, em 2012, para 16,2%, em 2013, sendo de 16,0% para os homens e de 16,4% para as mulheres. Embora o acréscimo global da taxa de desemprego em 2013 (+0,7 p.p.) tenha tido reflexos em ambos os sexos, foi mais acentuado na taxa das mulheres (+0,9 p.p.) do que na dos homens (+0,4 p.p.) (CITE, 2014).

Relativamente a Viana do Castelo, segundo dados dos Censos, em 2011, a taxa de emprego masculino era de 53,9% e a taxa de emprego feminino era de 42,4%, constatando-se a existência de 2343 homens em situação de desemprego face a 2839 mulheres na mesma situação (Pordata, 2015). Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional, estes dados aumentaram em 2012, sendo 2513 homens em situação de desemprego face a 2990 mulheres na mesma situação (IEFP, 2015).

No intuito de analisar (e transformar) as relações de género nas freguesias rurais de Viana do Castelo, a Associação Juvenil de Deão promoveu o projeto de intervenção comunitária *Caminhos de Igualdade*², entre julho de 2011 e janeiro de 2014, que possibilitou a problematização das condições de vida atuais decorrentes da crise económica, através da *tomada da palavra* pela comunidade local (cf. Múrias e Freire, 2014).

Neste artigo, apresentaremos apenas o trabalho realizado numa das atividades, os grupos de discussão focalizada. Organizados com pessoas em idade ativa para identificar representações e práticas sociais, os grupos de discussão focalizada permitiram que as pessoas conversassem sobre a conciliação entre esferas de vida para, num segundo momento e partindo dos discursos elaborados, serem dinamizadas com a mesma população, *oficinas do poder* que possibilitassem trabalhar a participação igualitária de mulheres e homens na vida pública (esfera laboral) e na vida privada (esfera familiar), implicando assim, a capacitação e o empoderamento das mulheres no mercado de trabalho, bem como a capacitação e o empoderamento dos homens na família (cf. Múrias e Freire, 2013; Múrias e Freire, 2014).

Grupos de discussão focalizada

Os grupos de discussão consistiram em momentos de partilha exploratórios da temática da conciliação entre esferas de vida. Contaram com a presença de

² Projeto financiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), ao abrigo do Eixo 7 – Igualdade de Género, Tipologia de Intervenção 7.3 – Apoio Técnico e Financeiro às ONG (058620/2011/73) do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Fundo Social Europeu (FSE).

uma moderadora que levantou um conjunto de questões acerca das dimensões do cotidiano de cada pessoa (esfera de vida profissional ou laboral; esfera de vida doméstica; esfera de vida familiar ou parental; esfera de vida social, cívica ou voluntariado; esfera de vida de lazer ou pessoal) e tiveram uma pessoa observadora, para apontar as questões não audíveis.

Foram organizados quatro grupos, de acordo com duas categorias sociais de pertença: a pertença sexual das pessoas – rapazes ou homens *versus* raparigas ou mulheres; e a relação com o trabalho – exercer uma profissão *versus* inatividade, no intuito de verificar se a pertença a diferentes grupos se traduzia em formas de pensar ou práticas comportamentais específicas. Participaram 22 pessoas (11 mulheres, 11 homens). Relativamente à organização familiar, coexistiram três tipos de agregado familiar: agregados de *dupla carreira* ou *duplo trabalho*, agregados tradicionais (mulher doméstica *cuidadora da família*, homem *ganha pão*) e agregados unipessoais.

Um dos grupos de discussão focalizada foi constituído por 7 mulheres profissionalmente ativas – 4 inseridas em agregados de *dupla carreira/duplo trabalho*, 2 inseridas em agregados unipessoais e 1 inserida num agregado tradicional. Outro grupo de discussão foi constituído por 6 homens profissionalmente ativos – 4 inseridos em agregados de *dupla carreira/duplo trabalho* e 2 inseridos em agregados unipessoais. Um terceiro grupo de discussão foi constituído por 4 mulheres profissionalmente inativas – 2 estudantes e 1 desempregada inseridas em agregados de *dupla carreira/duplo trabalho* e 1 doméstica inserida num agregado tradicional. O restante grupo de discussão foi constituído por 5 homens profissionalmente inativos – 3 estudantes inseridos em agregados de *dupla carreira/duplo trabalho* e 2 desempregados inseridos em agregados tradicionais.

As conversas ocorridas nos grupos de discussão focalizada foram transcritas e analisadas, de acordo com as categorias dedutivas: dimensões da conciliação e categorias sociais dos/as participantes, possibilitando o surgimento indutivo de *problemáticas de conciliação entre esferas de vida em contexto rural* (cf. Múrias e Freire, 2013; Múrias e Freire, 2014). Estas *problemáticas* permitiram a construção de *histórias-desafio* que foram trabalhadas nas oficinas de poder.

As oficinas de poder foram idealizadas enquanto instrumento de facilitação da compreensão das *problemáticas*, que promovesse a aquisição de informação e o debate, para melhor elaborar propostas concretas que garantissem condições de igualdade de participação e de empoderamento das pessoas, nomeadamente no sentido da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. O início dos trabalhos assentou na visualização e experimentação criativas das soluções apontadas nos grupos de discussão focalizada, tendo funcionado as *histórias-desafio* como um exemplar criativo, que criou condições para a reflexão coletiva, crescente consciencialização e procura de resolução para as *problemáticas de conciliação* apontadas.

De seguida, apresentamos as *problemáticas de conciliação* mais relevantes para este grupo de participantes.

As problemáticas de conciliação em espaço rural em tempos de crise

1. Os estereótipos de género e a desigual participação das mulheres nas tarefas domésticas e familiares: a sobrecarga da dupla tarefa

A desigualdade de participação nas tarefas domésticas e familiares e a sobrecarga de trabalho evidenciaram-se enquanto obstáculo à participação das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres elaboram inúmeras estratégias para organizar o seu dia-a-dia, dentro de uma perspectiva de conciliação trabalho-família, com a ativação das redes informais de entajuda intergeracional, sem contar com o apoio dos companheiros, mesmo quando têm agregados de *dupla carreira* ou *duplo trabalho*:

A minha mãe agora trabalha na fábrica, mas antes trabalhava no comércio e o horário do comércio é muito maior. É das 9 da manhã... bem a função dela era das 7h30m da manhã às 7h30m da noite. Tinha a hora de almoço. Então, tentava conjugar com a nossa hora de almoço com a dela para ter um bocado de tempo para estar connosco. À noite, lembro-me que era pequena e ela chegava a casa, muitas vezes às 9 da noite. Chegávamos a casa, jantávamos para lá qualquer coisa rápida e era «vamos jogar num instante aqui às escondidinhas» (...) Depois, pegava, deitava-nos e ficava a passar a ferro, a dobrar e a preparar as coisas *p'ró* dia seguinte, porque às 6 da manhã, já estávamos a pé novamente (solteira, estudante).

Mesmo assim eu vejo pela minha mãe, é ela que tem o cuidado. A minha avó paterna mora ao nosso lado e vejo que se não for a minha mãe, o meu pai passa ao lado. Muitas vezes, nem se lembra. É a minha mãe que tem aqueles cuidados de quer ir ao médico, precisa disto, quer ir aquilo... nota-se mais isso. São raros os homens que são despachados e que se desenrascam (solteira, estudante).

Ai, se estou à espera dele para me dar de comer, fazer comidinha? Nem pensar! Nessa parte não tenho sorte (casada, empregada fabril).

Apesar destas mulheres despenderem mais tempo com a realização das tarefas domésticas, muitas justificaram o facto de os homens não se sentirem responsáveis pela realização do trabalho doméstico – e não o realizarem – culpabilizando-se ou culpabilizando outras mulheres, ou seja, através da culpabilização da cultura familiar. A salientar ainda o contraste entre a motivação das mulheres casadas para a manutenção das práticas tradicionais e a procura das mulheres solteiras pelo ideal de partilha igualitária nas práticas futuras:

Tenho um trabalho abrigado e *ainda* vou de carro. Ele vai para trabalhar no meio da lama e *ainda* vai de mota à chuva. E depois, também fico a pensar «*ainda* lhe vou deixar isso tudo?» Também chega a casa cheio de frio, todo molhado e *ainda* vai continuar lá fora a fazer essas coisas? Não! (casada, empregada de hipermercado).

Eu, por acaso, não [partilho]. Porque o meu marido é músico e anda sempre fora. Não tem tempo para nada. Não dá mesmo! (casada, desempregada).

É uma questão de hábito... Também tem a ver com a educação que vem de trás (solteira, estudante).

Exacto! Porque é que o meu pai e os meus tios não sabiam fazer nada? Porque a minha avó não ensinou. E do outro lado, já sabiam tudo (solteira, profissional liberal).

Da nossa geração, é culpa das mães. Têm os meninos, «Ai, os meninos não podem!» A culpa é das mães da nossa geração. «Ah, é um menino», «porque é rapaz e porque *num* sei quê»... (solteira, estudante).

2. *Os homens, os privilégios e os papéis de género: o retorno à divisão sexual do trabalho*

Os homens manifestaram um grande grau de conservadorismo, legitimando os estereótipos e a reprodução da divisão tradicional de papéis de género, afastando qualquer eventualidade de partilha das *tarefas femininas*, atribuindo as responsabilidades domésticas regulares, que demoram mais tempo para a sua realização às mulheres e assumindo apenas as tarefas *tipicamente masculinas*, como a jardinagem, tarefa realizada com pouca regularidade:

Já está incutido em nós. Saber que a mulher, tipo ao sábado de manhã, faz a limpeza geral da casa. Acho que se ela não limpa... Não vai ser tão fácil desbloquear isso. A mulher ficar na cama e eu ir fazer a limpeza sozinho (solteiro, militar).

Convém que continuem assim! Tudo bem. Nós também temos outras coisas que elas não fazem. Nós temos que fazer, não é? Também é uma verdade! Podem dispor mais tempo para a limpeza e o homem dispor mais tempo para o jardim, etc. A minha esposa nunca cortou a relva! Tenho quase a certeza, não é? (casado, comerciante).

Mesmo quando a atual crise económica provoca situações de desemprego junto dos homens destes agregados, não se perspetiva a mudança. Pelo contrário, há um reforço da divisão sexual do trabalho. Há como que um evitar de qualquer ponto de aproximação a um processo de negociação que possa permitir a reformulação dos papéis tradicionais de género ou uma partilha democrática ou igualitária das tarefas:

Eu acho que se devia manter. O homem que traga o dinheirinho para casa e a mulher escusa de trabalhar. A minha mulher nunca trabalhou. A minha mulher era mantida por mim, nunca trabalhou. Ela fazia o trabalho de casa e eu fazia o trabalho fora de portas. E todos fossem assim, já era uma grande coisa (casado, desempregado).

3. Crise, direitos e produtividade: onde ficam os cuidados às crianças?

De destacar que as expectativas que atribuem às mulheres a responsabilidade de cuidar das crianças acabam por constituir um obstáculo significativo à igualdade, uma vez que, para estes homens e mulheres, a conciliação da vida familiar com a vida profissional é um assunto de mulheres. Por sua vez, as políticas públicas e os direitos na gravidez, de maternidade ou de assistência à família, são concetualizados enquanto *benefícios privados*, negociáveis entre as mulheres e o *patrão*, bem ao encontro da *crença familialista*:

Vou partilhar a dificuldade de muitas trabalhadoras: lidar com o trabalho, lidar com os filhos e depois ir à escola, estar junto dos filhos... não dá! Os patrões não vão dar dias, isso é perda de produtividade. Não conseguem ir à escola, não conseguem acompanhar os filhos (casado, empregado fabril).

Quanto menos faltar, melhor! Tenho que ir, tenho que faltar «Ah não! Porque não mandas a avó com ele?» (casada, empregada fabril).

Eu fui trabalhar antes de terminar o tempo [licença de maternidade], mas foi por minha opção. Eu nunca tive esse problema. Mas lá está, um patrão também tem que ser para nós, e nós temos que ser para o patrão (casada, empregada fabril).

Eu conheço situações em que as mães começam a ser pressionadas durante a gravidez. Vão-lhes fazendo perguntas... «quanto tempo é que vais tirar?», «se vais tirar o tempo máximo?» (...) E muitas são despedidas. Outras não são despedidas, sofrem pressão psicológica, que é muito pior e acabam elas por se demitir do cargo. Muitas vezes, chegam ao local de trabalho e não têm a tarefa que tinham, são destituídas (solteira, auxiliar de educação).

A crise surge nas palavras das participantes, com a descrição das recentes alterações às condições de trabalho. Num contexto de intensificação dos ritmos de trabalho, flexibilização dos horários, acentuada imprevisibilidade e desregulação das circunstâncias de trabalho, a conciliação das esferas de vida é um desafio constante, repleto de incertezas, angústias, pressões, desmotivações e contradições entre expectativas, normas, práticas, direitos e capacidades para os exercer:

Na instituição na qual eu trabalho, temos creche e temos prolongamento de jardim de infância e tenho notado (...) que os pais cada vez mais nos propõem o alargamento de horário. Nós abrimos às 7.30h da manhã e fechamos às 19 horas (...) muitos com frequência telefonam «hoje vamos chegar atrasados», principalmente as mães, «porque tivemos uma reunião de urgência, por isto, por aquilo, porque agora temos que estar até mais tarde no trabalho (solteira, auxiliar de educação).

Eu trabalho por conta própria, estabeleço o meu próprio horário. Só que há uns anos atrás, as pessoas, os clientes ligavam para marcar uma consulta ou para tratar de

determinados assuntos e nós, à partida, tínhamos a liberdade de dizer ou era da parte da manhã ou da parte da tarde, a esta hora, àquela... Agora não. Agora, cada vez mais, temos que nos cingir ao horário das pessoas, ou seja, antigamente as pessoas saíam do trabalho a umas horas para ir ao advogado, para ir ao médico, para ir tratar de determinados assuntos. Agora isso não acontece (...) Eu cada vez saio mais tarde do escritório, eu há dias que saio do escritório às 21 horas. Porquê? Porque as pessoas só depois do trabalho, às 18 horas, é que têm disponibilidade para lá ir (...) Agora por causa da falta da produtividade não se facilita coisíssima nenhuma (solteira, profissional liberal).

Em jeito de reflexão...

O *princípio de igualdade*, basilar nas sociedades democráticas atuais, sustenta-se na ideia de que todas as pessoas estão em igual posição perante as condições de acesso aos direitos fundamentais: políticos, cívicos, sociais, económicos e culturais. No entanto, estas mesmas sociedades têm, no seu seio, um conjunto de fundamentos e justificações para a existência de uma diferenciação entre as pessoas, sendo o sexo, a classe social, a situação económica, a instrução, a raça ou a etnia, a idade a que os indivíduos pertencem, fatores que condicionam os modos de vida das pessoas, as suas práticas, as suas ambições e as suas necessidades. Desta forma, a luta pelos direitos fundamentais faz-se através da consciencialização sobre o nosso posicionamento na história, experiência e visão de mundo individual e de grupo, requerendo dimensões de reconhecimento e de possibilidade de asserção da *voz* pessoal, que permita a participação cívica implicada e a reivindicação social. Para tal, torna-se pertinente desenvolver a capacidade de literacia, ou seja a capacidade de *leitura do mundo* e de intervenção ou ação na *polis*, segundo inspiração de Paulo Freire (Macedo, Vasconcelos, Lacerda e Vaz Pinto, 2001).

Nos grupos de discussão focalizada, ao problematizar-se a conciliação entre as esferas de vida, possibilitou-se a emergência acerca de *formas de pensar e agir comuns*: os estereótipos e papéis de género dominantes. Verificou-se assim, que nas freguesias rurais de Viana do Castelo, os estereótipos e papéis de género de maternidade e domesticidade acabam por constituir um obstáculo significativo a uma negociação entre mulheres e homens que permita a construção de um contrato social de género mais igualitário na região, mantendo assim as condições sociais e simbólicas que reproduzem a assimetria entre homens e mulheres na família e no mercado de trabalho (Múrias e Ribeiro, 2012).

Efetivamente, o *25 de Abril de 1974* trouxe a Portugal a institucionalização da igualdade entre mulheres e homens, criando novas lógicas relacionais e possibilitando a gradual escolarização de toda a população, sobretudo as mulheres, o que se traduziu em novas oportunidades de emprego, novas práticas profissionais, com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e o rápido crescimento do emprego no setor dos serviços, fenómenos unanimemente apontados

como os que mais têm determinado as recomposições sociais verificadas ao longo das últimas décadas em Portugal (Ferreira, 1998). Porém, o ingresso massivo das mulheres no mundo profissional não se traduziu em alterações significativas nas práticas familiares, apesar de atualmente haver maior expectativa para os homens cuidarem das crianças (cf. Wall, Aboim e Cunha, 2010), em Portugal, a sociedade em geral e a comunidade local não os encoraja nem os prepara para dar prioridade ao seu papel parental. Como resultado, nas freguesias rurais de Viana do Castelo, os estereótipos e papéis de género ainda condicionam uma maior participação das mulheres nas tarefas domésticas e parentais, uma vez que as mulheres continuam a organizar mais facilmente as suas prioridades para virem ao encontro das exigências de tempo provenientes da família, enquanto os homens tendem a privilegiar as exigências de tempo provenientes do trabalho, recusando-se à participação nas vastas e exigentes tarefas domésticas *femininas*. Talvez só a prolongada *ausência física da mulher de casa* por motivos de trabalho, tal como refere Müller (1998), possa operar uma transformação nestes homens, permitindo a passagem da condição de recebedor à de prestador de cuidados, uma vez que a situação de desemprego não fez alterar a repartição sexual das tarefas familiares. Por outro lado, as mulheres casadas, com as suas justificações e culpabilizações, parecem estar motivadas para a manutenção das práticas tradicionais (Mikula, 1998; Müller, 1998; Poeschl, Pinto, Múrias, Silva e Ribeiro, 2006), assumindo a manutenção da *sociedade-providência* (Santos, 1994).

A atual crise económica – marcada pela austeridade e pela retração da despesa pública em proteção social e no apoio ao crescimento económico – possibilitou a aceleração da desregulamentação do mercado de trabalho, cada vez mais exigente, que dificulta ainda mais a conciliação entre esferas de vida, sendo fator de tensões e contradições entre expectativas, normas, práticas, direitos e capacidades para os exercer (Monteiro, 2014; Monteiro e Portugal, 2013). Neste sentido, não é surpreendente que as empresas portuguesas tenham aderido a práticas de intimidação, assédio e outras violências para reforçar a lógica de *presentismo* na cultura organizacional, com base na representação ideal de *trabalhador neutro* (Acker, 2009) e descurando as suas responsabilidades sociais, ao agravar os constrangimentos à conciliação trabalho-família. Mais uma vez, a *crença familialista* (Portugal, 2008) permite a ilusão de que os problemas organizacionais não vão a par com os problemas *privados* de cada trabalhadora, permitindo que as mulheres trabalhadoras portuguesas revelem níveis de satisfação com a relação trabalho-família inferiores às das congéneres da Bulgária, da Finlândia, da Suécia, da Holanda, da Alemanha, da Hungria (Rodrigues, Barroso e Caetano, 2010).

A crise económica agrava a posição social das mulheres, uma vez que permite acentuar as desigualdades existentes. Perante a precarização e flexibilização do emprego, há o risco de as mulheres não conseguirem fazer uma gestão da vida profissional que as proteja do subemprego, desemprego ou mesmo da exclusão do mercado de trabalho (Casaca, 2010), impossibilitando-as de viverem de acordo com os padrões de vida dominante, ou seja, condicionando-as para

situações de pobreza relativa próprias das sociedades desenvolvidas (Pereirinha, 2008).

Assim, entendemos que as expectativas que atribuem às mulheres a responsabilidade de cuidar das crianças acabam por constituir um obstáculo significativo à participação igualitária entre homens e mulheres, mantendo as assimetrias de género na família e no mercado de trabalho, e em consequência, contribuindo para a *feminização da pobreza* (Pierce, 1978 *cit in* Pereirinha, 2008) e para a não reivindicação social da igualdade de género.

Referências

- Acker, Joan (2009), «From glass ceiling to inequality regimes», *Sociologie du Travail* 51(2), 199-217.
- Amâncio, Lígia (2007), «Género e divisão do trabalho doméstico – O caso português em perspectiva», in Karin Wall; Lígia Amâncio (Orgs.), *Família e género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 181-211.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e feminino: A construção social da diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Bairrão, Joaquim; Vasconcelos, Teresa (1997), «A educação pré-escolar em Portugal: contributos para uma perspectiva histórica», *Inovação: revista do Instituto de Inovação Educacional* 10(1), 7-19.
- Casaca, Sara Falcão (2010), «A (des)igualdade de género e a precarização do emprego», in Virgínia Ferreira (Orgs.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego, 261-291.
- CITE (2014), *Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional – 2013*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- CITE (2012), *Situação das Mulheres e dos Homens no Mercado de Trabalho, 2011*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Fernandes, Ana (2001), «Velhice, solidariedades familiares e política social: Itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida», *Sociologia, Problemas e Práticas* 36, 39-52.
- Ferreira, Virgínia (1998), *Mulheres em Portugal: situação e paradoxos*, Oficina do CES, 119.
- Ferreira, Virgínia (2010), «Introdução», in Virgínia Ferreira (Orgs.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego, 23-29.
- Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa (2013), *Trabalho, Igualdade e Diálogo Social – Estratégias e desafios de um percurso*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (2015), «Concelhos: Estatísticas mensais» [em linha] disponível em <https://www.iefp.pt/en/estatisticas> [consultado em 02/09/2015].
- Instituto Nacional de Estatística (2001), *Inquérito à ocupação do tempo: Principais resultados*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Macedo, Eunice; Vasconcelos, Lurdes; Evans, Manuela; Lacerda, Manuela; Vaz Pinto, Margarida (2001), *Revisitando Paulo Freire. Sentidos na educação*, Porto, Edições ASA.

- Mikula, Gerold (1998), «Justice in the family: Multiple perspectives in the division of labor: Introduction», *Social Justice Research* 11(3), 211-213.
- Monteiro, Rosa (2010), *A Emergência do Feminismo de Estado em Portugal: uma história da criação da Comissão da Condição Feminina*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Monteiro, Rosa (2014), «A conciliação trabalho-família e os riscos psicossociais», in Hernâni Veloso Neto; João Areosa; Pedro Arezes (Eds.), *Manual sobre Riscos Psicossociais no Trabalho*, Vila de Conde, Coleção RICOT, Civeri Publishing, 131-151.
- Monteiro, Rosa; Portugal, Sílvia (2013), «As políticas de conciliação nos planos nacionais para a igualdade: uma análise dos quadros interpretativos», *ex æquo* 27, 97-111.
- Müller, Ursula (1998), «The micropolitics of gender differences in family life», in Virgínia Ferreira; Teresa Tavares; Sílvia Portugal (Eds.), *Shifting bonds, shifting bounds*, Oeiras, Celta Editora, 329-344.
- Múrias, Cláudia; Freire, Sara (2013), «Experiências de conciliação: conversas entre ruralidade e cultura organizacional», in Hernâni Veloso Neto; João Areosa; Pedro Arezes (Eds.), *Proceedings CICOT 2013, Working Conditions International Congress*, Vila de Conde, Coleção RICOT, Civeri Publishing, 11-16.
- Múrias, Cláudia; Freire, Sara (2014), *Caminhos de Igualdade*, Viana do Castelo, Associação Juvenil de Deão.
- Múrias, Cláudia; Ribeiro, Raquel (2012), «Ideias a desconstruir ou a reinventar: Questionando percursos tradicionais de liderança de mulheres e de homens», in Cláudia Múrias; Marijke de Koning (Coords.), *Lideranças partilhadas: Percursos de literacia para a igualdade de género e qualidade de vida*, Porto, Fundação Cuidar O Futuro & Livpsic, 201-222.
- Pereirinha, José António (Coord.) (2008), *Impacto e determinantes da pobreza no Feminino*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Perista, Heloísa (2002), «Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens», *Análise Social* 163, 447-474.
- Perista, Heloísa (Coord.) (1999), *Os usos do tempo e o valor do trabalho: Uma questão de género*, Lisboa, Departamento de Estudos Prospetiva e Plameamento: Centro de Informação e Documentação Económica e Social.
- Poeschl, Gabrielle (2000), «Trabalho doméstico e poder familiar: Práticas, normas e ideais», *Análise Social* 156, 695-719.
- Poeschl, Gabrielle (2010), «Desigualdades na divisão do trabalho familiar, sentimento de justiça e processos de comparação social», *Análise Psicológica* 38(1), 29-42.
- Poeschl, Gabrielle; Múrias, Cláudia; Costa, Eleonora; Silva, Aurora (2001/2), «Representações das tarefas familiares», *Cadernos de Consulta Psicológica* 17/18, 161-170.
- Poeschl, Gabrielle; Múrias, Cláudia; Ribeiro, Raquel (2003), «As diferenças entre os sexos: mito ou realidade?», *Análise Psicológica* XXI(2), 213-228.
- Poeschl, Gabrielle; Pinto, Isabel; Múrias, Cláudia; Silva, Aurora; Ribeiro, Raquel (2006), «Representations of family practices, belief in sex differences and sexism», *Sex Roles* 55, 111-121.
- Poeschl, Gabrielle; Seródio, Rui (1998), «Rôles de genre, travail familial: Représentations et relations», *Revue Internationale de l'Éducation Familiale* 2(2), 5-23.
- Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo, *Municípios, População Desempregada segundo os Censos*, [em linha] disponível em <http://www.pordata.pt/Municípios/Popula%C3%A7%C3%A3o+desempregada+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-162-727> [consultado em 14/10/2015].
- Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo, *Municípios, Taxa de Emprego segundo os*

- Censos*, [em linha] disponível em [http://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+emprego+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-406-1994](http://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+emprego+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo+(percentagem)-406-1994) [consultado em 14/10/2015].
- Portugal, Sílvia (2008), *As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal*, Oficina do CES, 319.
- Rodrigues, Eduardo; Barroso, Margarida; Caetano, Ana (2010), *Trabalho, família e bem-estar: factores e padrões de qualidade de vida na Europa*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE.
- Rodrigues, Julieta Almeida (1995), *Continuidade e mudança nos papéis das mulheres portuguesas urbanas. O aparecimento de novas estruturas familiares*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), «Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social?», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 42, i-vii.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento, 17-56.
- Saraceno, Chiara (1992), *Sociologia da família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Vandelac, Louise (1983), *Production domestique – Document n° 6: Le partage des tâches domestiques*, Gouvernement du Québec, Conseil du Statut de la Femme, Bibliothèque Nationale du Québec.
- Wall, Karin (2007), «Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa», in Karin Wall; Lígia Amâncio (Orgs.), *Família e género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 211-259.
- Wall, Karin; Aboim, Sofia; Cunha, Vanessa (Eds.) (2010), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Wille, Diane E. (1995), «The 1990s: Gender differences in parenting roles», *Sex Roles* Vol. 33, 11/12, 803-817.

Cláudia Múrias. Psicóloga social, formadora e consultora para a igualdade. Integrou vários projetos de investigação, formação e intervenção local. Licenciada em Psicologia e Mestre em Psicologia Social pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), pós-graduada em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Doutoranda na FPCEUP. Vice-presidente da Associação Espaços, Projetos Alternativos de Mulheres e Homens. c_murias@hotmail.com

Associação Espaços, Projetos Alternativos de Mulheres e Homens, Rua da Alegria 299, 4000-099 Porto, Portugal

Artigo recebido em 21 de julho de 2015 e aceite para publicação em 15 de outubro de 2015.

LAS MUJERES JÓVENES EN ESPAÑA. (NUEVAS) PRECARIIDADES Y (VIEJAS) DESIGUALDADES

Mercedes Alcañiz, Vicent Querol e Ana Martí

Universitat Jaume I. Castellón, España

Resumen

La crisis económica y el incremento de la precariedad en el mercado laboral producida por el contexto de neo-liberalismo, desregulación y globalización en el que nos hallamos, ha afectado mayormente a la población joven en la Unión Europea. El artículo analiza la situación de precariedad de las mujeres jóvenes en el mercado laboral así como su desigualdad respecto a los jóvenes varones y la percepción que tienen dichas jóvenes respecto a si su situación es desigual a la de sus compañeros. La metodología empleada ha consistido en la explotación de datos secundarios obtenidos de fuentes oficiales españolas y europeas y en el análisis de los discursos de 24 mujeres y hombres comprendidos entre los 16 y los 34 años en España.

Palavras-clave: juventud, precariedad, género, desigualdad, percepción.

Resumo

As mulheres jovens em espanha. (Novas) precariedades e (velhas) desigualdades

A crise económica e o aumento da precariedade no mercado de trabalho produzida pelo contexto de neoliberalismo, desregulação e globalização no qual nos encontramos, tem afectado maioritariamente a população jovem na União Europeia. O artigo analisa a situação de precariedade das mulheres jovens no mercado de trabalho assim como a desigualdade em relação aos jovens do sexo masculino e a percepção que têm as jovens acerca de se a sua situação é desigual em relação à dos seus companheiros. A metodologia utilizada consistiu na exploração de dados secundários, obtidos de fontes oficiais espanholas e europeias, e a análise dos discursos de 24 pessoas, mulheres e homens com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, em Espanha.

Palavras-chave: juventude, precariedade, género, desigualdade, percepção.

Abstract

Young women in Spain. (New) precariousness and (old) inequalities

The economic crisis and increased precariousness in the labour market resulting from the current context of neoliberalism, deregulation and globalisation have mostly affected the young population of the European Union. The article analyses the situation of labour market precariousness faced by young women and their inequality with young men, to get to know if such young women perceive their situation to be unequal to that of their male counterparts. The methods used in each case have been, respectively, the exploitation of secondary data obtained from official Spanish and European sources, and the analysis of the discourses of 24 women and men aged between 16 and 34 years living in Spain.

Keywords: youth, precariousness, gender, inequality, perception.

Introducción

En 2007-2008 se originó en los Estados Unidos la denominada *gran recesión* o crisis financiera (Calvo, 2009; Estefanía, 2011; Stiglitz, 2002 y 2010) extendida posteriormente a los países europeos, y cuya manifestación en el ámbito laboral ha sido la aprobación de diversas normativas¹ cuyo objetivo era la población laboral y en concreto la extensión de una mayor flexibilidad y desregulación; acontecimiento vaticinado con anterioridad por Robert Castel (1999) como «el cuestionamiento de la estabilidad vinculada a la condición laboral». Este contexto de crisis económica ha afectado de manera especial a los colectivos más vulnerables – las mujeres, los y las jóvenes, la población inmigrante y las personas con poca cualificación y desempleadas de larga duración – los cuales quedan en situación de mayor precariedad.

Por precariedad (Alonso y Fernández, 2013; Bourdieu, 1999; Castel, 1999; Foessa, 2014; Standing, 2013) se alude a las condiciones de inseguridad, pérdida de derechos sociales, inestabilidad e inseguridad y bajos salarios que caracterizan a muchos empleos en la actualidad y que ya se considera un rasgo de la estructura social actual (Foessa, 2014). El perfil de *precario/a* sería el de una persona con un trabajo temporal, o con una jornada a tiempo parcial, o sub-contratado, o sin contrato, con bajo salario, escasa protección social y sin probabilidades de promoción (Standing, 2013). Esta situación en el mercado laboral se ha incrementado en los últimos años y afecta sobre todo a los colectivos «más nuevos», como los y las jóvenes, las mujeres y los y las inmigrantes.

La problemática de la incorporación de la juventud al mercado laboral, considerada, junto con la emancipación, como las variables identificadoras del proceso de transición a la vida adulta, ha sido resaltado por la literatura sobre estudios de la juventud desde los años 80 y sobre todo desde 2008 (Benedicto *et al*, 2014; Bradley y Devadason, 2008; Casal *et al*, 2006 y 2011; Ferreira y Nunes, 2013; Guerreiro y Abrantes, 2005; Moreno, 2012; Pais, 2002). Ahora bien, la población joven se incorpora al mercado laboral desde posiciones diferentes según su sexo, su clase social, su formación, su etnia, su hábitat, etc (Furlong y Cartmel, 1997). En nuestro caso, nos preguntamos si las consecuencias de la crisis divergen según el sexo y si las mujeres jóvenes tienen una mayor precariedad laboral debido a que están afectadas por unas circunstancias de doble desigualdad, por ser mujeres y por ser jóvenes, y ello, a pesar de la similar o superior presencia de las mujeres en el sistema educativo.

¹ En el caso español, la última reforma laboral aprobada ha sido el Real Decreto-Ley 3/2012 de 10 de febrero de Medidas urgentes para la reforma del mercado laboral, normativa que refleja el actual proceso de flexibilización apoyado por el estado (Casaca, 2012; Kovacs, 2005; Oliveira, 2011; Sennett, 2001) y que permite la realización de nuevas jornadas y horarios adecuados a las exigencias productivas actuales relacionadas con la competitividad en la economía global.

La intersección² entre dos aspectos de desigualdad en el colectivo de mujeres jóvenes alude, en primer lugar, el centrado en la precariedad laboral y, en segundo lugar, el referido a la desigualdad de género, considerando que dada la tradicional fragilidad y vulnerabilidad de las mujeres en el mercado laboral (Instituto de la Mujer, 2006; SEPE, 2014), la transición de las mujeres jóvenes a la vida adulta puede resultar más difícil que para los hombres (Asián-Chaves y Rodríguez, 2014; Plantenga, 2013) debido a la existencia de discriminación en el mercado laboral y a la continuidad en el reparto de los roles domésticos y de cuidado entre mujeres y hombres (Torns y Recio, 2012).

Este último aspecto, refuerza el proceso de precariedad y de desigualdad de las mujeres jóvenes, determinando, en la mayoría de los casos el cómo, el donde y el cuándo del desempeño de la actividad laboral (Albert, Toharia y Davia, 2008; Alcañiz, 2013; Cano, 2000; Casaca, 2011; Ferreira y Monteiro, 2013) y, el que, pese al incremento de mujeres ocupadas, éstas siguen siendo, y se siguen percibiendo, como las principales responsables de las tareas domésticas y de cuidado; manifestación evidente de la nueva lógica neo-patriarcal (Webb, 2010) en alusión a que la flexibilización de la jornada laboral femenina se considera una forma de compatibilizar el trabajo productivo y el trabajo reproductivo (Campillo, 2010; Stratigaki, 2004; Torns, 2007 y 2011).

Por ello, el objetivo del presente artículo es doble: en primer lugar, analizar la situación de las mujeres jóvenes en el mercado laboral así como su desempeño en el ámbito doméstico en España y, en segundo lugar, conocer la percepción que tienen sobre si su situación es desigual respecto a la de sus compañeros e compañeras. Este doble objetivo, facilita la visibilidad, por una parte, de la situación real, objetiva, de las mujeres jóvenes respecto al trabajo remunerado y el de cuidados así como su relación con la precariedad y la desigualdad y, por otra, de la visión subjetiva que aprecian ellas sobre su situación respecto a la desigualdad de género.

El artículo lo estructuramos de la siguiente manera: en primer lugar describimos la doble metodología utilizada en la investigación; en segundo lugar, nos centramos en la exposición de los resultados centrados en la situación de las mujeres jóvenes en el mercado laboral y en el análisis de las percepciones de dichas mujeres sobre su situación de desigualdad respecto de los hombres y, en último lugar, se exponen las conclusiones. Al final del texto se incluye una tabla con los perfiles de los y las entrevistadas.

² La teoría de la interseccionalidad, propone y examina cómo diferentes categorías de discriminación, construidas social y culturalmente, interactúan en múltiples niveles, contribuyendo con ello a reforzar la desigualdad social (Yuval-Davis, 2006),

1. Metodología

El objeto de estudio del presente artículo se centra en la juventud española, fundamentalmente en lo que atañe a las mujeres jóvenes. Ello nos exige delimitar conceptualmente el significado de «juventud» (Brunet y Prizzi, 2013; Casal *et al*, 2006 y 2011; Furlong, 1997; Furlong, 2013; País, 2002) y, de manera especial, los límites de edad que marcan a esta categoría social (Erikson, 1980; Feixas, 1998, 2001 y 2014; Furlong, 2013; Leccardi, 2005).

La mayoría de la literatura académica y oficial actual consultada, referencia como «juventud» a los grupos de edad comprendidos entre los 16 y los 29 años. En algunos casos, esta delimitación se alarga hasta los 34 años debido a las dificultades encontradas por los y las jóvenes en acceder al mercado laboral estable y consecuentemente a una emancipación que suponga la creación de un hogar independiente.

La metodología utilizada ha sido la siguiente: en relación con el primer objetivo, se ha recurrido a la consulta de fuentes secundarias fundamentalmente provenientes de organismos oficiales españoles y de la oficina estadística europea, EUROSTAT. Respecto a las fuentes españolas se ha consultado: en el Instituto Nacional de Estadística (INE), la Encuesta de Población Activa (EPA), los Censos de Población y viviendas, la Encuesta de Estructura Salarial; en el INJUVE, los sondeos de Opinión de 2001 y 2008 así como publicaciones y estudios relacionados con el tema estudiado; en el Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), en concreto los Estudios nº 2578 y 2911. Respecto a EUROSTAT, se ha consultado la información proporcionada por la *Labour Force Survey* (LFSs), *Youth on the Move* así como la *European Quality of Life Survey* (EQLS).

En relación con el segundo objetivo – conocer la percepción que las jóvenes tienen sobre su situación – recurrimos a la investigación cualitativa realizada por nuestro equipo «El impacto de la crisis actual en la transición a la vida adulta»³ realizada entre los años 2012-2014. La información cualitativa nos permite, en este caso, observar los discursos sobre las expectativas vitales de estas jóvenes. Con las entrevistas, pretendemos recoger «el *proceso significativo* estructurante de la visión subjetiva de un comportamiento objetivo» (Ortí, 1986: 175) y esta dotación de significados sociales se captará a través de la expresión oral de las personas entrevistadas. Y ello frente a un lenguaje, el de las entrevistadas, en muchos casos escasamente transparente u opaco y repleto de capas, en otras. Un lenguaje que se resiste a ser interpretado (Ibáñez, 1992) y donde hemos buscado los condicionantes sociales a través de sus verbalizaciones. La investigación incluía la realización de 25 entrevistas en profundidad a mujeres y hombres con edades comprendidas entre los 16 y los 34 años de distintos perfiles, las fechas del trabajo de campo fueron entre diciembre de 2013 y mayo de 2014, y la captación se realizó

³ Proyecto 12I339. Financiado por la Universitat Jaume I de Castellón

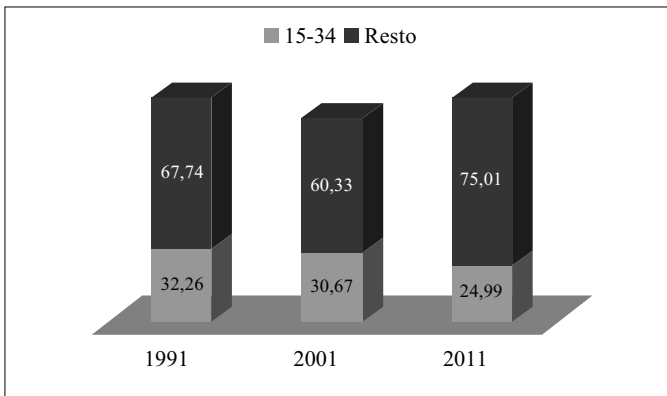
mediante contactos personales así como a través de la técnica de *bola de nieve*. La guía de la entrevista contenía preguntas sobre la percepción que tenían los entrevistados y las entrevistadas sobre la situación de precariedad y de desigualdad en la que se encontraban.

La temporalidad analizada han sido los últimos diez años, de 2004 a 2014. La decisión se tomó según el criterio de inicio de la crisis (2004) y el momento actual (2014).

2. La doble desigualdad de las jóvenes españolas: mujeres y precarias

La proporción de la población joven respecto al total de la población española ha descendido motivado por el descenso en la fecundidad. La población joven entre 15 y 34 años representaba, en 1991, el 32,26%, en 2001, el 30,67% y, en 2011, el 24,99%.

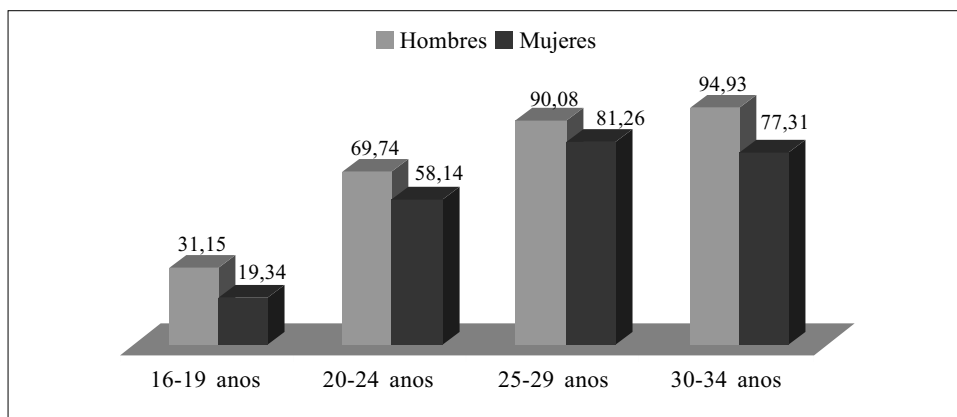
Gráfico 1: Población joven sobre el total (%)



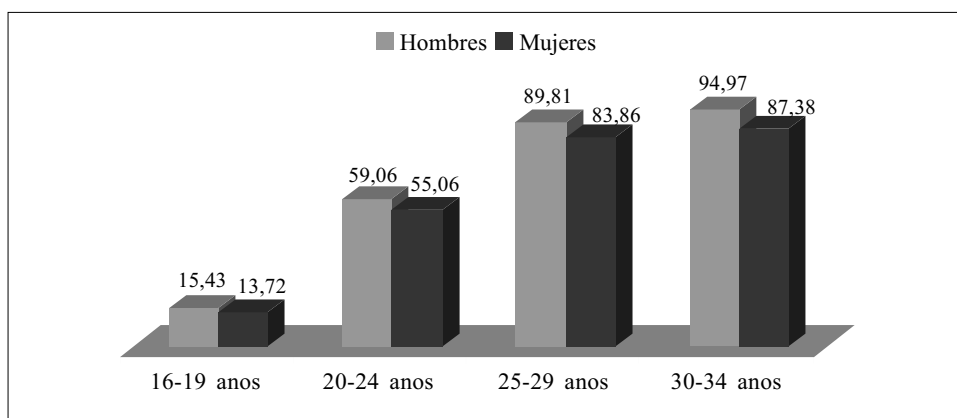
Fuente: EPA, 2014.

Respecto del nivel de instrucción, la población joven española supera a la media de la Unión Europea en jóvenes con estudios universitarios: un 39,2% de los y las jóvenes españoles han completado la educación universitaria (44,1% mujeres y 34,4% hombres), frente al 34,2% de los europeos.

La tasa de actividad de mujeres y hombres (16 a 64 años) se ha ido acortando en la última década: en 2004, era de 23 puntos porcentuales, en 2009, de 15 puntos y, en 2014, ha descendido a 10 puntos (EPA, 2015).

Gráfico 2: Tasa Actividad por sexo y grupo de edad 2004 (%)

Fuente: EPA, 2014 (IV Trimestre). Elaboración propia.

Gráfico 3: Tasa Actividad por sexo y grupo de edad 2014 (%)

Fuente: EPA, 2014 (IV Trimestre). Elaboración propia.

2.1. Indicadores de precariedad de las mujeres en el mercado laboral.

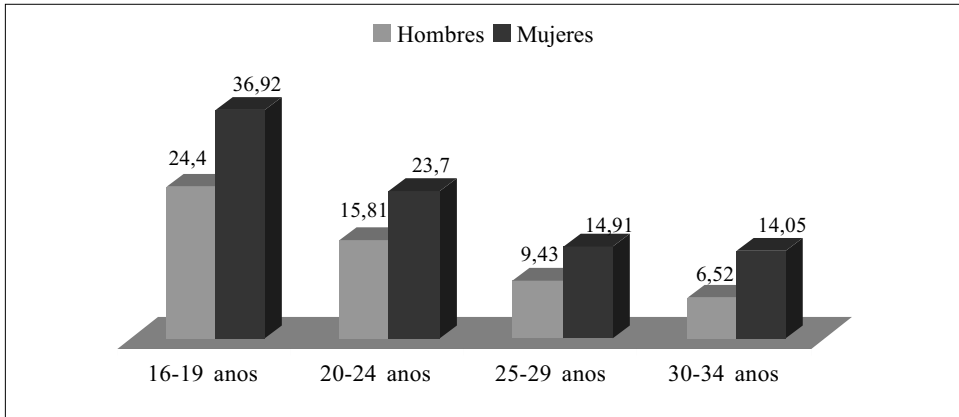
La definición conceptual de precariedad alude a los siguientes aspectos sobre los que construimos unos indicadores con la finalidad de constatar la existencia de precariedad en las mujeres jóvenes en el mercado laboral.

La tasa de desempleo

Respecto a la tasa de desempleo, las siguientes gráficas muestran el progresivo incremento de la tasa de desempleo en los grupos de edad más jóvenes.

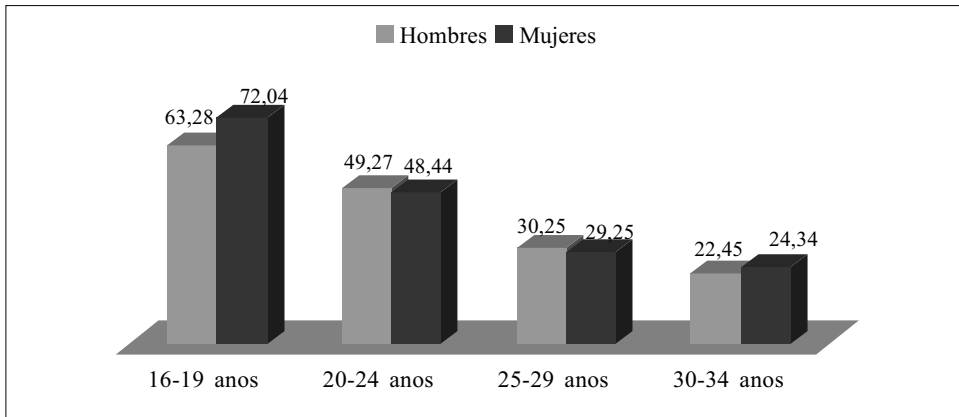
Ahora bien, y pese a que la tasa de desempleo siempre es más alta para las mujeres, la distancia entre los sexos se acorta. Ello no quiere decir que haya disminuido la tasa de desempleo femenina sino más bien que la tasa de desempleo masculina se ha incrementado notablemente con motivo de ser los sectores masculinizados, la industria y la construcción, los más afectados por la crisis.

Gráfico 4: Tasa de desempleo por sexo y edad 2004 (%)



Fuente: EPA, 2014 (IV Trimestre). Elaboración propia.

Gráfico 5: Tasa de desempleo por sexo y edad 2014 (%)



Fuente: EPA, 2014 (IV Trimestre). Elaboración propia.

Las tasas de desempleo juvenil se han incrementado en todos los países europeos desde el inicio de la crisis. La tasa de desempleo en la Unión Europea (27) de los menores de 24 años, en 2014, es de 22,6% para los hombres y 21,3% para las mujeres (EUROSTAT, 2015). Las tasas españolas doblan a las tasas europeas.

Las altísimas tasas de desempleo en España traen consigo una mayor precariedad (Otaegui, 2014) que produce una reducción de los salarios, una inseguridad ante el futuro y una continuidad en el mercado laboral que degrada la calidad de los empleos impidiéndoles tener un empleo estable y duradero, no sólo en cuanto al contrato laboral, sino en cuanto al contenido desarrollado en el puesto de trabajo (Sennett, 2001).

La mayor vulnerabilidad de las mujeres ante el mercado laboral conlleva un riesgo a ocupar puestos de trabajo con posibilidad de pasar, posteriormente, al desempleo debido a la segregación laboral femenina en sectores estacionales y temporales y menos cualificados, lo que permite una mayor rotación en las contrataciones.

Tipos de jornada laboral. ¿Jornadas femeninas y jornadas masculinas?

La jornada a tiempo parcial se ha ido incorporando progresivamente en el ordenamiento jurídico laboral español justificada como una manera de facilitar la conciliación de la vida laboral y familiar, sobre todo de las mujeres, y ocultando la precariedad en la que se sitúa el trabajador o trabajadora que realiza este tipo de jornada, en relación a su menor salario, a sus menores posibilidades de promocionar, pérdida de derechos sociales y, consecuentemente, menor jubilación futura. La jornada a tiempo parcial manifiesta la ruptura con el modelo fordista de jornada de trabajo continúa, semanal y para toda la vida, actualmente cuestionada por el modelo de flexibilidad neo-liberal (Alonso, 2000; Miguélez, 2004; Prieto, Ramos y Callejo, 2008).

En España, el trabajo con jornada a tiempo parcial se ha ido incrementando en los últimos diez años para ambos sexos, pero especialmente para las mujeres. En 2004, el 17,3% del total de las mujeres ocupadas lo hacía a tiempo parcial, mientras que en 2014, la proporción ascendió a 26,1%.

Tabla 1
Población joven según tipo de jornada (%)

	2004		2009		2014	
	T. Completo	T. Parcial	T. Completo	T. Parcial	T. Completo	T. Parcial
Hombres						
16-19 años	88,6	11,4	67,4	32,6	50,0	50,0
20-24 años	91,4	8,6	81,9	18,1	70,8	29,2
25-29 años	95,1	4,9	91,0	9,0	83,2	16,8
30-34 años	98,0	2,0	95,3	4,7	90,9	9,1
Mujeres						
16-19 años	68,3	31,7	44,1	55,9	30,5	69,5
20-24 años	79,0	21,0	65,1	34,9	53,3	46,7
25-29 años	84,6	15,4	80,9	19,1	67,5	32,5
30-34 años	84,3	15,7	80,0	20,0	76,9	23,1

Fuente: EPA 2004, 2009 y 2014 (IV Trimestre). Elaboración propia

La Encuesta de Población Activa (EPA) pregunta por los motivos de ocupar dicha jornada laboral. Las respuestas son las siguientes: formación; «cuidado de niños o de adultos enfermos incapacitados o mayores»; obligaciones familiares o personales; «no haber podido encontrar trabajo de jornada completa»; «no querer trabajo de jornada completa» u otros motivos.

El motivo referente al «cuidado de niños o de adultos enfermos, incapacitados o mayores», se relaciona directamente con el rol de cuidado. En la EPA 2014 (INE, 2015), sobre un total de 260.400 respuestas que aludían a este motivo, el 96,2% eran mujeres y entre los grupos de edad, los comprendidos entre los 30 y los 44 años son los más frecuentes.

Ahora bien, no todas las mujeres que ocupan puestos de trabajo a tiempo parcial aluden a las obligaciones familiares. El motivo de «no haber podido encontrar trabajo de jornada completa» resulta bastante más citado, sobre todo por parte de las mujeres, explicando los cambios que se están produciendo en las condiciones laborales del actual mercado laboral flexible (Plantenga et al, 2013). Si en 2009, eran 1.136,4 personas (el 75,7% de ellas mujeres), en 2014 esta cantidad había ascendido hasta 1.769,1 (71,7% mujeres). Por grupos de edad, se observa un incremento progresivo en los grupos entre 16 y 29 años y a partir de esta edad se inicia un descenso en la proporción de personas que aluden a este motivo.

Trabajo continuo o temporal

El empleo temporal es un indicador obvio de precariedad laboral debido a que impide al trabajador o trabajadora, no sólo tener una seguridad económica continua sino, como señala Pierre Bourdieu (1999), carecer de un futuro con estabilidad y seguridad debido a las escasas posibilidades de promocionar, a la pérdida de derechos sociales y a una menor pensión de jubilación para la vejez.

Tabla 2
Trabajadores/as temporales sobre el total de ocupados/as en España(%)

	2004	2009	2014
Total 15-19 años	80,0	73,5	85,1
Hombres	79,3	74,1	83,7
Mujeres	81,3	72,8	87,2
Total 15-29 años	54,6	44,3	51,9
Hombres	55,2	43,6	51,9
Mujeres	53,8	45,0	51,9
Total 15-64 años	33,4	25,3	24,0
Hombres	31,8	23,6	23,6
Mujeres	35,6	27,2	24,6

Fuente: EUROSTAT.

La tabla muestra que la tasa de temporalidad para la población joven entre 15-29 años dobla a la total de la población en edad de trabajar, en España, pero lo más sorprendente es el alto porcentaje de trabajo temporal en la población comprendida entre los 15 y los 19 años. Si bien en casi todos los casos, la tasa de temporalidad femenina es ligeramente superior a la masculina, en este caso no se puede concluir que se produzcan diferencias notables entre los sexos. Señala Amaia Otaegui (2014) que el descenso de la temporalidad es debido, en mayor medida, a la desaparición de los empleos temporales más que a que se produzca un incremento de los contratos indefinidos.

Cobrar menos por ser mujer: la brecha salarial

El término «brecha salarial de género» alude a la diferencia entre los salarios percibidos por trabajadores/as de ambos sexos, calculada sobre la base de la diferencia media entre los ingresos brutos por hora del total de población trabajadora (European Commission, 2014)⁴.

Tabla 3
Ganancia media anual por sexo (en miles de euros)

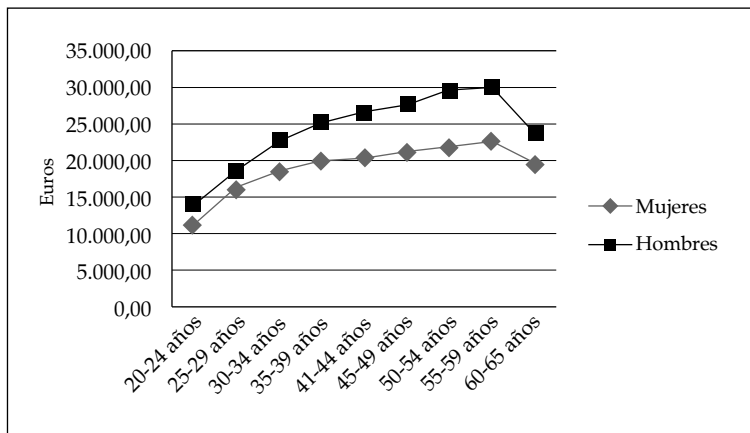
	2005	2009	2012
Total	18.676,9	22.511,47	22.726,44
Hombres	21.093,9	25.479,74	25.682,05
Mujeres	15.294,8	19.735,22	19.537,33

Fuente: Encuesta de Estructura Salarial.

La diferencia entre los salarios de mujeres y hombres se debe, en primer lugar, a la elección de empleos, determinados previamente por la formación recibida en la educación secundaria o en la universidad y que conduce a una mayor presencia de las mujeres en sectores feminizados relacionados con servicios personales y de cuidado, educación, sanidad, servicios sociales, etc.. En segundo lugar, las mujeres ocupan puestos de trabajo con jornadas más precarias – a tiempo parcial, temporales o informales – por lo que su salario se ve disminuido. En tercer lugar, se produce también una segregación vertical en el mercado laboral que perjudica seriamente a las mujeres ya que ocupan menos puestos de dirección. En cuarto lugar, las explicaciones anteriores se complementan con la división sexual del trabajo.

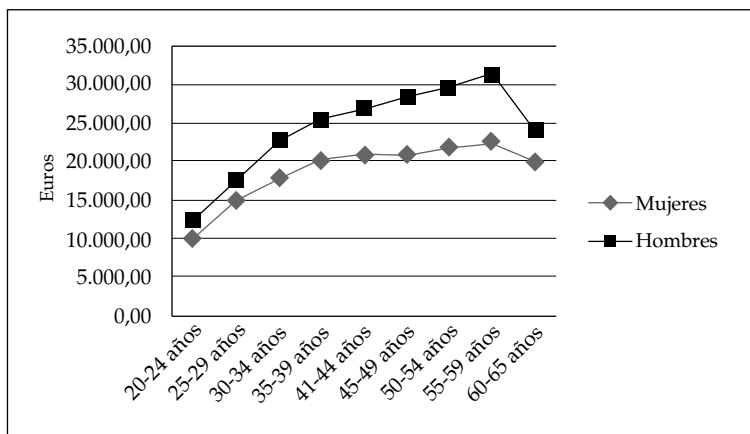
⁴ La demanda de un salario igual por similar trabajo realizado, se incluyó en la normativa europea desde 1957, fecha de aprobación del Tratado de Roma Art 3.Punto 2. En todas las actividades contempladas en el presente artículo, la Comunidad se fijará el objetivo de eliminar las desigualdades entre el hombre y la mujer y promover su igualdad.

Gráfico 6: Ganancia media anual por sexo y edad en 2009



Fuente: Encuesta de Estructura Salarial 2009. INE. Elaboración propia.

Gráfico 7: Ganancia media anual por sexo y edad en 2012



Fuente: Encuesta de Estructura Salarial 2009. INE. Elaboración propia.

Los salarios son más similares entre los sexos en los grupos jóvenes, iniciándose una divergencia a partir de los 30 años, que sólo vuelve a acercarse con la edad de la jubilación. La situación de mayor precariedad de las mujeres se corrobora al contemplar, en los dos años analizados, que se produce un incremento en

⁵ Desde 1978, fecha de la aprobación de la Constitución Española democrática.

la brecha salarial en lo que respecta a las ganancias entre mujeres y hombres, entre 2009 y 2012.

2.2. Indicadores de desigualdad de género

A pesar de los esfuerzos realizados por parte del estado⁵, reflejados en la aprobación de leyes e implementación de políticas de igualdad, la igualdad entre mujeres y hombres dista mucho de haberse conseguido. Mientras las mujeres sí que se han incorporado al rol público, los hombres no han realizado en la misma proporción su aterrizaje en el rol de cuidados. De ahí que se haya producido el fenómeno de la «doble jornada» (Friedan, 1983), o «doble presencia» (Balbo, 1994), suponiendo para las mujeres una sobrecarga importante. Esta realización de doble trabajo, tiene, sin duda alguna, consecuencias en la manera en que las mujeres se incorporan al mercado laboral. Por ello, su situación de precariedad se realza al estar en el mercado laboral pero también en el ámbito doméstico, situación que no hace más que reafirmar que la igualdad no se ha alcanzado todavía.

Excedencias por cuidados

La Ley 39/1999, de conciliación de la vida laboral y familiar de las personas trabajadoras, y la Ley 3/2007 de Igualdad entre mujeres y hombres contemplan, en su articulado, la posibilidad de abandono temporal del puesto de trabajo por cuidado de personas dependientes, bien sean niños/niñas o personas enfermas o ancianas.

Tabla 4
Excedencias por cuidados

	2005	2009	2012
Por cuidado de hijos/as			
% Mujeres	96,67	95,90	94,50
Por cuidado de familiares			
% Mujeres	84,47	85,51	85,22

Fuente: Mujeres en cifras. Instituto de la Mujer. Elaboración propia.

Son las mujeres las que toman mayoritariamente la excedencia aunque la ley posibilite que puedan ser ambos cónyuges los que pueden utilizarla. El hecho de que sea así responde a distintas lógicas, las mismas que llevan a que sean también las mujeres las que se decanten por solicitar la reducción de jornada por temas de cuidado (Izquierdo, 2013).

Los estereotipos construidos en torno al hombre/proveedor y la mujer/cuidadora siguen estando presentes y presionan para que, tanto en la vida pri-

vada como en la pública, se sigan cumpliendo salvo pena de ser considerado/a «diferente».

Usos del tiempo

Los estudios sobre usos del tiempo tienen una larga tradición en la investigación sociológica y se han convertido en una variable explicativa importante para comprender comportamientos sociales y sus diferencias entre distintos colectivos (Durán y Rogero, 2009; Fuente, 2007).

Tabla 5
Usos del tiempo por sexo

	Hombres		Mujeres	
	2003	2010	2003	2010
Cuidados personales	11h 24'	11h 33'	11h 21'	11h 26'
Trabajo doméstico y de cuidado	1h 30'	1h 54'	4h 24'	4h 7'
Estudios	0h42'	0h 39'	0h 43'	0h 39'
Trabajo remunerado	4h 4'	3h 25'	1h 57'	2h 9'
Tiempo libre	5h 20'	5h 23'	4h 26'	4h 32'

Fuente: Mujeres en cifras. Instituto de la Mujer. Elaboración propia.

El rol de hombre proveedor y el de mujer cuidadora, tantas veces señalados a lo largo del texto, se confirma una vez más: los hombres dedican el doble de tiempo al trabajo remunerado y las mujeres, a la inversa, dedican el doble de tiempo a las tareas del hogar y de cuidado. Si bien, y tal como se ha ido apuntando, los datos de la encuesta manifiestan ligeros cambios en los comportamientos, reflejo de las transformaciones que se están produciendo en la división sexual del trabajo.

El reparto diario en el uso del tiempo entre mujeres y hombres contrasta con las opiniones dadas por la población encuestada a la pregunta sobre cuál es su forma ideal de familia: el 68,8% responde que aquella en la que ambos miembros de la pareja se reparten el trabajo doméstico y el trabajo remunerado (CIS, 2011). La población joven, entre 18-34 años, supera en diez puntos dicha respuesta, por lo que, a nivel ideal por lo menos, su concepción de lo que debería ser la distribución del tiempo se presenta más igualitaria.

El tiempo libre también es desigualitario, registrando una evidente disposición de este tiempo diario para su uso personal e individual, fuera de los trabajos de producción y reproducción.

2.3. Percepción de la desigualdad

Tal y como describen una serie de indicadores con los cuales se ha pretendido dar cuenta de la situación de las transiciones a la vida adulta de las jóvenes

españolas, la desigualdad para ellas en este período vital queda contrastada. En el análisis de entrevistas que sigue, observamos cómo las jóvenes perciben las situaciones de desigualdad muy ligadas a los estudios y a los grados de emancipación y de formación de una familia. De este modo, la fase de estudios, sobre todo la ocasión de cursar estudios superiores, es vista como una oportunidad que contagia de igualdad otras representaciones. Más si cabe cuando la enuncian en contraste con el discurso de sus progenitores/as sobre la resignación vivida en épocas anteriores.

La entrada masiva en la universidad, junto a la apertura en el hogar en la elección de estudios va forjando esa imagen de igualdad para los y las jóvenes.

creo que ahora tenemos más posibilidades, más oportunidades para poder elegir lo que queremos, [...] porque en la época de mis padres pues, también era digamos una época difícil, bueno, después de la dictadura y todo eso, [...] tuvieron que digamos resignarse más a otro tipo de vida [E16: 26 años, Lda. Publicidad, trabaja y vive en casa]

La experiencia de la generación de sus padres y madres y el énfasis en las oportunidades educativas que a las y los jóvenes se les han ido brindado en los últimos años, calan como un regalo (Martí, Alcañiz y Querol, 2015) fruto de los esfuerzos de generaciones anteriores. Muchas de estas jóvenes han experimentado, en ciertos ámbitos de su vida, una libertad biográfica sin precedentes y la posibilidad de escoger entre estudiar o no, por un lado. Además, por otro lado, la falta de presión en la decisión de optar por unos u otros estudios ayuda a seguir destacando la posibilidad de elegir en función de los gustos y aptitudes de la persona.

has estudiado tal carrera por ser chica o has hecho tal cosas en la vida por ser mujer, creo que para nada, que no ha influenciado en mi caso ni en mi casa, ni en mis hermanas ni nada. [E23: 33 años, Lda. Políticas, trabaja fuera de España]

En este sentido, el mecanismo de generar aquí un alto grado de libertad de elección (Alonso y Fernández, 2013) provoca, a su vez, la idea de que las oportunidades son iguales para ellas que para ellos. La potencia de la actual recesión ha permitido diluir la percepción de un sexo socialmente más vulnerable. La percepción del fenómeno, en consecuencia, acaba resultando la visión de una profesión vinculada a la edad, un oficio – el hecho de ser precarios – propio de los/las jóvenes.

Hoy en día yo creo que estamos un poco, en profesiones de jóvenes de gente de mi edad que está buscando así para trabajos de fines de semana y demás, no. Creo que hay igualdad. [E4: 18 años, NI-NI]

Esta virtud de escoger un futuro a través de los estudios, de autorrealizarse a través de una profesión o de una carrera laboral vitalmente estimulante, se da

de bruces con un mercado laboral incapaz de aprovechar las capacidades de sus titulados/as (Aparici, 2004). Esta precariedad acaba cerrando, de golpe en muchos casos y en un contraste todavía más sangrante en relación a los datos expuestos más arriba, las oportunidades abiertas en la elección de estudios.

hice un máster en Microbiología, después de haberme ido al extranjero a hacer prácticas de ERASMUS. Volver aquí y intentas buscar un trabajo acorde a los estudios que tú has realizado, pero es prácticamente imposible [...] pues de momento intento trabajar en lo que sea [risa]. [E15: 27, Máster Microbiología, parada y vive en casa]

terminé la diplomatura de Turismo y entré en una agencia de viajes. Que ahí las salidas son o trabajar en hotel, o trabajar en agencias de viajes o hostelería. [...] y me quedé en hostelería, en Telepizza. [E20: 31 años, Grado Turismo, trabaja y vive en pareja]

De forma ideal, se construyen un trabajo modélico en el que se conjuguen las aspiraciones de realización familiar junto a las de una carrera profesional. Curiosamente, ese constructo ideal no queda muy cerca de nuestro país.

un trabajo bueno [...] en el que vemos que podemos cuidar bien a nuestra hija, pese a tener ese trabajo, porque tampoco se trata de tener un trabajo bueno y estar un montón de horas y tener a la niña aparcada, prefiero cobrar menos y estar con ella, entonces si él, si encontráramos la situación en Eslovaquia, la República Checa o en Ecuador, pues nos iríamos. [E18: 28 años, Lda. Música, trabaja, casada con hijos]

No obstante, esta concepción de las más jóvenes sobre una situación de igualdad en la precariedad se va modulando a medida que la transición a la vida adulta queda condicionada por la llegada de hijos/as o por un horizonte cercano con la posibilidad de tenerlos/as. Este hecho marca un nuevo sentido en sus discursos, y de un modo que parece correlacionar mejor los datos objetivos presentados anteriormente con una subjetividad que, en ciertas áreas de la vida cotidiana, descubre y desvela un mercado laboral nada conciliador con una vida más equilibrada con las necesidades familiares. Cabe destacar que estos discursos muestran cierta debilidad en tanto que se vinculan muy estrechamente a la percepción de necesidades concretas de conciliación. La investigación refleja la escasez de discursos ciertamente articulados en los que las jóvenes relacionen situaciones de desigualdad incardinadas en el mercado laboral en su amplitud y con sus variados efectos en la vida doméstica, en las relaciones de pareja, en la discontinuidad de sus carreras profesionales o, en suma, la acumulación de barreras que no permite romper con el fenómeno del 'techo de cristal'. Por el contrario, se circunscriben a las situaciones de inmediatez, en el momento en que «tengo que ir a trabajar y mi hija está enferma necesito que alguien se quede con ella. No

tengo margen para pagar eso, entonces...» [E18: 28 años, Lda. Música, trabaja, casada con hijos]

Además, se asume y naturaliza la existencia de una conciliación del trabajo y la familiar que no atañe a las políticas públicas. Ante situaciones precarias, los costes del cuidado de las hijas y hijos terminan siendo privados. Cuando ello no es posible o deseable, los efectos sobre la desigualdad para las madres que siguen asumiendo mayoritariamente el rol del cuidado son evidentes. La disyuntiva entre pagar por que cuiden a tu hija o reducir el número de horas reproduce y alimenta un círculo vicioso de temporalidad y precariedad, casi siempre adscrito a las mujeres.

En esta línea, encontramos enunciaciones sobre el panorama de aquellas jóvenes que son madres y cuyas situaciones laborales discurren en la precariedad. De nuevo, emergen desde la descripción más concreta, al tiempo que se acaba dando justificación a la situación por el mero hecho de tener hijos.

las madres... Pues algunas en el paro, otras en la azulejera de toda la vida, y... alguna en trabajos de estos complementarios al sueldo del marido, también por los hijos y todo eso. [E21: 34 años, estudios medios, parada, viven en pareja y con hijos]

Finalmente, el hecho de tener hijas e hijos se comporta como el causante de la inestabilidad laboral. Se asume la desigualdad de una forma natural, lejos de encontrar una percepción entre las jóvenes que articule mínimamente las situaciones que se vienen describiendo en la primera parte de este análisis. La precariedad que nos cuentan no se ve distinta para mujeres y hombres, como tampoco se denuncian las barreras a la conciliación como una falta de oportunidades en la carrera laboral de la mujer.

3. Conclusiones

Las mujeres jóvenes en España manifiestan una situación contradictoria entre, por una parte, una mayor cualificación educativa alcanzada, y una mayor precariedad laboral, consecuencia de la ocupación en empleos a tiempo parcial, temporales y con menor sueldo y, por otra, entre la anterior situación objetiva en su posición laboral y su percepción de que mujeres y hombres son iguales y tienen las mismas oportunidades. En definitiva, el objetivo político de la igualdad choca frontalmente con la lógica del mercado laboral neo-liberal.

La diferente, y desigual, situación de las mujeres en el mercado laboral se inicia en el sistema educativo, al producirse una segregación entre ramas y carreras masculinizadas y feminizadas en estudios secundarios y universitarios. El itinerario educativo por el que optan las mujeres, en la gran mayoría de casos, se relaciona con la enseñanza, la salud, los servicios sociales, administración y servicios personales.

A la existencia de un sistema educativo segregado por género, se une un mercado laboral desigualitario, flexible y precario, el cual afecta más a las mujeres, y una distribución asimétrica en lo que respecta a los roles de género, siendo las mujeres las más perjudicadas por su desempeño de la «doble jornada», manifestándose con claridad meridiana cuando las jóvenes son madres, acontecimiento que altera, en muchos casos, su trayectoria laboral. Son ellas las que, pese a que la legislación sobre conciliación de la vida laboral y familiar no especifique sexo, las que en mayor medida solicitan excedencias o reducción de jornada por cuidado lo cual repercute, posteriormente, en su vida laboral actual – menor promoción, menor salario – y futura – menor jubilación.

Si bien no existe actualmente una discriminación directa en cuanto a la incorporación de las mujeres al mercado laboral, siguen persistiendo en la sociedad española mecanismos indirectos de discriminación que se inician, en primer lugar, en el sistema educativo y que se reflejan, posteriormente, en ocupaciones feminizadas y masculinizadas; en segundo lugar, la persistencia de los roles de género tradicionales obliga a las mujeres a una mayor dedicación al cuidado y a las tareas domésticas contribuyendo a una alteración en su trayectoria laboral y a una divergencia en las trayectorias entre mujeres y hombres.

En suma, encontramos una distancia significativa entre la descripción – a través de los datos presentados en la primera parte – de las condiciones de acceso, de discriminación en el sueldo, la propia ausencia de políticas efectivas de conciliación, por un lado; frente a estas percepciones sobre su situación presente y futura.

Referencias

- Albert, Cecilia; Toharia, Luis; Davia, María (2008), «To find or not to find a first «significant» job», *Revista de Economía aplicada* 46, 37-59.
- Alcañiz, Mercedes (2013), «Estrategias de conciliación y segmentación social: la doble desigualdad», *Sociología. Problemas e Prácticas* 73, 35-58.
- Alonso, Luis Enrique (2000), *Trabajo y posmodernidad. El empleo débil*, Madrid, Fundamentos.
- Alonso, Luis Enrique; Fernández, Carlos J. (2013), *Los discursos del presente. Un análisis de los imaginarios sociales contemporáneos*, Madrid, Siglo XXI.
- Aparici, Artur (2004), *Seguimiento de las trayectorias ocupacionales de los titulados por las universidades Jaume I de Castellón, València (E.G.) y Alacant*, Castelló de la Plana, Publicacions de la Universitat Jaume I.
- Asián-Chaves, Rosario; Rodríguez, Vicente (2014), «Juventud y desigualdad entre hombres y mujeres en el mercado laboral», *Perspectivas económicas alternativas*, Valladolid, XIV Jornadas de Economía Crítica.
- Balbo, Laura (1994), «La doble presencia», in Cristina Borderías et al. (1994), *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*, Barcelona, Icari, 503-514.
- Becker, Gary (1987), *Tratado sobre la familia*, Madrid, Alianza.
- Benedicto, Jorge et al. (2014), *Transitar a la intemperie: jóvenes en busca de integración*, Madrid, INJUVE.

- Bourdieu, Pierre (1999), *Contrafuegos*, Madrid, Akal.
- Bradley, Harriet; Devadason, Ranji (2008), «Fractured Transitions: Young Adults' Pathways into Contemporary Labour Market», *Sociology* 42, 119-136.
- Brunet, Ignasi; Pizzi, Alejandro (2013), «La delimitación sociológica de la juventud», *Última década* 38, 11-36.
- Campillo, Inés (2010), «Políticas de conciliación de la vida laboral y familiar en los regímenes de bienestar mediterráneos: los casos de Italia y España», *Política y sociedad* 47(1), 189-213.
- Cano, Ernest (2000), *Precariedad laboral, flexibilidad y desregulación*, Germania, Valencia.
- Casaca, Sara F.; Damião, Sónia (2011), «Gender (In)equality in the labour market and the Southern European Welfare States», in Elisabetta Addis; Paloma de Villota; Florence Degavre; John Eriksen, *Gender and Well-being*, Londres, Ashgate, 183-200.
- Casaca, Sara F. (2012), *Mudanças laborais e relações de género*, Coimbra, Almedina.
- Casal, Joaquin *et al* (2006), «Itinerarios y trayectorias. Una perspectiva de la transición de la escuela al trabajo», *Trayectorias* 22, 9-23.
- Casal, Joaquin *et al* (2011), «Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventud», *Papers* 79, 21-48.
- Castel, Robert (1997), *La metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*, Buenos Aires, Paidós.
- Castel, Robert (1999), «Vulnerabilidad social, exclusión: la degradación de la condición salarial», in Jorge Carpio; Irene Novacovsky (comps.), *De igual a igual. El desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales*, Buenos Aires, FCE, 25-29.
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) (2007, 2008, 2009), *Sondeo sobre la juventud*, Madrid, CIS.
- Díaz Martínez, Capitolina; Dema Moreno, Sandra (2013), *Sociología y género*, Madrid, Tecnos.
- Durán, M^a Ángeles; Rogero, Jesús (2009), *La investigación sobre los usos del tiempo*, Madrid, CIS.
- Encuesta de Población Activa* (EPA), Instituto Nacional de Estadística, Madrid [en línea] disponible en www.ine.es [consultado en 04/05/2015].
- Erikson, Eric H. (1980), *Identidad, juventud y crisis*, Madrid, Taurus.
- Esping-Andersen, Gosta (1993), *Los tres estados del Estado de bienestar*, Valencia, Alfons el Magnànim.
- Estefanía, Joaquin (2012), *La economía del miedo*, Barcelona, Círculo de Lectores.
- European Commission (2014), *Tackling the gender pay gap in the European Union*, Luxemburgo, Direção Geral da Justiça.
- Eurostat (2015), *Labour Force Survey; Youth on the Move y European Quality of Life Survey* [en línea] disponible en <http://ec.europa.eu/eurostat> [consultado en 24/07/2015].
- Feixa, Carles (1998), *De jóvenes, bandas y tribus*, Barcelona, Ariel.
- Feixa, Carles (2001), *Generació & La joventut al segle XXI*, Barcelona, Observatori Catalá de la Joventut.
- Feixa, Carles (2014), *De la generación & a la generación #. La juventud en la era digital*, Barcelona, Ned Ediciones.
- Ferreira, Virginia; Monteiro, Rosa (2013), *Trabalho, igualdade e diálogo social. Estratégias e desafios de um percurso*, Lisboa, CITE.
- Ferreira, Vítor; Nunes, Cátia (2010), «Les trajectoires de passage à l'âge adulte», *Europe, Politiques sociales et familiales* 102, 21-38.
- Friedan, Betty (1983), *La segunda fase*, Barcelona, Plaza&Janés.
- De la Fuente, Miguel (dir.) (2007), *Usos del tiempo, estereotipos, valores y actitudes*, Madrid, Instituto de la Mujer.

- Furlong, Andy; Cartmel, Fred (1997), *Young people and social change*, Buckinghamshire, Open University Press.
- Furlong, Andy (ed.) (2013), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New perspectives and agendas*, Nueva York, Routledge.
- Gil Calvo, Enrique (2009), *Crisis crónica. La construcción social de la gran recesión*, Alianza, Madrid.
- Guerreiro, María das Dores; Abrantes, Pedro (2005), «Transiciones a la vida adulta en la era de la globalización, recorridos de incertidumbre», *Recerca. Revista de pensament i analisi* 5, 63-86.
- Harvey, David (2007), *Breve historia del neo-liberalismo*, Madrid, Akal.
- Ibáñez, Jesús (1992), *Más allá de la sociología: El grupo de discusión: teoría y crítica*, 3ª edición, Siglo XXI, México, D.F.
- Informe Foessa Precariedad y cohesión social* (2014), Madrid, Fundación Foessa, Cáritas.
- Instituto de la Juventud (2013), *Informe Juventud en España 2012*, Madrid.
- Instituto de la Mujer (2006), *Las mujeres jóvenes y el trabajo*, Madrid, Instituto de la Mujer, Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.
- Izquierdo, M^a Jesús (2013), «La socialización de género», in Capitolina Díaz e Sandra Dema, *Sociología y Género*, Madrid, Tecno, 65-86.
- Kovacs, Ilona (2005), *Flexibilidade e emprego. Riscos e oportunidades*, Oeiras, Celta.
- Leccardi, Carmen (2005), «Facing Uncertainty. Temporality and Biographies in the New century», *Young* 13(2), 123-146.
- Marti, Ana; Alcañiz, Mercedes; Querol, Vicent (2015), «Free, precarious and scammed. Representations and expectations of social intergenerational mobility of Spanish youth», Comunicação apresentada no Congresso *Journal of Youth Studies. Conference 2015*, Copenhague.
- Miguélez, Faustino (2004), «La flexibilidad laboral», *Trabajo. Revista de la Asociación estatal de Centros Universitarios de Relaciones laborales y Ciencias del Trabajo* 13, 17-36.
- Moreno, Almudena (coord.) (2012), *La transición de los jóvenes a la vida adulta. Crisis económica y emancipación tardía*, Barcelona, Obra Social La Caixa.
- Mujeres en cifras* (2014), Instituto de la mujer, [en línea] disponible en www.inmujer.es [consultado en 24/02/ 2014].
- Oliveira, Luisa (2011), «Formas atípicas de empleo juvenil na União Europeia», *Sociologia. Problemas e práticas* 66, 27-48.
- Ortí, Alfonso (1986), «La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: la entrevista abierta o semi-directa y la discusión de grupo», in Manuel García Ferrando; Jesús Ibáñez; Francisco Alvira (comp.), *El análisis de la realidad social. Métodos y técnicas de investigación*, Madrid, Alianza, 219-281.
- Otaegui, Amaia (2014), *El deterioro laboral de las mujeres como efecto de la crisis*, Madrid, Fundación 1º de Mayo.
- País, José Machado (2002), «A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse», *Saúde e Sociedade* 18(3), 371-381.
- Plantenga, Janneke; Remery, Chantal; Samek, Manuel (2013), *Starting fragile. Gender differences in the youth labour market*, Luxemburgo, Comissão Europeia, Direção Geral da Justiça.
- Prieto, Carlos; Ramos, Ramón; Callejo, Javier (coord.) (2008), *Nuevos tiempos del trabajo. Entre la flexibilidad competitiva de las empresas y las relaciones de género*, Madrid, CIS.
- Primer Informe sobre la Desigualdad en España* (2013), Madrid, Fundación Alternativas.
- Scott, Jacqueline; Crompton, Rosemary; Lyonette, Claire (eds.) (2010), *Gender inequalities in the 21st century. New barriers and continuing constraints*, Cheltenham, Edward Elgar.

- Sennett, Richard (2001), *La corrosión del carácter*, Barcelona, Anagrama.
- Standing, Guy (2013), *El precariado. Una nueva clase social*, Barcelona, Pasado&Presente.
- Stiglitz, Joseph E. (2010), *Caida libre*, Madrid, Taurus.
- Stiglitz, Joseph E. (2002), *El malestar en la globalización*, Barcelona, Círculo de Lectores.
- Stratigaki, Maria (2004), «The cooptation of Gender concepts in the European Union Policies: the case of Reconciliation of work and family», *Social Politics* 11(1), 30-56.
- Torns, Teresa; Carrasquer, Pilar (2007), «Cultura de la precariedad: conceptualización, pautas y dimensiones. Una aproximación desde la perspectiva del género», *Sociedad y Utopía, Revista de Ciencias Sociales* 29, 139-156.
- Torns, Teresa (2011), «Las mujeres y el empleo en España. ¿Un futuro venturoso?», *Retos y oportunidades para la igualdad de género*, Madrid, FOREM, 29-50.
- Torns, Teresa; Recio, Carolina (2012), «Las desigualdades de género en el Mercado de trabajo: entre la continuidad y la transformación», *Revista de Economía Crítica* 14, 178-208.
- Webb, Janette (2010), «Gender and the post-industrialism shift», in Jacqueline Scott; Rosemary Crompton; Calre Lyonette, *Gender Inequalities in the 21st century: new barriers and continuing constraints*, Cheltenham, Edward Elgar, 85-108.
- Yuval-Davis, Nira (2006), «Intersectionality and Feminist Politics», *European Journal of Women's Studies* 13(3), 193-209.

Mercedes Alcañiz. Profesora titular de sociología y Directora de la Unidad de Igualdad de la Universidad Jaume I de Castellón. España. moscardo@uji.es

Vicent Querol. Profesor de sociología en la UJI. Imparte docencia en Turismo y Publicidad. Sus áreas de interés son la juventud, ocio, turismo, el desarrollo rural o el uso de las TIC en jóvenes y mayores. vquerol@uji.es

Ana Martí. Socióloga y profesora de sociología de la Universidad Jaume I. Doctora por esta misma universidad. Principales líneas de investigación y publicaciones: la sociología del género y los estudios de juventud. marti@uji.es

Dept. Filosofía y Sociología. Facultad de Ciencias Humanas y Sociales. Av. Sos Baynat s/n. 12071 Castellón. España

Artigo recebido em 29 de março de 2015 e aceite para publicação em 15 de setembro de 2015.

ANEXO
Perfiles de los y las entrevistadas

DE 16 A 24 AÑOS					
Número entrevista	Sexo	Edad	Nivel educativo	Situación laboral	Situación de convivencia
1	M	17	1º Bachiller	Estudiante	Padre/Madre
2	M	22	4º Magisterio	Estudiante	Padre
3	H	18	1º Bachiller	Estudiante	Padre/Madre
4	M	18		NI-NI	Madre
5	H	23	Estudiante graduado	NI-NI	Madre
6	H	24	Modulo formativo	Parado	Tíos
7	H	27	ESO	Parado	Padre/Madre
8	M	20	1º Ingeniería	Estudiante	Padre/Madre
9	M	22	1º Turismo	Estudiante	Madre
10	H	20	3º Periodismo	Estudiante	Padre/Madre
11	M	29	Superiores	Parada	Padre/Madre
12	H	21	Bachiller	Activo	Independiente

DE 25 A 34 AÑOS					
Número entrevista	Sexo	Edad	Nivel educativo	Situación laboral	Situación de convivencia
13	H	25	Superiores	Parado	Padre/Madre
14	H	29	Máster	Parado	Padre
15	M	27	Máster	Parada	Padre/Madre
16	M	26	Superiores	Activa	Padre/Madre
17	M	31	Superiores	Activa	Independiente
18	M	28	Superiores	Activa TP	Pareja Hijos/as
19	M	34	Superiores	Activa TP	Pareja Hijos/as
20	M	31	Superiores	Activa	Pareja
21	M	34	Módulo formativo	Parada	Pareja Hijos/as
22	M	34	Superiores	Activa (Autoempleada)	Pareja
23	M	33	Superiores	Activa	Independiente
24	H	33	Primarios	Parado	Pareja Hijos/as
25	M	33	Doctorado	Activa (Autoempleada)	Independiente

Fuente: Mujeres en cifras. Instituto de la Mujer. Elaboración propia.

Estudos e Ensaaios

PRESERVANDO A RELAÇÃO COM OS/AS DESCENDENTES MENORES: PADRÕES DE COMUNICAÇÃO NA MATERNIDADE E PATERNIDADE EM RECLUSÃO

Catarina Vieira, Luísa Saavedra e Alexandra M. Araújo

Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Portugal
Instituto de Educação, Universidade do Minho, Portugal

Resumo

Tendo em conta o elevado número de pais e mães em reclusão e comprovada a importância da comunicação entre progenitores/as em reclusão e seus/suas descendentes, o presente estudo visou avaliar a frequência de comunicação estabelecida entre pais e mães em reclusão e seus/suas descendentes menores, a percepção da qualidade da relação e a competência parental percebida por parte destas figuras. Foi administrado um questionário, construído para o efeito deste estudo, a 100 mães e 100 pais a cumprirem pena prisional. Para além dos maiores obstáculos enfrentados pelas mães devido à maior distância geográfica dos descendentes, os resultados registam, também, diferenças relativas aos papéis socialmente atribuídos à maternidade e paternidade.

Palavras-chave: pais/mães encarcerados, obstáculos à comunicação, qualidade da relação percebida, competência parental percebida, visitas prisionais.

Abstract

Preserving the relationship with children: patterns of communication in motherhood and fatherhood in reclusion

Given the high number of incarcerated fathers and mothers and the proven importance of communication between parents in reclusion and their descendants, the present study aimed to assess the frequency of communication between fathers and mothers in prison and their minor offspring, the perception of quality in the relationship and perceived parental competence, by these figures. A questionnaire constructed for the purposes of this study was administered to 100 mothers and 100 fathers with a prison sentence. In addition to the major obstacles faced by mothers due to the increased geographical distance of their descendants, results also suggested differences concerning the socially assigned roles of motherhood and fatherhood.

Keywords: incarcerated parents, obstacles to communication, perceived quality in relationship, perceived parental competence, prison visits.

Resumen

Preservación de la relación con los descendientes menores: patrones de comunicación en la maternidad y la paternidad en reclusión

Dado el elevado número de padres y madres encarcerados y comprobada la importancia de la comunicación entre los padres y madres en la prisión y sus descendientes, el presente estudio tuvo como objetivo evaluar la frecuencia de la comunicación que se establece entre padres y madres en la cárcel y su descendencia menor, la percepción de calidad de la relación y competencia parental percibida por estos padres y madres. Se administró un cuestionario, construido para el estudio, a 100 madres y 100 padres a cumplir pena de prisión. Además de los principales obstáculos que enfrentan las madres debido al aumento de la distancia geográfica de los descendientes los resultados también

presentan diferencias a respecto de las funciones socialmente asignadas de la maternidad y la paternidad.

Palabras-clave: los padres/madres encarcelados, los obstáculos de comunicación, la percepción de calidad, relación de competencia parental percibida, visitas a las cárceles.

Introdução

Dados do Centro Internacional de Estudos Prisionais revelam que a população reclusa tem vindo a crescer consideravelmente, em todo o mundo, ao longo das últimas décadas. As mulheres representam uma minoria quando comparadas com os homens, ainda que a sua prevalência carcerária tenha, igualmente, aumentado ao longo dos anos (Walmsley, 2013). Ora, este acréscimo da população encarcerada, entre outras implicações, resulta num inequívoco aumento do número de pais e mães em prisão (Mumola, 2000; Glaze e Maruschak, 2008), bem como do número de filhos e filhas com, pelo menos, um/a dos/as progenitores/as detidos (Murray, Farrington, Sekol e Olsen, 2009). Dados da *The Quaker Council for European Affairs* (2007) indicam que a percentagem de mães encarceradas em 2005 rondava os 57.7% na Dinamarca, 75.6% na Grécia, e 81.9% em Espanha. Em contrapartida, nos Estados Unidos da América a percentagens de pais encarcerados era de 92%, em 2007, e em Portugal, no ano de 2005, estimava-se que 15,895 crianças tivessem o pai em reclusão e 1,196 crianças a mãe na mesma situação (Rosenberg, 2009).

Como a atribuição geral das funções parentais recai essencialmente nas mulheres, estas, quando em reclusão, recebem mais atenção por parte da investigação, comparativamente com o que ocorre para os homens. No entanto, dado a importância cada vez maior que a figura paterna vem ocupando na realidade internacional (Wall, 2010; Glauber e Gozjolko, 2011) e portuguesa (Aboim, 2010) é essencial que, também em meio privativo de liberdade, estas figuras sejam tidas em conta (Magaletta e Herbst, 2001; Rosenberg, 2009; Machado e Granja, 2013). Assim, pelo bem das crianças e, a longo prazo, para bem da sociedade, importa estimular investigação que possa vir a contribuir para mudanças nas políticas e nas práticas, sem descurar todo o cuidado às mães reclusas e às crianças que vivem extramuros ou em confinamento com elas. É de salientar que na maior parte dos países em que está prevista a possível vivência de uma criança com o pai recluso (em Portugal esta possibilidade é estipulada pela Lei n.º 115/2009), essa situação não se tem verificado até ao momento, ao contrário do que acontece com as mães, na maior parte dos países (Rosenberg, 2009; Machado e Granja, 2013).

Este duplo-padrão de género (Rosenberg, 2009), relativamente aos pais e mãe reclusas, parece reforçar normas que fora do contexto prisional são, atualmente, questionadas (Glauber e Gozjolko, 2011; Machado e Granja, 2013). É certo que historicamente se espera que a mulher concretize a maternidade e que seja

afetuosa, carinhosa e terna, assegurando o papel de principal cuidadora das suas crianças (e.g., Rich, 1976; Badinter, 1985). No entanto, a velha figura do homem como provedor do lar tem sido destituída pela paridade conjugal e pelo questionamento das masculinidades tradicionais, dando origem uma figura parental cada vez mais participativa e afetiva no âmbito familiar (Wall, Aboim e Marinho, 2007; Collier e Sheldon, 2008). Mas se estes estereótipos estão em desconstrução na sociedade (Aboim, 2010; Glauber e Gozjolko, 2011), importa que sejam também implementados com aqueles e aquelas que se encontram socialmente segregados na prisão.

Efetivamente, as investigações internacionais têm demonstrado a importância das relações parentais, que amenizam as potenciais consequências negativas inerentes à reclusão para ambas as partes, isto é, progenitores/as e descendentes (Novais, Ferreira e Santos, 2006). Como principais implicações perniciosas para os homens detidos e mulheres detidas refira-se uma total transformação do quotidiano (e.g., cumprimento das políticas e regras prisionais), a privação da liberdade e, em muitos casos, a separação dos/as filhos/as menores (Snyder, Carlo e Coats, 2001). Por seu turno, os/as filhos/as dos/as reclusos/as são frequentemente sujeitos a alterações de residência e de estabelecimento de ensino, modificações na estrutura familiar e cuidados de que são alvo (Miller, 2006; Geller, Garfinkel, Cooper e Mincy, 2009), dificuldades económicas, já que muitos dos membros detidos asseguravam o sustento da família (Cunningham e Baker, 2003; Chui, 2010) e estigmatização e discriminação, sobretudo no contexto escolar (Chui, 2010; Dallaire, Ciccone e Wilson, 2010; Philips e Gates, 2011), resultando em fraco desempenho académico, problemas de comportamento e delinquência juvenil (Maldonado, 2006).

Em contrapartida, o contacto regular com as/os progenitoras/es poderá revelar-se um fator de proteção para o bem-estar psíquico de ambas as partes, com evidentes benefícios sociais (Maldonado, 2006; Snyder *et al.*, 2001). Assim, estudos prévios sugerem que indivíduos que mantêm uma relação próxima com as/os suas/seus descendentes, durante a reclusão, têm menores dificuldades de adaptação à vida prisional (Lanier, 1993), menos problemas comportamentais durante o cumprimento da pena (Tebo, 2006), menos dificuldades na reintegração social, aquando da saída em liberdade, menores índices de sintomatologia psicopatológica (e.g., depressão, ansiedade) no decorrer da pena (Lanier, 1993) e menor propensão a reincidir no crime (Maldonado, 2006). A relação e comunicação frequente ajuda, igualmente, as/os menores a ultrapassar as dificuldades da separação (Tuerk e Loper, 2006) e a lidar com as dificuldades suprarreferidas.

As visitas, telefonemas e correspondência são as três modalidades de comunicação previstas entre prisioneiros e o exterior (Magaletta e Herbst, 2001). Cada uma delas apresenta vantagens e restrições de determinada ordem, que importa clarificar. Assim, se as visitas são a única forma de relação que possibilita aos intervenientes o contacto físico (Folk, Nichols, Dallaire e Loper, 2012),

requerem um maior dispêndio de tempo e de recursos financeiros para as/os visitantes que, por norma, enfrentam já dificuldades financeiras. Por outro lado, para uma criança, o ambiente que se faz sentir em toda a esfera prisional, aquando da sua visita ao progenitor/a, nem sempre é o mais adequado (Folk *et al.*, 2012). Além disso, existem restrições numéricas e temporais às visitas. Em Portugal, o Regulamento Geral dos Serviços Prisionais consubstancia que a população prisional poderá beneficiar de duas visitas semanais, com a duração máxima de uma hora cada, e poderá receber, no máximo, três pessoas, não sendo este limite abrangente a crianças com idade inferior a três anos (Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril).

Por seu turno, os telefonemas permitem que as figuras parentais se mantenham a par e participem do quotidiano da sua prole, ainda que não os possam ver ou tocar. Esta estratégia comunicacional traz a vantagem de um custo monetário inferior (em comparação às visitas) e da sua abrangência a crianças de quase todas as faixas etárias (Tuerk e Loper, 2006; Folk *et al.*, 2012). Por outro lado, às chamadas telefónicas é imposto um limite temporal, que em Portugal se define na possibilidade de efetuar duas chamadas telefónicas diárias, com a duração máxima de cinco minutos cada. Salienta-se que a população prisional poderá fazer, mas não receber, telefonemas (Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril).

Por sua vez, a correspondência é uma forma de comunicação indireta (Folk *et al.*, 2012), monetariamente mais acessível, e na qual não estão envolvidos condicionamentos temporais e de frequência, quer a nível do envio, quer ao nível da receção, permitindo ainda que o destinatário guarde e releia este documento no futuro (Tuerk e Loper, 2006). Em Portugal, não está estabelecido um limite máximo diário de envio e/ou receção de correspondência por parte do/a prisioneiro/a (Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril).

São poucos os estudos que comparam homens e mulheres reclusos ao nível da frequência e qualidade de comunicação com as/os filhas/os menores e os resultados nem sempre são coincidentes. Alguns estudos anglo-saxónicos demonstraram que pais reclusos têm menores níveis de contacto com os/as filhos/as menores, do que as mães (Glaze e Maruschak, 2008; Loper, Carlson, Levitt e Scheffel, 2009) e outras investigações indicaram que, quer homens, quer mulheres contactam com relativa frequência com as/os filhas/os menores e, ainda, que ambos têm percepções muito positivas dessa relação (Lee, Sansone, Swanson e Tatum, 2012; Mignon e Ransford, 2012; Swanson, Lee, Sansone e Tatum, 2012).

À exceção de poucos estudos de âmbito nacional (Cunha, 1994; Serras e Pires, 2004), são escassos os trabalhos nesta área, especialmente se tivermos em conta a inclusão das figuras masculinas, com algumas recentes exceções (Granja, Cunha e Machado, 2013; Machado e Granja, 2013). Assim, com este trabalho procura-se, por um lado, alargar o conhecimento na área, nomeadamente relativamente aos pais reclusos. Por outro lado, espera-se lançar um desafio às políticas prisionais na promoção da igualdade de género relativamente às práticas parentais. Para tal, o presente estudo tem como principal objetivo comparar padrões de

comunicação e competência parental percebida entre reclusos e reclusas. Para o efeito, levantaram-se as seguintes questões de investigação: (i) Com quem viviam e vivem atualmente as/os menores; (ii) Qual o tipo de comunicação mais utilizada entre a população reclusa e suas/seus descendentes e qual a preferida; (iii) Quais os maiores obstáculos à comunicação e contacto; (iv) Qual a qualidade percebida da relação, prévia e atual à reclusão, com os/as filhos/as menores; e (v) Qual o nível de competência parental percebida e, nomeadamente, se a frequência de comunicação interfere com a perceção de eficácia parental.

Participantes

A amostra deste estudo, constituída por conveniência, foi recolhida em quatro Estabelecimentos Prisionais (E.P.) do Distrito Judicial do Porto (um estabelecimento feminino e três masculinos), e incluiu 200 reclusos/as, fazendo-se constituir por 50% homens e 50% mulheres, com idades compreendidas entre os 19 e os 59 anos de idade ($M = 35.34$, $DP = 7.73$). O tempo de condenação destes/as oscilava entre os 2 e os 276 meses ($M = 82.34$, $DP = 54.09$). No que diz respeito ao número de menores, cada recluso tinha em média 2 menores ($DP = 1.19$), num total de 393, variando este número, por recluso/a, entre 1 e 8. Por seu turno, a idade dos menores variava entre os 0.25 e os 17 anos, sendo a média de 9 anos de idade ($DP = 4.65$).

No que concerne ao estado civil, a maioria (30.5%) vive em união de facto, seguido dos/as solteiros/as (26.5%) e igual percentagem de casados/as e divorciados/as (20.5%). Restam 2% de pessoas viúvas. A maioria da população que participou no estudo era caucasiana e apenas três participantes eram de origem africana.

Em concordância com resultados de outros estudos (e. g. Wacquant, 2004), trata-se de uma população pouco escolarizada, apresentando a maioria (31%) o 2º ciclo do ensino básico, seguido de 28% com o 1º ciclo. Em pontos extremos, refira-se a inclusão de 9% de pessoas sem literacia, 15% com o ensino secundário e 1.5% com ensino superior.

Tomaram-se como critérios de inclusão na amostra que cada sujeito: fosse homem ou mulher com condenação; tivesse, pelo menos, um/a filho/a menor de idade; que habitasse no exterior do estabelecimento prisional; fosse de nacionalidade portuguesa e participasse voluntariamente na investigação. Esta amostra representa 1.52% do total de população encarcerada

Recolha dos dados

Foi construído um questionário para o efeito deste estudo, atendendo aos objetivos e questões de investigação e à revisão bibliográfica da área. O questionário

nário foi composto por um total de 26 questões de resposta fechada, de escolha múltipla com categorias mutuamente exclusivas. Um primeiro conjunto de questões pretendia fazer a caracterização sociodemográfica do/a participante (e.g. sexo, idade, raça/etnia, nível de escolaridade), bem como a constituição da família (e.g. número de filhos/as, sexo, idade). Um segundo conjunto de questões avaliava: o tipo e frequência de comunicação entre o/a recluso/a e os filhos/as menores; a forma de comunicação preferencial e a sua importância percebida para a manutenção da relação; a qualidade percebida desta relação na atualidade e previamente à reclusão; a existência, ou não, de obstáculos à comunicação entre progenitura e descendência; a situação atual de residência dos/as menores, bem como a qualidade percebida da relação do/a progenitor/a com o atual cuidador dos/as filhos/as menores; e a competência percebida face à parentalidade.

Este questionário foi administrado individualmente através de participação voluntária, após esclarecimento sobre os objetivos do estudo e assinatura da declaração de consentimento informado onde se assegurava o anonimato dos dados. Os dados foram estatisticamente tratados com recurso ao software IBM SPSS, versão 20.

Os resultados serão apresentados pela mesma ordem das questões de investigação.

Com quem viviam e vivem atualmente os/as menores

No que diz respeito à primeira questão deste estudo («*Com quem vivem atualmente os seus filhos/as menores?*») aferiu-se que a generalidade das pessoas participantes vivia com as/os descendentes antes da reclusão, ainda que tal se verifique maioritariamente no caso das mulheres (86%). Atualmente, estas crianças e jovens vivem, na sua maioria (47.5%), com o/a progenitor/a não recluso/a. Contudo, são de salientar diferenças significativas do ponto de vista do sexo. Assim, se por um lado 80% dos reclusos apontam as mães enquanto atuais cuidadoras, as reclusas, por seu turno, designam com maior frequência (45%) os/as avôs/avós como cumprindo este papel, em detrimento dos pais (15%). Na verdade, as mães reclusas recorrem mais frequentemente às figuras familiares para além dos avós (25%) do que os pais (4%).

Tipo de comunicação mais frequente

Neste ponto os dados irão detalhar, quer a tipologia de comunicação efetivamente realizada, quer a tipologia preferencial. Assim, quanto à forma de comunicação mais frequentemente usada entre a população encarcerada e suas crianças e adolescentes menores (em que o nível de frequência variava entre o

«nunca», «entre 1 a 11 vezes por mês», «pelo menos 1 vez por mês», «pelo menos 1 vez por semana» e «todos ou quase todos os dias») destacam-se os telefonemas, em primeiro lugar (76% todos os dias ou quase), seguidos das visitas (pelo menos 35.5% 1 vez por semana e 27% pelo menos 1 vez por mês) e, finalmente, as cartas (21% pelo menos 1 vez por mês).

Assim, e ainda que a correspondência seja a forma de comunicação menos usada pelos detidos e detidas, há que salvaguardar a existência de diferenças significativas entre homens e mulheres a este nível, sendo que estas enviam correspondência às/aos suas/seus filhas/os com maior frequência ($U = 3104.00, p \leq .001$) e tendem, também, a receber com maior regularidade correspondência ($U = 4222.00, p = .054$). A explicação para a menor utilização deste tipo de comunicação poderá estar relacionada com o baixo nível de literacia dos/as reclusos/as, observando-se que 45% do total de participantes nunca enviou uma carta aos menores e também devido a uma tendência geral da população para cada vez menos recorrer a este meio.

Relativamente aos telefonemas, a maioria das mães (76%) e dos pais (69%) contacta telefonicamente os/as filhos/as com frequência diária ou quase diária e recebe visitas semanais em 35% dos casos. E embora a percentagem das mães (24%) seja inferior à dos pais (30%), estas diferenças que não são estatisticamente significativas. De salientar ainda que 21% das mães e 18% dos pais nunca recebem visitas dos/as seus/suas descendentes.

Embora os telefonemas sejam a comunicação mais frequente, a preferência de contacto recai sobre a visita (79% para as mães e 78% para os pais), sendo a percentagem desta preferência equivalente tanto para homens como para mulheres. As visitas são um meio de colmatar, quer o isolamento familiar, quer de quebrar a rotina que caracteriza o ambiente prisional (Goffman, 1961). Ao mesmo tempo, tal como indica o trabalho de Rafaela Granja, Manuela Cunha e Helena Machado (2013) a reclusão pode reconfigurar as relações sobretudo com a figura paterna, pois os homens passam a ter a disponibilidade que, muitas vezes, não possuíam no exterior. Neste quadro de preferências apenas 2% de reclusos-pais referiram a correspondência como preferencial.

No que diz respeito ao desejo de comunicar com maior frequência com as/os descendentes menores, 95% das mães e 87% dos pais salientarem a vontade por uma comunicação mais intensa. Importa referir, ainda, que a totalidade da amostra considerou importante o contacto dos reclusos com as/os filhas/os. A teoria acerca do impacto positivo do suporte social (Sarason, Levine, Basham, e Sarason, 1983; Cohen e Wills, 1985; Cutrona, Cole, Colangelo, Assouline, e Russel, 1994) poderá ajudar na compreensão destes dados. Homens e mulheres necessitam e recorrem ao suporte das/os filhas/os, nesta situação de crise e potencialmente causadora de desajustamento psicológico, que representa a pena privativa de liberdade. A percepção de suporte social constitui-se, assim, como um atenuador da vivência de ansiedade e de stress, sendo igualmente vista como um potenciador do ajustamento psicológico e promotor do bem-estar geral do indiví-

duo. Este suporte terá efeitos positivos na manutenção do ajustamento psicológico destes reclusos/as, com um potencial impacto positivo numa futura reintegração na vida social e laboral ativa, após a reclusão.

Obstáculos à comunicação

Para a avaliação de obstáculos à comunicação foram dadas como possibilidade de resposta as dificuldades económicas, as políticas prisionais, a distância geográfica, a má relação com o atual cuidador e outros obstáculos. Avaliou-se, ainda, a inexistência de obstáculos. O valor mais elevado (40.5%) recaiu sobre as «políticas prisionais», ainda que esta percentagem seja maior no caso das reclusas (53%), do que no caso dos homens (28%). Tal poderá ser explicado por uma maior rigidez no cumprimento do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril) no E.P. para mulheres, resultando num máximo de duas chamadas diárias, com a duração máxima de 5 minutos cada.

Em contrapartida, em dois dos restantes E.P. masculinos não eram cumpridas tais normas. Nestes EPs houve um número representativo (17%) de participantes a declarar a inexistência de obstáculos, nomeadamente a flexibilidade nas comunicações telefónicas diárias.

Ainda no que diz respeito aos obstáculos, é de salientar a importância da distância geográfica, particularmente visível no caso das mulheres reclusas. Verifica-se uma associação significativa entre a frequência de visitas que as reclusas recebem e o facto de residirem, ou não, no mesmo distrito do E.P. ($\chi^2(3) = 22.06, p \leq .001$). Enquanto para aquelas que residem no mesmo distrito do E.P., a maioria (60%) recebe visitas dos/as filhos/as menores pelo menos uma vez por semana, das que residem num distrito diferente do E.P., a maioria (30.8%) recebe visitas destes entre uma a onze vezes por ano. Em contrapartida, estes fatores não estão relacionados no caso dos homens ($\chi^2(3) = 5.67, p = .13$). Tal poderá justificar-se pelo facto das prisões femininas existirem em número manifestamente inferior aos E.P. masculinos (um no Norte, outro no Centro-Sul e outro no Sul do País), implicando uma maior distância a ser percorrida e conseqüentemente, um maior gasto financeiro, para famílias que, por norma, enfrentam já dificuldades financeiras (Snyder *et al.*, 2001; Glaze e Maruschak, 2008; Mignon e Ransford, 2012). Assim, e tal como acontece em outros países, as mães sendo as principais cuidadoras dos menores antes da reclusão (como também se verifica neste estudo) acabam por ser as mais prejudicadas quando se trata de manter uma relação pessoal com estes/as descendentes, o que acarreta desvantagens emocionais tanto para elas como para as crianças e adolescentes, como indica a literatura da especialidade (Bayes, 2007; QCEA, 2007; Robertson, 2008).

Qualidade da relação percebida, prévia e atual, com os/as filhos/as menores

Avaliou-se, igualmente, a percepção da qualidade da relação com os/as filhos/as menores numa escala de «muito boa» a «muito má», em três vertentes: antes da reclusão, na atualidade e com o atual cuidador. A avaliação desta última dimensão foi considerada relevante, pelo poder destas figuras em facilitar ou dificultar a comunicação e pelas imagens que transferem sobre as figuras parentais.

No que diz respeito ao momento antes da reclusão, salienta-se que foram encontradas diferenças significativas entre homens e mulheres ($U = 3992.0, p = .011$): as reclusas apresentam uma percepção da qualidade da relação superior, numa fase prévia à reclusão (muito boa – 82% e boa – 10%), do que os reclusos (muito boa – 64% e boa – 31%). Quanto à qualidade da relação atual não foram encontradas diferenças entre os sexos.

Comparando, contudo, a qualidade da relação dos/as reclusos/as com os/as descendentes menores, antes e durante a reclusão, verificou-se a presença de diferenças significativas ($Z = -4.56, p \leq .001$). Desta forma, a qualidade da relação percebida por mães e pais relativamente aos/às menores, durante a reclusão ($M = 3.45, DP = .86$) é inferior à qualidade percebida desta relação antes da reclusão ($M = 3.70, DP = .56$). Esta diferença verificou-se tanto no caso das mulheres ($Z = -3.31, p = .001$), como no caso dos homens ($Z = -3.18, p = .001$).

No que diz respeito à qualidade da relação com a figura cuidadora atual dos/as descendentes, verificou-se que, na maioria dos casos (54%), esta é uma relação «muito boa». Todavia, parecem existir diferenças significativas entre reclusos e reclusas a este nível, sendo que as mulheres apresentam uma percepção de qualidade da relação superior com os/as atuais cuidadores/as dos/as descendentes ($U = 3960.5, p = .046$), do que os homens.

Competência parental percebida

A competência parental atual percebida («sente-se um bom pai/uma boa mãe?») de cada um/a dos/as reclusos/as foi bastante positiva e não foram verificadas diferenças entre homens e mulheres a este nível ($U = 4586.5, p = .17$).

Verificou-se a presença de uma correlação positiva marginalmente significativa entre a frequência de telefonemas feitos pelas reclusas aos/às filhos/as e a percepção de competência parental destas ($r_s = .17, p = .09$). O mesmo se verificou no que se refere às visitas recebidas por estas ($r_s = .18, p = .07$), de forma que uma maior frequência de visitas recebidas dos/as filhos/as menores tende a associar-se a uma maior percepção de eficácia parental. Constatou-se, também, uma correlação positiva significativa entre a frequência de correspondência enviada, pelas reclusas, aos/às descendentes e a percepção de eficácia parental destas ($r_s = .21, p = .04$). Relativamente aos homens, apurou-se que a percepção de competência parental destes não foi associada aos telefonemas feitos aos/às filhos/as menores ($r_s =$

.10, $p = .32$), às visitas recebidas ($r_s = .16$, $p = .11$) ou à correspondência enviada ($r_s = .14$, $p = .18$), parecendo indicar que para estes outras dimensões não comunicacionais permitem apoiar a percepção de eficácia.

As visitas constituíram-se, neste estudo, como a forma de comunicação preferencial para homens e mulheres tendo ambos manifestado desejo de uma comunicação mais frequente salientando-se, assim, o papel essencial destas relações em contexto prisional.

Conclusão

O Sistema Penal nacional visa a reabilitação e reeducação do/a recluso/a, a sua reinserção bem-sucedida na sociedade e a inexistência de reincidência no crime (Rodrigues, 2002). Neste sentido, a manutenção das relações parentais previamente existentes são de potenciar com vista não só à atenuação dos potenciais efeitos nocivos da separação para ambas as partes, mas também com vista à futura integração social.

Assim, apesar de se verificar uma alteração do modelo tradicional de paternidade e um maior envolvimento da figura masculina na vida doméstica e parental em Portugal (Aboim, 2010), algumas assimetrias de género e definições tradicionais do papel do pai e da mãe ainda se verificam neste estudo. Estas marcas de género parecem mais evidentes no período anterior à reclusão, vivendo as mulheres consideravelmente mais do que os homens com a sua descendência e revelando uma maior percepção de uma boa relação em período anterior à mesma. Outra das diferenças encontrada é a maior dificuldade das mulheres em receberem visitas, quando se encontram a grande distância dos/as seus/suas descendentes e, talvez esta distância explique a maior frequência das mães em escreverem e receberem cartas dos seus filhos ou filhas, como forma de colmatar e diminuir a separação.

No que toca a simetrias, tanto pais como mães evidenciam o desejo de aumentar a comunicação com os/as descendentes no período de reclusão, talvez porque, como indica o trabalho de Rafaela Granja, Manuela Cunha e Helena Machado (2013), os pais tendem a dar um novo significado a paternidade mais próximos dos afetos e da relação.

Verificando-se neste estudo que as crianças vivem mais frequentemente com mães antes destas serem privadas de liberdade e, como tal, as suas rotinas são mais duramente alteradas pela sua reclusão (QCEA, 2007), é também verdade que alguns estudos indicam que os homens das classes sociais mais desfavorecidas investem cada vez mais na paternidade para além da dimensão económica, nomeadamente em vertentes sociais e relacionais (Nelson, 2004; Granja, Cunha e Machado, 2013).

Tendo sido as políticas prisionais apontadas pelos/as reclusos/as como o principal obstáculo à comunicação entre ambas as partes, importa repensar algumas modificações que promovam a qualidade da relação entre as pessoas reclusas

das e descendentes. Uma dessas medidas passaria pela flexibilizando da legislação para que a comunicação telefónica possa ser agilizada, mais frequente e com duração mais alargada. Alguns países facilitam a comunicação por videoconferência, o que seria um meio interessante para diminuir as distâncias físicas reais (Magaletta e Herbst, 2001). Este caso seria especialmente importante para as mães que se encontram mais distantes. Por outro lado, importa tornar as salas de visita em espaços mais agradáveis, acolhedores e adequados, possibilitando a interação num contexto lúdico (Magaletta e Herbst, 2001), tendo em conta que atualmente as prisões portuguesas parecem levar em pouca consideração as visitas das crianças (QCEA, 2007).

Salienta-se, por fim, que em alguns países, como Austrália (Dawson, Jackson e Nyamathi, 2012) e E. U. A. (Scott, 1998) são conduzidos programas destinados a reclusos/as com crianças e jovens menores, de forma a dotarem-nos/as de competências parentais mais eficazes. Alguns destes programas incluem a participação das próprias crianças e jovens da população reclusa, para que sentimentos mais negativos possam ser expressos, permitindo laços mais equilibrados de parte a parte (Scott, 1998).

Bibliografia

- Aboim, Sofia (2010), «Género, família e mudança em Portugal», in Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (org.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 39-66.
- Badinter, Elisabeth (1985), *Um amor conquistado: O mito do amor materno*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Bayes, Shawn (2008), «Acknowledging and Reaching Children of Prisoners», *Canadian Children Child Study* 32(1), 9-15.
- Cohen, Sheldon; Wills, Thomas Ashby (1985), «Stress, social support, and the buffering hypothesis», *Psychology Bulletin* 98, 310-357.
- Collier, Richard; Sheldon, Sally (2008), *Fragmenting Fatherhood. A Socio-Legal Study*, Oregon, Hart Publishing.
- Chui, Wing (2010), «Pains of imprisonment: Narratives of the women partners and children of the incarcerated», *Child and Family Social Work* 15(2), 196-205.
- Cunha, Manuela Ivone (1994), *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*, Lisboa, Centro Estudos Judiciários.
- Cunningham, Alison; Baker, Linda (2003), *Waiting for mommy: Giving a voice to the hidden victims of imprisonment*, London, Canada, Centre for Children and Families in the Justice System.
- Cutrona, Carolyn E.; Cole, Valerie; Colangelo, Nicholas; Assouline, Susan G.; Russel, Daniel W. (1994), «Perceived parental social support and academic achievement: An attachment theory perspective», *Journal of Personality and Social Psychology* 66(2), 369-378.
- Dallaire, Daniele; Ciccone, Anne; Wilson, Laura (2010), «Teachers' experiences with and expectations of children with incarcerated parents», *Journal of Applied Developmental Psychology* 31(4), 281-290.

- Dawson, Angela, Jackson, Debra, Nyamathi, Adeline (2012), «Children of incarcerated parents: Insights to addressing a growing public health concern in Australia», *Children and Youth Services Review* 34, 2433-2441.
- Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de abril. Diário da República, 1ª série, N.º 71.
- Folk, Johanna B.; Nichols, Emily Bebbler; Dallaire, Danniell; Loper, Ane (2012), «Evaluating the content and reception of messages from incarcerated parents to their children», *American Journal of Orthopsychiatry* 82(4), 529-541.
- Glauber, Rebecca; Gozjolko, Kristi (2011), «Do traditional fathers always work more? Gender, Ideology, Race, and Parenthood», *Journal of Marriage and Family* 73, 1133-1148.
- Glaze, Lauren; Maruschak, Laura (2008), *Parents in prison and their minor children*, Washington, DC, U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Statistics.
- Geller, Amanda; Garfinkel, Irwin; Cooper, Carey; Mincy, Ronald (2009), «Parental incarceration and child well-being: Implications for urban families», *Social Science Quarterly* 90(5), 1186-1202.
- Goffman, Erving (1961), *Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates*, Garden City, Anchor Books.
- Granja, Rafaela; Cunha, Manuela I.; Machado, Helena (2013), «Formas alternativas de exercício da parentalidade e maternidade em contexto prisional», *ex aequo* 28, 73-86.
- Lanier, Charles (1993), Affective states of fathers in prison, *Justice Quarterly* 10 (1), 49-66.
- Lee, Chang-Bae, Sansone, Frank; Swanson, Cheryl; Tatum, Kimberly (2012), «Incarcerated fathers and parenting: Importance of the relationship with their children», *Social Work in Public Health* 27(1-2), 165-186.
- Loper, Anne; Carlson, L. Wrenn; Levitt, Levitt; Scheffel, Kathryn (2009), «Parenting stress, alliance, child contact, and adjustment of imprisoned mothers and fathers», *Journal of Offender Rehabilitation* 48(6), 483-503.
- Machado, Helena; Granja, Rafaela (2013), «Paternidades fragmentadas. Género, emoções e (des)conexões biogenéticas e prisionais», *Análise Social* XLVIII (30), 552-571.
- Magaletta, Philip R.; Herbst, Dominique (2001) «Fathering from prison: Common struggles and successful solutions», *Psychotherapy* 38 (1), 88-96.
- Maldonado, Solangel (2006), «Recidivism and paternal engagement», *Family Law Quarterly*, 40 (2), 191-211.
- Mignon, Sylvia; Ransford, Paige (2012), «Mothers in prison: Maintaining connections with children», *Social Work in Public Health* 27(1-2), 69-88.
- Miller, Keva (2006), «The Impact of parental incarceration on children: An emerging need for effective interventions», *Child and adolescent Social Work Journal* 23(4), 472-486.
- Mumola, Christopher (2000), *Incarcerated parents and their children* (NCJ-182335), Washington, DC, U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Statistics.
- Murray, Joseph; Farrington, David P.; Sekol, Ivana; Olsen, Rikke F. (2009), «Effects of parental imprisonment on child antisocial behavior and mental health: A systematic review», *Campbell Systematic Reviews* 4, 1-105.
- Nelson, Timothy J. (2004), «Low-income fathers», *Annual Review of Sociology* 30, 427-51.
- Novais, Filipa; Ferreira, Joaquim; Santos, Eduardo (2010), «Transição e ajustamento de reclusos ao estabelecimento prisional», *Psychologica* 52, 209-241.
- Philips, Susan; Gates, Trevor (2011), «A conceptual framework for understanding the stigmatization of children of incarcerated parents», *Journal of Child and Family Studies* 20(3), 286-294.
- Quaker Council for European Affairs (QCEA) (2007), *Women in Prison: A Review of the Conditions in Member States of the Council of Europe*, Brussels, QCEA.

- Robertson, Oliver (2008), *Children imprisoned by circumstance*, Geneva, Quaker United Nations Office.
- Rodrigues, Anabela M. (2002), *Novo olhar sobre a questão penitenciária: estatuto jurídico do recluso e socialização, jurisdicionalização, consensualismo e prisão*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Rosenberg, Jennifer (2009), *Children Need Dads Too: Children with Fathers in Prison*, Geneva, Quaker United Nations Office.
- Rich, Adrienne (1976), *Of woman born. Motherhood as experience and institution*, New York, Norton & Company.
- Sarason, Irving; Levine, Henry; Basham, Robert; Sarason, Barbara (1983), «Assessing social support: The Social Support Questionnaire», *Journal of Personality and Social Psychology* 44 (1), 127-139.
- Scott, Edward M. (1998), *Within the hearts and minds of prisoners*, Springfield, IL, Charles C. Thomas.
- Serras, Dinora; Pires, António (2004), «Maternidade atrás das grades», *Análise Psicológica* XXII (2), 413-425.
- Snyder, Zoan; Carlo, Teresa; Coats, Megan (2001), «Parenting from prison: An examination of a children's visitation program at a women's correctional facility», *Marriage & Family Review* 32(3-4), 33-61.
- Swanson, Cheryl; Lee, Chang; Sansone, Frank; Tatum, Kimberley (2012), «Prisoner's perceptions of father-child relationships and social support», *American Journal of Criminal Justice* 37, 338-355.
- Tebo, Margaret (2006), «A parent in prison», *ABA Journal* 92 (2), 12-13.
- Tuerk, Elen; Loper, Ann (2006), «Contact between incarcerated mothers and their children», *Journal of Offender Rehabilitation* 43 (1), 23-43.
- Walmsley, Roy (2013), *World prison population list* (9th ed.), London, International Centre for Prison Studies, University of Essex.
- Wacquant, Loic (2004), *As prisões da miséria*, [em linha] Disponível em http://www.fesppr.br/~daiane/Artigos%20de%20Sociologia%20Jur%EDdica/2_WACQUANT_Loic_Prisoes_da_Miseria_Redistribuido_por_BFI.pdf [consultado em 12 janeiro de 2014].
- Wall, Karin (2010), «Os homens e a política de família», in Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (org.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa, CITE, 67-94.
- Wall, Karin; Aboim, Sofia; Marinho, Sofia (2007), «Fatherhood, family and work in men's lives: negotiating new and old masculinities», *Recherches Sociologiques et Anthropologiques* 38 (2), 105-122.

Catarina Vieira. Mestre em Psicologia da Justiça, fez estágio com jovens e famílias em risco. Os seus interesses de investigação dizem respeito à área de jovens e adultos ofensores, nomeadamente às questões relativas à maternidade e paternidade em reclusão, procurando compreender como as construções sociais de género são vivenciadas em contexto prisional. catarina.vieira.90@hotmail.com

Luísa Saavedra. Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia Aplicada da Escola de Psicologia, Universidade do Minho. É doutorada em Psicologia e tem lecionado e investigado na área do género e perspetivas feministas, mais recentemente na área da criminologia e justiça criminal. Nesta área tem-se dedicado essen-

cialmente às mulheres ofensoras, nomeadamente no domínio da maternidade e paternidade em reclusão. Estes trabalhos têm dado origem a teses e a diversos artigos nacionais e internacionais. Tem participado, com a CIG, em ações e publicações. lsaavedra@psi.uminho.pt

Alexandra M. Araújo. Doutorada em Psicologia e Investigadora no Instituto de Educação da Universidade do Minho, com financiamento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/85856/2012). É especialista em investigação quantitativa e tem publicado numerosos artigos nacionais e internacionais na área da educação e no seu cruzamento com as questões de género. alexandra.araujom@gmail.com

Escola de Psicologia (EPSI) da Universidade do Minho, Campus de Gualtar
4710-057 Braga, Portugal.

Artigo recebido em 30 de agosto de 2014 e aceite para publicação em 22 de outubro de 2014.

THE PATHOLOGISATION OF SEXUAL DIVERSITY – A CRITICAL SCRUTINY OF THE DSM

Rita Alcaire

University of Coimbra, Portugal

Abstract

The Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) is the standard reference for the classification of mental disorders. This article draws on contributions from different areas of expertise to discuss three classifications concerning sexual orientations and identities created within the DSM throughout decades.

The aim of this paper is two-fold: 1) it will focus on the creation of psychiatric diagnoses for sexual practices, orientations and identities and 2) it will describe the resistance on the part of different groups whose behaviour is described within those terms. Three examples will be examined: homosexuality as a mental illness, trans* identity as 'gender dysphoria' and asexuality as 'hypoactive sexual desire disorder'.

Keywords: sexual diversity, DSM, pathologisation, human rights, activism, 'reflexive project'.

Résumé

La pathologisation de la diversité sexuelle – l'examen critique de la DSM

Le Manuel Diagnostique et Statistique des Troubles Mentaux (DSM) est la norme de référence pour la classification des troubles mentaux. Cet article s'appuie sur les contributions de différents domaines d'expertise pour discuter trois classifications concernant les orientations sexuelles et les identités créées dans le DSM tout au long des décennies. Le but de cet article est double: 1) il se concentrera sur la création de diagnostics psychiatriques pour les pratiques, les orientations et les identités sexuelles et 2) il décrira la résistance de la part des différents groupes dont le comportement est décrit dans ces termes. Trois exemples seront examinés: l'homosexualité comme maladie mentale, trans* identité en tant que 'dysphorie du genre' et l'asexualité comme 'trouble du désir sexuel hypoactif'.

Mots-clés: diversité sexuelle, DSM, pathologisation, droits humains, activisme, 'projet réflexif'.

Resumo

A patologização da diversidade sexual – uma análise crítica do DSM

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) é o padrão de referência para a classificação dos transtornos mentais. Este artigo baseia-se em contribuições de diferentes áreas do conhecimento para discutir três classificações relativas a orientações e identidades sexuais criadas pelo DSM ao longo de décadas.

O objetivo deste artigo é duplo: 1) incide sobre a criação de diagnósticos psiquiátricos para práticas, orientações e identidades sexuais e 2) descreve a resistência por parte de diferentes grupos cujo comportamento é descrito dentro desses termos. Três exemplos serão examinados: a homossexualidade como uma doença mental, a identidade trans* como 'disforia de género' e assexualidade como 'distúrbio de desejo sexual hipotativo'.

Palavras-chave: diversidade sexual, DSM, patologização, direitos humanos, ativismo, 'projecto reflexivo'.

Introduction

What is normal sexuality [or normal gender]?

What is the role of sexuality [or the role of gender] in human existence?

Do the brute requirements of species' survival compel an answer to the question of whether homosexuality [or whether gender variance] is a disorder?

How should social values influence psychiatry and help to define the concept of mental illness?

What is the appropriate scope of a nosology of psychiatric disorders?

How should conflicts over such issues be resolved?

How should the opposing principles of democracy and authority be brought to bear in such matters?

(Bayer, 1987: 4)

DSM-5, the latest revised edition of the Diagnostic Statistical Manual of Mental Disorders was published by the American Psychiatric Association in May 2013. It is described as the «most comprehensive, current, and critical resource for clinical practice available to today's mental health clinicians and researchers of all orientations» (American Psychiatric Association, 2013).

Since its first edition in 1952, the DSM has been widely considered and often called the 'psychiatric bible' for it provides criteria for the classification and diagnostic of mental disorders that are used transnationally by mental health practitioners of different professional areas.

The mental health disorders section of the International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD) is another guide commonly used, especially outside the United States. It shares common grounds and is consistent with DSM in terms of diagnostic codes. But as far as mental health diagnoses are concerned, DSM continues to be the biggest reference worldwide as a basis of diagnostic practices, as well as for clinical care, research and training.

Although the manual is widely used in various contexts as the most legitimate tool for the purposes just mentioned, it has also been the subject of stern criticism (Garber, 2007; Frances, 2009; Davy, 2013), as many researchers, scholars and practitioners point out several conceptual flaws. Some even question its reason for existence.

The process of revision of the DSM leading to its fifth edition, which represents the first revision in the Internet era, was the subject of great scrutiny and media attention. Media interest in the DSM process had primarily focused on possible conflicts of interests of psychiatrists with financial ties to the pharmaceutical industry (Garber, 2007). Soon that interest shifted to the Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender (LGBT) community, especially because of the stigma of existing diagnoses such as 'gender identity disorder' (to be addressed in the next section), and the social impact of the new proposed disorders such as 'hypersexuality'.

Amongst the broad collection of mental disorders that the DSM can be used for, it is used to diagnose sexual behaviours, practices and identities in terms of normal/abnormal, healthy/unhealthy, with severe social, political and psychological consequences for individuals and groups already in a vulnerable position.

In this article I intend to bring forward a brief overview of several disciplinary perspectives to address the DSM sexual classifications. These, in their turn, draw on a whole set of discourses – legal, religious, psychiatric, medical – which categorise sexual behaviour in terms of normality.

By way of example, I am going to discuss three case studies of the contested sexual classifications – both by individuals who fall under them and by some in the medical community – homosexuality as a ‘mental illness’; asexuality as a ‘hypoactive sexual desire disorder’ and trans* identity as a ‘gender dysphoria’.

1. Sexual classifications and the DSM

The three cases that I want to discuss in this paper refer to different editions of the DSM, each of which emerged in distinct socio-political contexts. Let us see how DSM-5 is introduced on the American Psychiatric Association site:

This new edition of Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5®), used by clinicians and researchers to diagnose and classify mental disorders, is the product of more than 10 years of effort by hundreds of international experts in all aspects of mental health. Their dedication and hard work have yielded an authoritative volume that defines and classifies mental disorders in order to improve diagnoses, treatment, and research.

I have chosen to open this section with this description because it announces both the purpose of all the previous editions of DSM and the intentions of APA for creating such a compendium. First of all, that it is a necessary (and unique) tool for the classification of all mental maladies and that its use is transversal to a broad array of mental health professionals and practitioners in different countries. The emphasis is put on expert knowledge and scientific credibility. It is also noticed that the data that it contains has been scientifically validated by the best experts (from several countries) in areas of expertise that are considered the most relevant, such as medicine, psychiatry, psychology, sexology, etc. The process of making the DSM was long and arduous, for the publication only comes after a decade of debates, verifications and consultations.

The result, as stated by APA, is «an authoritative volume that defines» what is considered normal or not, what is pathological or not, what fits the standards and what is left aside, anchored in the notion of ‘authoritative’, that immediately sends a message to the reader that it is an expert opinion or sends us to the realm of law. The truth is that in some jurisdictions, the DSM can act as an agent of law (Davy, 2013).

The description continues as follows:

The criteria are concise and explicit, intended to facilitate an objective assessment of symptom presentations in a variety of clinical settings – inpatient, outpatient, partial hospital, consultation-liaison, clinical, private practice, and primary care. New features and enhancements make DSM-5® easier to use.

Whereas the first excerpt stresses the validity of the manual, the second one invokes notions of transparency, trustworthiness and immediacy. Just like a dictionary or a grammar, the DSM determines the meaning of the (sum of the) symptoms by making it correspond (univocally) to an illness, not considering different sets of personal experiences and, in some respects, replacing them with some kind of ‘story’.

The social danger of DSM is that it becomes a good example of a biopolitical power tool, since it formulates the notion of norm regarding sexual behaviour, which has a devastating impact on people’s lives and experiences. If someone’s behaviour is considered to fit a specific pathological category, subsequent treatment (medication, psychotherapy, etc.) is assigned to them linked with a particular non-normative identity. By producing and operating ontological categories, DSM helps establish sexual orientation in a way that is historically and culturally homogenous and fixed. Michel Foucault (1994) pointed out that systems of categorisation do not just arrange content, but naturalise a certain mediated version of the world, and simultaneously render anything else more or less unthinkable.

DSM not only determines how mental disorders are defined and diagnosed, it has an impact on the ways in which people see themselves and others. While diagnostic terms facilitate clinical care and access for those who want it, these terms can also have a stigmatising effect. What this does is reinforce the idea of a universal (binary and normative) humanity and easily creates ‘us vs. the others’ that marginalises minority groups.

In the *History of Sexuality: An Introduction* (1990), Michel Foucault discusses the power networks and how authority figures (i.e. priests, doctors and adult caregivers) produce and disseminate messages that encourage heteronormativity. As a result, people who are subject to this kind of judgement may absorb those messages without questioning the assumptions that sustain and underlie them.

Many authority figures contribute to the discipline of bodies through the discourses that accommodate heteronormative ideologies. Health professionals in particular have the power to create ‘scientific’ and ‘true’ discourses about sexuality through physical and psychiatric evaluations and other medical procedures. Through these procedures, that can also be considered medical performances, health professionals, especially doctors, verify and ascertain normative and non-normative sexualities.

In Foucault’s words, the medical community, and by extension the family, «questions, monitors, watches, spies, searches out, palpates, brings to light sexual

practices that do not reinforce procreative ideologies» (1990: 45) and become the primary enforcers of the heteronormative. Society continues to be a sexual regime (with a script of what sexuality is supposed to be) and within this power network, sexuality becomes «a domain susceptible to pathological processes, and hence one calling for the therapeutic or normalizing interventions» (Foucault, 1990: 68). Narratives of the medical establishment deploy messages that encourage individuals to assume heterosexual identities instead of considering queer ones, because these networks of power ignore and reject queer narratives and emphasize the heteronormative, monogamous, coital reproductive model.

A number of questions need to be raised concerning these issues. They are reminiscent of Judith Butler's analysis of the narratives of the body (Butler, 1993), her discussion on vulnerability (regarding gender issues, but that can be used here) and precarious lives (which lives are worth living) (Butler, 2004). Echoing Foucault's ideas about power, Butler also states that this regulation of the process of humanisation (who is human, who is normal, whose life is worth living) also generates a particular susceptibility or vulnerability to different types of violence, particularly those individuals who do not (in part or in whole) satisfy the criteria of regulation (Butler, 1993; Butler, 2004).

Discursively, DSM also states that there are people that are especially vulnerable – a vulnerability that is considered defining and, in some cases, unchangeable – and so they (the others) need paternalistic protection from the medical community and the state healthcare system. DSM makes their authority legitimate by providing the state structures with the tool of separation of certain groups of people from society. It establishes, through discourse and political strategies, who are the vulnerable populations, and the lives that make sense in society.

2. The diagnoses

The issue of removal or re-framing of certain DSM sexual classifications – homosexuality, asexuality and trans* identity – is quite complex and profound, and involves opposing forces. The opposition is situated not only between people surrounding and related to the process of DSM production such as activists and psychiatrists -, but also within the medical community and internal to the gay and lesbian, ace and trans* movements. In each case, uncertainty arises around the question of what exactly induced the change. Any attempt to draw linear accounts of any of these cases, misunderstands the multiplicity of powers at practice at the same time and the social, moral and political frameworks working backstage.

For the purposes of this article, I will briefly address the key moments in each fight for change, trying to do justice to historical and contemporary struggles around them; debate the questions of power that psychiatric diagnoses sus-

tain over the gendered and sexual lives and bodies of many people and the potential impact of the manual's criteria for pathological, paraphilic and 'normal' sexualities, sexual orientations, gender identities and psychiatric practice.

2.1. *Homosexuality as a 'mental illness'*

Let us first consider the case of homosexuality, which was labelled a psychiatric illness in the nineteenth century and remained so until the 1970s. Although gay and lesbians today are still struggling for equal rights (marriage equality, co-parenting and the adoption of children), no change seems to have been more drastic for the status of homosexuality than its removal from the classification as a mental illness.

In *Homosexuality and American Psychiatry* (1987), Ronald Bayer argues that this decision was the product of years of political pressure applied by gay activists. The general climate of radical dissatisfaction and pro-reform movements created the possibility for activists, alongside key political figures, religious organizations and civil rights leaders, to call on medical organisations and governments to adopt new social policies. Those movements stem from the Stonewall riots that occurred in June 1969, in Greenwich Village (New York), and fuelled gay activists to take action in different contexts and challenge the social and cultural status. For that reason, a group of activists disrupted the 1970 APA meeting in San Francisco, to contest the scientific credibility of homosexuality's 'mental illness' status, at the time perpetuated by what they considered to be unproven psychoanalytic assumptions as well as moral undertones.

This process of confronting (un)scientific ideas and values led by activists allowed for the coming forward not only of psychiatrists that agreed with the revision of the DSM, but also contributed for the 'coming out' of gay psychiatrists, which strengthened the civil movements and their action inside the APA.

The following years (1971 and 1972) the APA meetings featured gay activists explaining to the practitioners' audience how the stigma caused by a mental disorder diagnosis had affected their lives. At APA's 1972 meeting, activists were joined by a psychiatrist John Fryer, who appeared as 'Dr. H Anonymous', wearing a disguise and using a voice-altering microphone, who told the audience how difficult and painful it was to live as a closeted gay psychiatrist (Bayer, 1987).

Judd Marmor, one of the first psychiatrists invited by the activists to join the 1972 panel about homosexuality, defended that the fundamental questions raised by the nosology of homosexuality, as stated by the DSM, were not medical or even of semantics, but had moral and social judgments at its basis. During the debate before the Nomenclature Committee, Marmor stressed: «It is our task as psychiatrists to be healers of the distressed, not watchdogs of our social mores.» (quoted in Herman, 1995: 101).

These movements insisted that the American Psychiatric Association and the religious and professional groups addressed their prejudices, so the APA embarked upon an internal examination whether homosexuality should be considered a psychiatric disorder: the APA's Nomenclature Committee delegated a subcommittee to interview proponents of normalising and/or pathologising views which in the due course produced a thorough review of the psychiatrist, psychoanalyst, and sexologist literature on the subject.

The most common arguments used by psychiatrists who supported the removal of homosexuality from the list of mental illnesses were 1) the lack of scientific evidence for the understanding of homosexuality as a 'developmental disorder', supported by empirical studies – nonclinical samples concluded that there were no differences in psychological functioning among homosexuals and heterosexuals (Hooker, 1957; Bell and Weinberg, 1978); 2) the effect that the classifying homosexuality as a psychiatric entity would have on the individual, creating the grounds for social discrimination and violation of human rights. As a result, it was argued that homosexuality should be seen as a variant of the common and normal behaviour, as the data collected and published by Alfred Kinsey (1948, 1953) had already demonstrated.

After the revision of the specialist literature on the subject and the approval by other APA committees and deliberative bodies, APA's Board voted unanimously to remove homosexuality from the DSM on the 15th of December 1973 and subsequently released a statement rejecting legal discrimination on the basis of sexual orientation. The resolution, stated that «the [APA] deplores all public and private discrimination against homosexuals in such areas as employment, housing, public accommodation, and licensing.» (Bayer, 1987: 136). Within two years, other major mental health professional organisations, namely the American Psychological Association, the National Association of Social Workers, and the Association for Advancement of Behavior Therapy endorsed the decision.

Both scientific literature and fieldwork have revealed that many psychotherapists continue to discriminate clients (Goldfried, 2001; Goldfried and Pachankis, 2007). This discrimination can happen in different ways, be it less visible, subtle or declared, for example by taking for granted the normative heterosexual orientation of their clients or prescribing sexual orientation conversion therapies.

In Portugal, research has shown that, generally, psychologists have no specific skills or knowledge regarding a positive intervention that is sensitive to the diversity of their clients. The research *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: a homossexualidade dos dois lados do espelho (Discourses on homosexuality in the clinical setting: homosexuality on both sides of the mirror)*, by Gabriela Moita (2001) points to prejudiced behaviour by Portuguese mental health professionals when it comes to gay and lesbian clients, a behaviour that reflects in the ways they approach questions and doubts raised by them. The study examined different discussion groups consisting either of clinicians (psychologists and psychiatrists) or gay and lesbians who underwent therapeutic monitoring processes (for

various reasons, not necessarily linked to homosexuality). The homophobia and heterosexism levels detected reveal, amongst other things, that in the Portuguese context, some clinicians understand homosexuality as a pathology or a deficiency and that there is clinical complicity with unquestioned models of training, which perpetuates, or even enlarges, social discrimination that gay and lesbians suffer.

2.2. *Asexuality: a desire disorder*

Asexuality is defined broadly as 'lack of sexual attraction' (AVEN, 2014). In psychiatry, the lack of sexual attraction has traditionally been approached as a medical condition – a psychological or physiological disorder. This is due, in large part, to the historical assumption that sexual desire is universal.

In little more than a decade (since the 2000s), asexuality – as an identity, a sexual orientation and a movement – has gained visibility and the idea that lack of sexual attraction is a disorder has been severely contested. It happened mainly because people who identify themselves as *asexuals* have claimed the status of sexual orientation and of identity for their absence of attraction (Alcaire, 2014). Furthermore, it has been due to the proliferation of virtual communities in the United States, like The Asexual Visibility and Education Network (AVEN), the largest asexual virtual community in the world, and the work of asexual activists.

Today, asexual activists and researchers alike consider the medical community to be more accepting of asexuality. Yet a long resistance against the psychiatric diagnosis had led to it.

The leading figure was Anthony Bogaert, a psychologist who published an article entitled «Asexuality: Prevalence and Associated Factors in a National Probability Sample» (2004) in the renowned *Journal of Sex Research*. The paper suggested that over one percent of the general population was asexual and that they shared a number of common traits, such as height, weight, socio-economic status and degree of religiousness.

Due to the great interest in the media, the author decided to research even more deeply about asexuality and tries to understand different questions that had arisen in interviews. Two years later, Bogaert published a follow-up paper, «Toward a Conceptual Understanding of Asexuality» in the *Review of General Psychology*, in which he sought to better articulate and define asexuality. One of the most important contributions of the new article was the demystification of asexuality as a medical condition also known as Hypoactive Sexual Desire Disorder (HSDD), and its conceptualization as a sexual orientation in its own right. Bogaert highlighted that the medical diagnose had resulted in the erroneous labelling of asexuals as being either sexually repressed, «late bloomers» or «broken» – which had painful implications in their personal lives.

AVEN reported that HSDD had been a regular (mis)diagnose within the asexual community, with the prescription of psychotherapy and medication. For

that reason, asexual activists like David Jay (the founder of AVEN) joined Anthony Bogaert in arguing that the connection of asexuality and HSDD stems from its broad and vague definition in the fourth edition of DSM in 1994. DSM-4 describes HSDD as a sexual dysfunction that caused “marked distress or interpersonal difficulties” due to a lack or absence of “sexual fantasies and desire for sexual activity”. A task force, formed by AVEN members, was created in 2008 to work specifically on the revision of the DSM-4 definition, maintaining the HSDD category, but allowing an exception for asexuality.

Similarly to what happened in the case of homosexuality, members of the medical and scientific community played a central role in this debate. When the DSM campaign was first underway, there was a clash with physicians who claimed that asexuals advocated the rejection of sexuality. The major challenge faced by asexual activists consisted in redefining HSDD while still being careful not to invalidate individuals who really do suffer from sexual disorders.

In May 2013, with the fifth edition of DSM published, the asexual community celebrated what they call a small yet meaningful victory. The DSM-5 reclassified HSDD under the umbrella of Sexual Interest/Arousal Disorders. This new definition makes a distinction between a lifelong, generalized lack of sexual desire and other forms of the disorder, such as a temporary or a specific lack of desire.

2.3. Trans identity: from disorder to dysphoria*

In the most recent edition of the DSM, people whose gender at birth differs from the one they identify with is diagnosed as ‘gender dysphoria’. This concept results from a revision of the DSM-4’s criteria for gender identity disorder and is considered to better characterize the experiences of children, adolescents and adults within this category.

Similarly to homosexuality, the medical scrutiny of ‘transgenderism’ also began in the 19th century. Furthermore, arguments for removal of the ‘trans diagnoses’ included societal intolerance of difference, the human cost of diagnostic stigmatization, using the language of psychopathology to describe what some consider to be normal behaviours and feelings and, finally, inappropriately focusing psychiatric attention on individual diversity rather than opposing the social forces that oppress sexual and gender nonconformity (Drescher, 2010).

Many cultures routinely conflate homosexuality with transgender identities because they rely upon several beliefs that use conventional heterosexuality and cisgender identities as a frame of reference. Once regarded as synonymous, it is only relatively recently that sexual orientation (defined as an individual’s erotic response tendency or sexual attractions) and gender identity (defined as one’s sense of oneself as being male, female or other) have been regarded as separate categories.

What is important to retain here, is that, just like in the previous examples, the trans* anti-pathologisation movement argues for a radical paradigmatic shift, that is not centred on the medical diagnosis, but has self-determination at its core (Davy, 2013).

This approach is gaining weight because of governments, such as the Argentinean, that has recently legislated one of the most progressive trans-recognition law in the world. The Argentina Gender Identity Law (TGEU, 2012) allows people to change their gender in official documents without receiving a psychiatric diagnosis or surgery. This law gives an individual the right to self-identify and if the person considers there is a need for medical intervention to transition (in any way he or she finds suitable), public and private providers are required to cover procedures.

Self-determination, according to some trans* advocates, is another way of making recognition claims for those wanting technological interventions to change gender beyond a psychiatric frame (Cuban Multidisciplinary Society for Sexuality Studies, 2010; TGEU, 2012). Transgender Europe situates self-determination within a human rights discourse. In this literature it emphasizes that every trans* person has a right to actualize their transition, as far as they wish it should go. (Davy, 2013: no page number)

The claims for self-determination challenge pathologisation of trans* identities, remove the necessity for psychiatric diagnoses ('gender identity disorder', 'gender dysphoria', 'gender incongruence') and allow for the acknowledgement of several trans* identities, moving beyond the dualist notion of 'trans'.

3. Concluding remarks

*We're rejecting you as our owners. We possess ourselves and we speak for ourselves
and we will take care of our own destinies*

Frank Kameny, president of the Mattachine Society of Washington

Quoted in Bayer, 1987: 106

Several sexual identities and orientations were once labelled mental disorders by DSM, and therefore generally accepted in psychiatric and medical practice. The resistance and challenging to this understanding came either from within the medical community, from other disciplines or sexual activists. With this challenging of norms and values, bodies and lives were reclaimed.

The three cases analysed in this paper seem to follow a similar course, as the voices of researchers, practitioners and activists pointed the incorrectness of labelling sexual identities, orientations and gender variance as symptoms of a mental disorder and that perpetuating diagnoses in different revised editions of

the DSM, with its social (allowing for human rights violations and discriminations) and political implications (lack of legal protection, for example), would further stigmatization and harm highly vulnerable individuals.

This reframing (ace and trans*) or abolition (homosexuality) of these sexual classifications is a direct result of the asexual and trans* communities' actions, and of the gay and lesbian rights movement. It illustrates how these movements seek to construct their own social narratives, refusing to accept what psychiatrists wanted to make of them. These groups of people reclaimed their identity to state that difference was not a disease, nonconformity was not a pathology and uniqueness was not an illness.

We can consider that, in these three case studies, there was an emergence of a 'reflexive project', borrowing the concept from Anthony Giddens. This means «a social phenomenon that can be appropriated and transformed through collective commitment» (1995: 9). Giddens explicitly points out gay and lesbian identities as examples of highly reflexive forms. But I wish to extend this idea to the asexual and trans communities and their struggles, considering that reflexivity, as I understand it, is deeply connected with self-consciousness, self-determination and empowered agency, and therefore, to the ability and the right to 'self-making'.

And in every one of these three examples, there was (especially in the United States, but also echoed around the world), the concern to reconceptualise and transform their public image. In that respect, Giddens draws our attention to the word 'gay' as a synonym of male homosexual. It not only centres power on the community that created it, but brings a more colourful, open idea of being homosexual, and agency to the ones using it. The same happened with asexuals and trans* individuals, by refusing the nomenclature created by doctors and strengthening their education and awareness actions.

The emphasis on each of these contesting processes was towards a human rights approach, amongst other things by stressing out the social meaning of these changes. These struggles were definitely an important step in the elimination of the pathologisation and discrimination pattern, not only in medical terms, but also, at a very slow pace, in terms of day-to-day living.

References

- Alcaire, Rita (2014), «'It wasn't until Google that we found each other': The internet as a primary locus of mobilization for the asexual community», Paper presented for the module on «Scales and Practices of Human Rights: Legalization, mobilization and contestation», PhD in «Human Rights in Contemporary Societies», 1st semester, 1st curricular year.
- American Psychiatric Association (2013), *American Psychiatric Publishing*, [online] available at <http://www.appi.org/SearchCenter/Pages/SearchDetail.aspx?ItemId=2555#> [retrieved on 01/02/2014].

- AVEN – The Asexuality Visibility and Education Network (2014) [online], available at www.asexuality.org [retrieved on 10/03/2014].
- Bayer, Ronald (1987), *Homosexuality and American Psychiatry: The Politics of Diagnosis*, New Jersey, Princeton University.
- Bell, Alan; Weinberg, Martin (1978), *Homosexualities: A study of diversity among men and women*, New York, Simon and Schuster.
- Bogaert, Anthony (2004), «Asexuality: Its prevalence and associated factors in a national probability sample», *The Journal of Sex Research* 41, 279–287.
- Bogaert, Anthony (2006), «Toward a conceptual understanding of asexuality», *Review of General Psychology* 10, 241–250.
- Butler, Judith (1993), *Bodies that Matter: on the discursive limits of 'sex'*, New York, Routledge.
- Butler, Judith (2004), *Precarious Lives: The Powers of mourning and violence*, London, Verso.
- Davy, Zowie (2013), *Commentary on the construction of Gender Dysphoria at Classifying Sex: Debating the DSM-5*, [online] available at <http://eprints.lincoln.ac.uk/12624/3/Commentary%20on%20the%20construction%20of%20Gender%20Dysphoria%20at%20Classifying%20Sex%20Debating%20DSM%205.pdf> [retrieved on 01/02/2014].
- Drescher, Jack (2010), «Queer Diagnoses: Parallels and Contrasts in the History of Homosexuality, Gender Variance and the Diagnostic and Statistical Manual», *Archives of Sexual Behavior*, 9(2), 427-460.
- Foucault, Michel (1994), *The Order of Things: An archeology of the Human Sciences*, New York, Vintage Books.
- Foucault, Michel (1990), *The History of Sexuality: An Introduction*, New York, Vintage Books.
- Frances, Allen (2009), A Warning Sign on the Road to DSM-V: Beware of Its Unintended Consequences, [online] available at <http://www.psychiatrytimes.com/articles/warning-sign-road-dsm-v-beware-its-unintended-consequences> [retrieved on 01/08/2014].
- Garber, Kent (2007), Who's behind the bible of mental illness: Critics say that touted efforts against conflicts fall short, [online] available at <http://health.usnews.com/health-news/articles/2007/12/20/whos-behind-the-bible-of-mental-illness> [retrieved on 03/06/2014].
- Giddens, Anthony (1995), *Transformações da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- Goldfried, Marvin (2001), «Integrating gay, lesbian, and bisexual issues into mainstream psychology», *American Psychologist* 56, 977-988.
- Goldfried, Marvin; Pachankis, John (2007), «Commentary: Homosexuality – toward affirmative therapy», in J. Christopher Muran (Ed.), *Dialogues on Difference: Studies of diversity in the therapeutic relationship*, Washington, APA, 98-106.
- Herman, Ellen (1995), *Psychiatry, Psychology and Homosexuality*, New York, Chelsea House.
- Hooker, Evelyn (1957), «The adjustment of the male overt homosexual», *Journal of Projective Techniques* 21, 18-31.
- Moita, Gabriela (2001), *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: a homossexualidade dos dois lados do espelho*, PhD Dissertation, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.
- TGEU – Transgender Europe, *The Argentina Gender Identity Law*, [online] available at http://www.tgeu.org/Argentina_Gender_Identity_Law [retrieved on 01/02/2014].

Rita Alcaire. Anthropologist. PhD candidate in Human Rights in Contemporary Societies and Master in Cultural Psychiatry. Her main research interests are identities, sexualities, personal narratives and 'popular culture' (film, television and music). Her academic and professional career has focused on a search for possible answers to various questions that have emerged around these subjects, with the use of video-documentaries as a privileged form to engage with them.

Centro de Estudos Sociais, Colégio de s. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995
Coimbra, Portugal
rita@rita-alcaire.com

Artigo recebido em 20 de outubro de 2014 e aceite para publicação em 5 de janeiro de 2015.

THE INCLUSION OF LESBIAN AND GAY POPULATIONS IN HEALTH RESEARCH: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Mónica José Abreu Sousa e Carla Moleiro

Lisbon University Institute ISCTE-IUL / CIS-IUL, Portugal

Abstract

This paper presents a systematic review of the literature and research conducted with the lesbian, gay and bisexual population in 10 years in the framework of health and mental health. A search in the Pubmed database for publications between 2001 and 2011 (inclusive) produced 404 articles. We firstly systematically mapped the empirical studies (n=314) from among these articles and then did a detailed systematic literature review of those publications that are focused on health (n=14). The analysis revealed that issues such as physical and sensory disabilities, sexual dysfunctions, and even the evaluation and integration of their sexual orientation in patients' sexual histories have been neglected.

Keywords: LG, health research, mental health research, systematic mapping, systematic review.

Résumé

L'inclusion des populations gays et lesbiennes dans la recherche en santé: Une revue systématique de la littérature

Cet article présente une revue systématique de la littérature et des recherches menées auprès de la population lesbienne, gay et bissexuels en 10 dernières années dans le cadre de la santé et de la santé mentale. La recherche dans la base de données PubMed pour les publications entre 2001 et 2011 (inclus) produit 404 articles. Nous d'abord systématiquement cartographié les études empiriques (n = 314) parmi ces articles, puis fait un examen systématique de la littérature détaillée des publications de Qué sont axés sur la santé (n = 14). L'analyse a révélé des problèmes de Qué tels que les handicaps physiques et sensoriels, troubles sexuels, et même de l'évaluation et de l'intégration de l'orientation sexuelle dans les histoires sexuelles de leurs patients ont été négligés.

Mots-clés: LG, recherche en santé, recherche en santé mentale, cartographie systématique, examen systématique.

Resumen

La inclusión de las poblaciones lesbianas y gay a la investigación en salud: una revisión sistemática de la literatura

Este trabajo pretende presentar una revisión sistemática de la literatura y la investigación llevada a cabo con la población de gays, lesbianas y bissexuales en los últimos 10 años en el cuidado de la salud. Una búsqueda en la base de datos PubMed (MEDLINE) para las publicaciones entre 2001 y 2011, 404 artículos fueron encontrados. En este estudio, primero realizamos una prospección sistemática de los estudios empíricos (n =314) de estos artículos, y más tarde se llevó a cabo una revisión detallada sistemática de la literatura con los que se centró en el tema de la salud (n = 14). El análisis reveló que estos temas vacíos como las discapacidades físicas o sensoriales, disfunción sexual e incluso la evalua-

ción y la integración de la orientación sexual en la historia sexual de los pacientes, se han descuidado.

Palabras-clave: gay, lesbianas, salud, mapeo sistemático, revisión sistemática de la literatura.

Introduction

Despite the considerable amount of health studies over the past few years with the Lesbian, Gay and Bisexual (LGB) population, the approaches of homosexuality have not been systematic or comprehensive in many domains (Boehmer, 2002). The scientific literature has effectively focused on issues related to HIV and other sexually transmitted diseases, to the detriment of other, equally relevant aspects in this population, such psychological health and resilience, or LGB persons with congenital and/or acquired physical and/or sensory disabilities (Duke, 2011; Kuyper and Vanwesenbeeck, 2011).

The issues related to the LGB population's specific health and mental needs, as well as health care provision, have seldom been researched (Austin and Irwin, 2010). According to Marvin Goldfried (2001), mainstream literature has tended to ignore the work done in this area, neglecting issues such as social and family support, stigma and discrimination, suicidal ideation, substance abuse, and domestic violence. Aspects related to the implications of health inequalities and to minority populations' quality of life have also been overlooked (Makadon, 2011; Moleiro and Pinto, 2009; Mulé *et al.*, 2009).

Goldfried (2001) points out that, despite professionals and researchers' interest in deepening understanding of these issues, this has not been translated into mainstream practice, hindering the access to the knowledge and to the desirable interconnections between LGB issues and mainstream psychology. It seems, therefore, important to systematise the information regarding the last decade of publications in the area of health and mental health with LGB populations, to promote their visibility and their mainstreaming.

In its initial phase this article seeks to promote a thematic overview of the research published with lesbian and gay population, resorting to this end to a systematic mapping study (Hemingway and Brereton, 2009). Its subsequent phase seeks to determine the main themes on which the articles focused on health converge, and what methodological resources are favoured in these studies.

Method

The systematic review of the literature (Khan, 2001) involved a search of the Pubmed (Medline) database with the following keywords: «gay», «lesbian», «sexual orientation», «homosexuality», and «sexual identity». In order to identify

the empirical studies published in 10 years, we restricted the search to the period covering 2001 to 2011, inclusive, this being the only restriction applied.

Of the 404 articles found, two independent reviewers selected (as recommended by Hemingway and Brereton, 2009) 314 articles, which compose the sample in this study. This selection was done by reading the abstracts and applying the following exclusion criteria: (a) the abstract was not available (n=39), (b) the articles were responses to already published articles (n=3), and (c) the abstract made no reference whatsoever to the lesbian and gay population (n=48).

To provide an organised view of the research carried out on lesbian and gay health, the included articles were classified and quantified in thematic categories showing their research subject, as well as the theme emphasised most by the authors. This procedure used four types of pre-defined categories analysed in stages. The first coding stage determined the sexual orientation of the population studied. The second stage classified the articles according to the year of publication. The third, and final stage, divided the articles on the basis of their content according to two major themes: disease-specific content areas and non-disease-specific content areas.

After analysing these 314 articles, 39 were identified that specifically addressed the theme of health. These articles, representing 12.7% of all the articles, were on mental health, physical health, health care, and psychotherapeutic services. For the subsequent analysis the following exclusion criteria were applied to these articles: (a) non-empirical articles (i.e., literature reviews or theoretical articles) (n=25), (b) explored exclusively issues related to HIV/AIDS (n=3), and (c) articles not written in English (n=2). This methodological strategy resulted in the selection of 14 articles, whose full texts were carefully analysed, constituting the analytical material for the systematic review of articles focusing on health of lesbian and gay persons.

Results

Table 1 provides summary information regarding the first coding stage of the 314 articles that constitute the units of analysis. With regard to the first category, sexual orientation, we note that there is little difference in the number of studies using lesbian samples (n= 173) and those using gay samples (n= 171). No studies focusing exclusively on bisexual populations were found (i.e. they were included in the aforementioned categories). With regard year of publication, 174 articles (55.4%) were coded as having been published from 2007 to 2011, inclusive, an increase of 10.8% over the number published in 2001 to 2006, inclusive.

Table 2a and 2b summarises the codification according to the main themes or subject matter on which the analysis of the empirical studies published in the Pubmed (Medline) database in the last decade was based.

Table 2a
Distribution of articles by content areas (N = 314)

Non-disease-specific content areas		n	%
Sexually transmitted disease	Risky sexual behaviour	11	
	HIV and AIDS, including opportunistic infections	11	
	Sexually transmitted diseases other than AIDS	2	
	Total	24	7.6
Mental disorders	Intellectual disability	4	
	Down syndrome	1	
	Mental illness, including personality disorder	1	
	Total	6	1.9
General health	Physical health	1	
	Mental health	5	
	Total	6	1.9
Addiction behaviour	Alcohol, smoking or drugs	15	
Total	15	4.8	

Table 2b
Distribution of articles by content areas (N = 314)

		n	%
Identity, sexual behaviour, or desire	Identity, including gender or sexual identity	43	
	Relationship	5	
	Sexual behaviour	5	
	Coming out	4	
	Ageing	1	
	Physiology and body image	2	
	Attractiveness	7	
	Social support	2	
	Homophobia or heterosexism	8	
	Pornography	2	
Total	79	25.2	
Exploration LG etiology	Neuroscience or endocrinology	11	
	Genetics and birth order	10	
	History of homosexuality	6	
	Various others etiologic theories	9	
	Total	36	11.5

(the table continues on the next page)

¹ More than 1 sexual orientation can be addressed in a single article. Therefore, the number of articles referring to lesbian and gay participants adds up to more than 314 and more than 100%.

Table 2b (cont.)
Distribution of articles by content areas (N = 314)

Non-disease-specific content areas		n	%
Attitudes and behaviour in society	Attitudes in educational institutions	7	
	Images or stereotypes of LG persons	8	
	Change in attitudes toward LG persons	1	
	Discrimination and stigma	12	
	Rights and other legal aspects	5	
	Community and culture	17	
	Social networks	3	
	Sports	3	
	Total	56	17.8
Health care	Provider attitudes or patient-provider	7	
	Health needs and utilization	10	
	Total	17	5.4
Psychotherapeutic services	Guidelines for psychological practice	1	
	Psychiatry	1	
	Psychotherapy	6	
	Psychoanalysis	4	
	Conversion therapies	3	
	Total	15	4.8
Risk factors	Risky health behaviour	2	
	Suicide thoughts	6	
	Prostitution	1	
	Stress due to minority status	3	
	Sexual abuse	3	
	Domestic violence	1	
	Various forms of violence	2	
	Total	18	5.7
Family	Parenting	14	
	Reproduction	0	
	Adoption	1	
	Total	15	4.8
Miscellaneous topics	Freudian theory	1	
	Religion or church	7	
	Articles on singular topic	8	
	Scale	11	
	Total	27	8.6

Table 3
Study, Sample characteristics, Method of obtaining data, Outcome measure, and Findings

Study	Country	Sample characteristics	Research design	Method of obtaining data	Outcome measure(s)	Findings
Susan Cochran and Vickie Mays (2007)	USA	N= 12275	Quantitative cross-sectional study.	The California Quality of Life Survey, interviews by telephone	<ul style="list-style-type: none"> - Short Form-12 Health Survey (SF-12) - SF-12 Physical Component Scale. - Kessler Psychological Distress Scale. 	<ul style="list-style-type: none"> - Members of the gay population are more likely to have general health problems; - LG sexual orientation is associated with psychological distress.
Li Robert (2010)	USA	N=184	Quantitative cross-sectional study.	Self-administered surveys as distributed in mailboxes	<ul style="list-style-type: none"> The survey included questions pertaining to practice, knowledge, and attitude pertaining to lesbian, gay, bisexual, transgender, or questioning (LGBTQ) adolescents. 	<ul style="list-style-type: none"> - 77% agree that sexual orientation should frequently be broached; - 57% associate suicide with LG sexual orientation; - 72% associate depression with LGB sexual orientation; - 44% assume they do not have the capacity to address the issue.

(the table continues on the next page)

Table 3 (cont.)
Study, Sample characteristics, Method of obtaining data, Outcome measure, and Findings

Study	Country	Sample characteristics	Research design	Method of obtaining data	Outcome measure(s)	Findings
Yovanska Duarté-Vélez, Guillermo Bernal, and Karen Bonilla (2010)	Puerto Rico	16-year-old with major depression disorder and identified himself as gay and Christian within a conservative Puerto Rican family	Qualitative, case study	Self-report questionnaires and face-to-face interviews	The patient completed: – Children’s Depression Inventory – Pier-Harris Children’s Self Concept Scale – Dysfunctional Attitude Scale – Family Emotional Involvement and Criticism Scale – Psychotherapy Alliance Scale.	– The patient no longer meets the criteria for major depression and dysfunctional thoughts, and there is a reduction in internalized homophobia, although nonspecified anxiety disorder, attention deficit disorder, and hyperactivity do not obtain such results. – A follow-up after a year suggests an increase in perception of family criticism
					The mother completed: – Dyadic Adjustment Scale – Burden of Illness Scale – Coping Skills and Family Harmony Scale.	

Table 3 (cont.)
 Study, Sample characteristics, Method of obtaining data, Outcome measure, and Findings

Study	Country	Sample characteristics	Research design	Method of obtaining data	Outcome measure(s)	Findings
Robert Kertzner, Ilan Meyer, David Frost, and Michael Stirratt (2009)	USA	N= 396	Mixed methods	Comprehensive face-to-face interviews that included assisted interviews and self-report questionnaires	The interview included questions pertaining to social status variables, socioeconomic variables, identity valence with HICLAS identity model, connectedness to the LGB community with a 9-item scale, social well-being formulated by Keyes (1998), psychological well-being developed by Ryff (1989) and Ryff and Keyes (1995), and The Center for Epidemiological Studies Depression scale.	<ul style="list-style-type: none"> - Positive associations exist between sexual identity and involvement with the LGB community; - Social well-being is related only to the connection with the LGB community, as bisexuals had lower levels of connection with the community, although the psychological well-being and depressive symptoms measures did not differ; - There is no relation between social well-being, or depression, with race/ethnicity, except in the Latino community.

(the table continues on the next page)

Table 3
Study, Sample characteristics, Method of obtaining data, Outcome measure, and Findings

Study	Country	Sample characteristics	Research design	Method of obtaining data	Outcome measure(s)	Findings
Amy Barnard (2009)	USA	N= 12	Qualitative, Ethnography	Structured face-to-face interview	The interview included questions pertaining to physical and emotional descriptions of depression, interpersonal relationships, medication, engaging in therapy, developing social support networks, and spirituality.	<ul style="list-style-type: none"> - Absence of family of origin support, particularly maternal rejection, was the principal reason for depression in this group; - The support of friends and satisfaction with the relationship with the partner, monogamy, and faithfulness made a reduction in depressive symptoms possible.

After analysing the 314 articles found, 39 articles focused on health of lesbian and gay individuals. According to what has been described in the method section, only 14 articles, which focused on LG health, were selected for the detailed systematic review (Table 3).

Most of the research that makes up this group was produced in the United States of America (n=9). The other authors were from New Zealand (n=2), Puerto Rico (n=1), Canada (n=1), and Sweden (n=1).

Of the 14 articles analysed in this review, 6 articles used quantitative methodology, 5 qualitative methodology, and 3 mixed methods. Of the 6 quantitative articles, 4 were cross-sectional studies with convenience samples, and only one was a national survey. The results also suggested that most of the qualitative articles had an ethnological perspective (n=4), while one article chose the case study method and another the Delphi method. Here again the convenience or network sampling methods were the most common. With regard to the instruments, articles were found that used purpose-built questionnaires (n=4), semi-structured interviews (n=4), clinical vignettes (n=1), psychological assessment instruments (n=1), and a Delphi Questionnaire (n=1). There were also 3 articles that used both semi-structured interviews and purpose-built questionnaires.

Most of the articles in this systematic literature review identified the participants' sexual orientation (n=11). The remaining articles (n=3) did not, given that their samples were composed of experts: one General Practitioners, another Psychologists, and in another specialists in various fields of knowledge, namely Family Therapists, Psychologists, Social Workers, Psychiatrists, and Professional Counselors.

Discussion

This article sought to show the diversity of themes developed by the scientific community on health with lesbian and gay participants in the last 10 years. According to the results of this systematic literature review, the theme with the largest number of articles was identity, including gender or sexual identity, which occupied second place in Boehmer's (2002) systematic survey. This identity theme was the focus of analysis of most research in the seventies and eighties. While these studies are still considered important today (Nunan, 2003), controversy and debate still exist, questioning the classic notions of self and identity, as well as the homo/heterosexual dichotomy or fluidity.

The theme LGB Community and culture was found to be the second-largest category of articles. These results are consistent with the literature that emphasises the link of lesbian and gay people with the community and its role on the reduction of internalised homophobia, reducing the risks of stigmatisation, prejudice, and discrimination, thereby promoting personal and social

well-being, reiterating the theoretical assumptions of David Frost and Ilan Meyer (2012).

A more controversial theme, the aetiology of homosexuality, was found in third place. By contrast, the absence of research exploring the aetiology of heterosexuality suggests a psychopathologisation by the health professionals themselves (Moleiro and Pinto, 2009), even if often subtly, and occasionally more blatantly. This result is meaningful in the context of recent surveys of psychotherapist (e.g. in the U.K.) who still favour of use of conversion therapies and other sexual orientation change efforts, also found in this review (Moleiro and Pinto, 2009). These findings, however, seem to be in clear contradiction to the APA's affirmation that «same-sex sexual attractions, behavior, and orientations *per se* are normal and positive variants of human sexuality—in other words, they do not indicate either mental or developmental disorders» (APA, 2009: 2), and hence do not warrant specific explaining. They also collide with APA's support of affirmative multicultural treatments, and recognition of lack of support of interventions to change sexual orientation due to insufficient evidence (APA, 2009).

The literature review also suggests that, although methodological changes have been observed in research on sexual minorities (Plummer, 2011), on the whole homosexuality has continued to be theorised about in scientific literature in the last decade (Hunt, Matthews, Milson, and Lammel, 2006). This was evidenced by the exclusion of 25 articles through including the criterion «non-empirical article (i.e., literature reviews or theoretical articles)».

It should be noted that the results of the present study show the paucity and even absence of scientific production on some themes, such as issues related to adoption, reproduction, domestic violence, sexual dysfunction, and physical and sensory disabilities (Duke, 2011; Kuyper and Vanwesenbeeck, 2011).

The articles in the literature review in the specific realm of health point toward the conclusion that most health professionals have neither the technical nor the theoretical knowledge or the specific skills to work with people from minority groups, such as lesbian and gay people (Dunn and Abulu, 2010). The articles also indicated that health professionals consider heterosexuality as the norm for sexual orientation and neglected sexual health, sexual orientation, and sexual identity in the clinical process, as Naseer Haboubi and Nadina Lincoln (2003) have already described. These findings highlight research gaps and can reinforce the particularities of work with and of the care of lesbian and gay people in the health context, and considers the qualifications, the specific training, and the supervision of these professionals to be fundamental (Makadon, 2011; Moleiro and Pinto, 2009).

Finally, it is important to note that more than half of the studies in this literature review were done in the USA, which, following Cara Booker, Seeromanie Harding, and Michaela Benzeval (2011), makes it difficult to generalise the results, not only because of the cultural differences, but also the different subsamples of the gay and lesbian population.

Conclusion

One of the most interesting and relevant results of this study, and of the research with non-heterosexual population on health in the decade studied, seems to be related to the identification of lacunae in a series of domains. This was evident by the absence of publications addressing themes such as adoption, reproduction, domestic violence, sexual dysfunction, and physical or sensory disabilities. This illustrates the need for more research addressing these themes among this population, highlighting its diversity.

The invisibility of issues relating to sexual orientation on health practices and the imposition of heteronormativity, with implications for the care and treatment of lesbian and gay patients, are also noteworthy. The results also show the shortage of health professionals' specific skills and training in serving the lesbian and gay clients. Hence, there seems to be a need for continued deepening of the knowledge of this population, integrating this into universities' undergraduate and post-graduate programs as well as in training programs (Makadon, 2011; Moleiro and Pinto, 2009). This is in line with the guidelines for psychological interventions with sexual minorities, developed and updated by the APA (2011), in order to improve lesbian and gay clients' quality of life (World Health Organization, 2011).

The present study's limitations lie in the use of a single database and the exclusion of keywords such as «bisexual», «bisexuality», «men who have sex with men, men who have sex with men and women», «queer», «pansexual», «two-spirited» or «butch/femme». These aspects may have contributed towards limited interpretations of the results and difficulties in determining the existence of an advance in knowledge in this area. Future studies should aim to encompass various databases, in order to provide a specific view of the central, most studied categories, as well as the methodology used to this end, thereby contributing towards a greater understanding of the panorama of scientific production on this theme. In addition, the time frame of the search could be extended in order to ascertain the evolution of studies on the theme of homosexuality across time, particularly on health and, consequently, to establish the existence of a convergent pattern of intervention.

References

- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (2011), *Practice guidelines for LGB clients: guidelines for psychological practice with lesbian, gay, and bisexual clients*, American Psychological Association, [online] available at www.apa.org/pi/lgbt/resources/guidelines.aspx [retrieved on 15/01/2011].
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (2009), *Report of the American Psychological Association Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation*, American Psychological Association, [online] available at <http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf> [retrieved on 15/01/2011].

- Austin, Erika; Irwin, Jay (2010), «Health Behaviors and Health Care Utilization of Southern Lesbians», *Women's Health Issues* 20, 178-184.
- Barnard, Amy (2009), «Lesbians' Constructions of Depression», *Health Care for Women International* 30(5), 373-389.
- Boehmer, Ulrike (2002), «Twenty Years of Public Health Research Inclusion of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Populations», *American Journal of Public Health* 92(7), 1225-1230.
- Booker, Cara; Harding, Seeromanie; Benzeval, Michaela (2011), «A systematic review of the effect of retention methods in population-based cohort studies», *BMC Public Health* 11, 249-260.
- Cochran, Susan; Mays, Vickie (2007), «Physical Health Complaints among Lesbians, Gay Men, and Bisexual and Homosexually Experienced Heterosexual Individuals: Results From the California Quality of Life Survey», *American Journal of Public Health* 97(11), 2048-2055.
- Duarte-Vélez, Yovanska; Bernal, Guillermo; Bonilla, Karen (2010), «Culturally adapted cognitive-behavior therapy: integrating sexual, spiritual, and family identities in an evidence-based treatment of a depressed Latino adolescent», *Journal of Clinical Psychology* 66(8), 895-906.
- Duke, Thomas (2011), «Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youth with Disabilities: A Meta-Synthesis», *Journal of LGBT Youth* 8(1), 1-52.
- Dunn, Marian; Abulu, John (2010), «Psychiatrists' Role in Teaching Human Sexuality», *Academic Psychiatry* 34(5), 381-385.
- Frost, David; Meyer, Ilan (2012), «Measuring Community Connectedness among Diverse Sexual Minority Populations», *Journal of Sex Research* 49(1), 36-49.
- Goldfried, Marvin (2001), «Integrating lesbian, gay, and bisexual issues into mainstream psychology», *American Psychologist* 56, 977-988.
- Haboubi, Naseer; Lincoln, Nadina (2003), «Views of health professionals on discussing sexual issues with patients», *Disability and Rehabilitation* 25, 291-296.
- Hemingway, Pippa; Brereton, Nic (2009), *What is a systematic review? What is...? series Haywood Medical Communications*, [online] available at <http://www.medicine.ox.ac.uk/bandolier/painres/download/whatis/Syst-review.pdf> [retrieved on 23/12/2011].
- Hunt, Brandon; Matthews, Connie; Milsom, Amy; Lammel, Julie (2006), «Lesbians with physical disabilities: A qualitative study of their experiences in counselling», *Journal of Counseling and Development* 84, 163-173.
- Kertzner, Robert; Meyer, Ilan; Frost, David; Stirratt, Michael (2009), «Social and psychological well-being in lesbians, gay men, and bisexuals: the effects of race, gender, age, and sexual identity», *American Journal of Orthopsychiatry* 79(4), 500-510.
- Khan, Khalid (2001), *Undertaking Systematic Reviews of Research on Effectiveness: CRD's Guidance for those Carrying Out or Commissioning Reviews*, NHS Centre for Reviews and Dissemination, University of York.
- Kuyper, Lisette e Vanwesenbeeck, Ine (2011), «Examining Sexual Health Differences between Lesbian, Gay, Bisexual, and Heterosexual Adults: The Role of sociodemographics», *Sexual Behavior Characteristics, and Minority Stress. Journal of Sex Research* 48(2-3), 263-274.
- Makadon, Harvey (2011), «Ending LGBT invisibility in health care: the first step in ensuring equitable care», *Cleveland Clinic Journal of Medicine* 78, 220-224.
- Moleiro, Carla; Pinto, Nuno (2009), «Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas», *ex aequo* 20, 159-172.

- Mulé, Nick *et al.* (2009), «Promoting LGBT health and wellbeing through inclusive policy development», *International Journal for Equity in Health* 8, 18.
- Nunan, Adriana (2003), *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*, Rio de Janeiro, Caravansarai.
- Plummer, Ken (2011) «Critical humanism and queer theory. Living with tension», in Norman Denzin; Yvonna Lincoln (Org.), *The Sage Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage, 195-207.
- Robert, Li (2010), «Barriers to Optimal Care between Physicians and Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Questioning Adolescent Patients», *Journal of Homosexuality* 57(6), 730-747.
- Tjepkema, Michael (2008), «Health care use among gay, lesbian and bisexual Canadians», *Health Reports* 19(1), 53-64.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2011), *Guiding Principles for National Health Workforce Strategies. Global Health Workforce Alliance*, [online] available at http://www.who.int/healthsystems/round9_6.pdf [retrieved on 23/11/2011].

Mónica José Abreu Sousa. MSc. in Psychology.
Monic4sous4@gmail.com

Carla Moleiro. Ph.D. in Clinical Psychology. Assistant Professor at the Lisbon University Institute ISCTE-IUL / CIS-IUL, Department of Social and Organizational Psychology; School for Social Sciences and Humanities.
carla.moleiro@iscte.pt

Correspondence Address: Carla Moleiro – Department of Social and Organizational Psychology – ISCTE-IUL (box 310). Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisbon, Portugal. carla.moleiro@iscte.pt, phone: +351 21 790 3216; fax: +351 21 796 4710.

Artigo recebido em 30 de julho de 2014 e aceite para publicação em 22 de outubro de 2014.

HOME-BASED SEX EDUCATION. THE CASE OF FAMILY INTERGENERATIONAL RELATIONS IN POLAND

Joanna Ostouch-Kamińska and Iwona Chmura-Rutkowska

Faculty of Social Sciences, University of Warmia and Mazury, Poland
Faculty of Educational Studies, Adam Mickiewicz University, Poland

Abstract

In school practice, sex education is often a field of stereotypes. Also, very little is known about the quality and content of home-based sex education. Therefore, the objective of this research was the analysis of gender socialization experiences of young men and women in their families of origin. The quantitative and qualitative analyses of very detailed questionnaires were made in the context of the «null curriculum» theory proposed by Eisner (1979). The research showed that, in families, of every fifth man and every sixth woman, sexuality and sex activity were taboo topics. Parents tended to educate – mostly according to gender stereotypes – girls rather than boys, who gained their knowledge about sex either from peers or erotic media.

Keywords: sex education, sexuality, gender socialization, family relations.

Résumé

L'éducation sexuelle en famille. Le cas des relations familiales intergénérationnelles en Pologne

Dans les pratiques scolaires, l'éducation sexuelle fait souvent l'objet de stéréotypes. De même, beaucoup reste à apprendre sur la qualité et le contenu de l'éducation sexuelle dans le cadre familial. Par conséquent, l'objectif de cette recherche a été d'analyser les expériences de socialisation genrée de jeunes femmes et jeunes hommes, dans leurs familles d'origine. L'analyse quantitative et qualitative de questionnaires repose sur la théorie du «curriculum nul» d'Eisner (1979). Les résultats montrent que, pour tous les cinq hommes et toutes les six femmes, la sexualité et l'activité sexuelle sont des sujets tabou au niveau familial. Les parents éduquent – en se basant sur les stéréotypes de genre – les filles, plus que les garçons. Ces derniers accumulent de la connaissance sur le sexe soit des pairs, soit des médias érotiques.

Mots-clés: éducation sexuelle, sexualité, socialisation genrée, relations familiales.

Resumo

Educação sexual em contexto familiar. Um estudo das relações intergeracionais em famílias da Polónia.

Na prática escolar, a educação sexual é habitualmente um campo fértil para os estereótipos. Sabe-se pouco também acerca da qualidade e conteúdos da educação sexual realizada em contexto familiar. Por este motivo, o objetivo da presente investigação consiste em analisar as experiências de socialização em função do género de homens e de mulheres jovens nas suas famílias de origem. As análises quantitativas e qualitativas de dados, recolhidos através de questionários, foram feitas no âmbito da teoria do «currículo nulo» de Eisner (1979). A investigação mostrou que para um quinto dos homens e para um sexto das mulheres a sexualidade e a atividade sexual eram tabu. Pais e mães tendiam a educar – em consonância com os estereótipos de género – mais as raparigas do que os rapazes, procurando estes informar-se junto dos pares e dos meios de comunicação eróticos.

Palavras-chave: educação sexual, sexualidade, socialização de género, relações familiares.

Introduction

In Poland, as in other countries all over the world (Bragg, Buckingham, Russell e Willett, 2011), the progressive lowering of the age of sexual initiation is observed. Research conducted in Poland within the global project of World Health Organization – Health Behaviour in School-aged Children (Currie, Gahhain e Godeau, 2009: 131-139) as well as data collected by Zbigniew Izdebski (2012) indicate that at present in Poland 20 percent of 15- and 16-year-old boys and 14 percent of girls at the same age engage in sexual activity. In comparison with the year 1990, the percentage of girls who have already had sexual initiation at the age of 15-16 increased almost threefold. Girls in the 17-18 age group also show greater dynamics of sexual initiation¹⁸. In 1990, 18 percent of girls at that age started having sex, while in 2010 the percentage doubled to reach 38.5. As regards boys at the same age, 36 percent were passed sexual initiation in 1990, whereas in 2010– 45.3 percent (Ibidem).

According to the latest research by the Ponton Group Sex Educators, young people hold strong stereotypical beliefs on sexuality, and their knowledge about sex often comes from pornographic materials (Skonieczna, 2014). In the wake of the digital revolution, both knowledge about sexuality and various information that may have adverse influence on the development of young people have become easily accessible. Various research studies conducted in Poland in recent years show that 70-80 percent of Polish youths aged 12-17 find pornographic materials on the Internet (50 percent of boys and 28 percent of girls find such materials quite often), including child pornography (Kunicka-Michalska, 2005). Children and very young people are exposed to child grooming and sexual violence both in the virtual and real world (Richter, 2010; Martino e Pallotta-Chiarolli, 2005).

One possible solution to those problems is sex education free from stereotypical beliefs on gender relations (Helmer, Senior, Davison e Vodice, 2015). Although Poland, as other countries in the European Union, is obliged to provide sex education at schools, not only by internal regulations but also by international obligations, such school subject is actually absent from the majority of schools (Chomczyńska-Rubacha, 2010). Sex education classes do not feature in the curriculum at all, and if they do, only a few hours are devoted to the topic of sexual and gender relations. The classes are often taught by unqualified teachers and therefore such lessons present little methodical value. They are also strongly saturated with ideology. Moreover, textbooks recommended by the Ministry of National Education propagate stereotypes concerning gender-related roles and features (Chomczyńska-Rubacha, 2011). They promote double standards of socially accepted ways of meeting sexual needs by men and women, traditional and patriarchal model of a family and they are biased against homosexuals. The picture of reality is idealistic and based on wishful thinking, and it has little to do with actual problems of children and young people (Pankowska, 2009; Sadker e Silber, 2007).

In the public debate, sex education became one of the ideological tools used in political struggle. The changes of governments were followed by changes in the concept of what sex education at schools should look like, when it should be launched and how it should be presented to students. In Poland, sex education was first included in the curriculum in 1969 and at the very beginning it was taught as part of other subjects such as biology, Polish language, and lessons with the class tutor. In 1973, a new optional subject called «Preparation for life in the socialist family» was introduced, which, as previously, had a secular character. In 1981, sex education ceased to be a separate subject and it was to be taught during lessons with the class tutor (19 hours) by methodologically unprepared tutors. Together with the political transitions, the concept of sex education at school changed as well. Since 1994 the secular approach has been replaced by a model rooted in the Catholic perception of the family and sexuality. After a subsequent transition in 1997, the left-wing government obliged the Ministry of National Education to introduce the subject called «Knowledge of human sex life» with a statutory number of hours. Unfortunately, no money was assigned for the implementation of this regulation. Another government was formed – this time a right-wing one – which amended the «Act on Family Planning, protection of human life and permissibility of abortion» for the third time, which resulted in another turn towards the Catholic model of sex education. In 1998, the subject was called «Preparation for family life». In order to participate in the lessons (if they take place), children and young people need to have their parent's consent. The quality and the way of transmitting knowledge of sex still depends on the point of view of the school principal (Chomczyńska-Miliszkievicz, 2002).

In school practice, sex education is often an area of ideological distortion, lies, stereotypes, constraints, things unspoken (Weaver, Smith e Kippax 2005; Chmura-Rutkowska, 2014) or it is just Eisner's «null curriculum» (Eisner, 1979), which is something that school cannot provide. If we agree that sex life is not only an important element of relationship and love between two people, but it is also a health, ethical, legal, esthetic and social problem, the absence of sex education poses a threat to positive personality development, the ability to create healthy and satisfactory relationships and proper functioning in society. Since sex education, being part of knowledge about a human being, is often neglected at school, the question arises: what does sex education as part of gender socialization look like at homes and in families (see: Walker, 2004)?

Home-based sex education – the context of the research

Before we started our research on home-based sex education, there had been no research on that issue in Poland at all. That is why we decided to analyze intergenerational relations in Polish families through the process of transmitting gender roles, focusing on the part of that process which is connected with sexual-

ity. So the objective of the conducted research was to analyze socialization experiences of young men and women concerning home-based sex education. It was also supposed to answer the question: to what extent were fathers and mothers involved in their children's sex education? Did the sex of the parents and the children affect the content and quality of messages addressed to the young people? How do young people evaluate the quality of home-based sex education? How do they perceive its impact on their self-acceptance, gender relations and emotions they derive from their sex life?

In order to answer those questions, we made quantitative and qualitative analysis of very detailed anonymous questionnaires with a lot of open-ended questions filled in by a group of 45 women and 43 men who were first-year students at Adam Mickiewicz University in Poznań and the University of Warmia and Mazury in Olsztyn. All respondents were Polish, aged between 19 and 21. Developmental psychology categorizes people at this age as young adults. One of the main developmental tasks of this stage of life is creating intimate relationships based on love, trust, and sex (Havighurst, 1972). Young adults want to share their identities with others, they experiment with roles, look for close relationships, partnership and affiliation. They are ready to take responsibilities and to develop devotion to a partner, connected with keeping intimate relationships with other people. This is the stage in which they can develop their sexuality in a relationship with a partner they love (Levinson, 1986; Newman e Newman, 2009). The additional criteria for selecting the respondents among first-year university students was the fact that young people in Poland start their independent life when they leave their family homes to study, and they are physically separated from their parents. This is the time when they often for the first time make their own choices and use schemes internalized during socialization.

The results were analyzed from the qualitative and quantitative perspective, with a focus on qualitative analysis in this article. In the quantitative part of the analysis, by means of χ^2 test, we measured the significance of relations between the following variables: independent ones – respondent's sex (male or female), respondent's parent's sex (male or female), parent's education, size of respondent's hometown, as well as dependent ones – the number of topics brought up during discussions by mother/father on their own initiative; age of the respondent when their mother/father started to talk about sex with their children; the person to whom the respondent addressed their questions about sex; the sources of information the mother/father referred to; the range of topics broached by mother/father on their own initiative while talking with their children, age of the respondent when their mother/father started to talk about sex with their children on their own initiative.

Using the mentioned above non-parametric test for the comparison between observed frequencies and expected frequencies of answers from the groups, all conclusions were drawn on the basis of significant differences that were found. The dependence was measured with the use of V-Cramer coefficient. The strongest

relations were recorded between parent's sex and the number of topics brought up in conversations initiated by the children (V Cramer = 0.49) and between respondent's sex and the person they turned to in order to get information about sex (V Cramer = 0.60). The answers to open-ended questions were analyzed with reference to qualitative content analysis.

In the following part of the article we present our analysis, discussing achieved results with their interpretation, that is compatible with the logic of narration adopted in the whole article. It is ended with the conclusions and reflections for the future studies.

Conversation topics between parents and children

The research showed that in case of every fifth male respondent and every sixth female respondent, the topic of sex was never brought up by parents (either mothers or fathers). Furthermore, the research proved that in Polish households, mothers are responsible for sex education of both sons and daughters, and that mothers more often than fathers started the topic of intimate life. Fathers, on the other hand, seldom – if ever – initiated that kind of conversations. When they did, they spoke only with their sons. When it comes to the daughters, they hardly ever or never talked about sex with their fathers. It turned out that knowledge about sex is shared between women: the mother and the daughter.

Mothers usually talked with their daughters about problems connected with puberty (64% of female respondents), love (64% of female respondents), fertilization, pregnancy and childbirth (58%) and the methods and efficiency of contraception (42%). Concerning female responses, fathers usually talked about love (20%), responsibility and trust in intimate relationships (11%), prostitution (11%), sex-related crimes (11%) and pornography (9%) (so called «3P syndrome»: *prosty-tucja – przestępstwa seksualne – pornografia* – prostitution, sex-related crimes, pornography). In the case of male respondents, the subjects initiated by mothers concerned love (56%), methods and efficiency of contraception (30%), topics related with fertilization, pregnancy and childbirth (30%), sexual initiation (28%), whereas fathers were willing to talk about methods and efficiency of contraception (26%), love (26%), sexual initiation (23%) and pornography (21%). In conversations with daughters, parents very seldom discussed the issues connected with legal regulations concerning sex life and forms of sexual activity, whereas while talking with sons, both mothers and fathers avoided the topic of communication in intimate relationships.

The biggest discrepancy between the male and female respondents as to the topics initiated by parents concerned the process of puberty and the problems arising from it: 64% of mothers and only 7% of fathers (!) brought up this topic whilst talking with their daughters. Regarding the sons, this topic was broached by 23% of mothers and 12% of fathers. Responsibility and trust is discussed more

frequently (40% of mothers and 11% of fathers). Only 16% of mothers and 5% of fathers talked about responsibility with their sons. 20% of mothers and 4% of fathers discussed the problem of dealing with peer pressure in relation to sex life with their daughters, whereas only 7% of mothers and fathers talked about this issue with their sons.

Analyzing the age of the respondents at which parents started talking with them about sex, the research showed that fathers started (and finished) sex education of their daughters when the girls were about 15 years old. What is interesting, this topic rarely came up as the girls were getting older. 15-year-old boys indicated that the most frequent topic connected with sex education that cropped up in conversations with their fathers was pornography. Fathers started such conversations when their sons were 12 and continued through the entire age of puberty. When their sons were 17, fathers concentrated on contraception and sex initiation. Mothers started to talk with their daughters about sex when the girls were 10 years old and with sons when they were 12, and just carried on with this topic. For fathers, the sex of the child (male or female) made a bigger difference than for mothers, and therefore they, unlike mothers, selected the topics depending on whether the child was a girl or a boy.

Sources of information about sex

In our research, we also intended to find out to whom the respondents addressed the problems and questions concerning sex life before their parents managed (or not) to initiate such conversations. The girls most often confided in their mothers (76% of female respondents). For boys, their friends (30% of male respondents) and girlfriends (19% of male respondents) were the most common sources of information about sex. The boys were more willing to talk about their problems with their girlfriends and fathers than mothers. In general, the girls more often than the boys sought information from other people, they talked about sex with their peers (53% with female friends and 7% with boyfriends). The men, unlike the women, equally often addressed their questions to their fathers (19%) and mothers (16%). The girls, on the other hand, were much more willing to talk to their mothers (76%) than to their fathers (only 7%). As we can see, the difference is quite significant. As many as 28% of the male respondents (and only 2% of the female ones) did not discuss their problems with anyone (they did not need to, they could not, they felt embarrassed, or they thought others could not help them, etc.). Regarding siblings, the girls sought advice from their elder sisters (31%), and the boys from elder brothers (11%). At the same time, sisters were more credible for the girls than brothers for the boys. 18% of the women, instead of searching for advice in their family and friends, confided in other people.

When parents did not want to or could not answer their children's questions concerning sex, they recommended books as the best source of useful information.

The most variable and the greatest number of sources were offered to the girls by their mothers. Only very few fathers recommended books to their daughters. Fathers were a little more involved in educating their sons, offering them mostly books (12%), magazines (5%) and brochures (5%). Mothers most often recommended additional sources to their daughters. In the case of sons, there was little difference between sources recommended to them by their mothers and fathers.

The respondents themselves were also involved in looking for sources of information about sex life on their own.

The girls looked for various available sources of information about sex more often. The most important sources for women (82%) were magazines (they mentioned women's and girls' magazines such as «*Twój Styl* [You Style]», «*Bravo Gir*», «*Nasza Miss [Our Miss]*»). Almost half of the men (44%) also searched for information in newspapers and magazines, but of a different kind. 47% of publications chosen by men were erotic and pornographic newspapers/magazines («*Twój Weekend*» [Your Weekend], «*Cats*», «*Playboy*», X-rated magazines). The most important source of information for boys was TV (the respondents mentioned a popular erotic show on Polish TV titled «*Różowa landrynka*»[– «Pink candy»]). The women also quite often chose TV as a source of information, but they did not mention any erotic shows. School, sex education classes, biology classes and the school nurse constituted an important source of information only for the women (22%).

Manners of parents-children conversations about sex

The polled women not only had more opportunities to talk about different aspects of sexuality with their parents, but also these conversations were rated definitely higher by them than by the men. The female respondents spontaneously pointed to their mothers (only one pointed to her father) as a person they could talk to if any questions or doubts concerning sex life cropped up.

Female 16: For sure my mom had a big influence, because I never talked about it with my dad. It was mom who showed me around sex life. For sure, she helped me a lot because I could ask questions and honestly talk about problems if I had any. She is a person who probably knows everything about my sex life («my first time», my partners...). She is my confidant when it comes to the intimate part of my life.

The most valued qualities of conversation were: openness, «being cool», and friendliness but also emotions which often prevailed in such talks such as discomfort and embarrassment, sometimes double entendres. Many of the women emphasized that these talks also had moral value, especially in the context of warnings and prohibitions. Objectivity and reliability of the content was

mentioned more seldom. As the child was getting older, «talks» or «lectures» were replaced by discussions.

On numerous occasions, the women emphasized that conversations about love and sex took place sort of «by the way» while they were spending time together with their mothers in the kitchen, doing chores or discussing other topics. Mothers tended to refer to their own experience and feelings. The women emphasized many times that their mothers were more willing to talk about love than sex, or they presented their opinion on sex from an emotional perspective:

F15: In general me and my mom talked a lot about boys, mom told me about herself, about her girlfriends – it was often in the form of a story for example «I remember when I was 15 and I thought probably like you do now, that boys are...

F14: Mom was embarrassed, confused, nervous, she presented a given topic from the point of view of feelings, soul – something beautiful, romantic.

The men also emphasized openness and reliability as well as prohibitions, warnings and embarrassment if such talks took place. Conversations with their fathers almost always revolved around protection against unwanted pregnancy and proper use of condoms. Mothers were described by the male respondents as those who expressed their fears, worries and care about their sons. Both parents, more often than it was with the girls, referred to their sons' moral values:

Male 11: Mother – how to say it ... with tenderness in her voice, as if she was talking to a little child.

M27: Mom is «a drama queen», she always admonishes me cause she worries about me and on top of that she doesn't know how to talk about it.

It needs to be emphasized that neither the male nor the female respondents experienced any verbal aggression from their parents while talking about sexuality. Silence and embarrassment were far more common in such situations.

Ways of behaving as boys and girls

Taking into account parents' view on behaviors which could attract the opposite sex, the respondents mentioned the looks. That was the message which mothers sent to their daughters most often. For young girls, mothers were authorities as for looks and clothes, although their tastes differed significantly, which sometimes caused conflicts:

F15: When we went shopping for clothes – my mom told me what kind of clothes I look feminine in. She liked me more in such «feminine» clothes, and I as a teenager preferred more casual look (...). We had a little fight.

F19: I could always trust my mom when it came to clothes or beauty products. She told me how to look better and more attractive. Every time I needed, she took me to a hairdresser or a beautician.

Messages concerning clothes were most often related to stereotypes of the image of the woman as a seducer and an object of desire. The women were also told how to behave with men and how to attract their attention. They were told to be mysterious, modest and hard to get, as well as not to provoke boys. Messages also referred to woman's appearance in connection with traditional roles of women, ascribed to them by culture. This was often expressed by their mothers:

F27: I should smile, be sweet and dress to look attractive – a top or a short skirt is just fine.

F11: Taking care of myself, my looks (...) learning to how to run a house, cook, how to keep my house and everything around me nice and clean.

F12: «Good food can win a man's heart».

At the same time, however, the women emphasized the importance of being natural, being oneself against the odds and believing in what is right for them. They were supposed to search for inner beauty instead of looking for approval of other people, especially men. Only three women claimed that their mothers had also found intellectual and spiritual development important. They also told their daughters to work on their personality as the most important quality in a woman's life. However, this «rich» inner life was to attract men. If a man does not appreciate the daughter's rich personality, he is not worthy of her attention according to the mothers.

Fathers of the female respondents, were in their opinion much more reserved about revealing their thoughts. When they talked with their daughters, they mainly focused on taking care of appearance. In the respondents' fathers' opinion, clothes should be natural, neat and modest, otherwise they would discourage the opposite sex. According to one respondent's father, sex appeal was mostly about taking care of her partner.

In the group of men, the answers were different from those of the women's. Most of all, sons were told by their fathers how to behave in order to attract women's attention. Messages conveyed by fathers concerned stereotypical image of manhood and behaviors which were culturally defined as manly. Some messages provided general hints about hygiene, appearance and ways of behaving:

M12: Hygiene, sense of humor, brains and wit.

M17: «Stand up straight son, take some money».

M40: A man needs to be tough, wear nice clothes, use perfume.

Only one respondent was taught by his father to be nice to girls, respect them and not to force them to anything.

Mothers seldom mentioned respect as well. They usually told their sons about hygiene and appearance:

M7: Manhood is about wit, nice personality and a big smile.

M17: «Take a shower, shave, change your socks (...), be courteous».

M37: «Take care of your teeth».

M21: «Son, a woman should be intelligent, she should understand you well, and share your sense of humor; she should be patient».

If the topic of behavior came up, it also concerned some stereotypical images of manhood or womanhood, just as in the case of fathers' opinions.

The importance of home-based sex education

Asked which of the messages concerning sex life they found valuable, the respondents provided answers, which were usually general: «all of them» or «none of them». The first answer referred to mothers, the other to fathers. The students admitted that it was difficult to evaluate something that in fact did not exist, or messages which were conveyed in an atmosphere which did not encourage openness or talk about their intimate life. For the women, the advice concerning feelings, maturity necessary for starting sex life, and also the role of the partner was extremely valuable:

F8: She was right when she told me it is worth to wait until I'm mature enough for sex. That it is something important but only when we love and trust our partner. I'm grateful to her that she taught me such values.

F43: I decided to start my sex life later than most of my friends and I avoided mistakes and traumas. In this case telling me: «you are too young» helped.

The female respondents found equally valuable conversations on the following topics: contraception, critique of treating sex instrumentally, importance of self-respect, respecting their own body, especially in the context of future motherhood, being faithful to their values and resisting peer pressure and also information about puberty and changes in a teenagers' body. The women were grateful to their mothers for their advice and talks. Probably, with time and taking into account their own experience, the female respondents can understand their mothers' motivation as well as the meaning of their words much better.

The messages received from their fathers were rated very poorly:

F11. My dad never talked a lot about sex issues.

F43: No comments. But at least I had fun.

The women, however, emphasized their fathers' input in their understanding differences between the world of sex for men and women, and also in their developing self-respect and respect towards their bodies. Two of the respondents, even though they did not talk about sex with their fathers, observed the parents' attitude towards each other and paid attention to the fathers' attitudes toward their wives – the respondents' mothers, and vice versa. They learnt more by observation than by direct relations with their fathers.

The male respondents highly valued their mothers' opinions about contraception, relations between love and sex and also responsibility and prudence concerning sex life. They also emphasized remarks concerning proper attitude and the way of treating their partners. One of the respondents also admitted that the most important for him was the attitude of his mother towards his father and that it taught him the most. In the respondents' opinions the most valuable information they got from their fathers – just like in the case of messages received from their mothers – concerned contraception, being cautious in sex life, and also respect for women.

In particular, huge differences in sex education of boys and girls were disclosed in the answers to the question: how did home-based sex education influence your approach towards sex and your satisfaction from sex life? It turned out that, unlike the women, the men in general rated parental opinions as totally insignificant, «hopelessly low», «almost none» or negative:

M5: In fact, I don't see any major impact of parents' lessons on my decisions and well-being in my sex life. Well, maybe only negative – I am not able to talk openly about sex, I'm at a loss for words, I don't know many things. This must be a legacy from my parents.

M6: In fact, scarce information about sex life intensified my low self-esteem, which strongly influenced my later relationships with women.

M12: Influence? Rather none – they didn't distort anything.

Only three men rated the influence of parental sex education as important and positive. The rest of them emphasized that other sources and people had bigger impact than their parents. In this context they often mentioned that the parents started to talk about sex too late:

M1: When it comes to sex, my elder brother had a bigger influence on me.

M28: My friends had a bigger influence on me. We started to talk about sex much earlier and they were more open than my parents.

The most disquieting, in the context of the future role of a father, seem to be opinions in which young men approve of the lack of sufficient sex education at home:

M16: Let's say that parents didn't particularly interfere but with hindsight, I think that it was ok. We just let each other know that «it was clear what's going on» and there was no need to talk.

M11: My parents never talked with me about sex, but I do think they didn't need to.

Over half of the women (and only 3 men) admitted that their parents' messages had considerable and positive influence on their attitudes to and behaviors in sex life. While talking about consequences of home-based sex education, the women emphasized the following qualities: wisdom, maturity, responsibility, ability to avoid mistakes, respect for their own body and honesty in talking about sex. Thanks to these conversations they learned not to treat sex or partners instrumentally, how to enjoy sex and use contraception, how not to perceive it as something wrong, sinful or shameful. However, there were a few female respondents who claimed that home-based sex education had «little» or «none» or even negative influence on them:

F16: I regret to admit that the knowledge my parents gave me only slightly influenced my approach towards sex. I had to learn everything by myself. I learned how to use this knowledge on my own mistakes.

F14: I had huge gaps in my knowledge plus the feeling that women in relationship with men are bound to «suppress» their emotions, behaviors. I know, I feel that I should think for myself and for my partner because he cannot be trusted. It's silly, but this is what I do.

Nearly one third of the women and only few men declared that they would not change anything in home-based sex education if they were parents. Once again it turned out that girls much more often than boys experience positive, open and responsible talks with their parents (especially mothers) about sex. But some of them declared that some changes should be made. Both the men and the women stated that such conversations should take place much more often. Especially the men emphasized that those conversations should take place at the right time and not too late, as it was in their case. They also missed openness when talking with their parents:

F8: For sure, I would talk more about details concerning sex. I wish my children would talk to me about every doubt and about their reservations, experience. More about contraception and «technical» issues.

F10: I would treat this topic as something normal and natural, I wouldn't avoid it. I wouldn't try to make this topic embarrassing and necessary to hide.

M17: If I were a father, I would definitely talk more with my child – about every topic – also about sex.

M 19: First of all, I would avoid preaching, and I wouldn't pose any obstacles.

It is disquieting that many of the men who had little or no home-based sex education think that initiative should be left to children, who «will ask if they want to know, and if they don't ask, it means that they know». They also stated that they would use additional sources of information more often. In opinions expressed by them, parents should not be too involved in home-based sex education of their children. At the same time, both male and female respondents expressed their worries that they would not be able to raise their children better than their parents did because they lacked good role models to follow:

F15: I think that parents should talk about most things concerning sex even with a small child – of course, at the appropriate level. But where can we learn this?

M5: I wish sexual development were one of many topics from the very beginning. But I don't have a good role model in this matter. I'm afraid that despite my good will, I will fail as a father.

The respondents' dilemmas reflect reproduction of parental educational inability in sex education. They also show that without support from other educational institutions, the family – rooted in traditional, stereotypical culture – has problems with preparing young people for life in the sphere of intimate relationships and for making use of their sexuality in a safe and healthy way.

Conclusions

The analysis shows the complexity of the issue of home-based sex education. Socialization to gender-related roles is effected by many factors. One of the most significant is primary socialization in a family. Meanwhile, our research shows that for every fifth male respondent and for nearly every sixth female respondent sex is still a taboo topic in their homes – parents did not even try to talk about it. The respondents' fathers turned out to be «the great absentees». The burden of educating children in the sphere of sexuality fell on mothers. Both girls and boys seem to be almost left alone regarding one of the most important spheres of life – their sexuality and gender relations.

If we treat home-based sex education as part of gender socialization, we can note that our research confirms different treatment of girls and boys by parents. Mothers and fathers do so because they have an idea marked by gender stereotypes about what girls and boys should like, look like and how they should behave (Bem, 1993) – also in the sphere of sexuality. Daughters are treated with care and sensitivity, they find more understanding, they are encouraged to show emotions, and are instructed in physical appearance. Sons are encouraged to activity and to control their emotions. Boys' aggressive behaviors and competitive attitudes are tolerated as part of masculine socialization. Advice given by parents is mostly connected with the traditional model of marriage and the fam-

ily. The results of such socialization are different behaviors and perceptions of gender roles – in the case of women, it is often lower self-esteem and lower level of aspirations, and the side effect – strengthening the belief that this situation is natural and should not/cannot be changed (Bradley, 2007).

Human sexuality, just like any other area of life, could be a source of many problems, failures and also pathology. Lack of knowledge and skills to express and fulfill human sexuality in a healthy and socially accepted way is a significant psychological and social problem. Therefore, the presented results of the research are disturbing (especially regarding young men) and provoke questions about the consequences of incompetent and stereotypical home-based sex education in the time of rapid social, cultural and gender order changes. Therefore, it is important to break the taboo and the silence surrounding sex education and leave stereotypical or ideological opinions on human sexuality and gender relations behind. We also believe that this task is school's responsibility in cooperation with a family. If we want to know how this area has been changed within years, more research should be done on home-based sex education, regarding for example parents' attitudes towards sexual development of sons and daughters, parents' communication competencies, as well as their ways of developing the relations with adolescents as a basis of informal learning in a family in general. Reproducing lack of knowledge in this area may result in pathology/suppressed development which will have to be dealt with on both individual and social levels.

References

- Bem, Sandra L. (1993), *The lenses of gender: Transforming the debate on sexual inequality*. New Haven, CO, Yale University Press.
- Bradley, Harriet (2007), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Bragg, Sara; Buckingham, David; Russell, Rachel and Willett, Rebekah (2011), «Too much, too soon? Children, 'sexualization' and consumer culture», *Sex Education: Sexuality, Society and Learning* 11(3), 279-292.
- Chmura-Rutkowska, Iwona (2014), «Conspiracy of Silence. The Loneliness of Victims of Sexual and Gender-based Violence in Polish Junior High Schools», *Forum Oświatowe* 51, 113-127.
- Chomczyńska-Miliszkievicz, Mariola (2002), *Edukacja seksualna w społeczeństwie współczesnym. Konteksty pedagogiczne i psychospołeczne [Sex Education in Contemporary Society. Pedagogical and Psychosocial Contexts]*, Lublin, Wydawnictwo UMCS.
- Chomczyńska-Rubacha, Mariola (2011), «Podręczniki jako przedmiot badań genderowych (feministycznych) [Textbooks as Objects of Gender (Feminist) Studies]», in Mariola, Chomczyńska-Rubacha (ed.), *Podręczniki i poradniki. Konteksty. Dyskursy. Perspektywy [Textbooks and Guidebooks. Contexts. Discourses. Perspectives]*, Kraków, Oficyna Wydawnicza «Impuls», 31-48.
- Chomczyńska-Rubacha, Mariola (2010), «Standardy rozwojowe edukacji seksualnej [Standards for Development of Sex Education]», *Studia Edukacyjne* 12, 147-162.
- Currie, Candace; Nic Gabhainn, Saoirse and Godeau, Emmanuelle (2009), «The Health Behaviour in School-aged Children: WHO Collaborative Cross-National (HBSC)

- Study: origins, concept, history and development 1982-2008», *International Journal of Public Health* 54, 131-139.
- Eisner, Elliot W. (1979), *The Educational Imagination*, New York, Macmillan.
- Havighurst, Robert J. (1972). *Developmental Tasks and Education*. New York, McKay.
- Helmer, Janet; Senior, Kate; Davison, Belinda and Vodic, Andrew (2015), «Improving sexual health for young people: making sexuality education a priority», *Sex Education: Sexuality, Society and Learning* 15(2), 158-171.
- Izdebski, Zbigniew (2012), *Seksualność Polaków na początku XXI wieku. Studium badawcze [Sexuality of Poles at the Beginning of the 21st Century. Research Study]*, Kraków, Wydawnictwo UJ.
- Kunicka-Michalska, Barbara (2005), *Przestępstwa przeciwko wolności seksualnej i obyczajności popełniane za pośrednictwem systemu informatycznego [Offences against sexual freedom and decency committed via the Internet]*, Wrocław, Wydawnictwo Ossolineum.
- Levinson, Daniel J. (1986), «A conception of adult development», *American Psychologist* 41(1), 3-13.
- Martino, Wayne and Pallotta-Chiarolli, Maria (2005), *Being normal is the only way to be: adolescent perspectives on gender and school*, Sydney, University of New South Wales Press.
- Newman, Barbara M. and Newman, Philip R. (2009), *Development Through Life: A Psychosocial Approach* (10th ed.), Belmont, CA, Wadsworth.
- Pankowska, Dorota (2009), «Obraz systemu ról płciowych w polskich podręcznikach dla klas początkowych», in Lucyna Kopciwicz, Edyta Ziarkiewicz (Eds.), *Koniec mitu niewinności? Płeć i seksualność w socjalizacji i edukacji [The End of Innocence Myth? Sex and Sexuality in Socialization and Education]*, Warszawa, Eneteia, 29-67.
- Richter, Matthias (2010), *Risk Behaviour in Adolescence: Patterns, Determinants and Consequences*, Wiesbaden, VS-Verlag.
- Sadker, David and Silber, Ellen S. (Eds.) (2007), *Gender in the classroom. Foundations, skills, methods, and strategies across the curriculum*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- Skonieczna, Joanna (2014), *Sprawdzian (z) WDŻ, czyli jak wygląda edukacja seksualna w polskich szkołach. Raport z badań [Testing «Education for Family Life», or what sex education in Polish Schools looks like]*, Grupa Edukatorów Seksualnych Ponton, [on line] available in address http://ponton.org.pl/sites/ponton/files/pdf/2014/PONTON_raport_jaka_edukacja_2014.pdf [seen on 22.01.2015]
- Walker, Joy (2004), «Parents and sex education – looking beyond ‘the birds and the bees’», *Sex Education: Sexuality, Society and Learning* 4(3), 239-254.
- Weaver, Heather; Smith, Gary and Kippax, Susan (2005), «School-based sex education policies and indicators of sexual health among young people: a comparison of the Netherlands, France, Australia and the United States», *Sex Education: Sexuality, Society and Learning* 5(2), 171-188.

Joanna Ostrouch-Kamińska. PhD – associate professor; head of Department of Research on Family and Social Inequalities; vice-president of Polish Pedagogical Association; a convenor of European Society for Research on the Education of Adults Network on Gender and Adult Learning. Her interests are gender socialization, informal learning, and family relations.

University of Warmia and Mazury in Olsztyn, Faculty of Social Sciences, ul. Żołnierska 14, 10-561 Olsztyn, POLAND. joanna.ostrouch@uwm.edu.pl

Iwona Chmura-Rutkowska. PhD – assistant professor of pedagogy and sociology at the Faculty of Educational Studies, Adam Mickiewicz University in Poznań (Poland); board member of the Interdisciplinary Center for Gender and Identity Studies. She runs national research projects: peer gender – and stereotype-based violence in Polish junior high schools, and absence and stereotyped images of women in junior high school history handbooks.

Ul. Os. Zwycięstwa 22j/96, 60-650 Poznań, POLAND. ichmurka@wp.pl

Artigo recebido em 19 de março de 2015 e aceite para publicação em 14 de julho de 2015.

Recensões

Simas, Rosa M. Neves (coord.), (2014), *A Vez e a Voz da Mulher. Relações e Migrações*, Lisboa, Colibri, 340 pp.

Maria Beatriz Rocha Trindade

Prof.^a Catedrática/Universidade Aberta – Investigadora Sénior/CEMRI.

O livro *A Vez e a Voz da Mulher. Relações e Migrações*, coordenado e organizado pela socióloga Rosa N. Simas, Professora da Universidade dos Açores, foi editado pelas Edições Colibri em dezembro de 2014. O seu lançamento viria a ter lugar, no âmbito do VII Congresso Internacional «A Vez e a Voz das Mulheres Migrantes em Portugal e na Diáspora: Mobilidades, Tempos e Espaços», que decorreu na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2015). Uma atividade académica que dá continuidade a um programa, oportunamente lançado por Manuela Marujo, Professora da Universidade de Toronto. Sem a sua persistência, capacidade de articulação institucional e qualidade de relacionamento pessoal tal não teria sido possível.

O tratamento de vários aspetos subordinados ao tema «mulher» confere-lhe atualidade e as migrações, que continuam a ser objeto de interesse político e científico, mantendo-se como um dos fenómenos sociais dominantes na cena internacional, merecem uma atenção privilegiada. O tema cuja amplitude permite albergar, várias aproximações, reflete observações e interpretações diversificadas selecionadas pelo critério de uma comissão científica que integrou docentes de diversas universidades. Coube à organizadora escolher os subtemas dos seis capítulos que o constituem, de modo a que não existisse sobreposição de assuntos mas antes articulações de natureza complementar.

No primeiro, «Vozes de Mulheres: Da Oralidade à Escrita», seis artigos trazem não só a oralidade que exprime o pensamento e o sentir de quem se pronuncia como a forma escrita que os consagra. Roseli Boschilia («Memória e Subjetividade: As Venturas e Desventuras de uma Emigrante Portuguesa») fala de deslocamentos intercontinentais e refere as reações e os sentimentos de uma migrante – Maria de Nazaré. As trajetórias por ela realizadas, registadas na sua memória, foram transmitidas segundo as regras da metodologia de pesquisa designada como «história oral». Sângela Hilarino analisa os «Múltiplos Olhares

de uma Imigrante Negra em Portugal». O trabalho que pode ser considerado um «estudo de caso» traduz a experiência de uma cabo-verdiana residente no país, expondo os problemas decorrentes do processo de adaptação.

A jornalista Nita Clímaco que hoje já muitos esqueceram ou mesmo desconhecem distinguiu-se no panorama literário português sobre a migração intraeuropeia. «Quando a Literatura Retrata a Diáspora Portuguesa em França» de Isabelle S. Marques reabilita a sua memória e permite lembrar como o romance pode constituir um poderoso auxiliar para a reconstituição da sociedade que lhe serve de pano de fundo. O percurso de «Ana Fontes: Uma Vida Suspensa de Muitas Pontes», por Maria A. C. Baptista dá conta da mobilidade que marca o percurso de uma mulher à frente do seu tempo. O pendor poético que caracteriza esta artesã mariense encontra-se patente em cadernos manuscritos que a autora procurou trazer à luz do dia. Cassilda T. Pascoal em «Quem tem Medo de Alice Moderno» equaciona a vida pouco convencional de uma notável açoriana que recusou sempre o papel secundário imposto pela sociedade da sua época. Dedicada a causas sociais deixou um importante legado reconstituído pela autora. A conjugação do mundo natural com o cultural é analisada em «Frances Dabney e Samuel Longfellow: A Natureza dos Açores numa Perspetiva Feminista e Ecocrítica», de Rosa M. N. Simas. O encadeado temático e a ilustração apresentados enfatizam o impacto da envolvimento da natureza dos Açores em dois jovens artistas norte-americanos induzindo o leitor a vivenciá-la.

O título «Comunicação: Da Carta à Internet» atribuído à Parte 2, com textos de Maria Izilda Matos, de Isaura Ribeiro e de Ana M. Diogo, explicita claramente o alinhamento escolhido, incidindo sobre a diversidade dos processos de comunicação. «Elos de Tinta e Papel: A Presença Feminina na Correspondência entre E/Imigrantes Portugueses» debruça-se sobre as missivas que sempre constituíram ponte transmissora de notícias e de sentimentos. Para conhecer as deslocamentos que ocorreram entre a sociedade de partida e a de acolhimento, relacionando passado e presente, foi utilizado um diversificado e valioso suporte escrito que integra não só as cartas de chamada como as cartas pessoais. «A Presença da Mulher na Internet», cuja introdução e evolução altera drasticamente a vida em sociedade, teve por base um estudo bibliográfico aprofundado, permitindo à autora trabalhar sobre resultados disponíveis que tiveram em conta as competências adquiridas, a regularidade do acesso, a construção de blogues e a presença nas redes sociais. «As Mães no Uso das Novas Tecnologias pelas Crianças: Protagonismo Feminino num Universo Masculino» revela a relação que ocupamos alunos no mundo digital, relacionando o contexto familiar de onde provêm e o espaço social onde se inserem com o grau de sucesso escolar atingido.

Os textos incorporados na Parte 3, de temática e abordagem muito diferentes, contemplam o tema: «Tradições, Artes e Saberes». Carmen Ponte lança um olhar de grande interesse sobre «A Questão do Género nas Romarias Quaresmais de São Miguel». A figura feminina enquanto romeira, que nos é dada a conhecer através das histórias vividas e cantadas pela literatura e pela arte, rela-

tam um riquíssimo conjunto de testemunhos escritos e orais graças à investigação realizada. Seguem-se as apresentações de Ilda Januário e Manuela Marujo sobre a comunidade portuguesa imigrada no Canadá. «Coroa e Bandeira: Mulheres e Homens nas Festas do Espírito Santo no Canadá», seleciona dois elementos fundamentais do culto próprio das Festas como objeto de estudo que não poderiam ter sido tratados de melhor forma. No quadro da religiosidade popular são assinaladas as expressões, as críticas, a discrepância e proibições resultantes de uma política tradicional que conseguiu reduzir ou quase excluir, a participação do sexo feminino nas Romarias do século XX. «Artes e Saberes Artesanais das Imigrantes Luso-Canadianas: Que Futuro?» reconhece no âmbito do quadro da arte popular a importância dos artesãos e das artesãs que conjugam memórias herdadas de uma infância, que teve lugar em espaços diferentes, com as práticas do viver atual. De entre as vertentes que pode assumir este tipo de trabalho, é dado relevo à função que ocupa como atividade profissional ou como terapia emocional.

Na Parte 4 é aberta a perspetiva de preservar a existência do trabalho artesanal através de acervos relacionados com a história da comunidade local. «Retratos de Mulheres: Da Música à Escrita» integra quatro textos relacionados com práticas artísticas femininas dando a conhecer a potencialidade oferecida pelos discursos musicais, pela imprensa local ou por revistas femininas. Em «Os Discursos (Re)Produzidos sob o Género Feminino na Música» Iran L. Nunes e Walkíria Martins prestam uma particular atenção aos elementos relacionados com as representações sociais de letras musicais. A reflexão final traz a lume a carga transportada pelas práticas discursivas que muitas vezes sendo tratadas como «inocentes» transportam afinal opiniões e conceitos sobre formas de ser, de agir e de pensar. Posteriormente, veja-se como 137 peças do jornal Açoriano Oriental e 71 do Correio dos Açores constituíram o *corpus* sobre o qual recaiu a análise feita por Ana C. Gil e Dominique Faria. «Representações da Mulher na Imprensa Regional Açoriana: O Caso Açoriano Oriental e do Correio dos Açores» dá a conhecer a forma como tem sido representada nos artigos publicados, raramente assumindo um lugar central no texto noticioso.

«Representações das Mulheres na Deportação» ressalta as considerações feitas à capacidade de apoio e suporte prestadas aos membros da família e as consequências de que são vítimas as mulheres se tal acontece a alguém a que se encontrem ligadas. A pertinência e atualidade do tema tornam particularmente oportuna a publicação do artigo de Ana T. Alves. Leonor S. Silva baseia em três pressupostos o artigo «Gatas Borracheiras Emancipadas? Representações de Mulheres em Duas Revistas Femininas Portuguesas». A persistência de idênticas prioridades temáticas nessas publicações confirma-as como elemento cultural. Entre crítica e fascínio, o resultado reconhecido a este tipo de revistas é o de papel apaziguador de muitas das tensões existentes na atualidade. Todo o trabalho desenvolvido foi apoiado em obras da especialidade, que revelam a cuidada preparação que precedeu a sua elaboração.

«Violência: Do Espaço Familiar à Prisão» – Parte 5 – integra quatro artigos que fazem confluir a preocupação dos autores em relação a um assunto com uma configuração muito própria. Como vítimas («As Mulheres Enquanto Vítimas de Violência: O Caso de São Miguel no Século XIX»); confrontando o amor e o crime («Espaços de Amor e Crime: Violência Doméstica em Lídia Jorge e Inês Pedrosa»); antevendo a mudança no devir («Perspetiva sobre o Futuro em Mulheres com Experiência de Violência Conjugal») e o meio familiar em situações particulares de isolamento («Reclusão Feminina e Processos de Reconfiguração Familiar») revelam uma preocupação marcante pelos ambientes e formas abusivas de relacionamentos.

Susana Serpa situa-se na sociedade micaelense do séc. XVIII e os dados apurados estendem-se até ao início do séc. XX. Sem deixar de fazer uma síntese da matéria exposta, reflete sobre o silêncio que em regra recai sobre o mundo do crime e da violência. Deolinda Adão lança um olhar sobre a violência doméstica a partir das perspetivas de duas grandes escritoras portuguesas. Conclui mostrando como o problema da violência doméstica é ainda grave no país, justificando o que sobre ele tem sido escrito e o interesse que pelo seu tratamento têm mostrado muitos investigadores na área das Ciências Sociais.

Suzana Caldeira e Graciete Freitas colocam questões em torno da rutura de relações abusivas e remetem o leitor para a rica bibliografia citada, dando a conhecer como o tema tem sido amplamente tratado. Uma breve nota metodológica conduz às vias e aos instrumentos de pesquisa que foram escolhidos, o que constitui uma mais-valia para a interpretação dos resultados apresentados. Rafaela Granja, Manuela Cunha e Helena Machado meteram mãos ao tratamento da «Reclusão Feminina e aos Processos de Reconfiguração Familiar», abordando os impactos sócio familiares resultantes da privação de liberdade. As implicações advindas da situação de reclusão constituem a síntese de um artigo muito rico e inovador no quadro português de análise social.

A Parte 6, « Migração, Trabalho e Qualificação », coloca novamente em destaque o contexto migratório. Natália Ramos escreve sobre «Género, Identidade e Maternidade em Famílias na Diáspora». É lembrada, mais uma vez, como a fuga à pobreza e a falta de oportunidades, associam situações de violência e de opressão existentes tanto ao nível comunitário como no interior das próprias famílias. Em destaque, o tratamento das políticas e estratégias migratórias no que toca à integração, ao desenvolvimento e ao bem-estar. A formação pioneira que detém na área do intercultural encontra-se claramente refletida na exposição temática apresentada. A introdução de Conceição P. Ramos no artigo « Migrações Qualificadas Femininas: Desafios e Oportunidades » transporta-nos a considerações de carácter geral que colocam as migrações no seio do crescente movimento de globalização dando lugar a importantes mudanças de natureza qualitativa. Como última proposta a autora aponta sugestões que podem ser desenvolvidas no âmbito de um melhor aproveitamento da mobilidade, tendo em conta o incre-

mento científico cultural e económico e o aumento dos fluxos migratórios internacionais qualificados.

«A Arte de Ser Maria: Histórias de Trabalho, Histórias de Vida», de Lená M. Menezes, lança um rápido olhar que contempla a evolução das migrações naquele país e centra a sua atenção sobre o Estado do Rio de Janeiro. A composição dos fluxos, desequilibrada em termos de género e também menos conhecida ao nível dos estudos ou comentários feitos sobre as mulheres, dá-lhe ensejo de procurar reunir um conjunto de reflexões cujo interesse é indubitável. Toda a informação colhida em trabalho de campo permite seguir os percursos pessoais e profissionais dos entrevistados que, embora representando uma escolha intencional, ilustram de forma muito rica as suas histórias de vida.

As duas autoras do texto «As Mulheres que Trabalham com Fios: Conhecimento Forjado desde as Margens» encerram o livro com chave de ouro. Amanda Castro e Edla Eggert apresentaram os resultados da pesquisa realizada sobre a tecelagem manual no Estado de Minas Gerais. A atividade artesanal referida encontra-se mapeada e presente em cerca de um quarto dos seus municípios, mostrando a importância que aí assume tal atividade. Trazer para o campo de estudos femininos a produção de tecelagem cria um espaço de debate que permite equacionar várias perspetivas e avaliar o grau de valorização que sobre ela recai.

Ao ter assistido presencialmente ao Colóquio que criou o espaço formal para a apresentação das comunicações aqui referidas e após ter lido o livro que consagra o seu conteúdo e o faz permanecer na memória, necessário se torna felicitar a organizadora. Embora a sua generosidade e companheirismo a tivessem feito referir o nome de quem lhe prestou colaboração, a ela é devido o trabalho essencial que tornou possível a edição do livro agora analisado. Não constitui um trabalho fácil selecionar e reunir textos de trinta autoras de formação académica diferente, que tratam assuntos de natureza diversa, procurando agrupar cada uma das contribuições sob a cobertura de um só tema cuja abrangência seja capaz de as intitular. A escolha do nome de cada uma das Partes, que quase constituindo uma introdução, fazem antever o conteúdo de cada um dos textos publicados, proporcionando uma justa cobertura temática que sem criar fronteiras rígidas e tendencialmente limitadoras consegue criar espaços capazes de albergar contribuições diversas. As autoras conseguiram fazer chegar até nós histórias de mulheres que sem constituir representações estereotipadas podem ser consideradas como casos-tipo, ajudando a compreender a diversidade e extensão de uma tão vasta problemática. Todo este material constitui um valioso acervo documental que muito contribui para o avanço do conhecimento no campo dos estudos sobre a mulher.

Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa (2013), *Trabalho, igualdade e diálogo social: Estratégias e desafios de um percurso*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 224 pp.

Hermes Augusto Costa

Professor Auxiliar, Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Se uma das mais nobres missões de um livro é dar visibilidade a pessoas, práticas ou instituições, então a obra *Trabalho, igualdade e diálogo social: Estratégias e desafios de um percurso*, da autoria de Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro, cumpre integralmente esse propósito. Designadamente, ao «dar vida» a uma instituição – a *Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego* (CITE) –, no sentido de, «para além dos indicadores estatísticos», a «caracterizar e compreender» e, consequentemente, avaliar os impactos da sua ação na «evolução da situação de mulheres e homens no mercado de trabalho» (p. 14).

Aliás, uma das razões invocadas para o estudo da CITE residiu precisamente na escassez de informação sobre este mecanismo oficial para a igualdade. Mesmo sabendo que desde a década de 2000 se realizaram ações de divulgação junto de novos públicos, se diversificaram as tipologias de publicações da CITE (pareceres jurídicos, estudos em livros, manuais de formação, desdobráveis, etc.), se pôs em marcha uma Linha Verde de atendimento ao público, um *website* e se promoveram boas práticas (através da instituição do prémio «Igualdade é Qualidade»), etc. (pp. 124 e ss.), a CITE tem-se confrontado historicamente com défices de reconhecimento institucional e académico, designadamente enquanto instituição protagonista do diálogo social e da concertação social (pp. 155-156), pelo que constitui ainda «um não-lugar na investigação dos estudos sobre as mulheres/feministas/de género» (p. 15). Daí que o acesso a livros de atas e dossiês de processos, a análise de pareceres da CITE, a realização de 51 entrevistas a pessoas com conhecimento e experiência de colaboração com a CITE, etc., tenha permitido a captação de posicionamentos de parceiros sociais «raramente tornados públicos» (p. 15).

Também no início da obra é possível situar um posicionamento crítico das autoras face às políticas públicas de combate às desigualdades. Este posicionamento – que no fundo subjaz à linha argumentativa das autoras – vai no sentido de sustentar que o carácter neoliberal das políticas de austeridade torna inviável a operacionalização de uma «estratégia de *mainstreaming* de promoção de igualdade» (p. 15). Na verdade, quer teórica, quer politicamente, e enquanto mecanismo de reformismo estatal que requer mudanças a vários níveis – de gestão de recursos humanos, ações de formação, revisão de procedimentos institucionais, elaboração de manuais de boas prática, etc. (p. 51), – o *mainstreaming* da «igualdade de género» carece de transformação profunda (p. 16).

Do ponto de vista formal, o livro está dividido em seis capítulos. Poderá dizer-se que os três primeiros capítulos são de enquadramento. O capítulo 1, porque trata analiticamente os contextos dos mecanismos oficiais para a igualdade, não deixando de reportar os seus âmbitos de ação. O capítulo 2, porque situa o leitor no quadro da definição de políticas de emprego e igualdade em Portugal, alertando para os processos de feminização do mercado de trabalho, sistemas de bem-estar social, políticas públicas de «igualdade de género», entre outros pontos. E o capítulo 3 (por sinal o único que não é escrito pelas autoras, mas sim por Jorge Leite e Milena da Silva Rouxinol), porque situa no plano jurídico o triplo papel da CITE e identifica as suas competências no âmbito do diálogo social. Por sua vez, os seguintes capítulos dão a conhecer a diversidade de contributos e ações da CITE, em nome de um *mainstreaming* para a igualdade de género (capítulo 4), situam a problemática da igualdade de género no quadro do diálogo social tripartido (capítulo 5) e assinalam desafios e obstáculos condicionantes da efetividade da CITE (capítulo 6).

Neste elenco de capítulos, escritos numa linguagem acessível, informativa e formativa, é perceptível a convocação de várias dimensões de análise. Desde logo, uma *dimensão sociológica* (fazendo jus à formação académica das autoras), que preenche uma parte considerável dos capítulos da obra e a partir da qual é possível constatar um registo discursivo não meramente descritivo mas também crítico. Além disso, a obra apresenta uma *dimensão jurídico-institucional* sobre as competências e papel da CITE. E ainda uma *dimensão histórica* sobre o papel da CITE (que, note-se, não se confunde com uma mera exposição sequencial de momentos ou eventos) que, de resto, se encontra presente em vários momentos do livro tanto mais que é sobre «estratégias e desafios de um percurso» (situado entre 1979 e 2012) que as autoras se detêm.

Seria injusto não reconhecer que esta obra vale pelo seu todo. No entanto, diria que os capítulos 4 e 5 são os que mais fazem jus à triologia «trabalho-igualdade-diálogo social» que funciona como uma espécie de guião do livro. Na «viagem ao interior» da CITE a que o capítulo 4 nos conduz, cumpre destacar os seguintes aspetos. Por um lado, o conhecimento sobre a origem da emissão dos pareceres da CITE (analisados em profundidade pelas autoras), sendo estes provenientes de queixas apresentadas por pessoas que se consideram vítimas de situações de discriminação (sobretudo mulheres, em 94,5% dos casos, p. 110), da existência de anúncios de emprego discriminatórios ou das respostas a pedidos de parecer que as entidades empregadoras devem solicitar à CITE em caso de despedimento de grávidas, puérperas ou lactantes, trabalhadores em gozo de licença parental, etc. Por outro lado, pela abordagem (que porventura até podia ter sido mais demorada) que se faz do principal instrumento de *mainstreaming* de igualdade de género elaborado em Portugal: os «Planos para a Igualdade». E, por outro lado, porque se tipificam as atividades associadas à participação e procura de influência política da CITE – contactos com a tutela e o IEFP, contributos para a (re)definição do seu âmbito, missão e regulamentação, resposta a pedidos de

parecer emanados da tutela a respeito de projetos ou propostas de lei, resposta a processos de aplicação de convenções da OIT ou ainda análise legislativa, de políticas ou problemas da sociedade portuguesa (pp. 135-136) – e se destacam os contributos individuais de ex-presidentes da CITE.

Por sua vez, a relevância do capítulo 5 reside, a meu ver, em três aspetos. Por um lado, na referência aos princípios-chave do tripartismo na base dos quais a CITE foi pioneira em Portugal (pois o Conselho Permanente de Concertação Social só surgiria em 1984) – igualdade, autonomia, independência e reciprocidade –, assim como aos seus componentes essenciais – «reciprocidade negocial entre interesses específicos e necessidades coletivas» –, traduzidos no combate à discriminação no trabalho e no emprego (p. 143). Por outro lado, no facto de se localizar a CITE no quadro de um sistema de relações laborais centralizado e politizado, que descentraliza a contratação coletiva para o nível das empresas, privilegia a intervenção legislativa em detrimento da via da negociação coletiva, favorece a redução do número de trabalhadores cobertos por acordos coletivos (tendência reforçada em época de crise) ou tolera a existência de cláusulas discriminatórias nos instrumentos de regulamentação coletiva. E, talvez por isso, se perceba também que estamos diante de um sistema de relações laborais onde Estado, capital e trabalho não estão propriamente numa posição de igualdade (como, de resto, parecia já reconhecer-se no capítulo 3, p. 61). Em terceiro lugar, e em parte como consequência do ponto anterior, no facto de se captar a sensibilidade dos parceiros sociais e se constatar que, ao longo de mais de três décadas de existência da CITE, o seu posicionamento foi de geometria variável. E aqui o envolvimento sindical, apesar de frágil (sobretudo fruto da falta de autonomia ou capacidade de decisão dos departamentos internos de mulheres no interior da CGTP e da UGT, ou mesmo, como se afirma já no derradeiro capítulo do livro, de grande alheamento e distanciamento da problemática da igualdade, p. 193), ou até mesmo contraditório (como uma «ironia da história», p. 148, que foi a CGTP não ter assinado o acordo de concertação estratégico 1996-1999, que responsabilizava as instituições públicas pela promoção da igualdade de género e os parceiros sociais pelo assumir de compromissos em matéria de divisão sexual do trabalho, igualdade salarial ou proteção na maternidade e paternidade), foi sempre mais empenhado e convicto do que o envolvimento patronal. O quadro comparativo do número de ausências sindicais e patronais nas reuniões da CITE (p. 159) é um bom testemunho disso (com destaque para a «faltosa» Confederação do Comércio e Serviços de Portugal).

Dois assuntos mencionados no livro mereceriam porventura um tratamento mais demorado. O primeiro prende-se com a relação da CITE com os ciclos políticos e, quiçá, justificaria mesmo a redação de um capítulo autónomo. Embora o propósito das autoras não fosse o de fazer uma sociologia política das implicações decorrentes das mudanças de ciclos políticos em contexto de austeridade (por sinal o contexto em que a também a própria CITE foi criada, em 1979) – ainda que ao longo do percurso da CITE se retratem inevitavelmente os contribu-

tos legislativos de diferentes governos –, parece reclamar-se uma «outra política» para a igualdade de género. Assim sendo, sabendo-se que a CITE é uma entidade pública que faz parte da administração estadual indireta (p. 66), qual seria o grau de correspondência/divergência da sua atuação face à evolução dos ciclos políticos? Para responder a esta questão, talvez fosse interessante recuperar a questão da magistratura de influência ditada por protagonistas individuais na produção de políticas, tanto mais que (como é referido, p. 139), momentos houve em que a própria presidência da CITE encontrou ambientes favoráveis junto de coligações governamentais que supostamente seriam, em teoria, menos sensíveis às questões da igualdade de género. E, aliás, esse mesmo argumento é recuperado no capítulo 6 quando se sustenta que o percurso da CITE não confirma «a regra de que os mecanismos oficiais de igualdade tendem a sair reforçados em mandatos governamentais sob a liderança de partidos de esquerda» (p. 183). Ou ainda, no mesmo capítulo, quando se afirma que na governação de José Sócrates «a CITE viveu um dos períodos mais negros da sua história». Significaria isto que, em resultado de uma eventual vitória eleitoral do partido socialista em Portugal, no outono de 2015, se adensaria o pessimismo associado à efetividade da CITE?

O outro assunto tratado na obra e que beneficiaria em ser aprofundado prende-se com um exercício avaliativo sobre a «política de resultados» de organizações congêneres da CITE noutros países europeus, designadamente do Sul da Europa. É certo que, no capítulo 1, é fornecido um enquadramento teórico e institucional de âmbito transnacional dos mecanismos oficiais para a igualdade no quadro da ONU, da OIT, da OCDE e em redor do conceito de «feminismo de Estado». Tratava-se, pois, de indagar se o pessimismo realista que as autoras associam ao trajeto de obstáculos com que a CITE se foi confrontando (e que têm o capítulo 6 uma exposição bastante circunstanciada) se verificou noutros contextos com uma situação análoga à situação portuguesa. E, por outro lado, tratar-se-ia também de questionar se, tal como sucedeu com os impactos desestruturantes da lei 23/2012 em Portugal (que reforçou as assimetrias no sistema de relações laborais), houve alguma influência mais marcante de outros ordenamentos jurídicos e ou mesmo do direito comunitário que potencialmente pudesse ter sido gerador de interferências perversas sobre a igualdade de género e, conseqüentemente, sobre a atuação da CITE. Seguramente, nada que as autoras não tenham pensado ou que não decorra da lista de perplexidade por elas avançada no início da obra (p. 16).

Em resumo, são várias e muito relevantes as ilações que podem retirar-se da leitura desta obra. Destaco apenas três. *Primeira*: não obstante as resistências (sobretudo das associações patronais mas igualmente dos tribunais), a CITE é a entidade que mais contribuiu em Portugal para a disseminação de conhecimento sobre a igualdade e não-discriminação no trabalho e para a divulgação de direitos a esse nível, numa lógica de transversalidade (pp. 141; 158-160; 195). *Segunda*: são enormes os obstáculos à efetividade da CITE: deficiente enquadramento jurídico-institucional, inadequação de recursos, dependência financeira e de recursos

humanos face ao IEF, entendimento distintos quanto ao seu mandato, fechamento da administração pública, articulação com o organismo responsável pelas inspeções do trabalho, iliteracia de direitos do lado da procura, dificuldades no acesso ao direito, ineficácia da inspeção do trabalho, etc., sendo elementar ainda juntar a esses obstáculos o reconhecimento, evidenciado pelos próprios protagonistas entrevistados, de que o défice de conhecimento da CITE contribuía para a limitada efetividade desta instituição. *Terceira*: apesar do pessimismo do ponto anterior, e aproveitando a embalagem decorrente dos progressos da CITE nos domínios da vigilância da legalidade nos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho e na formação de agentes de inspeção do trabalho (p. 196), há espaço para um registo propositivo, que, embora não tão enfatizado na obra, não deixará, obviamente, de passar pela superação dos obstáculos anunciados e de contemplar, entre outras: medidas de «desfeminização dos papéis de cuidado», «alargamento das licenças obrigatórias para o pai», responsabilização do Estado pelos custos da maternidade e da paternidade no emprego, promoção da aprendizagem da «ética do cuidado e da autonomia pessoal para todas as pessoas independentemente da categoria sexual» (p. 59); incorporação de matérias de relevo social que caem fora do quadro da negociação coletiva, como a «inclusão de normas negociadas sobre a violência de género», tais como o caso da transferência de trabalhadoras em períodos de amamentação, etc. (p. 101); trabalho de forma descentralizada com os municípios, maximizando as oportunidades das câmaras que têm em marcha planos municipais de igualdade (p. 189).

A história da CITE não está fechada, nem poderia estar. As autoras são as primeiras a afirmá-lo, ao «fazerem a história» à sua maneira. No entanto, pela exaustividade, rigor e profundo conhecimento temático vertidos no estudo da CITE (ou não fossem as próprias autoras detentoras de uma vasta obra sobre a igualdade de género em Portugal), este livro, ao identificar problemas e apontar caminhos, presta um grande contributo não só a todas as pessoas simplesmente interessadas nos problemas do mundo do trabalho e nas dinâmicas de igualdade de género, como a todo o tecido social/profissional, ao poder político e à comunidade académica. Nesse sentido, concorre decisivamente quer para superar a falta de estabilização reinante a respeito da «igualdade de género», quer para elevar a função e relevância da CITE enquanto instância pré-judicial promotora de uma estratégia de *mainstreaming* de género.

Ferreira, Eduarda; Ventura, Isabel; Rego, Luísa; Tavares, Manuela; Almeida, Maria Antónia Pires de (orgs.) (2014), *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*, Lisboa, UMAR/Universidade Feminista, e-book.

Orlando César

Professor na ESE de Setúbal. Doutorado em Sociologia. Jornalista.

O livro *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*, editado pela UMAR/Universidade Feminista comporta um elemento simbólico, o de apresentar dois textos de duas das Três Marias. Maria Isabel Barreno prefacia a obra, constituída por 28 textos apresentados na Universidade Feminista, no seu primeiro ano de actividade (2013-2014), enquanto Maria Teresa Horta participa com o texto da sua comunicação.

Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa são as autoras das *Novas Cartas Portuguesas*, cuja primeira edição surgiu em 1972 e lhes valeu a perseguição da ditadura fascista. A três autoras – que, no processo judicial interposto contra elas pelo regime, ficaram conhecidas como Três Marias – escolheram como texto matricial as *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado, para denunciar e desmontar a situação em que viviam as mulheres portuguesas.

Qualquer das autoras já antes assumira a crítica ao salazarismo e, simultaneamente, a expressão da sua perspectiva feminista. Maria Isabel Barreno participa em 1968 com um depoimento para *A Condição da Mulher Portuguesa*¹, segundo livro da colecção *Polémica*, dirigida por Urbano Tavares Rodrigues e editado pela Editorial Estampa. Em 1976 procede à análise da representação da mulher na literatura e na imprensa². Maria Teresa Horta, que antes do 25 de Abril participou activamente nos movimentos feministas e de emancipação da mulher, publicou em 1975 e 1976, respectivamente, *Aborto – Direito ao nosso Corpo*³ e *Mulheres de Abril*⁴.

Percursos Feministas está organizado em sete capítulos e traduz «a multiplicidade temática e formal», como afirmam as organizadoras da obra, que a Universidade Feminista acolhe e pretende divulgar. Os 28 textos são todos de auto-

¹ Os outros autores de depoimentos incluídos nesta obra são Isabel da Nóbrega, Augusto Abelaira, Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa, Natália Nunes, Augustina Bessa Luís e Sérgio Ferreira Ribeiro.

² Barreno, Maria Isabel (1976). *A imagem da mulher na imprensa*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina. Com a colaboração de Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Maria Cristina Perez Dominguez e Teresa Maria Mesquita Duarte Santos.

³ Inquérito conduzido com Célia Metrass e Helena Sá Medeiros e editado em Lisboa pela Editorial Futura.

⁴ Editado em Lisboa pela Editorial Caminho.

ria feminina e correspondem às intervenções das oradoras na Universidade Feminista, que se constitui como «um fórum não formal para discussão e disseminação de saberes» e que «procura aliar velhas e novas gerações de pessoas comprometidas em ‘mudar a vida’».

As temáticas abordadas englobam questões de natureza política, civilizacional e societária. Embora este mosaico tipológico cubra a multiplicidade temática, existem assuntos específicos que ganham proeminência, como sejam a própria Universidade Feminista e as correntes do feminismo ou o trabalho das mulheres e a cidadania lésbica.

Maria Isabel Barreno alude no prefácio à diversidade de enunciados e assuntos. Foca como recorrente a abordagem da ocultação, da invisibilidade das mulheres, questão essa que se alarga «numa sombra genérica que quer ao nível dos factos quer ao nível dos estereótipos, se opõe ao protagonismo das mulheres». A escritora deduz que é representada uma realidade «cuja análise começa há cerca de duzentos anos, e que, apesar das mudanças e dos inegáveis progressos, se mantém até agora».

Para tornar mais útil a introdução a que se propôs à leitura dos trabalhos, Maria Isabel Barreno optou por «tentar reflectir sobre as possíveis causas que têm impedido uma mudança mais rápida e completa» nas sociedades europeias. Coloca, desde logo, no prefácio duas perguntas: (1) qual a causa da invisibilidade das mulheres? e (2) qual a causa da sua inferioridade? A ordem social, as hierarquias sociais e a divisão da sociedade em classes elucidam essas causas. Enquanto na monarquia a inferioridade das mulheres era estabelecida no quadro da ordem divina e da autoridade da religião, a sociedade burguesa do século XIX enraizou-a «na imutabilidade do ‘natural’». A mulher não tem direitos políticos nem de propriedade, o seu espaço é o privado, onde há «apenas actividades naturais, afectos e sentimentos». E a construção da invisibilidade das mulheres trabalhadoras constitui-se como «elemento de construção de toda a sociedade».

A contestação da naturalidade do «ser mulher» só começou, porém, em meados do século XX. Os conceitos «mulher» e «homem» são tomados como socialmente construídos. Maria Isabel Barreno alude à reflexão feminista e à contribuição do feminismo para o pensamento pós-moderno. Aborda as lutas e a reconfiguração da ideologia do patriarcado ao longo dos tempos e em adaptação a cada época. «Há discursos novos, e discursos que desaparecem e reaparecem em novas formas, mas o propósito constante desagua sempre no tema da ocultação, da manutenção da invisibilidade da verdadeira História das mulheres».

É um texto denso, no qual a autora intenta revelar as camadas sedimentares depositadas ao longo dos anos. Questiona se as causas que mantêm tal situação não radicam na «multiplicidade de funções gratuitas das mulheres», em que assenta o tecido económico e social. «A dominação tem sempre uma causa económica, que é ocultada sobre outros discursos». Interpela o conceito de ideologia, mas também se refere ao vocábulo «género», usado como substituto de sexo, que para a autora merece melhor reflexão. «A língua é o nosso primeiro e básico meio

de interpretação da realidade» e a tradução literal da palavra, a partir do inglês, «pode trazer conotações e ligações a conteúdos mentais muito diferentes».

Maria Isabel Barreno valoriza os estudos já realizados pela investigação de um número significativo de mulheres e o seu contributo para «desconstruir diversas estruturas ideológicas», como é o caso do seminário organizado pela Universidade Feminista. Adverte para as simplificações da complexidade do nível individual e aborda o paradoxo da abstracção do conjunto mulheres. Afirma que «não é um grupo abstracto que mobiliza para uma luta, são os objetivos claramente definidos, concretos, que reúnem e mobilizam as pessoas».

27 autoras

Manuela Tavares e Lígia Amâncio abordam a Universidade Feminista no primeiro capítulo. A primeira das investigadoras foca-se no espaço de reflexão e debate. Um projecto que pretende «pular os muros das universidades, não prescindindo dos saberes académicos que são fundamentais, mas dando oportunidade a um número mais diversificado de destinatários/as de debater e reflectir». Lígia Amâncio alude à capacidade mobilizadora de que o feminismo é capaz «enquanto projecto de mudança» e à sua influência no plano social, individual, político e ideológico.

As comunicações de três outras autoras justificam o título do capítulo (Desordens no Planeta... E no entanto elas movem-se). Joana Miranda centra-se na «percepção de desordem», a sensação que decorre dos «tempos em que vivemos», da «desigualdade de género» e das «migrações das mulheres», enquanto Eduarda Ferreira aborda a desordem na «perspectiva dos direitos LGBT». Maria Teresa Horta, num texto poético, escreve que, «no entanto, elas movem-se». As mulheres «arriscam, galgam, dominam, tentam metas que as exaltam e indomadas afirmam, estudam, escrevem e investigam». E assim conferem à humanidade «cintilações e liberdade».

No segundo capítulo, quatro autoras escrevem sobre migrações e cidadania. Rosana Albuquerque e Joana Miranda centram-se nos quotidianos de mulheres migrantes, cujo envolvimento e participação «podem constituir importantes factores de mudança e de renovação». Ana Leonor Marciano aborda a convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, a Convenção de Istambul, e insta à adequação do quadro legislativo português a este diploma que vigora há um ano. Sandra Delgado apresenta os principais resultados de uma investigação no Bairro do Talude, em Unhos, no domínio da cidadania, considerada como «a expressão máxima de integração numa sociedade».

O terceiro capítulo é dedicado aos usos do tempo. Cristina L. Duarte introduz o tema e as três convidadas (uma artista e professora, uma autora e uma socióloga). Paula Roush apresenta um projecto de investigação artística que con-

duziu nas Aldeias do Xisto e centra o seu olhar no uso dos baldios e das práticas comunitárias. Considera os baldios como «um terreno muito útil para a produção do lugar» e, «acima de tudo, um lugar de resistência». De facto, nos anos 60 e 70 do século passado, os camponeses travaram importantes lutas pela gestão dos baldios. Heloísa Perista foca «um olhar feminista sobre os usos do tempo», isto é, alude aos usos que mulheres e homens dão aos tempos, à «*genderização* do tempo». Gisela Miravent aborda os usos do tempo numa óptica fantasiosa, o tempo das fadas e o tempo libertado das formas.

Manuela Tavares e Maria José Magalhães discorrem, no quarto capítulo, sobre as correntes do feminismo e a sua reconfiguração nos tempos actuais. Texto que se baseia na sessão sobre as correntes do feminismo, nas décadas de 1970/80, em Portugal, realizada na Universidade Feminista. Mas também enquadram as correntes dos feminismos nas últimas quatro décadas e nas suas diversas *nuanças*. Catarina Martins produz uma síntese de «alguma teoria feminista de mulheres africanas», enquanto Shahd Wadi aborda «as dinâmicas e as contradições dentro da própria resistência feminista árabe em geral e palestiniana em particular. O texto de Natividade Monteiro centra-se no «movimento feminista português da primeira vaga, coincidente com a expansão da propaganda republicana» (1906-1928).

O quinto capítulo centra a narrativa nos «40 anos após Abril», nas evoluções e continuidades da condição das mulheres, de que falam cinco mulheres. Três dos textos são testemunhos na primeira pessoa e os outros dois objectos de investigação. Diana Andringa expõe o seu percurso pessoal, profissional e político e alude à «diferença imensa» que o 25 de Abril de 1974 representou na nossa vida. Pronuncia-se sobre aquilo em que valeu a pena, o que perdura e o que ainda falta fazer. Irene Rodrigues apresenta a sua experiência de livreira na Livrelco, a cooperativa de estudantes universitários de Lisboa e refere-se à luta das cooperativas culturais no princípio dos anos 70, que culminou no seu encerramento pela ditadura em 1972. Isabel do Carmo fala de «uma rapariga numa vila industrial», ela própria, nascida e criada no Barreiro. Maria Antónia Pires de Almeida proporciona «uma resenha da legislação e uma avaliação sociológica da classe política portuguesa com o objectivo de abordar a questão do género», enquanto Maria Helena Santos, com base em duas investigações, refere-se a alguns obstáculos à participação das mulheres na política e ao acesso ao poder.

Albertina Jordão produz o texto introdutório sobre o quinto ciclo da Universidade Feminista, representado no capítulo sexto, sob o sugestivo título: «Ser famosa é ter o nome nas palavras cruzadas ou porque o trabalho das mulheres é desvalorizado». Teresa Pinto aborda a construção da invisibilidade das mulheres trabalhadoras numa perspectiva histórica, «contrariando a noção de que o acesso das mulheres ao trabalho teria sido uma conquista do século XX», enquanto Virgínia Baptista refere-se à integração das mulheres no mercado de trabalho, em Portugal, desde finais de oitocentos e, também, à sua participação no movimento mutualista.

Por último, são abordadas no capítulo sétimo as «Sexualidades e Cidadanias Lésbicas». Gracia Trujillo centra-se no legado de Monique Wittig aos activismos feministas. Fabíola Neto Cardoso foca a história do movimento lésbico em Portugal, numa «visão muito pessoal e vivenciada na primeira pessoa». Eduarda Ferreira «explora as relações entre a cidadania sexual e espaço, realçando as intersecções entre espaço, orientação sexual e género. Isabel Bento alude à visibilidade lésbica enquanto «elemento estruturante da nossa identidade e da nossa vida» e como «contributo fundamental para a mudança de mentalidades».

Karamessini, Maria; Rubery, Jill (org.) (2014), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*, New York, Routledge, 358 pp.

Carina Jordão

Doutoranda em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo
na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

O presente livro, organizado por Maria Karamessini e Jill Rubery, resulta do trabalho científico apresentado em dois colóquios internacionais intitulados «Women, Gender Equality and Economic Crisis» que tiveram lugar em Atenas, no final de 2011, e em Reykjavik, no início de 2012. Esta obra é uma iniciativa que, em resposta à austeridade, vem demonstrar de forma inexorável como a crise económica e financeira de 2008 afetou as mulheres, sobretudo nos países sujeitos aos maiores desafios em termos de ajustamento. Além disso, de certo modo, constitui-se também como uma atualização do clássico «Women and Recession», publicado pela Routledge em 1988 e reeditado em 2010.

Dividido em três partes, o livro reúne contributos de conceituados/as investigadores/as da Europa e dos Estados Unidos. A primeira parte é composta por três capítulos. No capítulo introdutório são apresentados os objetivos e a estrutura do livro e é feito um enquadramento genérico (Karamessini). O seguinte fornece um quadro analítico para estudar a situação das mulheres em contextos de austeridade (Rubery) e o terceiro dá conta das transformações operadas no contrato de género ao longo do tempo (O'Reilly e Nazio). A segunda parte abre com um capítulo que, grosso modo, analisa o impacto da crise de 2008 na igualdade no mercado de trabalho dos países da Europa, comparando a posição das mulheres e dos homens (Bettio e Verashchagina). De seguida, são apresentados os estudos de caso de nove países. Cada país é analisado num capítulo independente. Além dos Estados Unidos (Albelda), onde teve início a referida crise, são objeto de análise a Islândia (Thorsdottir), o Reino Unido (Rubery e Rafferty), a Hungria

(Frey), a Grécia (Karamessini), a Irlanda (Barry e Conroy), Portugal (Ferreira), a Espanha (Gago e Kirzner) e a Itália (Verashchagina e Capparucci). A terceira e última parte é constituída por mais três capítulos. Enquanto o primeiro analisa como se tem processado a evolução da igualdade de género no seio da política de emprego da União Europeia (Villa e Smith), o segundo explora modelos de desenvolvimento alternativos ao neoliberalismo, mais inclusivos e equitativos, e passíveis de efetivamente integrarem uma perspetiva de género (Perrons e Plo-mien). O último capítulo reúne as conclusões (Karamessini e Rubery).

Esta coletânea de artigos, apresentada numa estrutura particularmente apelativa, proporciona uma viagem epistemológica empolgante por uma área do saber extremamente atual. Partindo de um conjunto de premissas que justificam cabalmente a escolha dos nove países objeto de estudo, é construído todo um argumento que, no seu conjunto, é revelador não só do impacto da austeridade na posição das mulheres no mercado de trabalho, mas também das suas implicações nos estados de bem-estar e nas políticas públicas relacionadas com a igualdade de género. Tal exercício, ao consubstanciar-se na análise comparativa de algumas das economias mais avançadas do mundo, torna esta obra um contributo científico extraordinário.

Uma das principais conclusões do livro é que a redução da desigualdade entre mulheres e homens no emprego, medida em termos de *gap*, foi uma das consequências mais imediatas da crise económica e financeira de 2008. Considerando indicadores como a taxa de desemprego, a taxa de emprego, a inatividade, o *gap* salarial não ajustado ou a taxa de risco de pobreza, constata-se que efetivamente os *gaps* diminuíram. Todavia, os dados compilados pelas/os várias/os autoras/es demonstram inequivocamente que essa redução se operou sobretudo pelo agravamento e deterioração da situação laboral dos homens e não pela melhoria da situação das mulheres, levando Karamessini e Rubery a concluir que «gender inequalities in employment and incidence of part-time and temporary work have narrowed because of greater job loss and spread of flexible forms of employment among men» (Karamessini e Rubery, p. 346). Efetivamente, numa primeira fase, a crise atingiu sobretudo os homens, que perderam muitos postos de trabalho, enquanto as mulheres – protegidas inicialmente pela segregação sectorial – acabaram por ser fortemente afetadas numa fase posterior, no seguimento da implementação das medidas de austeridade e de consolidação orçamental. Neste sentido, o congelamento e corte de salários, o aumento da idade da reforma, a retração do emprego ou a deterioração das condições de trabalho no setor público (que é o maior empregador feminino), comuns à generalidade dos países analisados, dão força ao argumento de que o aumento da igualdade laboral ocorre num quadro marcado pela regressão social, onde a intensificação e a desvalorização do trabalho conduzem à degradação das condições de emprego, quer dos homens, quer das mulheres. De qualquer modo, é importante reiterar que as desigualdades não desapareceram: elas persistem e tendencialmente em desfavor das mulheres.

Outra questão que julgo pertinente prende-se com as transformações desencadeadas e potenciadas pelas políticas austeritárias que, ao colocarem em causa os avanços conseguidos nos últimos anos, legitimam o (re)aparecimento de preocupações antigas, nomeadamente no que concerne à suposta irreversibilidade do espaço laboral conquistado pelas mulheres nas ditas economias desenvolvidas. Por um lado, constata-se que os níveis de emprego das mulheres estagnaram ou regrediram – na Grécia, por exemplo, a queda na taxa de emprego feminina em 2010 foi tão dramática que reverteu o progresso contínuo das últimas décadas no país – e, por outro lado, a reestruturação de empresas em sectores tradicionalmente masculinos, como a construção civil, deixou um maior número de mulheres como único ganha-pão da família, não raras vezes compelidas a conciliar o trabalho remunerado com o trabalho não pago, em casa. Simultaneamente, muitas mulheres vêm-se também a braços com as dificuldades adicionais resultantes dos cortes na educação e nos serviços relacionados com a prestação de cuidados às crianças. De facto, as consequências da crise e das políticas de austeridade no papel do Estado na promoção da igualdade são alarmantes e em Portugal, por exemplo, «Women are once again thrust back into the black box of the family, reducing them to their past status of dependants» (Ferreira, p. 225).

As questões acabadas de referir estão intrinsecamente relacionadas com uma notável queda do compromisso político – a nível nacional e supranacional – com as políticas e instituições promotoras da igualdade de género. Por um lado, paulatinamente e de forma subtil, a igualdade entre mulheres e homens tem vindo a perder visibilidade enquanto objetivo político no seio da União Europeia e o carácter prioritário que detinha tem vindo a dissipar-se. Esta situação é peculiarmente notória em alguns dos documentos estratégicos mais importantes, nomeadamente na Estratégia Europeia de Emprego e na estratégia Europa 2020, como bem demonstram Villa e Smith. Além disso, a par deste desinvestimento nas políticas públicas, a austeridade desencadeou igualmente o desmantelamento de (infra)estruturas essenciais à promoção da igualdade entre mulheres e homens por via de reestruturações, fusões, cortes orçamentais e encerramentos.

A austeridade, enquanto antídoto usado no combate à crise, parece portanto ter espoletado um conjunto de efeitos secundários capazes de aniquilar o progresso alcançado pelas mulheres nas últimas décadas. Afigura-se por isso necessário acautelar esta situação, o que implica repensar o conceito e a forma de medição da igualdade de género em termos laborais, (re)colocando-a no âmago da agenda política europeia como um objetivo central e prioritário capaz de sustentar modelos de desenvolvimento melhores e alternativos ao neoliberalismo. Karamessini e Rubery reforçam precisamente esta ideia ao afirmarem: «The pursuit of gender equality needs to be considered part of the solution to the current endemic crisis and not treated as a luxury policy to be pursued only once growth has returned» (Karamessini e Rubery, p. 349).

É sobretudo destas matérias que trata o livro. Mas, paralelamente, somos brindados com outros assuntos não menos importantes – como o papel da nego-

ciação coletiva, as transformações operadas nos regimes de género, as desigualdades intra-género ou o papel das mulheres trabalhadoras enquanto *'buffers'* – que, indubitavelmente, tornam a sua leitura ainda mais aliciante. A magnitude desta obra, que em muito extravasa o conteúdo do presente texto, reveste-a por isso de carácter obrigatório para todos/as quantos/as procuram de forma profícua conhecer e/ou estudar a problemática da igualdade entre mulheres e homens, especialmente na esfera laboral.